

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM SOCIEDADE E
CULTURA

LUCAS RAMYRO GOMES DE BRITO

CAMPONESES-OPERÁRIOS E FRENTES DE EMERGÊNCIA DE COMBATE AOS
EFEITOS DAS SECAS NO MEIO-NORTE (DÉCADAS 1970-1990)

TERESINA

2024

LUCAS RAMYRO GOMES DE BRITO

CAMPONESES-OPERÁRIOS E FRENTES DE EMERGÊNCIA DE COMBATE AOS
EFEITOS DAS SECAS NO MEIO-NORTE (DÉCADAS 1970-1990)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura.

Orientadora: Cristiana Costa da Rocha

TERESINA

2024

B862c Brito, Lucas Ramyro Gomes de.
Camponeses-operários e frentes de emergência de combate aos efeitos das secas no Meio-Norte (décadas 1970-1990) / Lucas Ramyro Gomes de Brito. - 2024.
207 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura – PPGSC, *campus* Poeta Torquato Neto, Teresina - PI, 2024.
“Orientadora: Profa. Dra. Cristiana Costa da Rocha.”

1. Camponeses. 2. Seca – Meio-Norte - Brasil. 3. Seca - Frentes de emergência. I. Título.

CDD: 363.349 209 813

LUCAS RAMYRO GOMES DE BRITO

**CAMPONESES-OPERÁRIOS E FRENTES DE EMERGÊNCIA DE COMBATE AOS
EFEITOS DAS SECAS NO MEIO-NORTE (DÉCADAS 1970-1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura.

Aprovada em ____/____/2024

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Cristiana Costa da Rocha - Orientadora
Universidade Estadual do Piauí

Prof. Dr. Antonio Alexandre Isídio Cardoso – Examinador Interno
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro – Examinador Externo
Universidade Federal do Piauí

Profª. Dra. Kênia Sousa Rios – Examinadora Externa
Universidade Federal do Ceará

Profª. Dra. Clarice Helena Santiago Lira – Suplente
Universidade Estadual do Piauí

À minha mãe (*in memoriam*).
À todos os camponeses e trabalhadores rurais.

AGRADECIMENTOS

Primeiro expresso minha profunda gratidão à minha querida mãe, Ednalva (*in memorian*), cujo amor e apoio foram o alicerce sobre o qual construí meus sonhos desde a infância. Mesmo enfrentando desafios em uma família na zona rural, onde o acesso à educação formal era difícil, ela sempre priorizou minha educação. Ao meu pai, Natan, minha amada irmã Luana, e aos demais familiares, como as tias Núbia, Francis Rodrigues, Nuzileide e Maria Gomes, meu coração transborda de gratidão. Seja pelo apoio emocional, pelo abrigo acolhedor, pela moradia segura ou mesmo pela ajuda financeira crucial após a partida prematura de minha mãe em 2015, vocês foram meus verdadeiros pilares. Foi graças a esse apoio inabalável que pude concluir minha graduação em História e embarcar numa pós-graduação *latu sensu* e agora este mestrado. Cada gesto de amor e apoio foi uma luz em meu caminho, guiando-me até esta ocasião de realização.

À querida professora Clarice Santiago, por ser um exemplo de docência e por me guiar desde os primeiros passos no fascinante mundo da pesquisa científica. Foi quem me apresentou o tema das Frentes de Emergência e a pesquisa através da História Oral, ainda durante minha graduação em História na UESPI. Sob sua orientação, descobri a paixão pela pesquisa e fui incentivado a apresentar trabalhos na modalidade pôster nos Simpósios de Produção Científica promovidos pela PROP/UESPI. Tive o privilégio de participar, mesmo de forma voluntária, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), uma experiência que enriqueceu imensamente minha formação acadêmica. Sua metodologia singular e seu compromisso rigoroso com o método científico foram fundamentais ao longo da minha jornada. Cada incentivo, cada orientação foi um passo importante em meu desenvolvimento como pesquisador e como indivíduo. E, além de tudo isso, guardo com carinho as tardes passadas nos intervalos das aulas, saboreando bolos de chocolate nas lanchonetes da universidade. Esses momentos simples, mas cheios de significado, serão sempre lembrados com profunda nostalgia e carinho. Obrigado por ser uma mentora excepcional, por sua generosidade e por acreditar em meu potencial. Seu impacto em minha vida vai além das palavras, e sou grato por tudo o que fez por mim.

Agradeço ao Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente à dedicada equipe da rede pública do município de Timon-MA, que se destacou pela sua incansável assistência ao longo do meu mestrado. A psicóloga Juliana e o psiquiatra Carlos Augusto demonstraram um comprometimento e profissionalismo exemplares, guiando-me com cuidado e sensibilidade em cada etapa do meu percurso. Não posso deixar de mencionar o caloroso acolhimento de

Dona Raimundinha e o apoio indispensável da enfermeira Maria Oglaide, que, além de suas funções, irradiaram humanidade e compaixão. A liderança inspiradora da diretora da Policlínica Municipal Dr. Antônio Martins Albuquerque Pedreira, Maria Oglaide, foi fundamental para manter um ambiente de colaboração e empatia. A atuação desses verdadeiros heróis foi mais do que profissional; foi uma demonstração de amor ao próximo.

Aos professores da Especialização em História Sociocultural, na Faculdade do Médio Parnaíba, em particular, à professora Noádia Costa, cujo compromisso exemplar com a docência foi uma inspiração constante. Seus conselhos e orientações foram como faróis em meio à jornada acadêmica, iluminando meu caminho com sabedoria e dedicação. Às queridas Lia Monnielli e Carla Daniela, que gentilmente se dispuseram a revisar meu anteprojeto de pesquisa para ingresso neste mestrado, meu agradecimento é imensurável. Suas análises e sugestões não apenas aprimoraram minha escrita, mas também alimentaram minha paixão pela pesquisa acadêmica. Cada palavra de encorajamento e cada correção cuidadosa foram testemunhos do poder transformador da colaboração e do apoio mútuo, pessoas extraordinárias e fundamentais para que eu pudesse alcançar este momento.

Aos estimados professores do PPGSC, cujas disciplinas foram verdadeiras fontes de sabedoria e inspiração em minha jornada acadêmica. Alcebíades Costa Filho, Lucineide Barros de Medeiros, Robson Carlos da Silva e Antonio Alexandre Isídio Cardoso, vocês foram não apenas mestres, mas também guias e amigos. Suas aulas foram mais do que meras transmissões de conhecimento; foram atos de conexão humana, afeto e acolhimento que marcaram profundamente meu coração. Ao professor Alcebíades, que tive o privilégio de ter como meu professor na graduação em História e na minha banca de defesa de Monografia, sua presença em meu percurso acadêmico é um verdadeiro tesouro. Sua bagagem e sabedoria foram bússolas em meio às incertezas acadêmicas.

As atividades de mística, gentilmente incentivadas pela professora Lucineide ao início de cada aula, não serão facilmente esquecidas. Seu gesto delicado e sua sensibilidade ajudaram a criar um ambiente de aprendizado único e acolhedor. Professor Robson, com seu jeito irreverente e contagiante, trouxe não apenas conhecimento, mas também alegria para nossas aulas. Sua abordagem única e apaixonada nos inspirou a cada encontro. Ao professor Alexandre, sou imensamente grato pelas sugestões valiosas e pertinentes que enriqueceram minha pesquisa. E não posso deixar de agradecer ao professor Francisco Gleison da Costa Monteiro, examinador externo em meu exame de qualificação. Sua contribuição e *insights* foram fundamentais para o aprimoramento do meu trabalho.

Aos meus parceiros e colegas da turma I e da linha I, Jorge Vitório, João Marcel, Marcos e Natália. Nossa jornada juntos foi repleta de circunstâncias preciosas, desde os seminários até as rodas de conversa e apresentações de textos nas disciplinas. Em cada encontro, compartilhamos não apenas conhecimento, mas também nossas angústias, aflições e situações de comemoração. Cada minuto ao lado de vocês será eternamente lembrado. Houve dias de luta, é verdade, mas também chegaram os dias de glória, e foi ao lado de vocês que celebrei cada uma dessas vitórias. A camaradagem, a disposição para ajudar e a presença constante foram verdadeiras âncoras em meio às turbulências acadêmicas. Vocês não apenas foram colegas, mas também fontes inesgotáveis de inspiração, resistência e solidariedade. As palavras de encorajamento e apoio mútuo foram como luzes em meio à escuridão, guiando-nos adiante em nossa jornada. Agradeço do fundo do meu coração por cada acontecimento vivido, por cada sorriso trocado e por cada desafio superados juntos.

À minha amiga de longa data, Arlete Godinho. Nossa jornada juntos, repleta de parcerias escolares e compartilhamento de risos e anseios, tem sido uma verdadeira bênção em minha vida. Arlete, você não só é uma fonte constante de inspiração como também é a personificação de força e de determinação. Como mulher, mãe, artista e professora mestra, você irradia uma autoestima imensurável e uma coragem que me inspira diariamente. Você é uma verdadeira guerreira, e sou grato por sua presença em minha vida.

Aos amigos Robert, Wenner, Breno, Mayla e Raquel não há termos suficientes para demonstrar minha gratidão. Nossas longas horas de conversas, seja pessoalmente ou virtualmente, foram pilares de apoio em meio às alegrias e tristezas desta marcha chamada vida. Vocês são verdadeiros seres iluminados, e cada etapa experimentada com vocês é um tesouro em minha memória. Tiago Ferreira, sua presença constante em minha vida nos últimos dois anos tem sido um verdadeiro presente. Sua ajuda e apoio em diversas áreas, inclusive nas atividades acadêmicas, foram fundamentais para minha caminhada.

Aos queridos Antonio Filho e Geovana Moraes, meus amigos *nehstianos*, nossa relação tem sido uma montanha-russa de emoções, repleta de tapas e beijos. Mas, acima de tudo, vocês se tornaram verdadeiros amigos e parceiros, e por isso, sou imensamente grato. Juntos, superamos desafios e celebramos conquistas, e essa camaradagem é algo que valorizo profundamente. Vocês são verdadeiros presentes que tornaram esses dias e meses mais significativos e belos.

Aos funcionários do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), senhora Lúcia e senhor Agenor, gostaria de expressar minha gratidão pela calorosa recepção e pela cordialidade que demonstraram. Foi graças ao apoio de vocês que pude realizar minha

pesquisa de fontes e documentos naquela autarquia. Seu encorajamento e disposição em ajudar foram fundamentais para que eu pudesse acessar as informações necessárias para o meu trabalho. Saibam que cada gesto de cortesia não passou despercebido e será lembrado com carinho.

Aos dedicados funcionários do Arquivo Público do Piauí “Casa de Anísio Brito” (APPI), meu sincero agradecimento pela gentileza e presteza ao disponibilizar o acervo para minha pesquisa. Sua colaboração e disposição em facilitar meu acesso aos documentos foram essenciais para o sucesso do meu projeto. Cada oportunidade passada explorando o acervo do APPI foi enriquecedora e inspiradora, e devo isso à sua generosidade e competência.

À secretária do PPGSC/UESPI, Socorro, quero externalizar minha gratidão pela alegria e amabilidade que sempre demonstrou. Sua presença calorosa e sua disposição em ajudar tornaram minha experiência no programa ainda mais especial.

À minha orientadora, Cristiana Costa, palavras parecem insuficientes para manifestar a imensidão da minha gratidão. Nossa jornada começou há nove anos, na UESPI, mas sua presença transcendeu as fronteiras acadêmicas e se tornou parte indissociável da minha vida. Como professora e orientadora, você não apenas guiou meus passos na graduação e na pós-graduação, mas também encheu meu caminho de luz, sabedoria e inspiração. Sua dedicação e comprometimento com o sucesso de seus alunos são verdadeiramente admiráveis. Através dos anos, seus incentivos, cobranças, conselhos e ensinamentos foram pilares fundamentais em minha jornada acadêmica e pessoal. Você não se limitou a desempenhar seu papel profissional; foi além, tornando-se um exemplo vivo de humanidade e altruísmo. Cada gesto de apoio, cada palavra de encorajamento e cada ocasião compartilhada deixaram uma marca indelével, guiando-me com gentileza e sabedoria através dos desafios e das incertezas. São tantos os detalhes, tantos os momentos preciosos divididos, que fica impossível enumerá-los todos aqui. Mas saiba que cada um deles é guardado com carinho em minha memória, como símbolos da nossa andança juntos. Sua influência em minha vida é incalculável.

Aos valentes migrantes retornados e aos corajosos camponeses, dedico gratidão por dividirem generosamente seu tempo e suas histórias comigo. Foi graças à sua disposição e gentileza que pude coletar entrevistas e mergulhar nas nuances da vida rural e nas experiências singulares desses trabalhadores, tanto no campo quanto nas obras das frentes de emergência contra os efeitos devastadores das secas. Cada uma das pessoas que cruzaram meu caminho foi uma fonte de inspiração, mostrando uma determinação inabalável e uma resiliência incomparável diante das adversidades. Seus relatos de luta e superação são testemunhos vivos da força do espírito humano. Àqueles que enfrentaram tempos tão

calamitosos com coragem e convicção, minha admiração é eterna. Vocês são verdadeiros heróis, cujas histórias deixaram uma marca inapagável. Que suas vozes continuem a ecoar, inspirando outros a enfrentar seus próprios desafios com bravura e esperança.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPE-MA), na condição de bolsista (BM-06105/22, Edital 03/2022).

A alegria está na luta, na tentativa, no
sofrimento envolvido e não na vitória
propriamente dita.

Mahatma Gandhi

RESUMO

O presente estudo propõe uma análise sobre a transformação dos trabalhadores camponeses das frentes de emergência de combate aos efeitos da seca no Meio-Norte brasileiro, nas décadas de 1970 a 1990, através de temas como história, sociedade e cultura. A pesquisa busca compreender as mudanças nas identidades, relações sociais e condições de vida desses trabalhadores, ligados ao mundo rural. O objetivo é analisar como o contexto de transição de camponeses para uma inserção forçada em um trabalho de moldes capitalistas impactou a experiência de classe, a sociedade e cultura do Meio-Norte, considerando a questão agrária, os conflitos, bem como as instituições governamentais de mediação sociopolítica. A metodologia interdisciplinar adotada inclui análise documental e pesquisa de campo, abrangendo fontes primárias e secundárias, como relatórios governamentais, fontes hemerográficas, estudos acadêmicos e entrevistas por meio da História Oral. Essa abordagem busca capturar as experiências de classe vivenciadas por esses trabalhadores durante as frentes de emergência, combinando abordagens históricas, antropológicas e sociológicas. A relevância deste estudo reside na urgência em desvendar as dinâmicas sociais, econômicas e culturais envolvidas na experiência da seca e no trabalho nas frentes de emergência, ressaltando a interação entre terra e trabalho, escassez de recursos naturais, bem como as estratégias de sobrevivência, resistência e negociação adotadas pelos camponeses diante da vulnerabilidade, da exploração e da criminalização no mundo rural. O enfoque se justifica pela complexidade das relações sociais e econômicas no Meio-Norte, permeadas por questões de acesso à terra, conflitos por propriedade, latifúndio e movimentos sociais no campo, que alteram as relações tradicionais com a terra e exacerbam a vulnerabilidade econômica. A análise dos elementos estruturantes como terra e trabalho, em conjunto com as discussões sobre classe social, identidade, economia moral e costumes do campesinato, permite uma compreensão mais ampla das transformações ocorridas nesse contexto. Os resultados esperados incluem a identificação de padrões de resistência, mudanças no cotidiano e nas expectativas dos trabalhadores, bem como a análise das estratégias de adaptação e das formas de luta frente às adversidades enfrentadas, que transcendem meras crises ambientais e econômicas. As descobertas apontam para a necessidade de reformas estruturais que abordem as causas fundamentais da pobreza e da desigualdade no contexto rural. As implicações são profundas, sugerindo que as políticas públicas devem transcender ações emergenciais e buscar soluções sustentáveis que promovam o desenvolvimento econômico e social, respeitando a cultura e a identidade dos trabalhadores rurais. Ao final, busca-se contribuir para o debate acadêmico sobre a história do trabalho, a questão agrária e os desafios enfrentados pelas populações rurais em regiões afetadas pela seca, fomentando uma reflexão crítica sobre as relações entre sociedade, Estado e natureza no contexto do Meio-Norte brasileiro, visando a formulação de políticas mais eficazes e humanizadas.

Palavras-chave: Camponeses; Seca; Meio-Norte; Frentes de Emergência; Mundo Rural.

RESUMEN

El presente estudio propone un análisis sobre la transformación de los trabajadores campesinos de las frentes de emergencia para combatir los efectos de la sequía en el medio-norte brasileño, en las décadas de 1970 a 1990, a través de temas como historia, sociedad y cultura. La investigación busca comprender los cambios en las identidades, relaciones sociales y condiciones de vida de estos trabajadores, ligados al mundo rural. El objetivo es analizar cómo el contexto de transición de campesinos a una inserción forzada en un trabajo de moldes capitalistas impactó la experiencia de clase, la sociedad y la cultura del medio-norte, considerando la cuestión agraria, los conflictos, así como las instituciones gubernamentales de mediación sociopolítica. La metodología interdisciplinaria adoptada incluye análisis documental e investigación de campo, abarcando fuentes primarias y secundarias, como informes gubernamentales, fuentes hemerográficas, estudios académicos y entrevistas por medio de la Historia Oral. Este enfoque busca capturar las experiencias de clase vividas por estos trabajadores durante las frentes de emergencia, combinando enfoques históricos, antropológicos y sociológicos. La relevancia de este estudio reside en la urgencia de desvelar las dinámicas sociales, económicas y culturales involucradas en la experiencia de la sequía y el trabajo en las frentes de emergencia, resaltando la interacción entre tierra y trabajo, escasez de recursos naturales, así como las estrategias de supervivencia, resistencia y negociación adoptadas por los campesinos ante la vulnerabilidad, la explotación y la criminalización en el mundo rural. El enfoque se justifica por la complejidad de las relaciones sociales y económicas en el medio-norte, permeadas por cuestiones de acceso a la tierra, conflictos por propiedad, latifundio y movimientos sociales en el campo, que alteran las relaciones tradicionales con la tierra y exacerban la vulnerabilidad económica. El análisis de los elementos estructurantes como tierra y trabajo, en conjunto con las discusiones sobre clase social, identidad, economía moral y costumbres del campesinado, permite una comprensión más amplia de las transformaciones ocurridas en este contexto. Los resultados esperados incluyen la identificación de patrones de resistencia, cambios en la vida cotidiana y en las expectativas de los trabajadores, así como el análisis de las estrategias de adaptación y las formas de lucha frente a las adversidades enfrentadas, que trascienden meras crisis ambientales y económicas. Los hallazgos apuntan a la necesidad de reformas estructurales que aborden las causas fundamentales de la pobreza y la desigualdad en el contexto rural. Las implicaciones son profundas, sugiriendo que las políticas públicas deben trascender acciones emergenciales y buscar soluciones sostenibles que promuevan el desarrollo económico y social, respetando la cultura y la identidad de los trabajadores rurales. Al final, se busca contribuir al debate académico sobre la historia del trabajo, la cuestión agraria y los desafíos enfrentados por las poblaciones rurales en regiones afectadas por la sequía, fomentando una reflexión crítica sobre las relaciones entre sociedad, Estado y naturaleza en el contexto del medio-norte brasileño, con miras a la formulación de políticas más eficaces y humanizadas.

Palabras clave: Campesinos; Sequía; Medio-Norte; Frentes de Emergencia; Mundo Rural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Minha mãe grávida	20
Figura 2 - Plantadeira Manual (Matraca)	22
Figura 3 - Mapa com as sub-regiões do Nordeste brasileiro, de acordo com Manuel Correia de Andrade	27
Figura 4 - Mapa representativo da área em emergência no Nordeste (1981).....	71
Figura 5 - Mapa representando a distribuição no Polonordeste no Piauí	89
Figura 6 - Mapa do Projeto Sertanejo: localização dos núcleos (1977)	98
Figura 7 - Espacialização dos sistemas de produção do setor primário no Piauí (1960-1980)	101
Figura 8 - José Costa, vereador de Pedro II em 1979.....	157
Figura 9 - Carro-pipa da SUDENE distribuindo água em Fronteiras-PI, fins de fevereiro de 1979	161
Figura 10 - Em abril a estiagem agravava o quadro de êxodo rural, com perdas na agricultura chegando a 40% da safra.	170
Figura 11 - Lavradores do sul piauiense com destino ao Maranhão, fugindo da seca.	171
Figura 12 - Retirante da cidade de Aracati - CE, Maria do Carmo da Conceição e seu filho, Tarcísio, passando fome.	172

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem da quantidade dos Estabelecimentos Agropecuários no Piauí, em hectares, nos censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 por grupos de Área total	103
Gráfico 2 - Porcentagem da área/tamanho dos Estabelecimentos Agropecuários no Piauí, em hectares, nos censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 por grupos de Área total	104
Gráfico 3 - Porcentagem da quantidade de Estabelecimentos Agropecuários no Piauí nos censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 segundo a condição do responsável	113
Gráfico 4 - Porcentagem da área/tamanho dos Estabelecimentos Agropecuários no Piauí nos censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 segundo a condição do responsável	114
Gráfico 5 - Porcentagem da quantidade de Estabelecimentos Agropecuários no Piauí nos censos 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 segundo a condição do produtor	115
Gráfico 6 - Porcentagem da área/tamanho dos Estabelecimentos Agropecuários no Piauí nos censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 pela condição do produtor.....	117
Gráfico 7 - Porcentagem da quantidade de Estabelecimentos Agropecuários no Piauí nos censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 por Condição Legal das Terras nas Propriedades Individuais	122
Gráfico 8 - Porcentagem da área/tamanho dos Estabelecimentos Agropecuários no Piauí nos censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 por Condição Legal das Terras nas Propriedades Individuais	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Períodos de seca da Região Nordeste na segunda metade do século XX	34
Quadro 2 - Municípios e localidades do Estado do Piauí assistidos pelo plano de emergência: ago/81 à abr/82 (DNOCS)	74
Quadro 3 - Áreas de atuação do Polonordeste no Piauí	88
Quadro 4 - Núcleos do Projeto Sertanejo implantados no Piauí em 1977	97
Quadro 5 - O tempo de trabalho em cada localidade / frente de serviço.....	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Serviços em propriedades (1979)	69
Tabela 2 - Obras Públicas (1979)	69
Tabela 3 - Trabalhos executados nas frentes de serviços no estado do Piauí: ago/81 à abr/82 (DNOCS)	74
Tabela 4 - Total das obras concluídas e em andamento no estado do Piauí: Programa Emergencial maio/82 à dez/83 (DNOCS)	75
Tabela 5 - Municípios do estado do Piauí beneficiados com obras de caráter emergencial maio/82 à dez/83 (DNOCS)	76

LISTA DE SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa

APPI – Arquivo Público do Piauí “Casa de Anísio Brito”

BA - Bahia

BEC – Batalhão de Engenharia de Caçadores

CDVDH/CB – Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán

CE – Ceará

CEDOC – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

CEPAC – Centro Piauiense de Ação Cultural

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CEPRO – Fundação Centro Regional de Produtividade do Piauí¹

CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento

CIDAPI – Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Piauí

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODERPI – Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Piauí

CODESE – Comissão de Desenvolvimento do Estado

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DER – Departamento de Estradas e Rodagens

DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra as Secas

DRI - Desenvolvimento Rural Integrado

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras contra as Secas

ILPES – Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social

¹ Originalmente. Depois passa a se chamar Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí e, por último, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Participativo.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MA – Maranhão

MEB – Movimento de Educação de Base

NEHST – Núcleo de Estudos e Documentação em História, Sociedade e Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PAPP - Programa de Apoio à Pequena Produção no Estado do Piauí

PB – Paraíba

PDRI - Programa de Desenvolvimento Rural Integrado

PI – Piauí

PIBEU - Programa Institucional de Bolsas em Extensão Universitária

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIN – Programa de Integração Nacional

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PPI – Plano Plurianual de Irrigação

PROINE – Programa de Irrigação do Nordeste

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

PROVALE – Programa Especial para o Vale do São Francisco

RAICE – Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão

RN – Rio Grande do Norte

SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUS – Sistema Único de Saúde

TO - Tocantins

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFPI – Universidade Federal do Piauí

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	20
1.1	O Meio-Norte e as secas.....	25
1.2	Aspectos teórico-metodológicos: identidades na fronteira com o capitalismo.....	39
1.3	Camponeses nas frentes de serviço.....	53
2	TERRA, TRABALHO E NATUREZA.....	62
2.1	As secas na segunda metade do século XX: ações da SUDENE e do DNOCS.....	66
2.2	Outras ações governamentais: o Polonordeste e o Projeto Sertanejo.....	80
2.3	O acesso à terra.....	100
3	OS TRABALHADORES E AS FRENTES.....	145
3.1	O medo nas cidades: multidões e ameaças de saques.....	145
3.2	Cotidiano nas frentes, práticas de resistência e negociação.....	176
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
	REFERÊNCIAS.....	199
	Fontes Documentais.....	199
	Fontes Orais.....	201
	Fontes Hemerográficas.....	201
	Bibliografia.....	201

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A minha história e a relação com as sociedades camponesas - como prefere Klaas Woortmann (2020) - começa no ano de 1995, quando nasci, ou até mesmo antes, do ventre de uma mulher que acabara de completar 16 anos. Sou filho de uma mãe parda e um homem branco, ambos oriundos de famílias rurais que viviam e sobreviviam através do uso da terra, na produção agrícola ou pecuária. Meus pais se casaram no ano anterior ao meu nascimento, conheceram-se na zona rural onde moravam, nas localidades Brejo e Tamboril, de Beneditinos-PI. E nesse mesmo local estabeleceram residência, passando a viver das práticas já usuais das duas famílias.

Figura 1 - Minha mãe grávida



Fonte: Acervo Pessoal, 1994-1995.

Nota: Ao fundo da imagem, observa-se a residência da minha avó materna, com telhado em madeira redonda, telha comum e paredes de adobo (tijolo cru).

A minha memória só retorna até os meus 06 anos de idade, quando me lembro da minha mãe trabalhando como Agente Comunitária de Saúde, função exercida até seu

falecimento em 2015. Além disso, ela atuava em casas de farinhada na raspção² da mandioca e produção da goma, em aviamentos³ de irmãos e amigos; quebra de coco-babaçu para alimento da família e aproveitado na produção de carvão vegetal; bem como na catação de castanha de caju, que era vendida para comerciantes locais.

Na década de 1990, antes e após se casar, meu pai exercia também a função de motorista particular (diarista) para o proprietário da maior fazenda da região, Fazenda Lisboa, amplamente conhecida no local pela produção de rapadura de leite. Além desses casos, atuou também até a primeira década do século XXI como motorista diarista para mangaieiros, um tipo de camponês que leva seus produtos para a feira na cidade. Na minha infância, recordo-me também da sua lida na roça de toco, nos brocados e derrubada da mata, a feitura dos aceiros e queima dos garranchos. Em 2009, ele passa a exercer o cargo efetivo de motorista para a Secretaria de Saúde do Município, após prestar concurso público em Beneditinos-PI.

Na criação de animais, meu pai tinha preferência para os suínos, mas havia também bovinos e ovinos. Minha mãe, com as galinhas e capotes (galinha-d'angola). O principal da lavoura era o arroz, o feijão e o milho⁴, com espaços também para melancia, melão, quiabo, maxixe, abóbora, jerimum, mandioca e macaxeira, sendo raramente a cana-de-açúcar. No quintal, eram canteiros suspensos para evitar que as galinhas devorassem o plantio de tomate, cebola verde, pimentão, pimenta e coentro. Comum também caju, banana, laranja, limão, acerola, goiaba, manga, seriguela, pitomba, entre outros, ficando em menor grau a carambola e o mamão.

Na distribuição de tarefas, minha irmã e eu ficávamos, por muitas vezes, na função de fechar as covas de plantio de arroz, feijão, milho e mandioca. A parte ruim era quando meu pai utilizava uma plantadeira manual chamada matraca, pois ele plantava de forma tão rápida e de forma aleatória que ficávamos a perder de vista o tamanho da área a ser fechada. O motivo tampar era para evitar que aves comecessem as sementes. Essa ferramenta possui aproximadamente uns 90 cm de comprimento, conforme figura a seguir. Auxiliamos também na construção das cercas e colheita de feijão, bem como debulhar o feijão e o milho. No entanto, a prioridade dada sempre foi ao nosso estudo escolar.

² Termo utilizado para designar o ato de descascar a mandioca.

³ O trabalho era feito na forma de convite, sem pagamento em dinheiro. Havia a preferência para trabalhar para familiares, onde ao apurar a goma (fécula da mandioca), a distribuição acontecia na fração 5/2, com cinco partes para o dono da farinha e duas partes para a mulher que lavou raspou a mandioca e lavou a massa. Alguns adotavam a distribuição por fração 3/1, que era pouco desejada pelas mulheres. Ao final, uma pequena porção de farinha também poderia ser concedida às mulheres, mas não era regra.

⁴ Utilizado para alimentação humana (cozido, assado, canjica, cuscuz, pamonha, etc.) e de animais.

Figura 2 - Plantadeira Manual (Matraca)



Fonte: Star Ferramentas, [s.d]⁵

Na minha infância, havia ainda o consumo de animais silvestres como tatupeba (*Euphractus sexcinctus*), preá (*Cavia aperea*), galinha-d'água (*Gallinula galeata*), lambu (*Crypturellus tataupa*), juriti (*Leptotila verreauxi*), rolinhas diversas e outras espécies de aves, além de peixes. Acontecia também a colheita de mel de abelha, principalmente da espécie *Apis mellifera*. O fruto do pequi (*Caryocar brasiliense*) era consumido cru ou cozido com cuscuz ou no almoço arroz-feijão. Do buriti (*Mauritia flexuosa*) havia o suco da fruta, que podia ser puro ou associado com farinha ou cuscuz, além do doce. E o fruto que deveria ser consumida o mais rápido possível ou no máximo 24 horas era a guabiraba (*Campomanesia xanthocarpa*), em razão do rápido apodrecimento.

Nessas vivências e experiências, somam-se as práticas artesanais principalmente das minhas avós, na feitura de tempero de urucum (*Bixa orellana*); vasilhas feitas de coité (*Crescentia cujete L.*) ou cabaça (*Lagenaria siceraria*); cordas da palha do tucunzeiro (*Bactris setosa*) ou buriti (*Mauritia flexuosa*); esteira, cofo e abane da palha do coco babaçu (*Attalea speciosa*); vassoura de carnaúba (*Copernicia prunifera*); uso de quibanes e jacás de taboca (*Guadua angustifolia*).

⁵ A ferramenta pode ser localizada em <https://www.starferramentas.com.br/agropecuaria/plantadeira/plantadeira-perna-grilo-bico-fino-fuzil>

Considerando que minha mãe teve uma gravidez e constituiu família ainda na adolescência, teve seus estudos interrompidos para cuidar da família. Por isso, e em razão do cargo público que ela ocupava, teve que batalhar para concluir o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Testemunhei a batalha dela, em conjunto com meu pai, que todas as noites se deslocavam para a zona urbana da cidade para continuar os estudos, numa distância aproximada de 20 km. Nos primeiros anos, por veredas e estradas de areia, eles percorriam um trecho de 6 km de bicicleta para chegar na rodovia PI-223 e ter a possibilidade de embarcar em um transporte escolar. Depois, já durante o tempo que eles cursavam o Ensino Médio, esse percurso total era realizado na caçamba de uma caminhonete disponibilizada pela prefeitura.

Muitas vezes voltavam molhados ou enlameados em razão das chuvas que aconteciam ou tinham que esperar horas madrugada adentro esperando os riachos baixarem as águas, pois não havia ponte. Lembro-me quando meu pai aprendeu a fórmula de Bhaskara, dizia ele que no momento estava sentado em cima de uma arapuca de pegar rolinha. Isso porque ele passava o dia vigiando a roça⁶ para elas não comerem as sementes de arroz plantadas. Ambos sempre buscaram estudar e se especializar, meu pai fez cursos básicos de Eletricista Predial e Mecânica de Motos, e minha mãe com capacitações para Agente Comunitário de Saúde, Auxiliar de Enfermagem e Técnico de Enfermagem.

Foram eles os principais motivadores para que minha irmã e eu estudássemos. Meus primeiros passos no ambiente escolar, que existia na localidade rural onde morávamos, entre os anos de 2002 e 2005. Havia apenas uma sala de aula e apenas uma professora, que lecionava para uma turma multisseriada, da 1ª à 4ª série. Foi na Unidade Escolar José Tibúrcio que cursei os anos iniciais do Ensino Fundamental, quando tinha entre 07 e 10 anos de Idade, com a professora Maria de Lourdes. Essa escola não possuía energia elétrica, mas tinha água encanada através de uma motobomba. Era comum o furto desse equipamento e a merendeira tinha que ir buscar água na cabeça em longas distâncias. A senhora Maria das Neves, além de preparar o lanche, também era responsável pela limpeza.

Para cursar os anos finais do Ensino Fundamental, tivemos que nos estabelecer na zona urbana, único local onde havia escola para o ciclo. Meus pais pensavam no bem-estar dos filhos e sabiam o quão difícil e cansativo era fazer o percurso diário para sair da zona rural até chegar ao colégio, o que dificultava o aprendizado. De início, ficávamos na cidade com uma tia, numa casa cedida por um tio, minha mãe semanalmente fazendo a ida e volta

⁶ O mesmo que roçado.

rural-urbana. Enquanto isso, erguia-se nossa casa própria. Em 2008, nosso pai passa a residir na cidade conosco.

O ano de 2013 representou outra mudança, quando fui aprovado para cursar História, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), e passei a residir na casa de parentes. Em 2015, a professora que ministrava a disciplina de Iniciação à Pesquisa Histórica, Clarice Santiago, apresentou-me as de emergência, tema que até então eu tinha total desconhecimento. Ela argumentava ser um tema pouco discutido no Piauí, o fato do pai dela ter trabalhado nessas obras e a excelente oportunidade para se trabalhar com a História Oral. No mesmo ano, passo a ser aluno também da professora Cristiana Rocha, que voltava do seu recente doutorado em História Social.

As minhas leituras e fontes passaram cada vez mais a se aproximar da professora Cristiana, que havia realizado um trabalho de conclusão de curso de Pós-Graduação *lato sensu* intitulado “A seca e as políticas governamentais no Piauí, em 1983”. Com ela, passei atuar voluntariamente no Projeto Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão (Raice), desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e colaborador no “Ciclo de Palestras e Debates sobre História Oral: memória, trabalho, migrações e etnicidades”, projeto coordenado por Cristiana Rocha e desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas em Extensão Universitária (PIBEU). Essa trajetória culmina com ela sendo minha orientadora no trabalho monográfico intitulado “Os trabalhadores e as frentes de emergência: o Piauí na seca de 1979-1983”.

A minha trajetória de vida reflete uma profunda experiência no mundo rural, onde as práticas agrícolas e as dificuldades inerentes ao meio foram vivenciadas desde a infância. Esse contexto de origem, marcado pela luta cotidiana pela subsistência e pela valorização do trabalho agrícola, proporcionou um entendimento visceral das dinâmicas sociais e econômicas das áreas rurais. A infância e juventude passadas em meio a essas práticas conferem uma perspectiva empírica e íntima sobre as realidades do campo, muitas vezes ignoradas ou romantizadas nos discursos acadêmicos urbanos.

Além disso, o incentivo acadêmico desempenhou um papel crucial na formação intelectual e na escolha desse tema de pesquisa. O ingresso na UESPI e a interação com as professoras Clarice Santiago e Cristiana Rocha foram determinantes. Essas figuras acadêmicas não apenas apresentaram novos horizontes de investigação, como também ofereceram suporte e orientação que foram essenciais para moldar o foco da pesquisa. O engajamento em projetos de extensão e voluntariado, como o Projeto Raice, ampliou ainda mais o escopo de interesse e a compreensão crítica sobre questões sociais e históricas.

Portanto, a convergência entre a vivência pessoal nas comunidades rurais e a orientação acadêmica recebida criou uma base sólida e motivadora para a seleção do tema de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação e do Mestrado, que emerge como uma síntese natural e coerente entre a experiência vivida e o saber acadêmico adquirido, buscando trazer à luz aspectos históricos e sociais fundamentais para a compreensão da realidade rural no Meio-Norte.

A partir desse arrimo, a discussão se volta agora para um exame mais aprofundado sobre as secas no Meio-Norte, um fenômeno que, além de influenciar drasticamente as condições de vida das populações rurais, também expõe e perpetua desigualdades históricas e políticas na região. A análise das frentes de emergência e das políticas públicas implementadas para mitigar os efeitos das secas permitirá uma compreensão mais abrangente das complexas interações entre clima, sociedade e governança no contexto nordestino.

1.1 O Meio-Norte e as secas

A região Nordeste foi, em diferentes circunstâncias históricas, gestada sob a miragem da seca, enquanto fenômeno climático, apartado do aspecto social, cultural, econômico e com marcados usos políticos. Entender como tais perspectivas delineiam a formação dos Estados da região, deve perpassar pelos estudos das secas e suas dinâmicas. O estado do Piauí, cuja construção se faz também sob o forte discurso de corredor migratório para o *Eldorado* Amazônico, junto com o Maranhão integra a região Meio-Norte do país, a qual assume características geográficas de área de transição morfoclimática do Semiárido para a Amazônia. Para este estudo, toma-se como referência a região Meio-Norte para além do aspecto geográfico e climático, mas como uma região construída cuja compreensão nos permite desvelar aspectos culturais e sociais, como também as formas de pensar políticas públicas para a região, em particular as políticas de seca.

Sobre a problemática social rural no Meio-Norte, o geógrafo Mário Lacerda de Melo (1983)⁷ sugere que a pobreza nesse espaço pode ser mais elevada e envolve uma proporção maior da massa populacional do que em outras sub-regiões do Nordeste, merecendo atenção pela extensão e intensidade. Pelas particularidades, destacam-se questões relacionadas à

⁷ A publicação resulta de um levantamento geo-socioeconômico em parceria com Maria Fernandes Lima, Aldemir Dantas Barbosa e Maria Jaci Albuquerque, para um estudo de regionalização agrária do Nordeste realizado segundo o critério dos sistemas e das densidades de uso de recursos. A pesquisa foi conduzida pelo Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, em colaboração com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

distribuição desigual de terras, baixa produtividade agrícola, níveis precários de renda e condições de vida, limitações no acesso à educação e saúde, bem como a presença de relações sociais de produção desfavoráveis para os pequenos agricultores. Ao realizar o estudo utilizando critérios baseados na variação das densidades de utilização dos espaços produtivos e nas formas de uso de recursos, ele concretizou um levantamento a partir de três grandes temas: estrutura fundiária, estrutura socioeconômica rural e tensões sociais/conflitos por terras. A distribuição de terras e dos recursos naturais, assim, são elementos fundamentais na configuração socioeconômica da região, a partir dos segmentos adotados: Baixo e Médio Parnaíba, Itapecuru e Mearim, Fachada Costeira, e Pré-Amazônia.

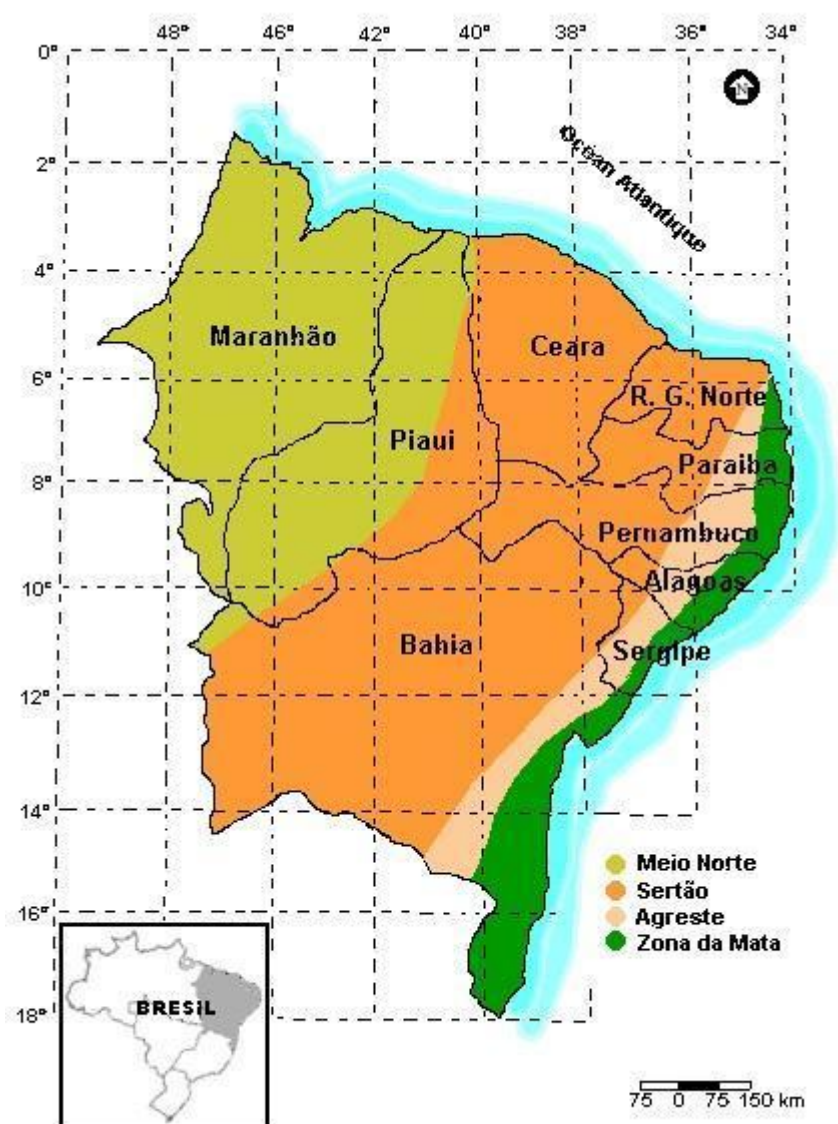
Uma informação peculiar, e ao mesmo tempo não é tão novidade, é trazida por José Otamar de Carvalho (1985), considerando que a causa essencial do atraso econômico do Nordeste não se dá pela falta de água, mas da estrutura econômica frágil da região, que é mantida por interesses políticos e econômicos conservadores. Ele menciona a existência de uma “indústria da seca”, que se beneficia da manutenção do *status quo*, focadas em soluções que não alteram a estrutura de poder e produção, como a construção de açudes e programas emergenciais, em vez de reformas agrárias ou desenvolvimento da irrigação. A “indústria da seca” é um exemplo claro de como a seca é mais do que um fenômeno natural; ela é socialmente produzida e economicamente explorada. Os recursos destinados ao combate à seca frequentemente são alvo de corrupção e desvios e a dependência de programas emergenciais cria uma relação clientelista entre a população e as elites locais.

A região Meio-Norte apresenta um clima tropical com duas estações bem definidas: uma seca e outra chuvosa. O solo, caracterizado pela riqueza em matéria orgânica, e a vegetação diversificada, que varia desde a floresta equatorial até a caatinga, contribuem para sua singularidade. Essa região sofre com os efeitos das estiagens prolongadas, que agravam diretamente a produção agrícola e pecuária, principais fontes de subsistência no Mundo Rural. Além disso, a falta de água e alimentos pode levar à migração em massa de pessoas em busca de condições melhores de vida, gerando impactos socioeconômicos significativos. A análise da história das frentes de emergência no Meio-Norte do Brasil é importante não apenas para tomar noção dos desafios enfrentados pelas populações rurais em regiões destroçadas pela seca, mas também para avaliar a efetividade das políticas públicas empreendidas pelo governo federal para combater os efeitos desse fenômeno e promover o desenvolvimento socioeconômico da região.

A proposta de subdivisão regional feita por Manuel Correia de Andrade (1973) em "A Terra e o Homem do Nordeste" reconhece a impossibilidade de reduzir o Nordeste a uma

única paisagem ou atividade econômica, destacando a importância de reconhecer as particularidades presentes nas substanciais relações entre o espaço geográfico e as formas de organização social e política dos grupos humanos presentes na região. O Meio-Norte, segundo essa abordagem, possui características próprias, influenciadas pela colonização tardia, pelas influências amazônicas e por um clima menos árido em comparação com outras áreas do Nordeste. Essa diversidade torna a área uma região única e de grande relevância para a compreensão da complexidade nordestina.

Figura 3 - Mapa com as sub-regiões do Nordeste brasileiro, de acordo com Manuel Correia de Andrade



Fonte: Adaptado de Manuel Correia de Andrade (1964 *apud* Dantas, 2019).

A área geográfica atualmente designada como o Nordeste do Brasil é reconhecida como uma das regiões mais estigmatizadas devido à recorrência de secas prolongadas, as quais acarretam consequências socioeconômicas de grande magnitude. Ao longo das últimas décadas do século XX, o governo federal engendrou diversas políticas públicas com o intuito de abrandar os impactos das secas e promover melhorias na qualidade de vida das famílias prejudicadas, destacando-se entre essas iniciativas a instituição das frentes de emergência.

Nesse sentido, a proposição de investigar as Frentes de Emergência de Combate aos Efeitos da Seca no Meio-Norte reflete uma abordagem que transcende a esfera histórica, adentrando os domínios antropológicos e sociológicos para uma compreensão abrangente do Nordeste e de seus habitantes. As secas exercem uma influência direta sobre setores como a agricultura, a pecuária e outras atividades econômicas, resultando em escassez de alimentos, perda de rebanhos e empobrecimento das populações rurais. Adicionalmente, tais períodos de estiagem exercem um impacto significativo sobre a vida social e cultural, influenciando tradições, crenças e estratégias de sobrevivência das populações debilitadas.

No livro "Holocaustos Coloniais: a criação do Terceiro Mundo" de Mike Ryan Davis (2022), renomado escritor, ativista político, teórico urbano e historiador norte-americano reconhecido por suas análises sobre poder e estratificação social, é exposta a intrincada conexão entre colonização, imperialismo e os impactos sociais e ambientais resultantes. A ocorrência recorrente de secas em diversas regiões do globo, particularmente afligindo grupos rurais dependentes da agricultura e pecuária para sua subsistência, é abordada em conjunto com a expansão do capitalismo em busca do progresso, acarretando significativas ramificações sociais e ambientais. Davis (2022) destaca a sincronicidade e universalidade desses eventos, revelando a natureza colonial do capitalismo em sua fase imperialista, como exemplificado pela notória seca de 1877-1878. Nesse contexto, percebe-se que as concepções de modernização e crescimento econômico têm raízes que remontam ao período monárquico brasileiro.

No século XIX, o Brasil – também um subcontinente muito visitado pelo El Niño – compartilhava duas outras coisas em comum com a Índia da época. Primeiro, embora nominalmente independente, sua economia, sobretudo no Nordeste, era tão dominada por investidores e credores ingleses que se tornou o exemplo clássico de uma “colônia informal” na moderna literatura sobre a dependência econômica. Segundo, o desenvolvimento econômico em escala nacional foi reduzido até estagnar na segunda metade do século XIX, sem nenhum aumento apreciável na renda *per capita* ou na produtividade. [...] Enquanto na Índia, no entanto, a crescente vulnerabilidade à fome acompanhada de uma notável modernização infraestrutural no final do século XIX, a história moderna do Sertão é impressionante pela ausência de

qualquer papel desenvolvimentista estatal até os anos 1960 e pela ameaça de revolução (Davis, 2022, p. 345. Grifos do autor).

O autor destaca que, durante o século XIX, o Brasil e a Índia compartilhavam uma relação de dependência econômica em relação aos investidores ingleses, contudo, apresentavam trajetórias distintas em termos de desenvolvimento: enquanto o Brasil estagnou sem registrar um aumento significativo na renda *per capita*, a Índia confrontava desafios como a fome e processos de modernização. Sob essa ótica, é possível inferir que tais disparidades refletem as consequências da influência econômica estrangeira e da ausência de políticas de desenvolvimento interno adotadas por esses países. A vinculação com investidores estrangeiros pode ter restringido as oportunidades de crescimento econômico autônomo e de aprimoramento das condições de vida da população. Adicionalmente, a inatividade do Estado no fomento do desenvolvimento do Sertão brasileiro até meados da década de 1960 pode ter contribuído para a perpetuação de desigualdades sociais e para a carência de infraestrutura e serviços básicos na mencionada região.

As secas recorrentes e o colonialismo do capitalismo imperialista estão intrinsecamente interligados, revelando uma heterogênea relação de exploração econômica, desigualdade social, negligência infraestrutural e controle econômico que moldaram as condições de vulnerabilidade das populações locais em face desses eventos climáticos extremos. O colonialismo imperialista, caracterizado pela busca de recursos e expansão econômica por potências colonizadoras, desempenhou um papel significativo na intensificação dos impactos das secas em regiões colonizadas. Essa exploração dos recursos naturais através desse sistema de dominação resultou em práticas predatórias que contribuíram para a degradação ambiental e a diminuição da resiliência das áreas colonizadas às secas.

A busca incessante por lucro levou a uma exploração desenfreada dos recursos naturais, sem considerar os impactos a longo prazo sobre o meio ambiente e a capacidade de suporte das regiões impactadas. Além disso, o estabelecimento de estruturas sociais desiguais durante o período colonial agravou a vulnerabilidade das populações locais às secas. O sistema colonial frequentemente subjuga a população local em benefício das potências colonizadoras, resultando em condições de pobreza, falta de acesso a serviços básicos, e limitações no desenvolvimento de capacidades adaptativas frente a eventos climáticos extremos. O controle econômico exercido nesse sistema político que é pautado na dominação sobre as regiões colonizadas contribuiu também para a promoção de práticas agrícolas

voltadas para a produção de culturas de exportação em detrimento da segurança alimentar local.

Essa dependência de mercados externos e a priorização de interesses econômicos estrangeiros tornaram as famílias camponesas locais mais suscetíveis a flutuações econômicas e climáticas, exacerbando os impactos das secas sobre sua subsistência e bem-estar. A falta de investimento em infraestrutura e medidas preventivas também desempenhou um papel crucial, destacando-se a negligência em desenvolver sistemas de irrigação, armazenamento de água e outras infraestruturas essenciais ao deixar as populações locais desprotegidas e incapazes de lidar adequadamente com os impactos das secas, aumentando sua vulnerabilidade e dependência em relação às potências colonizadoras. Portanto, existiu e existe uma relação variada e multifacetada que reflete um padrão histórico de exploração, desigualdade e negligência, de forma a moldar as condições de vulnerabilidade dos habitantes de áreas e regiões em contextos coloniais.

A análise das políticas e medidas adotadas para enfrentar os períodos de seca possibilita uma investigação aprofundada sobre a abordagem do Estado brasileiro diante dessa séria problemática, permitindo a captação dos impactos sobre as famílias arrasadas e a identificação dos processos sociais e culturais que emergem em resposta a tais desafios. A pesquisa acerca das Frentes de Emergência de Combate à Seca no Meio-Norte propicia um ângulo plural e interdisciplinar para a compreensão dos fenômenos de seca no contexto nordestino, ao mesmo tempo em que suas ramificações e as vivências dos envolvidos, contribuindo para um horizonte de interpretação maior dos Estados nordestinos, principalmente o Maranhão e o Piauí.

O intervalo temporal compreendido entre as décadas de 1970 e 1990, delimitado como período de análise neste estudo, testemunhou transformações significativas no cenário agrário e rural do Brasil, caracterizado pelo avanço da fronteira agrícola nos Cerrados, impulsionado e financiado pelo capitalismo global por meio do que ficou conhecido como Revolução Verde, sendo amplamente acolhido por grandes latifundiários e influentes grupos políticos locais. As crises que se desencadearam a partir desse contexto se manifestaram na expulsão de camponeses do campo, na crise de abastecimento de alimentos e no aumento da população em situação de pobreza e fome, cujas narrativas eram disseminadas em veículos de comunicação, discursos oficiais, literatura regional, relatórios e dados estatísticos, retratando os pobres como uma ameaça ao desenvolvimento regional.

Outro ponto importante é a concepção de pobreza adotada no mundo ocidental moderno e industrial, conforme destacado por Geremek (1995), como uma *questão social*,

influenciando, ao longo de séculos, as políticas direcionadas a essas populações nas sociedades capitalistas modernas, sendo que, no contexto em análise, tais políticas se voltavam simultaneamente para o controle dos pobres estigmatizados como flagelados, em meio a iniciativas e estratégias de desenvolvimento regional que, paradoxalmente, poderiam resultar em exclusão. O historiador polonês aborda a complexidade da pobreza e da miséria por um prisma histórico e sociológico firme, refletindo sobre como esses fenômenos têm sido percebidos e tratados ao longo do tempo. Ele destaca a evolução das atitudes sociais em relação à pobreza, desde a visão medieval de que a pobreza poderia ter um caráter santificante até a percepção moderna de que é um estigma social negativo.

Por essa análise, a pobreza não é apenas uma questão de privação material, mas também um estatuto social que pode ser mais marcante na vida dos indivíduos do que sua situação material desfavorecida. A industrialização e o capitalismo, assim, contribuem para o empobrecimento das massas, criando uma classe de pessoas marginalizadas e excluídas dos benefícios do crescimento econômico. Cria-se, então, uma tendência de associar pobreza com criminalidade e vagabundagem, quando tais comportamentos são frequentemente o resultado de estruturas sociais e econômicas desiguais que perpetuam a miséria e a exclusão. O autor também aborda a questão da fome e subnutrição, enfatizando que esses problemas não são apenas consequências da pobreza, mas fatores que colaboram para a sua perpetuação.

No contexto do Nordeste do Brasil, as secas e estiagens exacerbam as condições de pobreza e miséria. A falta de recursos hídricos e a consequente dificuldade na agricultura e na manutenção da vida cotidiana refletem a vulnerabilidade das populações às forças da natureza e às políticas econômicas. Assim como o autor sugere que a pobreza é muitas vezes inerente ao processo de desenvolvimento capitalista, e no Meio-Norte, a recorrência de secas pode ser vista como um ciclo de pobreza perpetuado pela falta de infraestrutura adequada e investimentos em desenvolvimento sustentável. A crítica reside na observação de que tanto na Europa histórica quanto no Nordeste contemporâneo, as respostas políticas e sociais à pobreza frequentemente falham em abordar suas raízes estruturais.

Em vez de soluções paliativas, necessita-se de um compromisso com a transformação das condições que perpetuam a pobreza e a exclusão social. A pobreza, portanto, deve ser entendida não como uma falha individual, mas como um sintoma de sistemas econômicos e políticos que necessitam de reforma para alcançar uma distribuição mais justa de riqueza e oportunidades. E ao escrever sobre os modos como o Estado intervém

nas áreas atingidas por estiagens, o historiador Domingos Neto⁸ (1987) aponta que este é um dos elementos constituintes mais importantes na dinâmica do fenômeno da seca, que ele aborda como mito.

Trata-se de uma intervenção bastante antiga e que se caracterizou pela insistência em determinadas práticas de efeitos sociais marcadamente negativos. Se não deteve os “efeitos da seca” passou a fazer parte integrante das condições objetivas em que esta emergia. Como saldo, essa intervenção não ofereceu exatamente uma redução nas proporções do fenômeno, mas, sim, sua perpetuação, mesmo que com roupagem levemente retocada (Domingos Neto, 1987, p. 82),

Os mitos que o autor apresenta relacionados à “seca” e ao “flagelo” na economia rural, destacam-se em sua análise indo além da superficialidade da ausência de precipitações, buscando compreender as intrincadas relações entre as condições climáticas adversas, a organização social e econômica da região e as políticas públicas inadequadas. As ações governamentais e políticas implementadas, que ao longo do tempo se tornaram parte integrante do cenário socioeconômico e ambiental, não conseguiu efetivamente mitigar os impactos da seca, mas acabou contribuindo para a perpetuação do problema, ainda que de forma disfarçada.

Enquanto isso, para o autor, o conceito de “flagelados” transcende a mera designação das pessoas afetadas pela seca, adquirindo uma complexidade e profundidade que refletem as interações intrincadas entre fatores sociais, econômicos e ambientais. Ao colocar o termo entre aspas, sugere uma reflexão crítica sobre a construção social e discursiva da palavra, questionando as narrativas simplistas e estereotipadas que muitas vezes são associadas à ideia de vítimas da seca. Ele busca desvelar as camadas mais profundas de significado por trás da palavra, explorando as relações de poder, as dinâmicas sociais e as estruturas de desigualdade que moldam a experiência dos “flagelados” no contexto do “flagelo”, isto é, a “seca”.

Tudo isso molda as condições de vida e de trabalho das comunidades rurais. Os “flagelados” não são apenas indivíduos comprometidos pela seca, mas representam uma camada social mais vasta que conglomera questões de vulnerabilidade, desigualdade e exclusão. O vocábulo é utilizado de forma simbólica para destacar não apenas a situação de emergência causada pela seca, mas também as condições estruturais que perpetuam o

⁸ Manuel Domingos nasceu em Fortaleza em 1949. Formou-se em História pela Universidade de Paris VI em 1976. No mesmo ano, obteve o título de Mestre em Sociedade e Economia na América Latina pela Universidade de Paris III e, em 1979, concluiu seu doutorado em História na mesma instituição. Atuou como pesquisador na Casa de Rui Barbosa e foi superintendente da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, estado pelo qual também exerceu o cargo de deputado federal. Além de professor na Universidade Federal do Ceará, foi professor associado na Universidade Federal Fluminense, vice-presidente do CNPq e presidiu a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).

sofrimento e a marginalização dessas comunidades. O enredamento e a penetração desses conceitos, seja da "seca", seja dos "flagelados", residem, assim, na sua capacidade de capturar não apenas os aspectos físicos e imediatos da escassez de chuvas e da vulnerabilidade social, mas também as interações complexas entre natureza, sociedade, poder e desigualdade que moldam as experiências e realidades.

Domingos Neto (1987) ainda indica que foi por volta de meados do século XX que a “seca” começou a ser percebida por um círculo limitado de analistas como um problema que vai além da simples fenomenologia climática.

Foi sobretudo nos meados do século, o texto de Hans Singer, que a “seca” passou a ser vista de forma mais objetiva, como fenômeno multifacetário, onde os aspectos climatológico, social e político estariam solidamente imbricado. Esta noção fica definitivamente assentada com a divulgação do célebre “Relatório do GTDN” (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), que inspirou a criação da SUDENE. Tal avanço na conceituação de “seca” foi fruto da própria experiência objetiva da sociedade em face do flagelo e das formas de enfrentá-los. [...] Todavia, persiste na consciência geral a ideia de “seca” como fenômeno climático. [...] (Domingos Neto, 1987, p. 18).

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a história das frentes de emergência no Meio-Norte do Brasil, destacando suas principais ações e impactos na vida das populações rurais perturbadas pela seca. Para tanto, serão utilizados dados e informações de fontes primárias e secundárias, incluindo relatórios governamentais, estudos acadêmicos e entrevistas com aqueles que vivenciaram o período. Espera-se que este estudo contribua para uma melhor noção dos desafios enfrentados pelas pessoas que habitam as zonas rurais em regiões transtornadas pela seca e das políticas públicas que podem ser executadas para mitigar seus efeitos.

As frentes de emergência foram ativadas pelo governo federal nas décadas de 1970 e 1990 como uma resposta à crise socioeconômica causada pela seca no Nordeste. Essas frentes atuaram em três frentes distintas: fornecimento de água e alimentos, aplicação de medidas sanitárias e de saúde, e intervenção na produção de bens essenciais. A realização dessas medidas foi básica para garantir a sobrevivência das populações comprometidas pela seca, o que gerou impactos significativos na dinâmica social e econômica da região.

O recorte temporal foi marcado por uma série de secas prolongadas que debilitaram gravemente os habitantes do Nordeste, sobretudo os sujeitos do Mundo Rural do Meio-Norte. Durante essas décadas, foram criadas diversas frentes de emergência para combater os efeitos da seca no intuito de aliviar os transtornos enfrentados pela população. Essas ações foram importantes porque buscaram minimizar os impactos socioeconômicos na busca também de

construir adaptabilidade frente ao cenário climático que estava sofrendo alteração. Além disso, o estudo desse período permite entender melhor as políticas públicas adotadas para enfrentar a seca e as formas como as populações rurais se organizaram para lidar com essa situação.

Quadro 1 - Períodos de seca da Região Nordeste na segunda metade do século XX

Período	Ocorrências de Seca
1970	Criação de frentes de emergências. Uma alternativa para 1,8 milhões de pessoas, em decorrência das grandes secas que atingiram todo o Nordeste.
1979/ 1984	A mais prolongada e abrangente seca da história do Nordeste. Atingiu toda a região, deixando um rastro de miséria e fome em todos os Estados. No período, não se colheu lavoura numa área de quase 1,5 milhões de km ² . Só no Ceará foi registrada mais de uma centena de saques, quando legiões de trabalhadores famintos invadiram cidades e arrancaram alimentos à força em feiras-livres ou armazéns. Segundo dados da SUDENE, entre 1979/1984, morreram na região 3,5 milhões de pessoas, a maioria crianças, por fome e enfermidades derivadas da desnutrição. Pesquisa da Unesco apontou que 62% das crianças nordestinas, de 0 a 5 anos, na zona rural, viviam em estado de desnutrição aguda.
1993	Grande seca atinge todos os Estados do Nordeste e mais parte da região norte de Minas Gerais. Só no Nordeste, de acordo com dados da então SUDENE (hoje, ADENE), um total de 1.857.655 trabalhadores rurais que perderam suas lavouras foram alistados nas chamadas "frentes de emergência". Pernambuco foi o Estado que teve o segundo maior número de agricultores alistados nessas frentes, com 334.765 pessoas, perdendo apenas para a Bahia (369 mil trabalhadores alistados). As perdas de safras foram totais, em todos os Estados Nordestinos. Na época, a imprensa recifense publicou reportagem segundo a qual dezenas de obras de combate às secas, iniciadas e abandonadas pelo governo federal antes da conclusão, já haviam provocado, entre 1978/1993, prejuízos de CR\$ 6,7 trilhões. O escândalo das obras inacabadas deu origem até mesmo a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no Congresso Nacional, para apurar responsabilidades.
1998	Neste período, uma seca muito intensa atingiu toda população, precisamente no final do mês de abril. População faminta, promovendo saques a depósitos de alimentos e feiras livres, animais morrendo e lavouras perdidas. Com exceção do Maranhão, todos os outros estados do Nordeste foram atingidos, numa totalidade de cerca de cinco milhões de pessoas afetadas. Esta seca estava prevista há mais de um ano, em decorrência do fenômeno <i>El Niño</i> , mas, como das vezes anteriores, nada foi feito para amenizar os efeitos da catástrofe.

Fonte: De Alcântara Silva *et. al.*, 2013, p. 289.

Leva-se em consideração o período de estiagem mais longa e contínua do século XX, que abrangeu de 1979 a 1983, resultando em cinco anos de intensos dissabores para a população acometida. Durante esse tempo, ocorreram cerca de 3,5 milhões de mortes, principalmente crianças desnutridas, conforme mencionado por Antunes (2014). Essa seca prolongada afetou áreas que anteriormente não haviam sido atingidas, incluindo a Pré-Amazônia Maranhense. A baixa precipitação pluviométrica gerou agitação social e ficou

marcada como um período conhecido como "O genocídio do Nordeste", em relatório produzido pelas entidades CPT/Cepac/Ibase em 1988.

Além disso, os anos entre 1990 e 1993 também testemunharam a ativação dos Programas de Emergência de Combate aos Efeitos da Seca pelo governo federal, devido à escassez de chuvas que resultou em amplos impactos na região Nordeste. Isso provocou uma onda de pessoas deslocadas em direção aos centros urbanos em busca de auxílio, bem como uma alta taxa de emigração para outras unidades da Federação que, somada a outros comportamentos, destacam a persistência das crises provocadas pela seca na região bem como a necessidade contínua de ações de emergência para enfrentar as consequências adversas desse fenômeno climático recorrente.

A dimensão social e econômica da seca é profundamente enraizada e interligada com questões de acesso à terra, distribuição de recursos e poder político. A falta de acesso à terra e aos recursos naturais potencializa a vulnerabilidade das populações rurais atingidas pela seca, uma vez que, sem o auxílio governamental apropriado, estas passam a ocupar áreas mais suscetíveis aos agravamentos das estiagens, tornando-as mais dependentes de políticas públicas emergenciais e menos capazes de se adaptar às mudanças climáticas. Ora, a expansão do latifúndio pode dificultar o acesso e melhor distribuição de propriedades agravando a problemática da concentração de renda e poder nas mãos de poucos, o que pode perpetuar a dominação e “flagelo” das populações rurais “vítimas das secas”.

Ao examinar as ações e impactos das frentes de emergência, é possível identificar as principais limitações e potencialidades dessas políticas, bem como as estratégias adotadas pelas comunidades locais para lidar com a seca e buscar alternativas de subsistência. Além disso, a análise da história das frentes de emergência pode contribuir para o debate atual sobre as políticas públicas de combate à seca no Brasil, fornecendo subsídios para a formulação de novas estratégias e aprimoramento das existentes.

Considera-se, então, como frentes de serviço ou frentes de emergência aqueles espaços de obras estabelecidos pelos Programas de Emergência durante situações especiais de defesa civil, com o propósito de oferecer à população ações que abranjam renda (frentes de trabalho), alimentação (distribuição de cestas básicas) e acesso à água (fornecimento de água por meio de carros-pipa). A origem dessas frentes de serviço remonta ao período monárquico, quando obras como a construção de linhas férreas, açudes, poços e outros projetos similares eram ativadas para proporcionar salário à população afligida pela estiagem, a qual buscava alternativas em regiões mais favoráveis. Essas frentes de serviço visavam tanto a atender às necessidades imediatas da população quanto a criar oportunidades de trabalho em momentos

de crise, contribuindo para minimizar os impactos adversos da seca e manter a subsistência dos afetados.

É importante destacar que a liminaridade de camponês-operário se apresenta nas décadas de 1970-80 com o movimento de modernização⁹ do campo piauiense, devido às diversas políticas e programas governamentais para o setor rural, a citar Programa de Irrigação¹⁰, o Polonordeste¹¹ e o Projeto Sertanejo¹², além de outros. Enquanto nas décadas de 1950-60 as unidades produtivas básicas eram o latifúndio e a pequena produção de subsistência, tais ações governamentais na agricultura piauiense aumentaram a instabilidade do pequeno produtor em relação à terra, refletindo o agravamento da distribuição da terra, alargaram a importância do trabalho assalariado e ampliaram as tensões sociais no campo (Bandeira¹³, 1994). Verifica-se o melhoramento da propriedade privada e a proletarização dos trabalhadores rurais, reféns da mão de obra remunerada, com a perda da importância da pequena produção.

Ressalte-se a importância de observar as mudanças na rotina e no dia a dia de trabalho das famílias rurais, desde os homens, as mulheres e as crianças, considerando as transformações decorrentes da nova organização do trabalho nas frentes de serviço durante a seca. Essas mudanças rompiam com a lógica temporal natural, impondo uma nova dinâmica de trabalho. Além disso, destaca-se a expectativa gerada pelas frentes de serviço em relação às possibilidades de trabalho para a população, bem como a organização do seio familiar em torno dessas oportunidades de atividades econômicas. A existência de uma clara divisão de funções e a solidariedade entre os trabalhadores também são aspectos relevantes, expondo a

⁹ Bandeira (1994) utiliza o termo modernização para se referir ao conjunto de mudanças nos métodos, na composição da produção agropecuária, nas relações de trabalho, no sentido de assalariamento, na estrutura fundiária, etc.

¹⁰ Na década de 1970, as ações de irrigação estavam ligadas ao Programa de Integração Nacional (PIN) específico ao Nordeste com o Programa Plurianual de Irrigação (PPI), através do DNOCS. O decreto nº 92.344, de 29 de janeiro de 1986, instituiu o Programa de Irrigação do Nordeste (Proine), a ser implementado na área de atuação da SUDENE, para promover mudanças institucionais nos Estados implantando infraestrutura, formando equipes técnicas e produtores rurais familiarizados com práticas de irrigação.

¹¹ Criado pelo Decreto nº 74.794, de 30 de outubro de 1974, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas no Nordeste (Polonordeste) tinha a finalidade de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste, com o sentido de polos agrícolas e agropecuários. Pretendia transformar a agropecuária tradicional em economia de mercado com a melhoria da infraestrutura local, desde estradas, insumos a crédito.

¹² Criado pelo Decreto nº 78.299, de 23 de outubro de 1976, o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo) tinha "a finalidade de fortalecer a economia das unidades de produção agropecuária, sobretudo pequenas e médias, do semiárido nordestino tornando-as mais resistentes aos efeitos das secas, a partir de núcleos de prestação de serviços e de assistência técnica, previamente selecionados". A implementação deveria se articular com o Polonordeste, buscando também a criação de empregos.

¹³ Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e foi professor do Curso de Economia da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

existência de uma formação de estratégias para manter-se no emprego em meio às condições adversas. Essa tomada de consciência é crucial para contextualizar as mudanças nas práticas e percepções temporais das famílias, bem como para entender as estratégias de resistência adotadas diante das transformações impostas pela nova organização do trabalho.

Busca-se perceber se houve uma significativa mudança na vida dos trabalhadores, que passaram por uma transformação em relação ao tempo e à disciplina de trabalho, conforme discutido por Thompson (1998). Essa mudança resultou em uma experiência histórica única para essas pessoas, que passam a se perceber sob uma nova condição: como operários. A condição extrema que se encontravam foi indispensável para estabelecer múltiplas relações de trabalho, e as famílias camponesas tiveram que desenvolver suas próprias estratégias de adaptação a essa nova realidade. O ambiente de trabalho distinto, o cotidiano e o aprendizado compuseram um rico conjunto de vivências para esses indivíduos.

Algumas questões levantadas são fundamentais para abarcar a organização das frentes de emergência de combate à seca na região do Meio-Norte e as estratégias de resistência adotadas pelos camponeses diante das situações do fenômeno no território piauiense. Além disso, a análise da subordinação da renda camponesa ao capital e da economia moral no seio das famílias camponesas é essencial para entender as dinâmicas socioeconômicas e culturais desse contexto.

Como as frentes de emergência avançaram no Meio Norte e como repercutiram no seio das famílias rurais? Como se deu a mudança de cotidiano da roça para as frentes de emergência de combate aos efeitos da seca, em particular aqueles ligados ao uso do tempo e da disciplina de trabalho, dentro das comunidades estudadas? Como se caracteriza a economia moral camponesa, por vezes articulada a uma economia monetária (considerando que atividades extrativas desenvolvidas na região quanto atividades de produção agrícola é tanto um processo monetário quanto uma economia moral), enquanto estratégia de resistência ao modelo de desenvolvimento rural imposto pelo Estado em alinhamento com o grande capital? Como as famílias camponesas percebem tais transformações e norteiam suas próprias estratégias de adaptação? Houve sentimento de pertencimento, coesão e unidade entre os trabalhadores dos campos de obras de combate aos efeitos da seca, transformando-se em identidade? Essas experiências diferem de outras vividas pelos camponeses, inclusive no próprio Nordeste?

A mudança do cotidiano da roça para as frentes de emergência de combate aos efeitos da seca também é um ponto crucial, assim como a percepção das famílias camponesas sobre essas transformações e suas estratégias de adaptação. O entendimento das mudanças nos

costumes, especialmente no que se refere ao uso do tempo e à disciplina de trabalho, dentro das comunidades estudadas, é relevante para contextualizar as transformações vivenciadas. Além disso, a influência da economia moral e dos costumes do campesinato na forma como lidaram com a situação de crise, bem como as formas de luta, os conflitos, as ações e articulações com outros sujeitos políticos, são aspectos que merecem atenção.

A análise do sentimento de pertencimento, coesão e unidade entre os trabalhadores das frentes de emergência, e a comparação dessas experiências com as vividas por camponeses em outras regiões do Nordeste, são igualmente relevantes para se entender a especificidades e as possíveis diferenças em relação a contextos similares. Essas questões fornecem um panorama das relevantes dinâmicas sociais, econômicas e culturais envolvidas na vivência da seca e no trabalho nas frentes de emergência, contribuindo para uma análise ampla e mais densa das vivências dos camponeses nesse contexto específico.

Essas singularidades de vida únicas, vivenciadas por atores sociais com costumes diferenciados e complexos, podem se tornar paradigmas de experiências coletivas e de valores e hábitos de conjunturas e épocas. Necessita-se restituir a voz e vez desses protagonistas de um cenário turvo, práticas que traduzem a intersecção com o fio social condutor da história. Uma história vista de baixo, de homens e mulheres que frequentemente têm a existência ignorada e silenciada. O objetivo é analisar como o contexto de transição de camponeses para uma inserção forçada em um trabalho de moldes capitalistas impactou a experiência de classe, a sociedade e cultura do Meio-Norte, considerando a questão agrária, os conflitos, bem como as instituições governamentais de mediação sociopolítica. Isso parte de uma análise da cultura, identidade e modo de vida, bem como de uma crítica às práticas dominantes do mercado. Há uma urgência em expandir o debate que reconhece o campesinato como uma classe social contraditória dentro do capitalismo, especialmente para instrumentalizar a criação de políticas públicas direcionadas a esses indivíduos.

Essa postura valoriza a história de sujeitos comuns e contribui para uma narrativa de suas vivências mais profundas dos comportamentos sociais, econômicos e culturais envolvidos na experiência da seca e no trabalho nas frentes de emergência. Diante da nuance das dinâmicas sociais e econômicas nas regiões afetadas pelas secas, torna-se manifesto e imperativo envolver não apenas os impactos imediatos desses fenômenos, mas também as estratégias de resistência e adaptação adotadas pelas comunidades locais. Nesse sentido, a análise das frentes de emergência de combate à seca no Meio-Norte revela não apenas a atuação do Estado frente a essas crises, mas também as transformações vivenciadas pelas populações rurais em meio a esses contextos adversos.

No que tange a utilização de fontes, esta pesquisa se debruça sobre entrevistas orais. Durante o desenvolvimento de Monografia na Graduação, foram entrevistados 05 (cinco) homens, Antônio, Pereira, Alves, Nascimento e Lima, e 02 (duas) mulheres, Marsunila e Madalena, moradores do município de Angical do Piauí e Beneditinos, que experienciaram as frentes de emergência em períodos de seca no Piauí. Em 2023, diante das novas questões abordadas no projeto de Dissertação de Mestrado, houve necessidade de voltar aos mesmos entrevistados para novas perguntas e complementar questões respondidas anteriormente. Na ocasião, também se entrevistou o senhor Abraão, no município de Angical do Piauí.

Como fontes escritas, utilizou-se publicações hemerográficas, como o Jornal O Dia, bem como publicações, relatórios e dossiês produzidos pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC), censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as *Cartas CEPRO*. Tais documentos se encontram acessíveis para consulta nas respectivas bibliotecas de cada órgão e/ou no Arquivo Público do Piauí, exceto o acervo do CEPAC, disponível e sob salvaguarda do Núcleo de Estudos e Documentação em História, Sociedade e Trabalho (NEHST-UESPI). Além disso, é importante informar que as *Cartas CEPRO* são publicações de periodicidade variada, produzidas pela Fundação CEPRO, atualmente denominada Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Piauí.

Ao adentrar nos aspectos teórico-metodológicos sobre identidades na fronteira com o capitalismo, busca-se não apenas abarcar as dinâmicas econômicas subjacentes, mas também as formas como tais processos influenciam as experiências e percepções das comunidades locais, delineando novas possibilidades de análise e reflexão sobre as interações entre sociedade, Estado e ambiente/natureza. Assim, considera-se essencial para a utilização de categorias e conceitos como campesinato, de Shanin (1976, 2008); ordem moral do campesinato, de Woortmann (1990); experiência de classe, economia moral, costumes, tempo e disciplina de trabalho, de Thompson (1998, 2012a, 2012b, 2018); economia moral e formas cotidianas de resistência, de Scott (2002, 2011, 2012); e fronteira, de Martins (1996, 2009). Observa-se, pois, o diálogo teórico-metodológico interdisciplinar entre História, Sociologia e Antropologia, Ciências Humanas e Sociais que, em suas particularidades, debruçam-se ao estudo da sociedade e da cultura.

1.2 Aspectos teórico-metodológicos: identidades na fronteira com o capitalismo

É necessário entender as significativas mudanças que ocorrem na transição vivenciada pelos sujeitos que se encontram na fronteira entre o campesinato e o proletariado, especialmente em contextos de avanço da moderna economia de mercado, industrialização e urbanização. Muitas vezes, esses sujeitos são colocados à margem e seus comportamentos, práticas, costumes e tradições são apagados ou esquecidos em prol das demandas do capital¹⁴.

Reconhecer a existência e a identidade dessas pessoas, tanto antes quanto depois das transformações trazidas pela modernização também é de suma importância. Compreender quem era o trabalhador rural antes da chegada das obras de combate à seca, bem como quem ele se tornou após esse processo de transição, é essencial para entender de forma mais completa das movimentações sociais, econômicas e culturais envolvidas.

Esse enfoque permite não apenas reconhecer a diversidade de vivências e identidades presentes no seio das famílias camponesas, mas também valorizar as trajetórias individuais e coletivas dos sujeitos que vivenciam essas transformações. Ao destacar a importância de reconhecer, valorizar e preservar as identidades e as práticas culturais dessas comunidades, é possível evitar que seus saberes sejam apagados em prol das demandas do capital e da modernização.

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações (Shanin, 2008, p. 28).

O estudo dos camponeses adquire um papel político significativo ao evidenciar a necessidade de políticas públicas que considerem suas condições específicas. Theodor Shanin, sociólogo britânico e pioneiro na análise do campesinato russo no Ocidente, destaca a importância de estudá-los não apenas para que intelectuais produzam conhecimento que reflita seus interesses e os mobilize, mas também porque os camponeses têm muito a ensinar. Ele argumenta que os camponeses oferecem percepções notáveis sobre a flexibilidade em face de desafios e crises econômicas, lições valiosas para aqueles fora deste contexto, e demonstram uma adaptabilidade notável diante de adversidades e crises econômicas.

¹⁴ Para Chayanov (1966), o preço da terra não é uma função direta das forças de mercado tradicionais, mas sim das necessidades específicas e da situação de cada família camponesa. Esse enfoque destaca uma abordagem diferente da relação entre capital e terra, onde o capital não é mobilizado para maximizar retornos financeiros, mas para assegurar a subsistência e o bem-estar familiar.

Essa perspectiva sublinha a importância do conhecimento e da sabedoria acumulados pelas comunidades camponesas ao longo do tempo e reforça a necessidade de valorizar e aprender com essas práticas. Ao reconhecer os camponeses como atores sociais ativos, capazes de influenciar e moldar suas relações com a sociedade em geral, os estudos podem revelar formas de maleabilidade e conquistas políticas frequentemente desconsideradas. Este enfoque pode levar a um maior reconhecimento do campesinato como uma classe social dentro do sistema capitalista e à formulação de políticas que abordem suas contradições e necessidades.

Ao reconhecer que os camponeses têm muito a ensinar, Shanin ressalta a importância de uma abordagem de aprendizado mútuo e de valorização das sinergias e conhecimentos dos grupos rurais. Esse espectro ressalta a importância de uma abordagem de pesquisa e de intervenção que valorize as vozes e os conhecimentos das sociedades camponesas, destacando o reconhecimento de suas contribuições na formulação de estratégias para enfrentar desafios econômicos e sociais. Logo, a análise das comunidades camponesas-operárias nas sociedades contemporâneas requer um exame das estruturas sociais e econômicas que se adaptam às mudanças ao longo do tempo.

É essencial assimilar como esses indivíduos se equilibram em meio às transformações que lhes são impostas, especialmente durante a segunda metade do século XX, quando enfrentaram significativas mudanças sociais, econômicas e culturais. Estudar essas realidades históricas é uma via de mão dupla, na qual o conhecimento flui nos dois sentidos e se complementa. Isso significa que tanto os pesquisadores quanto as comunidades camponesas-operárias têm muito a aprender uns com os outros. Ao reconhecer a importância dessa troca de conhecimentos é possível obter uma análise mais completa das dinâmicas sociais, econômicas e culturais envolvidas, bem como valorizar as contribuições e sagacidade das coletividades estudadas. Essa postura ressalta uma abordagem que respeite as vozes desses sujeitos, promovendo um diálogo rico através da valorização dos costumes e das identidades desses corpos sociais.

Os pesquisadores das ciências sociais e humanas têm retomado o uso do termo "campesinato" para se referir às populações rurais do cultivo agrícola não apenas por questões ecológicas, mas também por sua maneira tradicional de uso e manejo do solo ser sustentável e menos agressiva à natureza, em contraposição ao avanço do agronegócio. Essa forma de análise possibilita um modo de investigação mais crítico e reflexivo sobre as relações entre sociedade e natureza, bem como sobre as conjunturas sociais e econômicas envolvidas na produção agrícola.

Apesar de já existirem importantes contribuições na História, Sociologia e Antropologia sobre o campesinato, de acordo com Rocha (2021), as pesquisas ainda são tímidas dentro desta primeira área de estudo. Isso destaca a importância de uma abordagem interdisciplinar, que permita o diálogo entre diferentes campos do conhecimento e a construção de uma análise mais plural e aprofundada sobre as experiências e perspectivas das comunidades camponesas. Essa interdisciplinaridade possibilita um diagnóstico mais completo das dinâmicas sociais, econômicas e culturais envolvidas na produção agrícola, bem como um entendimento maior das relações entre sociedade e natureza. Ao reconhecer a importância do diálogo interdisciplinar e da valorização das cosmovisões e conhecimentos das comunidades camponesas, é possível promover uma abordagem mais crítica e reflexiva sobre as questões socioambientais e econômicas envolvidas na produção agrícola.

Utilizar os movimentos sociais como objeto de estudo da história, para Mattos (2012), implica em problematizar dois temas-chave para a história social: a construção da identidade coletiva e a problemática da agência¹⁵ social na história, em referência a E. P. Thompson. Isso significa que é importante atentar para como e quando esses agentes sociais coletivos se constituem nos processos históricos, bem como a importância das ações e escolhas dos atores sociais e coletivos para o desenvolvimento histórico de uma determinada sociedade. Nesse sentido, é vital enfatizar que as identidades coletivas são processos plurais e socioculturais, que estão em constante transformação e adaptação às circunstâncias históricas e sociais.

Portanto, é necessário considerar as circunstâncias singulares que permeiam o objeto de pesquisa, a fim de obter ciência das práticas sociais, políticas e culturais envolvidas nestes movimentos sociais. Ao problematizar a construção da identidade coletiva e a agência social na história, é possível obter uma absorção mais profunda dos processos históricos que ocorrem no processo de organização dos grupos. Isso permite uma análise mais crítica e reflexiva sobre as questões sociais, políticas e culturais envolvidas nos movimentos sociais,

¹⁵ A noção de agência refere-se à capacidade dos indivíduos ou grupos de agir por conta própria e tomar decisões, influenciando suas vidas e o ambiente ao seu redor. No contexto das relações de poder, a agência é particularmente importante, pois envolve a capacidade de resistir, negociar e subverter formas de dominação e controle. E.P. Thompson examina como as comunidades populares operam com base em uma "economia moral," onde as ações coletivas e as resistências são guiadas por um senso de justiça e normas comunitárias, ao invés de meros interesses econômicos. A resistência geralmente ocorre dentro de um contexto de apoio coletivo, onde redes sociais, familiares e comunitárias desempenham um papel importante. Essas redes fornecem suporte emocional, recursos materiais e estratégias compartilhadas para enfrentar a opressão. A colaboração e a solidariedade dentro dessas redes são fundamentais para a eficácia das ações de resistência, mostrando que os oprimidos, mesmo quando aparentemente sozinhos, estão inseridos em um tecido social que sustenta e amplifica sua agência.

bem como sobre as posturas e resistências dos grupos envolvidos. Os estudos realizados sobre as secas no Nordeste permitem uma extensa investigação dos comportamentos sociais, políticos e culturais envolvidos nesse fenômeno, bem como as experiências das comunidades camponesas afligidas. É importante destacar que a conceituação de campesinato não é homogênea, mas sim formada historicamente através de processos de diferenciação social.

Nesse sentido, a coleção História Social do Campesinato no Brasil parte da ideia de que é necessário realizar o esforço de primeiramente saber reconhecer o campesinato através das formas de organização econômica, social e cultural, considerando diferentes espaços sociais e contextos históricos específicos (Godoi; Menezes; Marin, 2009, p. 23). Isso permite uma análise mais crítica e reflexiva sobre os costumes sociais envolvidos na produção agrícola, bem como sobre a atuação e prática das famílias camponesas. Ao considerar diferentes espaços sociais e contextos históricos específicos, é possível identificar as particularidades e singularidades, bem como seu desempenho nos campos sociais, políticos e culturais envolvidos na produção agrícola. Isso permite uma análise mais acurada e contextualizada das experiências e conexões existentes, bem como das relações entre sociedade e natureza.

Além disso, a categoria agricultura familiar é melindrosa e apresenta desafios teóricos para sua conceituação. Essa categoria se difundiu no Brasil principalmente a partir da implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Segundo Wanderley (2003), o agricultor familiar é um ator social que é visto como a reprodução pura e simples do "campesinato tradicional", capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado moderno. No entanto, essa concepção pode ser incerta, uma vez que a agricultura familiar não é homogênea e apresenta uma grande diversidade de formas de organização, produção e reprodução social. A agricultura familiar não pode ser vista apenas como uma categoria econômica, mas também como uma categoria social e cultural, que envolve relações de parentesco, vizinhança e solidariedade.

Portanto, é importante considerar as particularidades e singularidades das comunidades agrícolas familiares, bem como as camadas sociais, políticas e culturais envolvidas na produção agrícola, a fim de distinguir o enredamento dessa categoria. Por outro lado, ao analisar a indissociabilidade entre a unidade de produção e a unidade consumo de grupos camponeses domésticos, Garcia Jr e Heredia (2009) afirmam que o campesinato é um polo intermediário entre as sociedades primitivas e as sociedades de mercado. Destacam que é preciso considerar o fato dos grupos camponeses brasileiros vivem e precisam de suprimentos alheios à autoprodução, afirmando que a autossuficiência não está na economia camponesa.

Essa visão ressalta a interconexão entre a produção agrícola e as relações de mercado, bem como a dependência dos camponeses em relação a insumos, produtos e serviços externos à unidade de produção.

Essa análise reforça a importância da economia camponesa dentro de um contexto mais amplo, que considera as interações com o mercado, as relações de troca e as dinâmicas econômicas e sociais envolvidas. Dessa forma, é possível identificar as diversas camadas que fazem parte da economia camponesa, bem como as estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelos grupos camponeses. De fato, a discussão sobre a definição de camponês é longa e profunda, envolvendo diferentes raciocínios teóricos e conceituais. Shanin, por sua vez, parte da constatação de características comuns ao redor do mundo na definição de camponês e sintetiza essas características em alguns pontos principais:

Delimitamos o campesinato como uma entidade social com quatro facetas essenciais e inter-relacionadas: a exploração agrícola familiar como unidade básica de organização social, a lavoura da terra e a pecuária como principal meio de subsistência, uma cultura tradicional específica intimamente ligada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais e à subordinação à direção de poderosos agentes externos (Shanin, 1976, p. 01, tradução nossa).

Segundo Shanin, o camponês é um produtor direto, que trabalha a terra com suas próprias mãos e com a ajuda de sua família. Ele é proprietário ou arrendatário de sua terra, e sua produção é destinada principalmente ao consumo próprio e à venda no mercado local. O camponês é também um indivíduo que vive em uma comunidade rural, com laços de parentesco e vizinhança, e que compartilha valores culturais e tradições comuns. Por extensão, o campesinato é delimitado pelas seguintes características: 1. O campesinato é caracterizado pela presença de unidades familiares que se dedicam à exploração agrícola da terra como principal meio de subsistência. A família desempenha um papel central na organização e na produção agrícola, estabelecendo relações de trabalho e de reprodução social no contexto rural; 2. A atividade agrícola, incluindo a lavoura da terra e a criação de animais, constitui a base da subsistência do campesinato. A produção agrícola é voltada tanto para o consumo próprio quanto para a comercialização, sendo primordial para a reprodução econômica e social das famílias camponesas; 3. O campesinato é marcado por uma cultura tradicional própria, que está intimamente relacionada ao modo de vida das comunidades rurais. Essa cultura engloba valores, práticas, tradições e conhecimentos transmitidos ao longo das gerações, contribuindo para a identidade e coesão social das sociedades camponesas; 4. As comunidades camponesas frequentemente estão subordinadas a poderosos agentes externos, sejam eles políticos, econômicos ou sociais. Essa subordinação pode se manifestar

por meio de relações de poder, dominação e exploração que impactam a vida e as atividades do campesinato.

Além disso, o autor destaca que o camponês é um ator social que está inserido em um contexto mais amplo, que envolve relações de poder e dominação. Ele é frequentemente subordinado a elites políticas e econômicas, e sua posição social é influenciada por fatores como a estrutura fundiária, as políticas agrícolas e as flutuações do mercado. Essa síntese permite englobar ainda mais singularidades presentes no cotidiano de vida do camponês, considerando suas características econômicas, sociais e culturais, bem como suas relações com o mercado e com as estruturas de poder e dominação.

A sagacidade de Shanin abarca a atuação dos sujeitos piauienses e maranhenses nas frentes de emergência de combate à seca como uma estratégia de sobrevivência e resistência, que está intimamente ligada à sua condição de camponeses. Como destaca Moraes (2009), esses sujeitos enfrentam um desequilíbrio entre produção e consumo, o que os leva a buscar complementação por meio do trabalho assalariado. Nesse contexto, a diferenciação camponesa pode ser analisada a partir das múltiplas estratégias de reprodução social adotadas pelos sujeitos, que incluem não apenas a produção agrícola, mas também outras atividades econômicas, como o emprego local, o pequeno comércio e o artesanato.

Além disso, a migração em busca de trabalho assalariado também é uma estratégia comum entre os camponeses, que buscam garantir sua sobrevivência e reprodução social em um contexto de precariedade e vulnerabilidade. Por sua vez no Brasil as migrações do campo assumem, de um lado, a expulsão dos camponeses, no caso dos camponeses piauienses que por muito viveram sob o sistema de moradia ou agregados a terra, e de outro lado as correntes que atuaram no processo de atração desses sujeitos para ocupação de outras regiões, com promessa de terra e trabalho. Moraes (2009) promove uma rica leitura sobre a condição camponesa no contexto da seca no Meio-Norte, destacando as múltiplas estratégias adotadas pelos sujeitos para garantir superação dos agravamentos oriundos da seca, bem como as relações de poder e dominação que permeiam essa condição.

O cenário bastante complexo envolve um conjunto de estratégias desenvolvimentistas pensadas pelo Estado para elevação da economia rural da região através do agronegócio. A região sudoeste do Piauí, parte dos estados do Maranhão e Bahia, e todo o estado do Tocantins, a partir da segunda metade dos anos 1980 passaram a integrar um projeto de expansão da fronteira agrícola para os Cerrados. Em 2015, os estados citados passam a formar a região do Matopiba, um acrônimo formado pelas iniciais desses quatro estados (MA + TO + PI + BA). O bioma Cerrado, que por longo período da história havia

sido evidenciado como lugar esmo ou improdutivo, ganhava projeção como a última fronteira agrícola do país. O baixo custo das terras devolutas propagandeadas pelo estado a “preço de banana” somado a um conjunto de incentivos fiscais, mobilizou a chegada dos novos/velhos colonizadores na região, autodenominados empreendedores rurais. No discurso oficial, essa expansão ocorreu sobre áreas de Cerrado com pastagens subutilizadas e foi possibilitada pela disponibilidade de tecnologias adequadas às condições locais. Por sua vez, é importante dizer que a perspectiva inovadora que propagou a onda do agronegócio durante o Governo Civil-Militar, degradou o meio ambiente, expulsou moradores das suas terras, que passaram a depender do trabalho assalariado nas empresas ali instaladas, tornando-se vulneráveis à rede de escravidão contemporânea.

Ao realizar um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento, utilizando a relação entre capitalismo autoritário e campesinato, Velho (2009), importante antropólogo brasileiro, indica que esse tema representa não apenas um espaço geográfico em constante transformação, mas também um ponto de convergência de interesses divergentes, onde se manifestam conflitos, negociações e resistências. Nesse sentido, as *fronteiras em movimento*¹⁶ se torna um microcosmo que reflete as contradições e as tensões inerentes ao processo de expansão do capitalismo autoritário sobre as estruturas camponesas tradicionais, em uma espécie de campesinato à brasileira. Ao analisar a fronteira em movimento no Norte e Nordeste, é possível discernir as estratégias de adaptação e de resistência adotadas pelos camponeses diante das pressões do sistema capitalista, bem como as estratégias de controle e dominação praticadas pelas elites autoritárias. A fronteira em movimento se revela, assim, como um espaço de negociação constante, onde se definem as fronteiras simbólicas e materiais entre o antigo e o novo, o tradicional e o moderno, o local e o global.

O estudo ressalta a importância de considerar as dimensões políticas, culturais e históricas na análise das interações entre o capitalismo e campesinato, cunhando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e contextualizada para a adoção plena dessas dinâmicas. Ao explorar as estratégias de resistência e adaptação adotadas pelos camponeses diante das pressões do sistema capitalista, o autor lança luz sobre as estratégias de reprodução social e cultural das comunidades rurais em contextos de transformação acelerada, destacando-se as nuances das relações de poder, exploração e resistência presentes nesse cenário.

¹⁶ O autor debate fronteira partindo das contribuições do historiador norte-americano Frederick Jackson Turner, que teorizou sobre o avanço da fronteira, ou fronteiras em movimento, norte-americana como expressão do desenvolvimento dos Estados Unidos.

O estudo sobre fronteira permite uma farta compreensão das transformações sociais, econômicas e culturais que ocorrem nas regiões de fronteira, evidenciando as interações complexas entre diferentes atores sociais e os impactos dessas interações na estruturação das relações de poder e de produção. Observa-se uma reconfiguração significativa das relações de produção, marcada pela introdução de novas formas de exploração e de controle sobre os meios de produção por parte das elites autoritárias. As comunidades camponesas, tradicionalmente organizadas em torno de estruturas comunitárias e de práticas de solidariedade, enfrentam desafios crescentes à medida que o capitalismo autoritário se expande. A imposição de relações de trabalho assalariado, a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e a introdução de tecnologias e métodos de produção capitalistas alteram profundamente as dinâmicas internas das comunidades rurais.

Diante dessas transformações, os camponeses desenvolvem estratégias de sobrevivência que visam garantir a reprodução de suas condições de vida e de trabalho. Essas estratégias incluem a diversificação das atividades econômicas, a busca por alternativas de subsistência fora da agricultura, a resistência à expropriação de terras e recursos naturais, e a organização de formas de resistência coletiva contra as práticas opressivas do capitalismo autoritário. De acordo com o autor, é possível perceber também uma reconfiguração das formas de organização social nas comunidades camponesas, com a emergência de novas lideranças, de redes de solidariedade ampliadas e de formas de resistência coletiva mais articuladas. A busca por estratégias de empoderamento e de autonomia frente às pressões do capitalismo autoritário torna-se uma questão central para a sobrevivência e a reprodução das comunidades camponesas em face das transformações em curso.

A discussão apresentada por Velho (2009) pode ser associada às condições enfrentadas pelos camponeses “vítimas das secas e estiagens” no Meio-Norte do Brasil no final do século XX, especialmente no que diz respeito às dinâmicas de dominação, resistência e sobrevivência em contextos de vulnerabilidade climática e socioeconômica. Nesse sentido, o diagnóstico das relações de produção sob o capitalismo autoritário lança luz sobre as formas de exploração e de expropriação de recursos enfrentadas pelos camponeses em situações de calamidade ambiental, como as secas e estiagens. A imposição de estruturas de poder e de controle por parte das elites autoritárias pode agravar a vulnerabilidade dos camponeses, limitando suas capacidades de adaptação e diante dos impactos das mudanças climáticas.

Já a análise das formas de organização social nas comunidades afetadas pelas secas e estiagens no Meio-Norte no final do século XX pode revelar a importância da coesão comunitária, da solidariedade intergeracional e da mobilização política como estratégias de

enfrentamento das crises e de defesa dos direitos dos camponeses. A emergência de lideranças locais, a articulação de movimentos sociais e a busca por soluções coletivas evidenciam a capacidade de resistência e de luta dos camponeses diante das adversidades impostas pelo contexto socioambiental e econômico. Ademais, a discussão sobre as estratégias de sobrevivência adotadas pelos camponeses em face do avanço do capitalismo autoritário também se mostra relevante para alavancar as respostas dos camponeses às crises provocadas pelas secas e estiagens. A diversificação das atividades econômicas, a busca por alternativas de subsistência e a mobilização de redes de solidariedade comunitária podem representar formas de resistência e de enfrentamento das adversidades climáticas e das pressões do sistema dominante.

Outro aspecto, a migração pode ser compreendida como uma forma ambivalente que tanto envolve desintegração quanto reprodução social para os camponeses, assinala Shanin (1976). A migração pode representar um processo de desintegração, pois muitas vezes está associada à necessidade de deixar para trás o local de origem, a comunidade e as práticas tradicionais, o que pode resultar em rupturas sociais, culturais e econômicas para os migrantes. Por outro lado, a migração também pode ser vista como uma estratégia de reprodução social, na medida em que os camponeses buscam oportunidades de trabalho e sustento em outros locais.

Ao migrar, os camponeses podem encontrar novas fontes de renda, emprego e meios de subsistência que lhes permitam enfrentar desafios econômicos e climáticos em seu local de origem. Dessa forma, a migração pode ser uma estratégia adaptativa e de resistência diante das condições adversas enfrentadas pelos camponeses em seus locais de origem. A ótica de Shanin reconhece a complexidade da migração para os camponeses, destacando que esse fenômeno pode ter impactos tanto negativos quanto positivos em termos de integração e reprodução social das comunidades camponesas. A análise do campesinato como uma classe social e uma forma de organização social é central para vislumbrar as dinâmicas e contradições presentes nas relações com o capitalismo. Conforme mencionado por Marques (2008), alguns teóricos consideram o campesinato como uma forma de organização social contraditória e combinada com o capitalismo, o que implica que as relações entre os camponeses e o sistema capitalista são diversas e multifacetadas.

Nesse sentido, a interpretação de E. P. Thompson sobre o processo de "fazer-se classe" é relevante para entender a formação e a identidade do campesinato como uma classe social. Thompson destacou a importância da ação coletiva, da consciência de classe e da luta por direitos e reconhecimento por parte dos grupos sociais subalternos, incluindo os

camponeses. Ele enfatizou que a classe não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria social e cultural, cuja formação e consciência são moldadas por experiências compartilhadas, resistência e luta por melhores condições de vida.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (Thompson, 2018, p. 10).

Thompson (2018) destaca a importância da prática comum e da articulação de interesses entre os membros de uma classe social para a formação da identidade de classe. Segundo Thompson, a classe social é formada quando indivíduos compartilham vivências semelhantes, muitas vezes relacionadas às relações de produção em que nasceram ou entraram involuntariamente. A consciência de classe, por sua vez, é a forma como essas situações são tratadas em termos culturais, incluindo tradições, valores, ideias e formas institucionais. Thompson enfatiza que a consciência de classe não é determinada apenas pela experiência, mas também é moldada por fatores culturais e ideológicos.

Dessa forma, as análises de Thompson destacam a importância da ação coletiva e da consciência de classe na formação e na luta dos grupos sociais subalternos, incluindo os camponeses. Ao reconhecer a gama de interligações das relações entre os costumes, a consciência e a identidade de classe, Thompson oferece uma nova lucidez capaz de alargar a discussão sobre a formação e a luta das classes sociais, que vai além das dimensões econômicas e inclui aspectos culturais, políticos e ideológicos.

O autor é considerado um dos pioneiros do "culturalismo marxista" e da "história vista de baixo", que enfatizam a importância das experiências culturais e das identidades coletivas na formação e na luta das classes sociais. Thompson criticou a abordagem estruturalista predominante na sociologia e na história, que enfatizava as estruturas sociais e econômicas em detrimento das dimensões culturais e subjetivas da vida social. Para Thompson, as identidades de classe são construídas a partir de vivências culturalmente compartilhadas, que moldam a consciência e a ação coletiva dos grupos sociais subalternos. Ele argumentou que as identidades coletivas não são dadas pelas estruturas sociais, mas construídas historicamente por meio de processos culturais e políticos.

Nessa concepção, a análise da vida dos trabalhadores das frentes de obras de combate à seca pode ser compreendida como um processo de construção da identidade coletiva, que envolve práticas compartilhadas, resistência e luta por melhores condições de vida. A abordagem de Thompson destaca a importância de enxergar as dimensões culturais e subjetivas da vida social, bem como a relação entre História e Antropologia (Mattos, 2012), para uma análise maior e melhor dos processos de formação e luta das classes sociais.

A interconexão entre História Social e História Cultural proposta por E.P. Thompson critica a abstração das noções de "classe social" e enfatiza a importância de se atentar para as sociedades como realidades dinâmicas e vivas, como *processos* em constante transformação. Isso implica uma mudança metodológica para o pesquisador, que deve analisar a importância da história em cada tradição e não apenas observar a mera sucessão de fatos. Defendendo a importância de observar os processos de interação social e os costumes em comum, busca-se perceber como as partes do sistema social se combinam. Thompson propõe uma história do cotidiano através dos homens comuns, incluindo os camponeses, dando significado aos seus comportamentos e práticas. Essa esperteza implica em uma análise que também seja capaz de arrolar as relações sociais e culturais, que vão além das estruturas econômicas e políticas. Ela permite investigar as interferências que constituem os processos históricos, incluindo as experiências e as lutas dos grupos sociais subalternos.

A proposta de Almeida (2012) destaca a importância de valorizar a apropriação e a historicidade na análise das tradições culturais. Segundo essa visão, as tradições culturais são sempre modificadas ao serem transmitidas e assimiladas pelos receptores, o que implica em uma multiplicidade de significados e em contínuas alterações conforme os agentes, suas culturas, seus lugares sociais, seus tempos e seus espaços. É necessário pensar a história culturalmente e a cultura historicamente, levando em conta os contextos sociais e culturais em que as tradições são produzidas e reproduzidas.

A abordagem antropológica pode ser útil nesse sentido, fornecendo conceitos e métodos para a análise das tradições culturais em sua diversidade. Ao adotar essa combinação, é possível analisar as tradições culturais como processos intensos e de constante transformação, que refletem as relações sociais e culturais em que estão inseridas. Isso implica em uma investigação mais profunda das práticas culturais e das formas como elas são apropriadas e transformadas pelos agentes sociais, levando em conta as dimensões históricas, culturais e sociais envolvidas.

De acordo com Thompson (1987), no conflito de interesses os trabalhadores descobrem e tomam consciência de que são uma classe, a partir da experiência de oposição e

confronto com os empregadores e as estruturas de poder. Isso implica na configuração de identidades e diferenças entre os trabalhadores, que se unem em torno de interesses comuns e lutam por melhores condições de vida e trabalho. No caso dos trabalhadores das frentes de emergência, a ocasião do agrupamento sob uma rotina aos moldes do operariado industrial era algo momentâneo e paliativo, dado à circunstância extrema da falta de água.

Isso significa que a situação de classe que se configurou naquele momento era temporária e não necessariamente se estenderia para além daquela conjuntura específica. Cabe, portanto, analisar como aqueles sujeitos assimilaram a situação vivida naquele dado momento, observando-se as estratégias de resistência e sobrevivência que foram adotadas. Isso provoca uma análise com maior afinco, baseada nas relações sociais e culturais envolvidas, levando em conta as dimensões históricas, culturais e sociais que moldaram as suas vivências no campo e, ao mesmo tempo, as lutas desses trabalhadores nas frentes de emergência.

Por outro lado, ao abordar a aplicação do conceito de camponês à realidade brasileira, Velho (2009) destaca a importância de considerar as especificidades locais e as interações entre a sociedade rural e urbana. Ele sugere que a observação de Max Weber¹⁷ sobre a constituição social dos distritos rurais como mais individuais e historicamente determinados pode fornecer percepções inerentes à análise do meio rural brasileiro, ressaltando a complexidade e a diversidade das situações encontradas nesse contexto. Ele discute a penetração do capitalismo no campo brasileiro e os processos de proletarianização rural, alertando para os riscos de idealizar a pequena propriedade como solução para questões estruturais mais amplas. Propõe, por essa inferência, uma análise que considere a autonomia camponesa em um espectro que vai desde a "campesinidade" até a "proletarianização", enfatizando a necessidade de particularizar as diferentes realidades rurais dentro desse *continuum*.

O autor ressalta a importância de uma definição precisa do termo "camponês", destacando a necessidade de reservá-lo exclusivamente para designar o pequeno agricultor que é empresário de sua própria produção. Essa abordagem visa evitar generalizações

¹⁷ Otávio Velho utiliza a citação “não existe uma sociedade rural separada da comunidade urbana, no presente, em grande parte do mundo civilizado” atribuída a Max Weber, que estava discutindo a integração entre as áreas rurais e urbanas em sociedades capitalistas avançadas. Weber Ele argumentava que a distinção entre sociedade rural e urbana estava se dissolvendo devido ao avanço do capitalismo. O proprietário de terras rurais não era mais um agricultor tradicional, mas sim um arrendador ou empresário, semelhante aos empresários urbanos. Os trabalhadores rurais também estavam se tornando mais móveis e indistinguíveis dos trabalhadores urbanos. Portanto, Weber queria dizer que as características econômicas e sociais das sociedades rurais estavam se tornando cada vez mais semelhantes às das sociedades urbanas, refletindo a influência do capitalismo e a diminuição das diferenças entre o campo e a cidade.

indiscriminadas e aponta para a complexidade das relações sociais e econômicas no meio rural brasileiro. Ao aplicar essa observação à análise do conceito de camponês, o autor enfatiza a importância de considerar as particularidades e as nuances das comunidades rurais ao definir o papel dos camponeses dentro desses contextos. Essa abordagem contribui para uma análise mais contextualizada e aprofundada do conceito de camponês, levando em conta as características únicas das comunidades rurais brasileiras e as interações complexas entre os camponeses, a terra e as relações de produção.

Desse modo, as situações camponesas no Brasil, para Velho (2009), podem ser entendidas como um *continuum camponês-proletário*, em que os camponeses se encontram em uma condição de "fronteira" entre esses dois polos. Em suma, o camponês seria o sujeito que se caracteriza por trabalhar a terra de forma autônoma, utilizando seus próprios recursos e conhecimentos para cultivar e colher seus produtos. O camponês geralmente possui uma ligação estreita com a terra, sendo responsável pela gestão de sua propriedade e pela tomada de decisões relacionadas à produção agrícola. Essa definição ressalta a autonomia e a independência do camponês em relação à sua atividade agrícola, diferenciando-o de trabalhadores dependentes que não exercem suas atividades produtivas por conta própria.

Essa concepção de fronteira é ampliada por José de Souza Martins, que a entende como o encontro de sociedades e culturas diferentes entre si, caracterizada pela liminaridade, indefinição, conflito, alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos (Martins, 1996; 2009). Seus estudos alertam para o deslocamento da imagem do outro, do invasor, que se utilizam do discurso modernizador e de pioneirismo, e que estabelecido na fronteira como o outro. No caso dos trabalhadores das frentes de emergência, essa condição de fronteira se manifesta, dentre outros aspectos, na imposição de novas rotinas de trabalho totalmente diferentes daquelas a que estavam acostumados como camponeses. Nesse contexto, os trabalhadores das frentes de emergência podem ser vistos como agentes de expansão, enfrentando não apenas a adversidade ambiental, mas também as dinâmicas sociais e econômicas emaranhadas. Eles são parte integrante da história de resistência e adaptação, moldando e sendo moldados pela fronteira que habitam, em um processo contínuo de transformação e luta pela sobrevivência.

Ao considerar a autonomia e a gestão própria da produção, é possível refletir sobre como os trabalhadores das frentes de emergência se enquadram nessa definição de camponês, mesmo que temporariamente, ao assumirem responsabilidades diretas na execução de ações para enfrentar os efeitos das secas. Esse ajustamento implica em uma reconfiguração das identidades e das práticas culturais dos trabalhadores, que se encontram em uma situação de

transição entre a condição camponesa e a condição proletária. Situação que é ainda mais grave pelo fato de que as frentes de obras eram algo imediato e momentâneo, criado em resposta à seca, o que significa que a condição de fronteira dos trabalhadores era temporária e não necessariamente se estenderia para além daquela conjuntura específica.

Torna-se, então, relevante a necessidade de uma abordagem teórico-metodológica que valorize as identidades e práticas culturais dessas comunidades em transição. Ao reconhecer a diversidade de vivências e trajetórias presentes nesse contexto, é possível abalizar mais profundamente as dinâmicas sociais, econômicas e culturais envolvidas. Nesse sentido, a análise das identidades na fronteira com o capitalismo não apenas lança luz sobre as experiências desses sujeitos, mas também ressalta a importância de preservar e valorizar suas histórias e saberes. Dessa forma, ao adentrar no estudo dos camponeses nas frentes de serviço, pode-se explorar de maneira mais aprofundada as estratégias de adaptação, resistência e reprodução social adotadas por esses indivíduos diante das pressões do sistema capitalista e das transformações em seus modos de vida.

1.3 Camponeses nas frentes de serviço

O estudo das frentes de obras de combate à seca no Nordeste exige a análise de diversos fatores, tais como a origem, o desenvolvimento e a evolução das ações de combate à seca. A análise da origem das frentes de obras de combate à seca no Nordeste requer a investigação das condições climáticas e socioeconômicas da região, bem como das medidas tomadas pelo governo para enfrentar a seca. Já a pesquisa sobre o desenvolvimento das frentes de obras de combate à seca no Nordeste envolve a identificação dos projetos e programas estabelecidos para melhorar as condições de vida da população, bem como a avaliação dos resultados obtidos. E, por fim, o exame da evolução das frentes de obras de combate à seca no Nordeste exige a observação das mudanças ocorridas na região, tais como a melhoria ou precarização das condições de vida da população, a redução da incidência de doenças e a diminuição dos índices de desemprego.

Nota-se que os principais temas abordados por essa historiografia são: a história da seca no Nordeste, as políticas de combate à seca, as experiências de luta contra a seca, as transformações socioeconômicas e culturais decorrentes das frentes de obras e as relações entre Estado e sociedade na luta contra a seca. Além disso, os temas também incluem aspectos sobre educação ambiental para diagnóstico e prevenção da seca, desenvolvimento de infraestrutura para mitigação e enfrentamento da seca, gestão dos recursos hídricos, uso da

tecnologia para controle e monitoramento de estâncias pluviométricas e manejo agrícola em épocas de estiagem, entre outros.

Necessita-se, então, de um esboço referente ao contexto em que se programavam e criavam as obras de socorro de público de combate aos efeitos da seca, na tentativa de evitar a migração e o flagelo. A seca é considerada por especialistas como um dos maiores problemas enfrentados pelas populações rurais, especialmente aquelas que dependem da agricultura para sua subsistência. A falta de chuvas e a consequente escassez de água incidem diretamente na produção agrícola, o que leva ao deslocamento em massa de multidões de famintos.

Para tanto, considera-se necessário destacar as políticas e programas governamentais que focavam à seca desde o final do século XIX, quando se passou a ver a temática como problema social relevante. Pelas leituras de Ferreira (2009, 2016), Neves (2000) e Cândido (2014), observa-se que as primeiras frentes emergenciais de obras e serviços foram ativadas ainda no período monárquico, durante a seca de 1877. Nesta mesma época, as políticas de prevenção surgiram pela necessidade de formular medidas para minimizar os danos gerados pela estiagem e aumentar a produtividade das comunidades locais. Os programas voltavam-se principalmente para o aproveitamento ou reutilização do solo, a adoção de sistemas de regadio, a preservação da água subsuperficial ou subterrânea e a construção de barragens de contenção.

Lara de Castro Ferreira (2010) tem uma importante produção escrita no que diz respeito à questão do trabalho, cotidiano, resistência e conflitos nas obras, frentes de serviços, de combate aos efeitos da seca. Ao tratar sobre o período de 1915-1919, a autora explica que durante a seca, as autoridades públicas, os intelectuais e outros setores da sociedade ficaram incomodados com a "multidão de famintos" que resultou da migração dos sertanejos para as cidades em busca da superação dessa realidade. Como resposta a essa situação, as autoridades iniciaram o confinamento dos migrantes em obras de açudes. No entanto, a autora destaca que os trabalhadores não permaneceram passivos diante dessa condição. Eles exerceram pressão, agindo sob a forma de "avalanches de flagelados", exigindo soluções para a falta de trabalho, a fome, a falta de abrigo, as enfermidades e a miséria. Em suma, os trabalhadores lutaram e reivindicaram para garantir seu direito à sobrevivência.

A seca de 1915 serviu para fortalecer a imagem dos retirantes como sujeitos de desordem, causando medo e temor; os próprios trabalhadores retirantes reverteram isso em barganha para garantir o direito à sobrevivência. Os trabalhadores retirantes não ficaram passivos, pois reivindicavam o direito ao trabalho, e, portanto, à vida, em vários momentos do processo de construção da obra, resistindo à dura lida, por exemplo, quando

abandonavam as frentes de serviços, normalizada a situação climática, ou quando conquistavam o aumento das diárias (Ferreira, 2010, p. 84).

Essas ações demonstram a determinação dos trabalhadores retirantes em buscar melhores condições de trabalho e garantir sua subsistência durante esse período desafiador. A autora articula a questão da seca, o trabalho e os conflitos ao destacar a forma como a falta de chuvas e a consequente escassez de recursos impactam diretamente a vida dos trabalhadores rurais, levando à falta de ocupação e desencadeando uma série de problemas. Ela ressalta que, diante dessa situação, uma das principais políticas adotadas foi a ocupação dos retirantes nas construções da Comissão de Obras Novas Contra as Secas. A autora também destaca que os trabalhadores, sob a forma de "avalanches de flagelados", exerceram pressão e exigiram soluções, lutando por trabalho, alimentação, abrigo e melhores condições de existência para si e suas famílias, a fim de garantir seus direitos.

Outro importante autor sobre a temática dos retirantes e dos operários nas obras de socorro público durante os períodos de estiagem é Tyrone Apollo Pontes Cândido (2011a), percorrendo as secas do final do século XIX no Ceará, quando milhares de pessoas provenientes do campo procuravam as cidades em busca de socorro. Muitos desses retirantes foram recrutados para trabalhar em grandes obras de construção em troca de acesso ao socorro do governo. Essas obras de socorro público foram vistas pelas elites locais como uma forma de auxiliar os retirantes e convertê-los em "mendigos em trabalhadores". No entanto, o trabalho intenso e o disciplinamento imposto pelos engenheiros autoritários, muitas vezes estrangeiros, além da falta constante de água e comida, moradia compartilhada em abarracamentos improvisados e doenças, faziam com que os retirantes evitassem essas obras sempre que podiam.

A partir da seca de 1877, uma nova relação com a falta de chuvas se estabelece no seio das populações do semi-árido [sic]. Desde então, os anos de estiagem – que de tempos em tempos ameaçam a economia sertaneja e a segurança alimentar dos pobres – são aqueles em que milhares de pessoas provenientes do campo procuram as cidades em busca de socorro. Seca passa então a ser sinônimo de multidões de retirantes que, premidos pela fome, percorrem as estradas na esperança de adquirir meios para uma dura sobrevivência. As secas, no entanto, não apenas evidenciam os extremos da miséria; são também momentos em que os sertanejos, distanciados de seus modos de vida originários, vivenciam novas experiências (Cândido, 2011a, p. 176).

O trecho acima destaca a mudança na relação das populações do semiárido com a falta de chuvas a partir da seca de 1877. A seca passa a representar não apenas a escassez de água, mas também a ameaça à economia sertaneja e à segurança alimentar dos pobres. Isso

leva milhares de pessoas do campo a procurarem as cidades em busca de socorro, tornando a seca sinônimo de multidões de retirantes que, pressionados pela fome, percorrem as estradas em busca de meios para sobreviver.

Além de promoverem um destaque ainda maior aos extremos da miséria, as secas também representam momentos em que os sertanejos vivenciam novas experiências, afastados de seus modos de vida originários. Essas novas práticas incluem a busca por trabalho em obras de socorro público, onde os retirantes e trabalhadores de ofício enfrentam desafios e estabelecem relações no cotidiano de trabalho, como discutido pelo autor ao longo do artigo.

Um fato de destaque mencionado por Cândido (2011a) se refere ao emprego, nas grandes obras de socorro público, de tecnologia e procedimentos que demandam a presença de trabalhadores de ofícios que para ali se dirigiam desde pontos distantes do Brasil, ou mesmo de outros países. Essas obras foram o pontapé de empreendimentos capitalistas em que métodos fabris de produção se fizeram presentes no Ceará. As trocas de experiências entre os trabalhadores de ofício e os retirantes contribuíram para a luta operária na região, mas também revelam as diferenças entre esses dois grupos de trabalhadores e as tensões que surgiam no cotidiano de trabalho.

O que se pode depreender em Ferreira (2016) e Cândido (2013), ao estudarem a questão dos trabalhadores envolvidos nas obras de combate à seca, é que ambos abordam a formação e as condições dessas classes trabalhadoras, embora suas convicções e focos possam variar. A primeira analisa as frentes de serviços organizadas no Nordeste pelo Poder Executivo durante as estiagens na década de 1950 e explora como essas obras foram justificadas como uma maneira de empregar os pobres das secas e controlar as migrações para os Estados de outras regiões. Enquanto o segundo discute o processo de formação das classes trabalhadoras e aponta para caminhos alternativos ao modelo clássico de explicação associado ao trabalhador livre-industrial-urbano¹⁸. Em linhas gerais, os pesquisadores citados compartilham um interesse comum na análise das condições e costumes dos trabalhadores, embora suas pesquisas se concentrem em períodos históricos e aspectos diferentes dessa questão.

Ao se referir ao modelo clássico de explicação da formação das classes trabalhadoras, que está associado ao trabalhador livre-industrial-urbano, Cândido (2013)

¹⁸ Esse modelo é baseado na ideia de que a classe trabalhadora é composta principalmente por trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho para os empregadores em fábricas e indústrias urbanas. O autor argumenta que esse modelo é redutor e não leva em conta a diversidade de formas de trabalho e de sujeitos sociais que surgiram em diferentes regiões do mundo, incluindo os proletários das secas que emergiram no Brasil durante as secas do final do século XIX.

explica que o modelo é baseado na ideia de que a classe trabalhadora é composta principalmente por trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho para os empregadores em fábricas e indústrias urbanas. O autor argumenta que esse modelo é redutor e não leva em conta a diversidade de formas de trabalho e de sujeitos sociais que surgiram em diferentes regiões do mundo, incluindo os proletários das secas que emergiram no Brasil durante as secas do final do século XIX.

Reconstituir trajetórias e experiências dos proletários das secas parece se constituir num meio importante de a historiografia social do trabalho e dos trabalhadores oferecer uma visão mais complexa sobre o processo de formação das classes trabalhadoras, contribuindo por apontar para caminhos alternativos ao clássico (e por vezes redutor) modelo de explicação associado ao trabalhador livre-industrial-urbano. O proletário, assim compreendo, não é apenas aquele operário das grandes fábricas; é também todos aqueles (e todas aquelas) de alguma forma relacionados aos processos de produção capitalistas que nas diferentes partes do mundo assumiam configurações diversas, dependendo das características sociais prévias encontradas em cada região (Cândido, 2013, p. 07).

Em contraposição ao modelo clássico associado ao trabalhador livre-industrial-urbano, frequentemente criticado por sua abordagem redutora, o autor Cândido propõe uma expansão conceitual do termo proletário. Para ele, a categoria de operário transcende os limites do trabalhador das grandes indústrias urbanas, abarcando uma gama mais ampla de indivíduos que estão, de diversas maneiras, engajados nos processos de produção capitalista. Essa extensão considera as múltiplas configurações que o trabalho pode assumir em diferentes contextos globais, influenciadas pelas particularidades sociais preexistentes em cada localidade. Tal ampliação visa reconhecer a heterogeneidade das formas de trabalho e dos agentes sociais que participam dos mecanismos de produção dentro do sistema capitalista.

Cândido (2011b) também destaca a resistência dos trabalhadores às opressões no cotidiano das obras ao mencionar que os retirantes rapidamente aprenderam a forjar meios de luta contra as imposições discricionárias de engenheiros e feitores. A pesquisa enfatiza a agência dos trabalhadores ao mencionar que eles observaram estarem ganhando força quando se uniam em grupos, bem como a importância da união em grupos para fortalecer essa resistência. Além disso, a dificuldade de suas vivências é ressaltada ao discutir a diversidade no interior da classe trabalhadora, que traziam consigo diferentes histórias de exploração e injustiça social, e como as diferentes experiências de exploração no trabalho alimentavam as lutas geradas nas novas situações.

Essas obras fazem parte de uma história oculta que envolveu centenas de milhares de pobres do sertão em um tipo de trabalho compulsório, condicionado pelas condições calamitosas das secas, quase nunca mencionado pela historiografia do trabalho. Lamentável ausência, pois as

experiências dos retirantes bem demonstram o quanto a adoção do trabalho como meio de controle social desencadeou a resistência de uma gente em nada acostumada ao labor em turmas de empreitada, que em pouco tempo aprendeu a forjar meios de luta contra as imposições discricionárias de engenheiros e feitores (Cândido, 2011b, p. 02).

Em sua abordagem inovadora, o autor examina as condições de trabalho compulsório que, conforme definido posteriormente no Código Penal de 1940, assemelham-se a categoria de trabalho análogo à escravidão. Essas condições foram impostas aos trabalhadores e permaneceram invisíveis na historiografia do trabalho devido a uma interpretação linear da história que categoriza erroneamente as relações laborais no período pós-abolição como exclusivamente livres, ignorando os resquícios da escravidão legal. Essa análise desafia a narrativa convencional e sugere uma reavaliação das relações de trabalho e suas implicações sociais após a abolição.

Observa-se que durante as secas os sertanejos buscavam socorro do governo e encontravam ocupação em obras públicas, onde enfrentavam opressões no cotidiano, mas rapidamente aprendiam a forjar meios de resistência. A diversidade no interior da classe trabalhadora e as diferentes situações de exploração alimentavam as lutas geradas nas novas situações, fomentando a capacidade de agência e resistência dos trabalhadores diante de condições adversas e opressivas.

Os trabalhadores do campo, mediante as experiências acumuladas e a memória de estiagens anteriores, passaram a entender que a obrigação de ampará-los agora era do estado, cobrando a assistência em tempos de estiagem. Nas frentes de serviços, uma forma diferenciada de relacionamento no mundo do trabalho será vivenciada entre retirantes operários e engenheiros. É relevante atentar para a maneira pela qual os trabalhadores dessas frentes resistiam e lutavam na tentativa de sobreviver (Ferreira, 2010, p.64).

Ao analisar a seca de 1915, Ferreira (2010) aponta que os trabalhadores retirantes não permaneceram passivos diante da situação, mas sim reivindicaram ativamente o direito ao trabalho e à vida, resistindo às condições adversas e buscando melhorias, como o aumento das diárias. A ocupação dos retirantes nas construções da Comissão de Obras Novas Contra as Secas foi uma estratégia adotada para lidar com a situação, mas gerou conflitos e pressões por parte dos trabalhadores em busca de assistência e condições adequadas. A seca, o trabalho e os conflitos estavam interligados, demonstrando a complexidade das relações sociais e de poder durante esse período. Essas conclusões ressaltam a importância de reconhecer o papel dos trabalhadores retirantes e as dinâmicas sociais em contextos de crise, bem como a resistência e as estratégias adotadas por eles para enfrentar as adversidades.

Fica claro que a ação das “avalanches de flagelados” acontecia na busca por trabalho incitada pela fome. Contudo, era também um reflexo da resistência em prol da conquista de um direito, que ao mesmo tempo tinha representatividade individual e coletiva. O trabalho era um direito que os retirantes percebiam que existia, efetivamente, para alguns – os que conseguiam colocação nas obras – e para outros, não, daí a obstinação contra uma condição desigual (Ferreira, 2010, p. 67).

Outro fator destacado por Ferreira (2010) é a questão da fome como um elemento central que motivou as ações dos trabalhadores retirantes durante a seca de 1915. A fome seria a motivação essencial por trás das pressões exercidas pelos retirantes, levando-os a exigir coletivamente os auxílios do governo, como comida, água, abrigo e melhores condições de existência para si e suas famílias. A fome foi um fator determinante que impulsionou a resistência e a luta dos trabalhadores em busca de seus direitos, incluindo o direito ao trabalho como forma de garantir a subsistência. A autora reconhece a fome como um artifício relevante a ser considerado nas ações dos retirantes, mas também destaca que, segundo E. P. Thompson (1998, p. 208), a fome não preceitua as ações rebeldes nem determina as formas da revolta, ressaltando diversidade de sentidos no comportamento e elaboração de resistência durante esse período desafiador.

De acordo com Cândido (2016), a violência também era utilizada como método correspondente ao modelo de trabalho compulsório das obras de socorros públicos, pois os trabalhadores eram pressionados a trabalhar em condições precárias e recebiam salários insuficientes para sua subsistência. Além disso, as elites políticas e administradores das obras utilizavam a violência como forma de controle social, lançando tropas contra os trabalhadores considerados membros de uma “classe perigosa”. A violência era, portanto, uma forma de manter os trabalhadores em condições de exploração e submissão.

O autor cita alguns exemplos. Durante os conflitos relacionados aos pagamentos, tanto os operários indignados quanto os administradores das obras adotaram atitudes violentas. Os operários indignados recorreram à ação direta, reunindo rapidamente uma multidão solidária e coesa, e em alguns casos, se defendiam dos ataques feitos por soldados insistentes em provocações. Por outro lado, os administradores das obras lançavam tropas contra os trabalhadores, considerados membros de uma “classe perigosa”, como forma de reprimir os protestos e manter a ordem social. Essas atitudes violentas por ambas as partes refletem a tensão e os conflitos presentes nas relações de trabalho durante esse período.

Importante incluir também que Cândido (2016) aponta as relações entre a pressão dos trabalhadores e o pagamento dos salários passando por mudanças significativas. No início, os trabalhadores das obras de socorros públicos enfrentam condições precárias e

salários insuficientes, o que resultava em protestos e conflitos violentos. No entanto, ao longo do tempo, houve uma lenta, imperfeita, porém progressiva monetarização dos salários, o que estimulou alterações nos hábitos de trabalho e na forma como os trabalhadores encaravam a relação com o assalariamento. Essas mudanças refletiram uma evolução nas relações de trabalho e nas demandas dos trabalhadores em relação aos pagamentos e condições de trabalho.

O autor também destaca a importância da cultura operária criada nas obras de socorros públicos, que se estabeleceu e se consolidou na forma de novos sujeitos sociais dispostos a resistir às opressões dos tempos de estiagem. Além disso, o autor mostra como a violência era utilizada tanto pelos operários indignados quanto pelos administradores das obras durante os conflitos relacionados aos pagamentos, e como as atitudes violentas refletiam a tensão e os conflitos presentes nas relações de trabalho durante esse período.

Cândido (2016) conceitua cultura operária como um conjunto de práticas, valores e crenças que se desenvolveram entre os trabalhadores das obras de socorros públicos durante os períodos de estiagem. Essa cultura operária foi criada a partir do aprendizado em lidar com as relações de trabalho assalariado, apesar de nunca terem desistido de manter o costumeiro princípio de encarar os socorros públicos como algo a que tinham merecimento pelos critérios da economia moral sertaneja. Essa cultura operária foi o cerne para a resistência dos trabalhadores às opressões dos tempos de estiagem e para a construção de novos sujeitos sociais dispostos a lutar por seus direitos.

Os autores aqui explanados buscaram analisar as frentes de obras de combate aos efeitos da seca, explorando sua origem, desenvolvimento e evolução, bem como as implicações sociais, econômicas e políticas dessas iniciativas. Eles propõem examinar as experiências dos trabalhadores retirantes e camponeses nas frentes de serviço, destacando sua resistência, luta por melhores condições de vida e as transformações sociais decorrentes desse contexto. A intenção seria oferecer uma percepção sobre a história e o impacto dessas frentes, denotando a importância dessas iniciativas na luta contra um dos maiores desafios enfrentados pelas populações rurais do Nordeste.

É conveniente agora apresentar como esta dissertação está dividida, sendo dois capítulos, o primeiro tratando sobre terra, trabalho e natureza e o segundo sobre os trabalhadores e as frentes de serviço. O primeiro capítulo aborda a nítida interação entre terra, trabalho e natureza no contexto do Meio-Norte brasileiro. Por meio de uma análise aprofundada das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais da região, busca-se abarcar as diferentes facetas das relações fundiárias e seu impacto nas comunidades locais. Através de

relatos de campo, como o de Abraão, que evidenciam as transformações nas formas de posse da terra ao longo do tempo, são exploradas as consequências dessas mudanças para os atores envolvidos.

A investigação sobre a influência do modo de produção capitalista e das relações de poder na estrutura agrária do Piauí revela a concentração de capital e terra, destacando as disparidades regionais e as tensões decorrentes desse cenário. A análise das diferentes fases históricas da pecuária na região, desde a era escravista até os dias atuais, lança luz sobre a evolução das práticas de trabalho e organização produtiva, proporcionando *insights* sobre a dinâmica econômica local. Além disso, examina-se as políticas públicas implementadas durante períodos de seca, enfatizando o papel desempenhado por instituições como a SUDENE e o DNOCS na mitigação dos impactos socioeconômicos desses eventos climáticos extremos.

Já no último capítulo, explora-se a organização do cotidiano dos trabalhadores nas frentes de serviços de combate aos efeitos da seca no Meio-Norte. A apreciação se baseia em uma abordagem interdisciplinar, que combina elementos da história oral, antropologia e estudos sociais para compreender as experiências e desafios enfrentados por esses trabalhadores em meio às “adversidades climáticas”. A inter-relação entre identidade, representação e memória é destacada como o âmago para captar os processos históricos e sociais subjacentes a essas vivências. A pesquisa busca desvendar as práticas, costumes e tradições dos trabalhadores, permitindo uma compreensão mais profunda da lógica camponesa de ver o mundo e lidar com o trabalho, especialmente no contexto das frentes de emergência. O exame minucioso dos ritos, modos simbólicos e atributos culturais da hegemonia revela a importância de examinar cuidadosamente os componentes da cultura para elucidar as estratégias de enfrentamento da seca e suas repercussões na vida das comunidades estudadas. A integração de diferentes fontes históricas e a valorização das narrativas orais enriquecem o debate acadêmico, proporcionando uma visão holística e contextualizada dos eventos. A pesquisa visa não apenas documentar os fatos objetivos, mas também reluzir as percepções e interpretações subjetivas dos indivíduos envolvidos.

2 TERRA, TRABALHO E NATUREZA

Na seção 2.1 *As secas na segunda metade do século XX: ações da SUDENE e do DNOCS*, averigua-se as secas que assolaram o Nordeste brasileiro na segunda metade do século XX, com foco especial nas ações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). A seca de 1979-1983 é um ponto central de investigação, destacando a importância de consultar relatórios governamentais e fontes documentais, como as Cartas CEPRO, para assinalar a magnitude dos impactos, as medidas adotadas e as limitações das políticas emergenciais implementadas. A análise dessas fontes fornece entendimentos preciosos sobre as condições socioeconômicas, as iniciativas governamentais e as respostas locais diante da seca, evidenciando a complexidade e os desafios enfrentados durante esse período. Enquanto isso, a falta de ações estruturais e sustentáveis para lidar com os impactos recorrentes da seca ressalta a vulnerabilidade das comunidades afetadas e a necessidade de abordagens mais abrangentes e de longo prazo para enfrentar os efeitos devastadores desse “fenômeno climático”.

Para a seção 2.2 *Outras ações governamentais: o Polonordeste e o Projeto Sertanejo*, sonda-se ações governamentais direcionadas para enfrentar os desafios da seca, programas históricos, como o Polonordeste e o Projeto Sertanejo, que foram criados com o intuito de reduzir os danos cíclicos da escassez de água na região. Ao longo do texto, são exploradas as origens dessas iniciativas, seu desenvolvimento ao longo do tempo e sua eficácia na promoção do desenvolvimento regional e na melhoria das condições de vida das populações afetadas pela seca. Além disso, são discutidos os desafios enfrentados pelos programas governamentais, as lacunas existentes nas políticas públicas e as possíveis alternativas para promover uma abordagem mais sustentável e eficaz diante desse cenário complexo. Através dessa análise aprofundada, busca-se contribuir para uma compreensão mais abrangente das estratégias adotadas pelo Estado para lidar com a seca, bem como para identificar oportunidades de aprimoramento e inovação nesse campo crucial para a região.

No cenário examinado, através da seção 2.3 *O acesso à terra*, mostra-se a relação entre os pequenos proprietários e os produtores sem terra com uma complexa rede de fatores adversos que influenciam significativamente suas condições de vida e sustentabilidade. Além das instabilidades climáticas, questões estruturais como a desigualdade na estrutura fundiária, a concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários e a dependência dos pequenos proprietários e trabalhadores sem terra em relação às terras alheias para produzir, criam um ambiente desafiador para esses grupos sociais. A presença de um pequeno número de

latifundiários detentores de grandes extensões de terra contrasta com a numerosa população de pequenos e microproprietários, que muitas vezes têm áreas limitadas de cultivo ou dependem de terras de terceiros. Essa estrutura fundiária desigual condiciona uma forma de produção em que os latifundiários se dedicam à pecuária, enquanto os pequenos proprietários e trabalhadores sem terra são responsáveis pela produção agrícola. A análise desses fatores adversos é essencial para olhar a realidade enfrentada por esses grupos no contexto rural estudado, destacando a importância de considerar não apenas as instabilidades climáticas, mas também a interação de diversos elementos desfavoráveis que impactam suas condições de vida e perspectivas de sustentabilidade.

Entre as décadas de 1970 e 1990, o Brasil vivenciou um período conturbado marcado pela Ditadura Militar, que teve início em 1964 e perdurou até 1985. Este regime autoritário influenciou diretamente as políticas públicas e a dinâmica socioeconômica do país. As frentes de emergência de combate aos efeitos da seca no Meio-Norte surgiram como uma das respostas governamentais às crises hídricas que assolavam a região, afetando principalmente a população campesina-operária.

Para entender o contexto político das políticas de desenvolvimentismo da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no planejamento macroeconômico, é necessário considerar o cenário político e econômico brasileiro entre as décadas de 1950 e 1990. Esse período foi marcado por uma série de transformações políticas, econômicas e sociais que influenciaram diretamente as estratégias de desenvolvimento regional.

No início dos anos 1950, o Brasil estava sob a liderança de Getúlio Vargas, que no seu segundo mandato (1951-1954) adotou políticas de nacionalismo econômico e industrialização. Esse período foi caracterizado pela ênfase na industrialização como motor do desenvolvimento econômico, promovendo a criação de empresas estatais e incentivando o investimento em infraestrutura.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) intensificou ainda mais essas políticas com o Plano de Metas, que visava acelerar o crescimento econômico através de investimentos em infraestrutura, energia e transporte. A construção de Brasília, a nova capital federal, simbolizava essa nova fase de modernização e desenvolvimento. Nesse contexto, a SUDENE foi criada em 1959, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do Nordeste brasileiro, uma região historicamente marcada por desigualdades e problemas estruturais.

Nos anos 1960, o cenário político brasileiro sofreu uma grande reviravolta com o golpe militar de 1964, que instaurou uma Ditadura Civil-Militar que durou até 1985, em grande parte como uma resposta das elites ao medo de uma possível reforma agrária e a influência crescente de movimentos sociais e sindicais que lutavam por melhores condições de vida e trabalho. A proposta de reforma agrária era vista como uma ameaça aos interesses latifundiários e, consequentemente, ao próprio sistema capitalista vigente.

A repressão foi uma característica marcante desse período, com a perseguição e prisão de líderes sindicais, camponeses e qualquer oposição ao regime. No contexto das frentes de emergência de combate à seca, essa repressão também se fez presente, muitas vezes mascarando ações de controle social sob o pretexto de ajuda humanitária. As fontes hemerográficas da época revelam o duplo discurso do regime: por um lado, a promoção de projetos de combate à seca como medidas de caráter emergencial e humanitário; por outro, o uso dessas frentes como mecanismos de controle da população e mitigação de possíveis insurreições.

Por exemplo, jornais controlados pelo regime frequentemente enfatizavam a "generosidade" e a "eficácia" das medidas governamentais, ao mesmo tempo que minimizavam ou omitiam as críticas e as condições precárias enfrentadas pelos trabalhadores nessas frentes. A realidade, contudo, mostrava que tais projetos muitas vezes serviam para manter a população rural em condições subjugadas e economicamente dependentes.

A Ditadura no Brasil não foi um fenômeno isolado ou natural, mas sim uma consequência direta das dinâmicas do capitalismo global e das tensões internas relacionadas à distribuição de terras e recursos. O regime autoritário foi sustentado, em parte, pelo apoio de setores empresariais e internacionais interessados na manutenção da ordem capitalista e na exploração dos recursos naturais e da força de trabalho brasileira. Dessa forma, a repressão aos movimentos sociais e a implementação de políticas como as frentes de emergência para o combate à seca devem ser entendidas como parte de um projeto maior de controle e exploração, inerente ao capitalismo da época.

Durante os primeiros anos do regime militar, as políticas de desenvolvimento regional continuaram, com uma ênfase ainda maior no planejamento centralizado e na execução de grandes projetos de infraestrutura. A SUDENE desempenhou um papel crucial nesse período, coordenando esforços para mitigar os efeitos da seca e promover a industrialização do Nordeste. A CEPRO, por sua vez, continuou a implementar projetos voltados para o desenvolvimento do Piauí.

Em 1956, no governo Gayoso e Almendra, foi criada a CODESE; em 1959, no governo Chagas Rodrigues, sua estrutura passou a ser integrada também por uma Secretaria Executiva; em 1966, no governo Helvídio Nunes, o Secretário Executivo da Instituição adquiriu o *status* de Secretário de Estado; em 1969, ainda no governo Helvídio Nunes, a CODESE é renomeada como Coordenação do Desenvolvimento do Estado, mantendo a mesma sigla; em 1971, no governo Alberto Silva, a CODESE é “reestruturada” como Secretaria de Planejamento. Como se manteve a continuidade institucional da CODESE, tomando-a como referência em todas as leis, inclusive quando seu secretário executivo ganhou o *status* de Secretário de Estado do Planejamento ou quando foi criada a SEPLAN; como seus funcionários foram absorvidos pela SEPLAN em 1971; e como na “cultura organizacional do Sistema Estadual de Planejamento” os gestores e servidores sempre se consideraram “herdeiros da CODESE”, é justo que o marco inicial da institucionalização do planejamento no Piauí seja sua criação em 1956 (Medeiros, 2016, p. 33).

A Fundação Centro Regional de Produtividade do Piauí (CEPRO) foi criada pela lei estadual nº 3.127 de 06 de dezembro de 1971. Inicialmente, ela tinha esse nome e posteriormente foi renomeada para Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí pela lei nº 3.320 de 4 de abril de 1975. Atualmente a CEPRO é uma entidade técnico-científica vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí (SEPLAN-PI). Seu papel é se especializar em pesquisas econômicas e sociais, fornecendo análises detalhadas sobre o cenário socioeconômico do estado.

A década de 1970 foi marcada pelo chamado “milagre econômico brasileiro”, um período de rápido crescimento econômico impulsionado por investimentos estatais em infraestrutura e indústria. No entanto, essa fase também trouxe consigo um aumento da dívida externa e problemas sociais, como a concentração de renda e a urbanização acelerada sem o devido planejamento. As políticas da CEPRO e da SUDENE tiveram que se adaptar a esse novo contexto, buscando equilibrar o desenvolvimento econômico com a necessidade de enfrentar os desafios sociais.

Com a crise econômica dos anos 1980, caracterizada pela *estagflação* (combinação de estagnação econômica e alta inflação), a eficácia das políticas de desenvolvimentismo foi colocada em xeque. O Brasil enfrentou uma década de dificuldades econômicas, que culminou na transição para a democracia em 1985. A nova Constituição de 1988 trouxe mudanças significativas na estrutura política e econômica do país, incluindo uma maior descentralização administrativa e a criação de mecanismos para promover a participação popular nas decisões de desenvolvimento.

Nos anos 1990, sob a influência do Consenso de Washington, o Brasil adotou políticas neoliberais que enfatizavam a redução do papel do Estado na economia, a

privatização de empresas estatais e a abertura da economia ao mercado internacional. Nesse contexto, as funções da CEPRO e da SUDENE passaram por uma reavaliação, com um foco maior na eficiência e na sustentabilidade dos projetos de desenvolvimento.

Portanto, o contexto político das políticas de desenvolvimentismo da CEPRO e da SUDENE no planejamento macroeconômico brasileiro reflete as mudanças nas estratégias de desenvolvimento do país ao longo de várias décadas. Desde o nacionalismo econômico dos anos 1950, passando pelo planejamento centralizado do Regime Militar, até as reformas neoliberais dos anos 1990, essas instituições tiveram que se adaptar a diferentes paradigmas e desafios, sempre buscando promover o desenvolvimento regional e reduzir as desigualdades econômicas e sociais.

2.1 As secas na segunda metade do século XX: ações da SUDENE e do DNOCS

Para uma análise mais enraizada do contexto da seca de 1979-1983 e da atuação das políticas emergenciais no Nordeste brasileiro, especialmente no Piauí e Maranhão, será crucial consultar relatórios produzidos pelo DNOCS e pela SUDENE. Além disso, publicações como as *Cartas CEPRO* podem fornecer informações valiosas para melhor entendimento dos desafios enfrentados durante esse período e as estratégias adotadas para lidar com a seca. Essas fontes documentais e relatórios governamentais podem apresentar descobertas sobre a magnitude dos impactos da seca, as medidas adotadas para mitigar seus efeitos, bem como a eficácia e as limitações das políticas emergenciais efetuadas. Ao examinar esses documentos, é possível obter uma noção mais abrangente das condições socioeconômicas, das iniciativas governamentais e das respostas locais diante da seca na região Nordeste durante o período mencionado.

A seca dos anos 1980 representou um dos desastres naturais mais graves enfrentados pelo Nordeste brasileiro na era republicana. Durante esse período, a região experimentou sérias deficiências nos sistemas de abastecimento hídrico, resultando em uma escassez significativa de água. A falta de recursos financeiros e a limitada capacidade administrativa para lidar com essa crise levaram os governos, tanto em nível federal quanto estadual, a adotar medidas emergenciais, principalmente de natureza social e humanitária, para aliviar o sofrimento das populações mais vulneráveis.

No Piauí, as ações emergenciais concentraram-se em fornecer suporte direto às populações mais expostas à estiagem. O objetivo era ajudar homens e mulheres a enfrentar a escassez diária e manter uma qualidade de vida minimamente digna. Essas medidas incluíam

iniciativas de assistência social e humanitária para mitigar os impactos da seca sobre as populações causticadas.

As medidas emergenciais adotadas podem ser classificadas em três grupos distintos: aquelas relacionadas ao acesso à água e alimentos, às medidas sanitárias e de saúde, e à intervenção na produção de outros bens. No primeiro grupo, ações como a construção de poços e a disponibilização de caravanas para levar água a famílias mais distantes foram fundamentais. No segundo grupo, destacam-se programas de comunicação, educação e prevenção de doenças endêmicas associadas à falta de água potável, como diarreias infecciosas, cólera, etc. Por fim, no terceiro grupo, destaca-se o programa de recuperação de áreas abaladas pela seca, que tinha como propósito oferecer a possibilidade às famílias de recomeçar a produzir, visando evitar a migração.

No período em estudo, a seca mais prolongada teve impactos significativos, deixando um rastro de miséria e fome em todos os Estados da região. Estima-se que 3,5 milhões de pessoas, a maioria crianças, tenham falecido devido à fome e enfermidades relacionadas à desnutrição durante esse período. Além disso, em 1993, outra grande seca afetou novamente todos os estados do Nordeste e parte da região norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha também alvo de ações da SUDENE, resultando em perdas totais de safras e prejuízos significativos. Em 1998, outra seca intensa atingiu cerca de cinco milhões de pessoas na região, causando saques a depósitos de alimentos, morte de animais e perda de lavouras. Apesar das políticas de combate à seca, como a criação de frentes de emergência, terem sido adotadas em alguns desses períodos, muitas vezes se mostraram insuficientes para enfrentar as consequências da estiagem.

A análise da configuração da seca de 1979-83 e da ação da política emergencial revela que, embora o governo tenha conseguido atender, ainda que de maneira limitada, às necessidades da população piauiense diante da crise, essas medidas foram insuficientes para enfrentar as consequências da estiagem. A migração em massa de camponeses e seu deslocamento para cidades maiores indicam que a população rural enfrentou dificuldades significativas para sobreviver, mesmo com as ações postas em prática. A seca é um desafio que demanda respostas mais amplas e sustentáveis para lidar com seus impactos de longo prazo.

A insuficiência das medidas emergenciais pode ser entendida como um reflexo das dinâmicas inerentes ao capitalismo, onde as crises, como a seca, exacerbam as desigualdades existentes. Essas insuficiências são agravadas por fatores como a gravidade da seca e as limitações nos recursos disponíveis. Contudo, é crucial considerar como os desafios logísticos

e a complexidade das necessidades da população desabastecida é intensificada pela lógica capitalista, que frequentemente prioriza a eficiência econômica sobre a equidade social e a sustentabilidade. Esse contexto revela uma tendência estrutural do capitalismo de desconsiderar as particularidades das populações rurais e suas condições de vulnerabilidade, enfatizando a necessidade de uma reavaliação crítica das respostas emergenciais dentro deste sistema econômico.

As chuvas em 1979 inicialmente seguiram uma regularidade esperada, condizente com o desenvolvimento de um inverno normal. No entanto, durante um período de 50 dias, de março a meados de abril, coincidindo com a fase de maturação das lavouras, as chuvas cessaram completamente, conforme aponta relatório da SUDENE (1981). Essa interrupção teve um impacto significativo na agricultura, resultando em uma situação caótica.

A seca que se seguiu atingiu proporções assustadoras, não apenas devido à extensa área atribulada, mas também pelo grande número de pessoas impactadas. Como resultado, a produção agrícola nas regiões atingidas reduziu-se a praticamente 10% da colheita esperada pelos agricultores (SUDENE, 1980). Esse evento climático teve sérias consequências para a segurança alimentar e econômica das comunidades circunscritas no Nordeste brasileiro.

Em abril, o governo federal tomou uma ação mais enérgica de socorro às populações flageladas diante dos efeitos da calamidade. Todos os órgãos do poder público foram conjugados para atuar em duas linhas de ação: obras nas propriedades sertanejas e obras públicas. As primeiras foram destinadas aos trabalhadores rurais que perderam suas plantações e lavouras, estendendo-se às propriedades sertanejas. Enquanto isso, as segundas ofereciam mão de obra e serviços em trabalhos realizados pelos governos estaduais, DNOCS e Grupamento de Engenharia do Exército, sendo também de interesse das comunidades interioranas cerceadas. Isso consistia na construção de estradas vicinais e de acesso, limpeza dos canais nos perímetros de irrigação, poços artesianos, açudes públicos e outras.

A primeira linha de atuação, reconhecida como eficaz pelas autoridades e pelo setor privado, consistia em realizar melhorias nas propriedades rurais. A justificativa era que essa abordagem tinha a vantagem de permitir que os trabalhadores permanecessem nas propriedades onde residiam, evitando o êxodo para as cidades e o deslocamento para as frentes de trabalho, onde teriam que ficar durante toda a semana, longe da família e sujeitos a acidentes e epidemias. Conforme relatório da SUDENE (1981), as melhorias incluíam a realização de benfeitorias como cercas, desmatamentos, construção de currais, criação de aguadas, entre outras ações que fortaleciam a infraestrutura das propriedades. O governo

considerava que estava prestando assistência a qualquer que fosse a situação do agricultor, desde os proprietários até os parceiros, rendeiros e moradores.

As tabelas abaixo mostram que, durante a vigência do programa em 1979, foram aplicados recursos para atender aos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Foram 241 municípios acometidos, dos quais apenas 221 foram atendidos. Foram atendidas 47.806 propriedades e mobilizados 366.879 homens. Foram liberados Cr\$ 359.400.000,00 em recursos para serviços em propriedades. Além disso, foram liberados Cr\$ 22.500.000,00 para obras públicas, sob responsabilidade do DNOCS (CE), da Secretaria do Interior e Justiça (RN), da Secretaria do Trabalho, Comunicação e Obras (PB) e do 1º Grupamento de Engenharia do Exército Brasileiro (sediado em João Pessoa - PB).

Tabela 1 - Serviços em propriedades (1979)

Estado	Municípios afetados	Municípios atendidos	Propriedades atendidas	Homens mobilizados	Valor liberado (Cr\$)
Piauí	35	32	2.410	24.047	10.000.000,00
Ceará	75	58	20.669	184.976	170.000.000,00
R. G. do Norte	85	85	12.195	101.013	115.000.000,00
Paraíba	35	35	5.450	41.405	55.000.000,00
Pernambuco	11	11	7.082	15.438	9.400.000,00
TOTAL	241	221	47.806	366.879	359.400.000,00

Fonte: SUDENE, 1981, p. 60.

Tabela 2 - Obras Públicas (1979)

Estado / Órgão	Nº Convênio	Valor do Convênio	Data	Valor Liberado (Cr\$)
DNOCS / CE	026/79	50.000.000,00	27/04/79	3.000.000,00
Sec. Interior e Justiça / RN	018/79	25.000.000,00	27/04/79	5.000.000,00
1º Grupamento de Engenharia	022/79	50.000.000,00	02/05/79	10.000.000,00
	027/79	3.000.000,00	14/05/79	1.500.000,00
Sec. Trabalho, Comunicação e Obras / PB	020/79	25.000.000,00	27/04/79	3.000.000,00
TOTAL	--	153.000.000,00	--	22.500.000,00

Fonte: SUDENE, 1981, p. 60.

A tabela acima apresenta dados referentes aos serviços em propriedades realizados no ano de 1979, durante o período de estiagem. Esses números representam o alcance das ações realizadas em diversas propriedades nos estados mencionados. No Piauí, especificamente, 35 municípios enfrentaram os efeitos da seca, resultando em uma série de medidas emergenciais adotadas pelo governo. Em um esforço para mitigar os efeitos da estiagem, foram realizados serviços em propriedades, abrangendo 2.410 locais e mobilizando 24.047 homens. O valor liberado para essas ações alcançou a cifra de 10.000.000,00 Cr\$. Essas iniciativas visavam fortalecer a infraestrutura das propriedades abaladas,

proporcionando assistência tanto aos proprietários quanto aos parceiros, rendeiros e moradores. No contexto mais amplo da região Nordeste, outros estados também foram fortemente impactados, como o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

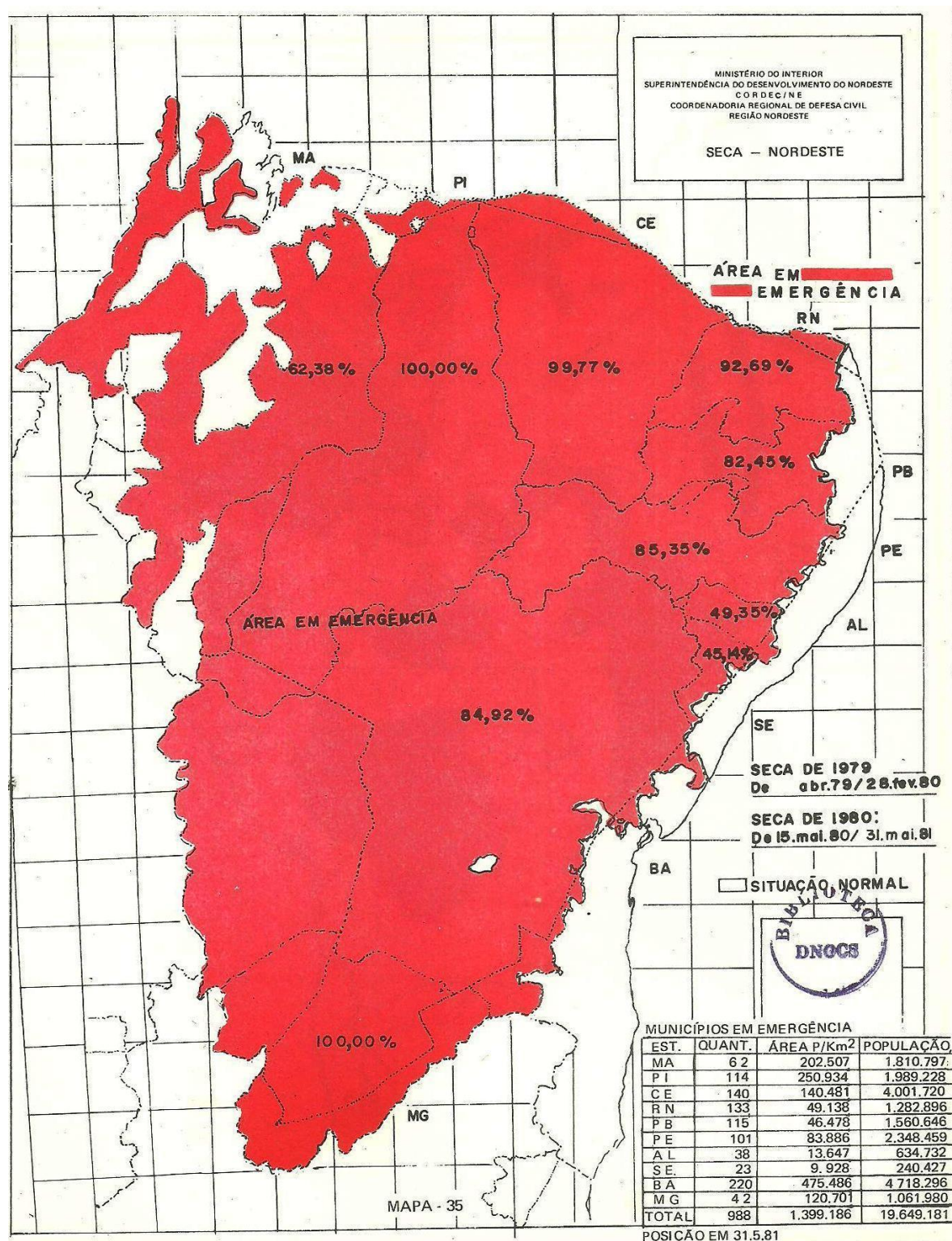
A análise desses dados não apenas oferece um panorama dos esforços empreendidos diante da crise, mas também destaca a complexidade dos desafios socioeconômicos enfrentados pela população rural na região Nordeste durante esse período crítico. A tabela acima apresenta o montante global investido nessas obras públicas, que atingiu a marca de 153.000.000,00 Cr\$, com 22.500.000,00 Cr\$ efetivamente liberados. Essas iniciativas, promovidas por diferentes órgãos governamentais, refletem a resposta coordenada frente à crise ocasionada pela seca na região Nordeste, buscando fortalecer a infraestrutura local. No entanto, a análise desses dados também aponta para a necessidade de ações que forneçam uma melhor resposta aos fenômenos climáticos extremos.

O ano de 1980, que inicialmente apresentava um início promissor com chuvas acima da média em diversos locais, rapidamente viu-se marcado pela interrupção precoce das precipitações a partir de meados de março, indicam os estudos da SUDENE (1981). Esse padrão climático adverso, antecipado em relação ao ocorrido em 1979, teve impactos significativos nas culturas agrícolas que se encontravam em fase de crescimento. A falta de chuvas comprometeu a safra, agravando ainda mais a situação de calamidade nos estados do Nordeste que já haviam sido causticados pela seca no ano anterior.

Essa sequência de eventos climáticos denota certa imprevisibilidade dos fenômenos meteorológicos na região, impondo desafios persistentes para a agricultura local e, por conseguinte, para a segurança alimentar das populações judiadas. A interrupção abrupta das chuvas em 1980 reflete a volatilidade climática característica do Nordeste brasileiro, demandando abordagens integradas e adaptativas para abrandar as consequências desses eventos extremos na vida das comunidades.

No contexto das áreas em emergência devido à seca no Nordeste brasileiro, como ilustrado no mapa a seguir, é essencial compreender tanto o conteúdo explícito quanto os objetivos implícitos dessa representação. Um mapa que mostra áreas em emergência por causa da seca não é apenas um reflexo da realidade física, mas também uma construção social e política. Tais mapas frequentemente são utilizados para justificar a necessidade de intervenção do governo federal e alocação de recursos emergenciais. Ao destacar vastas áreas em situação crítica, como evidenciado pelo vermelho intenso no mapa, eles podem mobilizar apoio público e político para medidas específicas.

Figura 4 - Mapa representativo da área em emergência no Nordeste (1981)



Fonte: SUDENE, 1981, Mapa 35.

Além disso, governos estaduais e municipais usam esses mapas para solicitar ajuda do governo federal, alegando a urgência de assistência financeira e logística para enfrentar a crise. Isso pode incluir distribuição de água, cestas básicas e outras formas de ajuda

humanitária. No entanto, há uma longa história de como a seca no Nordeste tem sido utilizada como um instrumento político e econômico, conhecida como a "indústria da seca". Esta expressão refere-se ao uso da seca como um meio de perpetuar a dependência econômica e política de determinadas áreas em relação ao governo federal.

Nesse contexto, políticos locais podem usar a ameaça ou realidade da seca para obter recursos que, muitas vezes, podem ser desviados ou mal utilizados, reforçando sistemas clientelistas. A visualização de grandes áreas em estado de emergência cria um cenário onde barganhas políticas se tornam inevitáveis. Governadores e prefeitos podem usar tais mapas para negociar maiores fundos federais, transformando a seca em um ativo político explorado para obter vantagens econômicas e políticas. Partidos políticos e líderes regionais podem apoiar ou se opor a políticas federais com base na promessa de ajuda para lidar com a seca, criando uma dinâmica onde a necessidade de auxílio emergencial é trocada por apoio político, frequentemente com pouca transparência ou prestação de contas.

Portanto, os mapas que destacam a severidade da seca ajudam a criar um senso de urgência e inevitabilidade para tais projetos, que podem ser usados politicamente para ganhos eleitorais e econômicos. O termo "indústria da seca" refere-se à alegação de que existe uma manipulação política e econômica da escassez de água e das secas para beneficiar determinados grupos, muitas vezes às custas das populações realmente afetadas. A seca, ao invés de ser vista apenas como uma calamidade natural, é frequentemente transformada em uma oportunidade econômica onde recursos e ajuda financeira podem ser desviados ou mal administrados.

Do ponto de vista acadêmico, analisar um mapa como representação implica reconhecer que cada escolha feita na sua criação (cores, escalas, legendas) não apenas reflete, mas também molda a realidade percebida e as respostas políticas a ela. Mapas não são neutros; eles são criados com e podem perpetuar certas ideologias e agendas políticas. Portanto, é essencial adotar uma visão crítica sobre como os mapas são usados em discursos políticos e na mídia, especialmente em contextos de crise como a seca no Nordeste brasileiro.

Nos relatórios e mapas da SUDENE, o ano de 1981 apresenta uma variação preocupante nos padrões de precipitação, especialmente nos meses de janeiro e fevereiro, quando a chuva foi escassa. Essa condição climática adversa, somada à continuidade de chuvas esporádicas ao longo dos 12 meses seguintes, resultou na redução dos níveis de água em barreiros e pequenos açudes. O impacto desse cenário foi sentido não apenas na agricultura, com a frustração da safra devido à interrupção das chuvas a partir de 4 de abril, mas também na pecuária, que enfrentou desafios significativos devido à escassez de água e

pastagens. O mapa anterior mostra a configuração da região Nordeste que se encontrava em emergência no ano de 1981.

O relatório da SUDENE de 1981 revela que o Maranhão teve 62,38% do território e o Piauí com 100% de área em emergência, indicando a seriedade da crise e sua influência generalizada. Essa crise de estiagem teve um impacto significativo em toda a região, causando dificuldades econômicas, sociais e humanitárias. As proporções dessa seca foram avassaladoras, levando a ações de emergência por parte do governo para minimizar os impactos sobre a população e as comunidades atingidas.

A caracterização da seca como uma "área de emergência" ressalta a gravidade da situação e a necessidade de ações coordenadas para mitigar os efeitos adversos sobre a população, a economia e a infraestrutura da região. Essa situação demonstrou a abrangência e a gravidade do problema da seca no Nordeste e a necessidade de ações coordenadas para lidar com suas consequências. Nesse sentido, reforça-se a importância do entendimento da seca como um desafio maior e multidimensional que exige abordagens efetivas de resposta por parte dos poderes públicos e da sociedade e que, para seu entendimento total, é necessário considerar o debate acerca da ideia de desenvolvimento¹⁹ criada para o campo brasileiro.

A seca persistente, segundo a SUDENE (1981), trouxe consequências não apenas para as áreas rurais, prejudicando a produção agrícola e pecuária, mas também teve repercussões nas áreas urbanas, onde a escassez de água exigiu a instituição de medidas emergenciais, como o abastecimento de cidades por meio de caminhões-pipa. Essa sequência de anos desafiadores ressalta a vulnerabilidade das regiões nordestinas.

O relatório do DNOCS referente ao ano de 1982 destaca que os trabalhos de emergência no estado do Piauí, sob a responsabilidade da 1ª Diretoria Regional, foram realizados em nove municípios, com assistência das frentes de serviços. Essas frentes iniciaram seus serviços em agosto de 1981 e encerraram em abril de 1982, devido a uma razoável precipitação pluviométrica e à diminuição do número de alistados nas frentes de Piripiri, Luzilândia e Alto Longá. O total dos recursos aplicados foi de Cr\$ 68.446.338,48,

¹⁹ O debate acerca da ideia de desenvolvimento para o campo brasileiro envolveu diferentes perspectivas e abordagens ao longo do tempo. Uma das principais discussões girava em torno do modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil, que historicamente seguiu padrões de industrialização e modernização, muitas vezes em detrimento das comunidades rurais mais vulneráveis. Essa abordagem de desenvolvimento frequentemente priorizava os interesses do capital e a expansão do latifúndio, o que resultava em concentração de terra, desigualdades sociais e econômicas, e dificuldade de acesso aos recursos naturais para as populações rurais. A influência das ações governamentais que promoviam a expansão do latifúndio acabava por dificultar o acesso à terra e agravar a vulnerabilidade das comunidades agrícolas mais vulneráveis, especialmente em momentos de crises como a seca.

sendo Cr\$ 65.303.548,48 destinados a despesas com pessoal alistado e o restante com diárias e material de consumo.

O ano de 1982 foi marcado por intervenções emergenciais realizadas pelo DNOCS no estado do Piauí, concentrando-se em nove municípios e contando com o suporte das frentes de serviços. Estas frentes iniciaram suas atividades em agosto de 1981 e encerraram em abril de 1982, impulsionadas por uma razoável precipitação pluviométrica e pela redução no número de alistados nas frentes de Piripiri, Luzilândia e Alto Longá. O relatório do DNOCS (1983) destaca que os recursos empregados totalizaram Cr\$ 68.446.338,48, dos quais Cr\$ 65.303.548,48 foram direcionados para despesas com pessoal alistado, enquanto o restante foi destinado a diárias e material de consumo.

Quadro 2 - Municípios e localidades do Estado do Piauí assistidos pelo plano de emergência: ago/81 à abr/82 (DNOCS)

MUNICÍPIO	LOCAL DA FRENTE
	PERÍMETRO IRRIGADO
Cristino Castro	Gurgueia
Piripiri	Caldeirão
Simplício Mendes	Vale do Fidalgo
Luzilândia	Lagoas do Piauí
Fronteiras	Barreiras
Pio IX	Cajazeiras
Paulistana	Ingazeiras
Floriano	Lameiro
Alto Longá	Longá

Fonte: DNOCS, 1983, p. 185

Tabela 3 - Trabalhos executados nas frentes de serviços no estado do Piauí: ago/81 à abr/82 (DNOCS)

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
Roço	m ²	5.098.725
Desmatamento	m ²	6.163.997
Destocamento	m ²	2.514.270
Desobstrução de canais	m ³	578
Limpeza de canais	M	136.200
Recuperação de estradas	m ²	547.355
Construção de cercas	M	17.245
Recuperação de cercas	M	108.600
Desobstrução de drenos	m ³	690
Limpeza de drenos	M	76.150

Fonte: DNOCS, 1983, p. 185

O Quadro e a Tabela apresentados anteriormente fornecem um detalhamento das intervenções realizadas pelo DNOCS nos municípios do estado do Piauí durante o plano de emergência, no período compreendido entre agosto de 1981 e abril de 1982. Essas ações foram conduzidas exclusivamente na região dos Perímetros Irrigados, abrangendo nove

municípios. Os trabalhos executados pelas frentes de serviço englobam atividades como desmatamento, recuperação de estradas e ações voltadas para a limpeza e desobstrução de canais e drenos. Esses dados revelam a abrangência geográfica e a diversidade de esforços empregados.

Tabela 4 - Total das obras concluídas e em andamento no estado do Piauí: Programa Emergencial maio/82 à dez/83 (DNOCS)

Espécie	Unidade do volume ou dimensão	Obras			
		Concluídas		Em andamento	
		Quantidade	Volume ou dimensão	Quantidade	Volume ou dimensão
Açude	m ³	83	233.038	479	2.552.176
Cacimbão	m ³	547	30.360	626	37.560
Barreiro / aguada	m ³	40	52.084	104	339.579
Barragem	m ³	8	...	29	233.242
Poço amazonas	m ³	--	--	10	1.800

Fonte: DNOCS, 1984, p. 210

Observa-se na tabela anterior que o relatório do DNOCS (1984) fornece um panorama que traz acerca da realidade das obras concluídas e em andamento no estado do Piauí durante o período do Programa Emergencial, de maio de 1982 a dezembro de 1983. As estruturas hídricas abrangem diversas categorias, destacando-se: Açude: 83 obras concluídas, com um volume total de 233.038 m³, e 479 em andamento, com volume previsto de 2.552.176 m³; Cacimbão: Foram concluídos 547 cacimbões, totalizando um volume de 30.360 m³, enquanto 626 estavam em andamento, com um volume projetado de 37.560 m³; Barreiro / Aguada: 40 obras concluídas, com volume total de 52.084 m³, e 104 em andamento, prevendo um volume de 339.579 m³; Barragem: Foram concluídas 8 barragens, sem informação sobre o volume, e 29 estavam em andamento, com um volume previsto de 233.242 m³; Poço Amazonas: Embora não haja informações sobre obras concluídas, 10 poços estavam em andamento, com um volume projetado de 1.800 m³.

A tabela 05 fornece uma demonstração detalhada das obras de emergência realizadas em vários municípios do estado do Piauí de maio de 1982 a dezembro de 1983, incluindo os tipos de obras concluídas e em andamento, bem como os benefícios para a população local, animais e agricultura. As obras incluem a construção de reservatórios (açude), pequenos reservatórios de água (cacimbão) e outras infraestruturas relacionadas à água, como barragens e poços. A tabela também destaca o volume ou dimensões das obras concluídas e em andamento, bem como os benefícios específicos para pessoas, animais e terras agrícolas. Essas informações demonstram os esforços extensivos feitos para enfrentar a escassez de água e fornecer recursos essenciais às comunidades cerceadas durante a grave seca na região.

Tabela 5 - Municípios do estado do Piauí beneficiados com obras de caráter emergencial maio/82 à dez/83 (DNOCS)

Município	Espécie	Obras				Beneficiamento		
		Concluídas		Em andamento		À pessoas	Aos animais	À lavoura (ha)
		Quantidade	Volume ou dimensão	Quantidade	Volume ou dimensão			
Alto Longá	Açude	--	--	35	120.718 m ³	880	3.900	--
	Barragem	4	8.620 m ³	--	--	--	--	--
	Cacimbão	96	5.760 m ³	29	1.740 m ³	--	--	--
Paulistana	Açude	58	148.753 m ³	142	402.594 m ³	13.000	18.000	33
	Barreiro	--	--	6	17.122 m ³	--	--	--
	Cacimbão	--	--	13	780 m ³	--	--	--
Luzilândia	Açude	5	17.335 m ³	29	92.575 m ³	700	1200	--
	Barreiro	3	4.460 m ³	5	7.200 m ³	--	--	--
	Cacimbão	11	660 m ³	--	--	--	--	--
Fronteiras	Açude	12	48.000 m ³	42	168.000	8.500	21.500	11
	Barragem	2	...	--	--	--	--	--
	Barreiro	34	34.000 m ³	31	26.500 m ³	--	--	--
	Cacimbão	12	720 m ³	45	2.700 m ³	--	--	--
Joaquim Pires	Açude	--	--	16	49.717 m ³	200	400	--
	Barreiro	1	624 m ³	8	16.577 m ³	--	--	--
	Cacimbão	27	800 m ³	--	--	--	--	--
Eliseu Martins	Açude	--	--	3	13.476 m ³	--	--	--
	Cacimbão	--	--	24	1.440 m ³	--	--	--
Santa Luz	Açude	--	--	3	13.527 m ³	--	--	--
Matias Olímpio	Açude	7	16.950 m ³	23	74.888 m ³	400	1000	--
	Barreiro	--	--	5	5.264 m ³	--	--	--
	Cacimbão	64	2.200 m ³	--	--	--	--	--
Barras	Açude	--	--	38	1.000.000 m ³	600	2.000	1
	Barragem	--	--	2	124.000 m ³	--	--	--
	Barreiro	2	13.000 m ³	--	--	--	--	--
	Cacimbão	37	2.220 m ³	113	6.780 m ³	--	--	--
	Poço	--	--	10	1.800 m ³	--	--	--
Capitão de Campos	amazonas	--	--	--	--	--	--	--
	Barragem	--	--	11	29.647 m ³	55	220	--
	Barreiro	--	--	8	15.845	--	--	--
Piripiri	Cacimbão	11	660 m ³	29	1.740 m ³	--	--	--
	Açude	--	--	31	173.029 m ³	415	1.660	--
	Barragem	--	--	7	15.440 m ³	--	--	--
	Barreiro	--	--	18	37.066 m ³	--	--	--
Piracuruca	Cacimbão	83	4.980 m ³	46	2.760 m ³	--	--	--
	Açude	--	--	35	156.514 m ³	800	1.200	0,5
	Barragem	2	1.299 m ³	4	2.659 m ³	--	--	--
	Barreiro	--	--	11	5.763 m ³	--	--	--
Batalha	Cacimbão	166	9.960 m ³	134	8.040 m ³	--	--	--
	Açude	--	--	32	97.525 m ³	--	--	--
	Barragem	--	--	4	60.996 m ³	--	--	--
	Barreiro	--	--	12	208.242 m ³	--	--	--
Benedictinos	Cacimbão	--	--	125	7.500 m ³	--	--	--
	Açude	--	--	32	128.205 m ³	250	600	--
	Cacimbão	40	2.400 m ³	42	2.520 m ³	--	--	--
S. João da Serra	Açude	1	2.000 m ³	14	52.000 m ³	200	500	0,5
	Barragem	--	--	1	500 m ³	--	--	--
	Cacimbão	--	--	24	1.440 m ³	--	--	--

Cristino Castro	Açude	--	--	4	9.408 m ³	--	--	--
	Cacimbão	--	--	2	120 m ³	--	--	--
TOTAL	--	--	--	--	--	26.000	52.180	46

Fonte: DNOCS, 1984, p. 211-212

No ano de 1983, a crise se agravou devido à sequência de cinco anos sem safra e ao esgotamento quase total das reservas de água, tanto em áreas rurais quanto urbanas nas capitais nordestinas. O relatório de 1983 do DNOCS ressalta a importância da grande açudagem, mesmo com níveis críticos de acumulação de água, ao continuar garantindo a perenização de grandes vales e assegurando o abastecimento das populações nas zonas rurais e urbanas.

A análise crítica dos dados revela uma situação controversa durante o Programa Emergencial, especialmente em relação aos beneficiários. Supostamente visando à conveniência dos alistados, o programa acabou beneficiando, na prática, os fazendeiros com investimentos em suas propriedades sem custos para eles. Essa abordagem levantou reações negativas, pois demonstrou um privilégio em favor dos grandes proprietários de terra.

Essa constatação levanta questões sobre a equidade e eficácia do programa, questionando se os recursos foram distribuídos de maneira justa e se alcançaram os objetivos de mitigar os impactos da seca nas populações mais vulneráveis. A reação negativa à percepção de favorecimento dos fazendeiros destaca a importância de revisões e ajustes em políticas públicas para garantir uma abordagem mais justa e eficiente diante de desastres naturais como a seca. O contexto pós-1983, conforme mencionado por Duarte (2001), indica a necessidade de repensar e reformular o sistema para lidar de maneira mais equitativa com os desafios impostos pela seca.

Nota-se ainda que a fiscalização dos trabalhos de assistência às zonas atingidas pela seca ficava exclusivamente a cargo da SUDENE. A instituição mantinha cerca de 40 técnicos, incluindo agrônomos e geólogos, atuando no campo. Esses profissionais tinham a responsabilidade de percorrer as regiões delimitadas em estiagem, monitorando e avaliando a execução das obras e serviços realizados pelos órgãos públicos e pelas empresas contratadas pelo governo.

A seca de 1979-1983 expôs uma lacuna significativa na distribuição de água para a população sedenta. Apesar da presença de grande quantidade de água nos grandes reservatórios, a localização desses reservatórios não atendia de maneira satisfatória toda a população. Além disso, a falta de infraestrutura, como sistemas de encanamento, tornava o transporte de água uma tarefa custosa, realizado principalmente por meio de carros-pipas, especialmente nas áreas semiáridas.

Diante desse cenário, a compreensão emergiu de que a construção de novos açudes e a perfuração de poços deveriam ser prioridades e incumbências a cargo do DNOCS, aponta o Niepce (1985). Essas medidas seriam essenciais para melhorar o acesso à água e mitigar os impactos da seca, garantindo uma distribuição melhor e mais eficiente para os diversos povoados, fazendas e sítios na região, especialmente nas áreas mais suscetíveis ao fenômeno do semiárido.

Conforme destacado por Gondim (1984), é crucial não confundir a seca como uma mera consequência do subdesenvolvimento da região. A seca, em sua essência, é a escassez de água e não pode ser solucionada apenas com a construção de unidades fabris fora da área desabastecida. Durante a seca de 1979-1983, essa abordagem revelou-se fatal para o semiárido. A raiz do problema residia na necessidade de desenvolver a região como um todo, proporcionando meios e condições para resistir aos efeitos da seca.

O posicionamento para a industrialização foi revisado e a experiência adquirida levou à consideração da seca sob três enfoques principais: engenharia civil, engenharia agrônoma e econômico-social. Essa abordagem integrada incluía pesquisas e estudos para identificar as potencialidades dos recursos naturais da região. O entendimento de que a seca não era apenas um problema climático, mas também estrutural e socioeconômico, levou a uma revisão estrutural na maneira de abordar e enfrentar esse desafio recorrente na região semiárida.

É crucial ressaltar que o Programa de Emergência de Combate à Seca estava intrinsecamente vinculado à criação de frentes de serviços. Essas frentes tinham como objetivo fornecer empregos imediatos em situações de calamidade, visando evitar a migração dos trabalhadores em busca de meios de subsistência. A retenção de mão de obra, nesse contexto, era de particular interesse para os proprietários de terra, uma vez que garantia a disponibilidade de trabalhadores para realizar melhorias em suas propriedades.

Além disso, os políticos locais também se beneficiaram politicamente dessa estratégia, pois o programa não apenas oferecia uma resposta imediata às demandas sociais geradas pela seca, mas também permitia demonstrar ações concretas de enfrentamento da crise. Dessa forma, a interseção entre a necessidade de empregos, a retenção de mão de obra e os interesses políticos locais era um componente essencial do Programa de Emergência, destacando suas implicações tanto no âmbito social quanto no político.

Consequentemente, os mais fustigados em todo esse quadro foram os camponeses, visto que as medidas tomadas foram apenas paliativas, de maneira a amenizar o problema momentaneamente, limitando-se a garantir a subsistência da população pobre rural que sofria

com os efeitos da estiagem. População esta que expulsa do campo encorpou levas de migrantes em busca de trabalho e terra para produzir, sob mobilização direta do Estado para atrair trabalhadores para ocupar áreas com baixa densidade demográfica, propaladas equivocadamente como regiões vazias.

A falta de ações estruturais e sustentáveis para lidar com os impactos recorrentes da seca contribuiu para a perpetuação dos desafios enfrentados pelos camponeses, que se viram obrigados a lidar repetidamente com as consequências devastadoras desse fenômeno “climático”. Essa realidade sublinha a necessidade de abordagens mais plural e de longo prazo para enfrentar os efeitos da seca, considerando não apenas a resposta imediata, mas também ao acionamento de estratégias resilientes e sustentáveis para as famílias rurais.

A seca não é apenas um fenômeno climático, mas também envolve uma série de consequências que configuram diversos interesses econômicos para além da região atingida. A fome e a seca compõem um quadro estrutural, no qual a fome generalizada leva as pessoas do sertão a buscar alimentos e, famintas, a tomar atitudes desesperadas. Esse cenário de escassez alimentar pode ter impactos significativos não apenas nas comunidades locais, mas também em termos sociais e econômicos mais amplos.

Pelas leituras de Geremek (1995), pode-se perceber uma associação entre a miséria e a caridade na Europa e as secas e estiagens no Meio-Norte do Brasil. Embora aparentemente distantes em contexto e geografia, encontram um ponto de interseção na análise crítica das estruturas sociais e econômicas que perpetuam a pobreza e a necessidade de assistência humanitária. Historicamente, a miséria na Europa, especialmente durante a transição da sociedade feudal para a capitalista, foi marcada por políticas assistenciais que oscilavam entre a caridade e a repressão. Essa dualidade reflete a complexidade das respostas sociais à pobreza, que tanto podem ser motivadas por um senso de solidariedade quanto por um desejo de controle social.

As secas e estiagens enquanto fenômenos naturais recorrentes exacerbam as condições de vulnerabilidade das populações locais e a resposta a essas crises frequentemente se deu sob a forma de assistencialismo, seja por meio de políticas governamentais ou da atuação de organizações não governamentais. No entanto, é crucial questionar se tais medidas são suficientes para promover uma mudança estrutural ou se apenas mitigam temporariamente as consequências de um sistema econômico que falha em distribuir de maneira justa os recursos e oportunidades.

A crítica deve, portanto, ir além da observação das manifestações imediatas da pobreza e buscar as raízes históricas, políticas e econômicas que sustentam ciclos de privação

e dependência. Isso implica reconhecer a pobreza não apenas como uma condição material, mas também como um estigma social que marginaliza e desumaniza, perpetuando assim uma hierarquia de poder e privilégio. A superação dessa dinâmica requer uma abordagem que integre políticas de desenvolvimento sustentável, educação e capacitação, visando a autonomia e o empoderamento das comunidades afetadas.

Em última análise, a seca é um problema híbrido que envolve uma combinação de fatores climáticos, econômicos, sociais e políticos. Abordar efetivamente esses problemas requer uma abordagem holística que envolva a colaboração entre governos, comunidades locais e organizações não governamentais. As frentes de serviço ao representar promessas de trabalho geram expectativas significativas na população, influenciando a dinâmica social e familiar. Ao promoverem a organização em torno dessas oportunidades, esses espaços se tornaram centros de solidariedade entre os trabalhadores. A experiência nas frentes de serviço transcende aspectos econômicos, envolvendo dimensões históricas, culturais, sociais e políticas.

A solidariedade entre os trabalhadores nas frentes de serviço não apenas contribuía para a manutenção do emprego, mas também fortalecia os laços comunitários e proporcionava um sentido de pertencimento. Esses aspectos culturais e sociais moldaram costumes únicos vivenciados pelos camponeses-operários, destacando a importância dessas iniciativas não apenas como resposta emergencial, mas como elementos integrados à grande teia social e econômica das comunidades arruinadas pela seca.

2.2 Outras ações governamentais: o Polonordeste e o Projeto Sertanejo

Ao se falar de seca no Nordeste brasileiro, a historiografia remonta a episódios acontecidos ainda no século XIX. Nesse período, a literatura destaca a grande seca de 1877-1879 como a "maldita dos três setes". Esse evento foi crucial para a visualização da seca no Nordeste, na época incluso na região Norte, como um problema social relevante e merecedor de atenção estatal, preocupando os poderes públicos, incluindo o Governo Imperial. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros programas de construção de açudes, um esforço que ganhou força na primeira metade do século XX. Essas iniciativas visavam não apenas solucionar os desafios hídricos, mas também serviam como medidas emergenciais para proporcionar emprego à população abalada pelas secas durante os longos períodos de estiagem.

A partir desse momento, a questão da seca passou a ser uma preocupação central para as autoridades, levando à criação de órgãos e programas de combate à seca e de

assistência às populações prejudicadas, como a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), criada em 1909²⁰, que posteriormente se tornou o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada em 1959 com o objetivo de não apenas lidar com a questão da seca, mas também de abordar os problemas econômicos, sociais e políticos da região.

Na década de 1970, o desenvolvimento do Nordeste passou a ser orientado pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), refletindo uma nova configuração na política nacional. É importante ressaltar que esses planos direcionaram um volume maior de recursos para o setor agropecuário em comparação com o setor industrial (SUDENE, 1980), o que revela a priorização dada a esse setor em detrimento do desenvolvimento industrial na região. Essa alocação de recursos reflete uma ênfase estratégica no desenvolvimento rural e agrícola como meio de impulsionar a economia da região nordestina.

Com o advento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, foram instituídos programas especiais e instrumentos como o [...] Polonordeste e o Projeto Sertanejo, entre outros. Observa-se, numa rápida análise, que os planos têm propiciado ao setor agropecuário maior volume de recursos do que o reservado ao setor industrial (SUDENE, 1980, p. 11).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), implantado a partir de 1974, estabeleceu estratégias específicas para impulsionar o desenvolvimento em diferentes regiões do Brasil. No caso do Nordeste, o governo federal buscou concentrar esforços por meio dos Programas Regionais Especiais, visando aproveitar as potencialidades dos recursos naturais e acelerar o desenvolvimento socioeconômico da região (SUDENE, 1980).

Esses programas foram desenhados para atuar em áreas consideradas prioritárias, e a intenção era promover ações que impulsionassem o crescimento econômico, reduzissem as desigualdades regionais e melhorassem as condições de vida da população nordestina. Dessa forma, o governo buscava enfrentar questões estruturais e promover um desenvolvimento mais equitativo no país. Em contextos de seca, como o mencionado anteriormente, esses programas e ações especiais poderiam incluir medidas de combate aos efeitos da estiagem, investimentos em infraestrutura, projetos de desenvolvimento agrícola e assistência às comunidades sensíveis.

De acordo com o economista da Fundação CEPRO, Agenor de Sousa Martins²¹, ao discorrer sobre o Piauí na economia nacional, afirma que a preocupação com a integração

²⁰ Criado através do Decreto nº 7.619, de 21 de Outubro de 1909.

²¹ O artigo intitulado “O Piauí na Economia Nacional”, foi elaborado pelos economistas Agenor de Sousa Martins, Agésilau José de Sousa Martins, Antônio José Pereira, Francisca Amélia de Carvalho Sá e Freitas e

nacional no Brasil remonta à época da implantação da Colônia Portuguesa (Martins *et. al.*, 1982, p. 95-96). Inicialmente, essa preocupação tinha o propósito de preservar o território da colônia, que estava sob constante ameaça das potências mercantilistas europeias. Para manter a unidade dessa vasta conquista, foi adotada a estratégia de dividir e distribuir o território colonial em Capitanias Hereditárias, além da criação de um sistema de defesa por meio da implantação de fortificações estrategicamente localizadas em pontos do território conquistado. Essas medidas visavam garantir a segurança e a integridade do território colonial diante das ameaças externas.

As expedições frequentes penetraram pelo interior do território, assegurando sua posse e até expandindo sua fronteira.

Superada essa fase, a evolução do processo de integração nacional continuou, motivada pela preocupação de manutenção da unidade nacional. O meio era a abertura de canais de comunicações através de telégrafo, estradas de ferro, navegação fluvial e, mais recentemente, com o advento da indústria automobilística, através da implantação de rodovias.

A consequência deste processo foi a ampliação do mercado para os bens produzidos pelos centros mais dinâmicos da economia (Martins *et. al.*, 1982, p. 96).

Após as expedições que exploraram o interior do território brasileiro, garantindo sua posse e expansão, o processo de integração nacional permaneceu impulsionado pela preocupação em preservar a unidade nacional. Como resultado desse avanço, ocorreu a ampliação do mercado para os produtos provenientes dos centros econômicos mais dinâmicos, o que facilitou a circulação de mercadorias e promoveu a integração econômica do país. Esse desenvolvimento contribuiu para fortalecer os laços comerciais entre as diferentes regiões do Brasil e impulsionar o movimento que visasse o crescimento econômico.

A preocupação com a integração nacional no Brasil evoluiu do campo político, relacionado à soberania nacional, para o campo econômico, focando na integração dos mercados regionais aos mercados nacionais de recursos e produtos. A infraestrutura desenvolvida nas décadas de 1960 e 1970 foi importante para viabilizar a conexão entre os mercados do Centro-Sul e das regiões periféricas. Martins *et. al.* (1982, p. 96) aponta que entre 1969 e 1974, foram forjados os Programas de Integração Nacional (PIN, PROTERRA²² e PROVALE²³), que tinham como objetivo principal promover a integração da economia nacional. Uma das iniciativas desse período foi a construção da rodovia Transamazônica, que

Maria das Graças Ferreira Lima, técnicos da Fundação Cepro. As análises contidas no texto se enquadram na pesquisa sobre a Questão Agrária Piauiense, pela Fundação Cepro em 1982, com a assessoria do Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (ILPES), organismo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas (CEPAL/ONU).

²² Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste.

²³ Programa Especial para o Vale do São Francisco.

interligava as regiões Norte e Nordeste. Além de abrir caminho para a ocupação da Amazônia, essa obra visava expandir a fronteira agrícola e integrar ao mercado nacional aos núcleos rurais de subsistência. Essas ações foram essenciais para fortalecer a integração econômica do país e impulsionar o “desenvolvimento” de regiões antes mais isoladas, na ânsia pelo “progresso” e busca pela chamada “modernidade”.

Embora as iniciativas de integração econômica e infraestrutura tenham sido fundamentais para conectar diferentes regiões do Brasil e promover o desenvolvimento, é necessário avaliar os impactos socioeconômicos e ambientais dessas ações. Projetos de grande escala, como a construção de rodovias e a ocupação de novas áreas, podem gerar ou aprofundar desigualdades, potencializar deslocamentos populacionais, degradação ambiental e impactos negativos nas comunidades rurais, entendidas como entrave para o desenvolvimento local porque “arredias” às mudanças nos modos de vida e trabalho.

Diante disso, é importante problematizar a noção de “progresso” e “modernidade” associada a essas iniciativas. Nem sempre o desenvolvimento econômico e a integração regional resultam em benefícios equitativos para toda a população, podendo favorecer determinados setores em detrimento de outros e perpetuar desigualdades sociais. Ao analisar os efeitos das ações de integração econômica, deve-se considerar não apenas o crescimento econômico, mas também os aspectos sociais, ambientais e culturais envolvidos no processo de desenvolvimento regional.

Esta orientação da Política Econômica Nacional vem de encontro aos interesses do capital industrial no país, que vinha de um período de expansão econômica (1950 a 1962) em que houve concentração, seguido de um período recessivo (1963 a 1968) de combate à inflação, em que ocorre a centralização do capital e elevado grau de ociosidade na economia. Assim, para superação da crise, tornava-se imperativa a ampliação do mercado para os produtos dessa indústria, localizada quase exclusivamente no Centro-Sul do país (Martins *et. al.*, 1982, p. 96-97).

A análise apresentada destaca a relação entre a orientação da Política Econômica Nacional e os interesses do capital industrial no Brasil, colocando a importância da ampliação do mercado interno para impulsionar a atividade econômica. O período de expansão econômica seguido por uma fase recessiva e de combate à inflação ressalta a necessidade de estratégias para superar os desafios enfrentados, como a centralização do capital e a ociosidade na economia. A busca por soluções que promovam a expansão do mercado interno, especialmente para os produtos da indústria concentrada no Centro-Sul do país, é destacada como uma medida crucial para estimular a demanda e utilizar a capacidade produtiva ociosa.

Os desafios econômicos enfrentados na época, destacando-se a importância de políticas que promovam a expansão do mercado interno como forma de impulsionar a indústria nacional e estimular a atividade econômica em todo o país, contudo, não logrou êxito. De acordo com Martins *et. al.* (1982), o paradigma da integração não alcançou os objetivos desejados devido à diferença na mobilidade dos bens e serviços no mercado de produtos a curto prazo em comparação com a mobilidade dos recursos entre regiões, influenciada pela variação do período de tempo conforme o tipo de recurso.

Assim, o sistema de pregos operou no mercado de produto através de um fluxo de bens duráveis e serviços no sentido Centro-Sul-Nordeste e um fluxo de produtos primários em sentido contrário. No mercado de recursos; por seu turno, o saldo dos fluxos contrários parece apontar uma evasão de recursos da região Nordeste para o Centro-Sul, onde obtinham maior rentabilidade em decorrência das condições extra-preço que operavam neste sentido (Martins *et. al.*, 1982, p. 97).

Além da questão agrária, um dos principais obstáculos ao crescimento do Piauí, Martins *et.al.* (1982) enviesa para a análise de outros fatores internos e externos que influenciaram a situação econômica e social do Estado. O texto destaca a importância de não limitar as explicações para o “atraso” do desenvolvimento do Piauí a um único fator, diferentemente de algumas visões simplistas que atribuem esse atraso a uma única carência, como falta de energia elétrica, de estradas ou de chuvas.

Apesar das investigações da CEPRO se concentrarem principalmente no setor primário da economia, abordando questões como a concentração de terras e o desperdício em seu uso, bem como as relações técnicas e sociais no setor agrícola, o autor busca inserir uma interpretação mais vasta sobre a economia do Piauí. Essa abordagem global visa perceber a situação econômica do Estado de forma plural, considerando diversos aspectos além do setor primário, para uma análise mais completa e mais capaz de abarcar e descrever a realidade econômica da região.

A economia agrícola do Piauí é uma economia atrasada em todos os aspectos. Faz parte de um conjunto mais amplo do sistema agrário representado pela região do sertão nordestino e, neste sentido, os problemas que afetam esta região estão quase sempre presentes também na economia agrícola do Estado, desde problemas climáticos até os de natureza sócio-econômica [sic] e política (Rocha, 1982, p. 104).

O discurso do "atraso" em relação à economia agrícola de uma região, como no caso do Piauí, é um termo carregado de conotações negativas que pode simplificar a complexidade da situação. O autor faz referência aos esquemas de Celso Furtado para explicar a evolução da estrutura agrária do Nordeste, incluindo o Piauí, destacando a transição da economia

açucareira para a pecuária como um dos momentos-chave na história econômica da região, o que pode ter impactado a estrutura agrária do Piauí.

Rocha (1982), economista e técnico-pesquisador da Fundação CEPRO, perscruta os aspectos gerais da colonização do Piauí, a expansão da pecuária e suas características e uma “evolução” das relações agrárias em fins do século XVII, o cultivo de algodão e culturas de subsistência sob a influência do capital no século XIX como determinantes do processo de formação do sistema agrário piauiense. Além disso, a explicação do autor sugere que o atraso na estrutura agrária do Piauí pode ser resultado de uma combinação de fatores internos, como práticas tradicionais e limitações de capital, e fatores externos, como mudanças econômicas regionais e nacionais. A periodização proposta para a evolução das relações agrárias no Piauí sugere uma divisão em duas fases distintas.

A primeira fase, identificada como inicial, é caracterizada pela emergência da pecuária na região com traços do sistema escravista. Neste contexto, a relação de trabalho escravo é apontada como predominante, mantendo-se influente até, pelo menos, o final do século XVIII, conforme evidenciado pela significativa presença de escravos ao longo desse período. A segunda fase, considerada de transição e diversificação, representa um momento de mudança na estrutura das relações agrárias. Neste estágio, observa-se uma diversificação das atividades pecuárias, acompanhada por uma maior elaboração nas relações de trabalho e na organização das unidades de produção. A introdução de novas práticas e formas de trabalho marca essa fase, indicando uma evolução nas práticas e estruturas agrárias na região piauiense ao longo do tempo.

No contexto de tentativas para impulsionar o desenvolvimento do Nordeste do Brasil, a SUDENE desempenhou um papel crucial na coordenação e cumprimento desses programas, na definição de prioridades, aprovação de projetos, acompanhamento e avaliação dos resultados dessas iniciativas. Isso inclui programas como o Polonordeste, o Projeto Sertanejo e o Programa de Emergência contra os Efeitos de Calamidades Públicas no Nordeste. Esses programas foram concebidos para lidar com desafios específicos da região e promover o crescimento socioeconômico.

- **Polonordeste:** Este programa visava promover o desenvolvimento integrado e sustentável no Nordeste, abordando questões como infraestrutura, agricultura, indústria e capacitação técnica. O objetivo era reduzir as disparidades regionais e melhorar as condições de vida da população.
- **Projeto Sertanejo:** Este projeto tinha como foco áreas mais áridas e semi áridas, conhecidas como sertão. Projetos desse tipo frequentemente visavam melhorar as

condições de vida em regiões propensas à seca, através de investimentos em irrigação, tecnologias agrícolas adaptadas e outras iniciativas.

- **Programa de Emergência contra os Efeitos de Calamidades Públicas no Nordeste:** Esse programa tinha um caráter emergencial e era ativado em situações de crise, como secas e outras calamidades. Seu objetivo principal era fornecer assistência imediata às comunidades mais agitadas, abordando questões urgentes relacionadas a alimentos, água, abrigo e outras necessidades básicas.

Desse modo, em razão da existência de vários programas governamentais atuando na região Nordeste, para também compreender a seca de 1979-1983, foca-se aqui na análise de apenas dois deles, incluídos dentro da proposta de Desenvolvimento Rural Integrado (DRI), pois estão intrinsecamente ligados à região semiárida: o *Polonordeste* e o *Projeto Sertanejo*. Esses programas desempenharam papéis cruciais na tentativa de promover o desenvolvimento e enfrentar os desafios específicos enfrentados pelo Nordeste do Brasil. Ambos os programas estavam alinhados com a proposta mais ambiciosa de Desenvolvimento Rural Integrado, buscando não apenas abordar questões emergenciais, como secas, mas também criar condições estruturais para o desenvolvimento a longo prazo.

A seca, além de seus impactos imediatos, teve um papel na formação do imaginário nordestino, destacando a vulnerabilidade da região a eventos climáticos extremos e influenciando a percepção pública sobre as necessidades e desafios enfrentados pela população nordestina. O ponto de vista apresentado por Albuquerque Jr (2009) destaca a construção social do conceito de Nordeste, denunciando como as narrativas sobre a seca e a miséria foram instrumentalizadas pela classe dominante da região para buscar recursos junto ao governo federal. Essa construção contribui para um olhar estereotipado da região, desconsiderando suas diversidades climáticas, culturais e econômicas.

Quanto ao Polonordeste, é interessante notar que, conforme Domingos Neto & Lima (1988), pesquisadores da Fundação CEPRO, historiador e economista, respectivamente, esse programa desempenhou um papel significativo no Piauí, sendo responsável por disponibilizar recursos substanciais e causar grande impacto, a ponto de, a partir de 1982, confundir-se com um programa financiado pelo Banco Mundial. Essa ênfase e repercussão podem ter contribuído para consolidar a imagem do Nordeste como um território marcado por programas específicos, como o Polonordeste, e suas narrativas associadas.

Além disso, a centralidade dada pela imprensa piauiense a esses programas em detrimento de outros pode ter influenciado a percepção pública e a construção de significados

em torno das ações governamentais na região. Isso ressalta a importância não apenas das políticas em si, mas também da forma como são comunicadas e interpretadas pela sociedade.

De acordo com a SUDENE (1981), o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste)²⁴ tinha como objetivo integrar a economia de mercado de cerca de 2,1 milhões de pequenos agricultores do Nordeste. Sua proposta envolvia a promoção de uma agricultura eficaz, melhoria de renda das populações e ampliação das oportunidades de emprego no meio rural. O programa buscava uma abordagem integrada, considerando diversos aspectos, tais como físicos, sociais, organizacionais e políticos. Além disso, a proposta visava ao desenvolvimento por meio da integração entre agricultura, indústria e serviços nas próprias zonas rurais.

Essa abordagem integrada reflete a compreensão de que o desenvolvimento não se limita apenas à esfera agrícola, mas requer um estudo abrangente que considere diferentes setores da economia e aspectos sociais. A ideia era impulsionar a economia rural, melhorar as condições de vida das comunidades e criar oportunidades de emprego que contribuíssem para o desenvolvimento sustentável da região.

O programa Polonordeste, inserido no II PND, foi elaborado sob o “pressuposto de que a diversidade sub-regional que ocorre no Nordeste torna inadequados programas uniformes e padronizados para toda a região, inviabilizando, portanto, qualquer ação desenvolvimentista que a considere como um todo homogêneo” (Campos, 2004, p. 139). Com base nesse argumento, foram selecionadas áreas, denominadas “áreas integradas”, nas quais se concentraram esforços visando transformá-las em polos de desenvolvimento rural, sob a premissa de que teriam seus efeitos irradiados para as áreas circunvizinhas.

Adotando uma abordagem específica para atender às necessidades das diversas áreas da região Nordeste, reconhecia suas particularidades. As intervenções foram planejadas em cinco áreas integradas, cada uma com suas subdivisões: Vales Úmidos, Serras Úmidas, Áreas de Agricultura Seca, Tabuleiros Costeiros, e Áreas da Pré-Amazônia Maranhense. Dentro dessas categorias, foram identificadas subdivisões que refletiam as características e desafios específicos de cada região. No caso do Piauí, o estado estava inserido na área dos Vales Úmidos. As ações planejadas pelo Polonordeste no Piauí foram direcionadas para o Delta do Parnaíba, Fazendas Estaduais, Vale do Fidalgo, Norte do Gurgueia, Médio Gurgueia e Extremo Sul do Gurgueia. Observe a figura a seguir com mapa representativo dessa distribuição dentro do território piauiense.

²⁴ Foi instituído pelo Decreto nº 74.794, de 29 de outubro de 1974.

O programa Polonordeste foi institucionalizado no território piauiense pelo Governo do Estado em março de 1976, com o intuito de promover uma ação integrada que unisse forças, articulando a administração federal e as administrações municipais em uma ação conjunta para o desenvolvimento do setor primário. Para a seleção das áreas predeterminadas (Vales Úmidos: Delta do Parnaíba, Fazendas Estaduais/Vale do Fidalgo e Vale do Gurgueia²⁵), foram consideradas as carências básicas, as potencialidades e as restrições, avaliando os custos, os benefícios e a rentabilidade dos projetos. O quadro a seguir indica a região, os principais municípios e órgãos responsáveis.

Quadro 3 - Áreas de atuação do Polonordeste no Piauí

ÁREAS DE ATUAÇÃO NO PIAUÍ	PRINCIPAIS MUNICÍPIOS ATINGIDOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DE ITENS ESPECÍFICOS
DELTA DO PARNAÍBA	Parnaíba, Buriti dos Lopes, Joaquim Pires e Luzilândia.	Emater-PI, Embrapa, DER-PI, Cibrazem e Secretarias de Agricultura, Obras e Educação
FAZENDAS ESTADUAIS E VALE DO FIDALGO	Simplício Mendes, Paes Landim e São José do Peixe.	DER-PI, CEPRO, Coderpi, Cidapi, Emater-PI, Comdepi e Secretarias de Educação e Obras
VALE DO GURGUEIA	Sul do Vale: Curimatá, Parnaguá e Corrente. Centro do Vale: Cristino Castro, Bom Jesus, Gilbués e Redenção do Gurgueia.	Emater-PI, Embrapa, DER-PI, Cidapi e Secretarias de Educação, Saúde, Obras e Agricultura.

Fonte: Freitas²⁶, 1976, p. 01-03

De modo geral, as linhas de ação eram diferenciadas e mais extensas, compostas de vários subprojetos/atividades, passando a atuar com os segmentos de apoio à produção (assistência técnica e extensão rural, venda de insumos, mecanização, cooperativismos etc.) e equipamentos de infraestrutura econômica (estradas vicinais, eletrificação rural, etc.) e infraestrutura social (educação, saúde, desenvolvimento comunitário, etc.).

²⁵ Em 1977, o PDRI do Gurgueia foi subdividido em três áreas: Norte, Médio e Sul do Gurgueia. Foi ainda criado o PDRI das Fazendas Estaduais, desmembramento do PDRI Vale do Fidalgo.

²⁶ Nasceu em 1947 em Teresina-PI. Graduada em Jornalismo e Comunicação Social pela Universidade de Brasília, é poetisa e jornalista. Com uma carreira no serviço público estadual, atualmente está aposentada pela Fundação CEPRO e atua como militante do movimento de mulheres em Teresina. Ela é autora de diversos artigos e poesias.

Figura 5 - Mapa representando a distribuição no Polonordeste no Piauí



Fonte: Freitas, 1976. p. 01

Alguns segmentos como assistência técnica, edificação de postos de saúde, escola e eletrificação rural, apresentaram alto percentual de realizações devido a facilidade de

execução dos segmentos de obras físicas, facilmente contratadas a firmas empreiteiras. Outros, como crédito, ação fundiária, comercialização e saneamento básico apresentam baixo percentual de desempenho (Campos, 2004). Esses desafios não são exclusivos do Polonordeste e são comuns em programas de desenvolvimento que envolvem múltiplos setores. A face diversificada dessas questões técnicas muitas vezes requer abordagens adaptativas e coordenação eficaz entre os diferentes atores envolvidos.

De acordo com estudos realizados pelos economistas Bandeira e Lima (1984), pesquisadores da Fundação CEPRO, os recursos financeiros, tanto os previstos quanto os efetivamente aplicados, principalmente no início da atuação, seguiram tendência bastante acentuada em privilegiar os investimentos em infraestrutura, em detrimento do apoio mais direto às maiores necessidades do pequeno produtor²⁷, como crédito fundiário, cooperativismo, assistência técnica e educação, que contraditoriamente não foram contemplados com recursos mais substanciais.

Ainda conforme o estudo citado, estes investimentos, que não seriam voltados para as reais necessidades da economia camponesa, acarretaram problemas bastante sérios²⁸, tendo a construção de estradas, a eletrificação, a perfuração de poços, entre outros, levado ao consequente aumento nos preços da terra tornando mais difícil a aquisição para a maioria dos agricultores, levando ao acirramento de conflitos pela posse da terra e às migrações. Apesar disso, tinha como público-meta os pequenos e médios proprietários bem como aqueles sem a posse da terra, objetivando a promoção do desenvolvimento e modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste e a melhoria da renda e condições de vida destes produtores.

Ora, um programa do tipo Polonordeste, caiu como uma luva para os grupos dominantes nestas regiões, pois os seus instrumentos (principalmente infraestrutura econômica e social, que representava cerca de 60% do total dos recursos), apareciam como investimentos que viriam a valorizar as terras das áreas de atuação do projeto, e ainda serviam como meio de reforçamento político dos grandes proprietários rurais e/ou seus representantes políticos. Estes últimos, muito hábeis e ágeis no acesso às instâncias decisórias do

²⁷ Seguindo a linha de Moraes (2009, p. 131-134), os camponeses referidos, no caso da área do sudoeste piauiense, são aqueles envolvidos à região que nas últimas três décadas do século XX foi paulatinamente incorporada pela moderna agricultura do complexo carnes/grãos. Esse momento reflete na vida dessas populações de pequenos proprietários e posseiros, essencialmente dedicados ao cultivo da terra, tomando decisões relativamente autônomas nesse processo e empregando, tradicionalmente, o chamado sistema roça-de-toco. Trata-se de mão de obra familiar, utilizando esquemas tradicionais de acesso à terra e ao trabalho (de parentes e amigos), num campesinato que visa o aprovisionamento material. Vale destacar, ainda, que esses grupos se organizam no quadro e nas condições oferecidas pela natureza.

²⁸ Principalmente à população sem terra: pessoas que trabalham na agricultura, mas não possuem terra própria para plantar, desse modo, dependem de terceiros. E “terra apossada”, na linguagem local, refere-se ao vínculo com a terra por relações de posse e de não-propriedade jurídica.

Governo no sentido de conquistar as demandas de seus representados. Enquanto isso, os trabalhadores rurais não dispunham de representação eficaz para fazer valer seus interesses, pois os sindicatos rurais no Piauí sempre estiveram mais voltados para os serviços assistenciais, e foi nesse papel que eles se incorporaram ao Programa (Bandeira; Lima, 1991. p. 16).

Os instrumentos do programa, especialmente a infraestrutura econômica e social, eram percebidos como investimentos que valorizariam as terras das áreas de atuação do projeto. Além disso, esses investimentos serviam como meio de fortalecimento político dos grandes proprietários rurais e/ou de seus representantes políticos. Em contrapartida, os trabalhadores rurais enfrentaram dificuldades em ter uma representação eficaz para defender seus interesses. Os sindicatos rurais no Piauí estavam mais focados em serviços assistenciais, e foi nesse papel que se envolveram no Programa Polonordeste.

A contextualização histórica é necessária para ressaltar a origem e as motivações por trás da elaboração do Programa Polonordeste. Na década de 1970, ocorreu uma mudança nos entendimentos em relação à reforma agrária, que havia sido considerada uma ferramenta para promover a industrialização. Nesse período, a concepção da reforma agrária perdeu força tanto economicamente quanto politicamente²⁹. Em vez de priorizar a reforma agrária, houve um direcionamento significativo para o crescimento do denso processo agroindustrial no Nordeste.

A ênfase estava na modernização da agricultura brasileira para transformá-la em um mercado efetivo para a indústria de implementos e insumos agrícolas, além de fornecedora de matérias-primas para as indústrias processadoras. Esse contexto reflete a busca por estratégias de desenvolvimento que estavam alinhadas com as demandas do setor industrial e que visavam impulsionar a modernização e a produtividade na agricultura.

A análise de Miralha (2006) destaca que após 1964, houve uma reorganização da produção agropecuária no Brasil. Ao invés de promover uma reforma na estrutura fundiária e estabelecer uma modernidade econômica e social, as elites brasileiras optaram por manter a desigual estrutura fundiária. Em vez disso, concentraram-se em realizar uma modernização tecnológica na grande propriedade, muitas vezes por meio de subsídios considerados excessivos. Essa escolha política reflete uma abordagem que, em vez de enfrentar as

²⁹ De acordo com o *site* oficial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), à época de sua criação (9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110), mais do que reforma agrária, o governo incentivou a colonização da Amazônia. Migrantes de vários estados do Brasil foram levados a ocupar as margens da estrada Transamazônica e empresas de variados ramos receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários. A experiência não foi bem sucedida. Já com a redemocratização, em 1984, o tema da reforma agrária volta à tona novamente. Para mais informações sobre o histórico da reforma agrária, acesse <http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>.

desigualdades sociais e fundiárias, privilegiou o desenvolvimento tecnológico em determinados setores, sem promover as transformações estruturais necessárias para uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades.

O Programa Polonordeste, ao se inserir nesse cenário, buscou integrar a economia de mercado de pequenos agricultores na região Nordeste, promovendo uma agricultura mais eficaz, melhorando a renda das populações rurais e ampliando as oportunidades de emprego no meio rural. No entanto, como discutido anteriormente, a concretização do programa enfrentou desafios e teve impactos diversificados, especialmente em relação aos investimentos em infraestrutura e seus efeitos na posse de terra e na agricultura local.

O período mencionado testemunha mudanças significativas na região sudoeste do Piauí, caracterizada pelo bioma cerrado. Nessa época, observa-se a incorporação da moderna agricultura voltada para a produção de grãos/carne destinada à exportação. Essa transformação contrasta com os modos tradicionais de vida adotados pela população camponesa local, que historicamente se ancorava entre os baixões³⁰ e as chapadas³¹.

Além dos desafios relacionados à posse da terra, a população dos cerrados enfrentava uma crise socioeconômica decorrente da expansão do agronegócio sobre as terras das "chapadas", que se desdobrou em crise profunda também no campo ambiental com o envenenamento do solo, associado ao uso intensivo de agrotóxicos. Esse processo, como destacado por Moraes (2009), resulta na perda de terras por parte das famílias camponesas e na reconfiguração do espaço social e territorial em que operam. A população do cerrado se vê cada vez mais confinada em um espaço restrito, perdendo a relativa autonomia que antes desfrutavam. Simultaneamente, muitos enfrentam a expulsão do campo, migrando para a periferia das cidades em busca de alternativas diante das transformações em curso. Esse cenário reflete a um denso processo de mudanças econômicas, sociais e territoriais na região.

Os programas governamentais, incluindo o Polonordeste, de acordo com Bandeira (1991) tinham um duplo propósito. Por um lado, seguiam a tendência da agricultura brasileira, cada vez mais subordinada aos capitais agroindustriais. Por outro lado, esses programas apareciam como instrumentos de legitimação do regime, especialmente no que diz respeito aos programas voltados para as classes menos favorecidas do campo. Esse caráter duplo é, por

³⁰ Na nomenclatura local, o "baixão" ou "interior" corresponde às terras baixas, com solos tidos como mais ricos e úmidos que os de chapada, devido à presença de rios, riachos, lagoas e brejos. Região onde se dá o cultivo de leguminosas, de verduras e frutas, e pastos, sendo também o lugar de assentamento e morada.

³¹ A "chapada" ou "serra", como designado pela população local, corresponde aos terrenos altos e planos de longa extensão, como solos argilosos ou arenosos e "clima seco". Região onde se dá a caça, coleta de frutos, mel e plantas terapêuticas, bem como criação de gado.

si só, contraditório, uma vez que esses programas objetivamente buscavam beneficiar os grupos dominantes do campo, mas apresentavam discursos que apontavam para a melhoria de vida dos segmentos mais pobres da população. Uma ilusão criada para satisfazer um grupo pequeno em detrimento da grande população aflita pelo fenômeno da seca no campo.

As quatro regiões escolhidas no território piauiense para a instalação do Polonordeste através dos PDRI's (Programas de Desenvolvimento Rural Integrado) - Delta do Parnaíba, Fazendas Estaduais, Vale do Fidalgo e Vale do Gurgueia - possuem, sem dúvida, os maiores índices de terras férteis adequadas para o cultivo da agricultura. Além disso, são áreas com uma forte concentração de terras, predominantemente operadas pelo sistema de policultura, conduzido por pequenos produtores, a maioria dos quais não possui a posse da terra (Bandeira, 1981). Esses programas foram concebidos para aproveitar as melhores regiões naturais do Nordeste em termos de recursos de solo e água.

No Meio-Norte, as grandes propriedades latifundiárias predominam, abrigando, em seu interior, camponeses sem terra. As diferenças entre as regiões são pequenas, destacando-se mais pelos seus aspectos físicos peculiares e/ou pela formação histórica um pouco diferente. A região do Delta do Parnaíba era a mais populosa, segundo Bandeira (1991), devido à produção extrativa, como cera de carnaúba e babaçu, que foi a principal atividade econômica do estado até o final da década de 1950.

A análise apresentada por Rocha (2022) destaca que a seca, enquanto fenômeno climático, não apenas provoca fome e miséria nas populações agrárias mais vulneráveis, mas também é catalisada pelas ações governamentais que favorecem o aprimoramento do latifúndio, dificultando o acesso à terra. A autora argumenta que a lógica do desenvolvimentismo rural brasileiro segue padrões da industrialização, resultando em consequências devastadoras para as famílias camponesas. Essa agenda política, segundo Rocha, tem raízes desde meados do século XIX, atravessando a crise do extrativismo até as políticas de modernização do campo no século XX, moldando uma realidade alinhada aos interesses do capital.

Nesse contexto, o pensamento de Karl Marx na obra "Os despossuídos" (2017), disponibiliza percepções significativas sobre a relação entre propriedade fundiária, exploração do trabalho e dependência das populações rurais em relação às políticas públicas. A análise marxista destaca como a concentração de terra e a falta de acesso aos recursos naturais pode agravar a vulnerabilidade das populações rurais, levando a uma maior dependência de intervenções governamentais e impactando a capacidade de adaptação diante das mudanças climáticas.

A partir desse exame, é possível esticar um campo de visão mais horizontal sobre como a concentração de terra e recursos nas mãos de poucos pode perpetuar a vulnerabilidade das populações rurais e acentuar as desigualdades sociais, reforçando a necessidade de políticas que promovam uma distribuição mais justa e equitativa dos recursos para enfrentar os desafios da seca e da pobreza no campo. Marx (2017) aborda a questão da propriedade fundiária da terra numa crítica mais larga à economia política, ao direito consuetudinário dos pobres e à ideologia que sustenta a propriedade privada dos meios de produção. Ele busca desmistificar a noção de propriedade como algo natural e absoluto, evidenciando suas contradições e impactos na sociedade.

Retomando os apontamentos de Bandeira (1983), as quatro áreas escolhidas para aplicação do Programa Polonordeste no Piauí compartilhavam uma situação de estagnação. Essa estagnação era atribuída, em grande parte, à inserção do Piauí no contexto do desenvolvimento brasileiro, onde o estado desempenhava um papel secundário nas atividades produtivas. A atividade agropecuária, em particular, enfrentava dificuldades para competir com outros estados nordestinos. Isso evidencia a o entrelaçamento das questões econômicas e estruturais enfrentadas pelo Piauí na época, impactando diretamente as condições de vida e as percepções de rumos futuros de desenvolvimento dos espaços sugeridos.

Segundo Campos (2004), alguns problemas nos programas voltados para a região semiárida, incluindo o Polonordeste, tiveram origem na fase de elaboração, atrapalhando a subsequente execução. Um desses problemas estava relacionado à falta de clareza nos objetivos dos programas. Além disso, destacam-se duas questões críticas: a indefinição do público-alvo e a expansão da área de atuação. A ausência de definição clara do público-alvo poderia resultar em desvios ou benefícios diretos para os setores mais abastados. Quanto à expansão da área de atuação, ao longo da execução dos programas, as áreas, que já eram extensas, foram ainda mais expandidas, levando à pulverização dos recursos e à falta de relatórios de acompanhamento. Esses aspectos comprometem a eficácia e eficiência dos programas.

Em 1976 houve uma tentativa de redefinição das diretrizes relacionadas à questão fundiária, com um reconhecimento implícito da prioridade que deveria ser dada aos pequenos produtores sem terra. No entanto, o próprio relatório de avaliação do programa admitiu que, apesar de serem considerados, os agricultores sem terra não estavam sendo contemplados com nenhuma linha específica de ação. Mesmo reconhecendo a importância da reestruturação fundiária, pouco foi efetivamente realizado nesse sentido, e esse segmento do programa foi um dos piores em termos de cumprimento das metas previstas.

O Polonordeste visava transformar progressivamente a agricultura tradicional da região em uma moderna economia de mercado. Ele propunha uma ação coordenada de desenvolvimento integrado nas sub-regiões do Nordeste, considerando suas características específicas. Embora o programa possa não ter atingido completamente seus objetivos explícitos conforme evidenciado aqui, contribuiu significativamente para uma maior integração regional dentro do Estado. Isso se manifestou através da união do mercado com a pequena produção, aumento da circulação de mercadorias e crescimento urbano, ao mesmo tempo em que estimulava a migração rural-urbana.

Já o Projeto Sertanejo (Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste), instituído em 20 de agosto de 1976, pelo Decreto nº 78.299, tinha como ênfase uma política de água, centrada nas unidades de produção, com pequenas e médias açudagens e poços. O projeto, segundo relatório da SUDENE (1976), orientava o uso da água para aproveitamento econômico em atividades produtivas e visava cumprir a função social de beneficiar o maior número possível de famílias na região semiárida do Nordeste.

O relatório de elaboração e apresentação do Programa Sertanejo, ao analisar os contextos de estiagem do Nordeste, destaca que a seca atinge intensamente os pequenos produtores, especialmente os parceiros³², e os agricultores sem terra. Os efeitos da seca são vistos como reflexos da fragilidade econômica dos grupos sociais atingidos, surpreendendo principalmente pequenos e médios proprietários. Esses reflexos diretos levam, inicialmente, à incapacidade desses proprietários de reterem sua mão de obra auxiliar, e posteriormente, eles mesmos se incorporam às frentes de serviço. Assim, a SUDENE (1976) aponta que o programa visava desencadear um processo intenso e eficaz de desenvolvimento agrícola na Região Semiárida do Nordeste, com a reorganização e ajustamento do sistema de produção agropecuário às exigências do meio físico, econômico e social.

No entanto, o relatório também destaca que os objetivos secundários do programa, como apoio à agricultura irrigada, apoio à agricultura seca, serviço de apoio e reorganização da estrutura fundiária, não eram condizentes com o objetivo central de atender à população

³² Decreto nº 59.566/1966: Art 4º *Parceria rural* é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias primas de origem animal, *mediante partilha de riscos* do caso fortuito e da força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei (artigo 96, VI do Estatuto da Terra) (grifos nossos). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59566.htm.

mais acometida pela seca. Além disso, conforme apontado por Santos³³ *et. al* (1982), economista da Fundação CEPRO, quanto ao quarto objetivo (reorganização da estrutura fundiária), não foram tomadas iniciativas concretas.

A operacionalização do Programa Sertanejo envolvia a criação de núcleos, partindo de um centro de serviços para a elaboração de projetos e organização da produção e comercialização agrícola. Para a SUDENE (1976), esses núcleos serviriam como centros de apoio às unidades agropecuárias, proporcionando assistência adequada. As ações desses núcleos eram planejadas em duas modalidades, girando em torno do “crédito”, da “assistência técnica” e da “pesquisa e experimentação”.

A primeira envolvia ações externas à unidade de produção, com a atuação articulada dos "serviços de apoio". Isso incluía assistência técnica, crédito, oferta de insumos básicos, serviços de mecanização agrícola, difusão de novos sistemas de produção, serviços de pré-processamento e comercialização, além de "serviços na área social" como educação rural, serviços simplificados de saúde, saneamento e desenvolvimento comunitário. A segunda modalidade se concentrava em ações internas à unidade de produção, visando à "valorização da unidade produtiva". Isso envolvia o aproveitamento hidroagrícola dos recursos naturais da unidade e assistência direta ao produtor.

Para alcançar seus objetivos, o Programa Sertanejo estabeleceu estratégias para superar os principais obstáculos ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura na região semiárida. Dentre as ações enfatizadas pelo programa, destacam-se: formação de reservas de água, intensificação da produção irrigada, economia do uso de água, fomento à agricultura seca, intensificação da produção pecuária, conservação e melhoria do solo, reorganização da estrutura fundiária, prestação de assistência técnica, prestação de assistência financeira e aperfeiçoamento do sistema de comercialização e do cooperativismo (SUDENE, 1976).

A população-meta a ser atendida pelo Projeto Sertanejo estava dividida em quatro estratos: 1. trabalhadores sem terra (arrendatários³⁴, parceiros, ocupantes, etc.) e assalariados; 2. pequenos proprietários com áreas inviáveis como unidades de produção autônomas; médios proprietários com áreas de até 500ha, com plenas possibilidades de desenvolvê-las; e

³³ Graduado em Economia pela Universidade Federal do Maranhão (1972). Mestre em Economia do Setor Público pela Universidade Federal do Ceará (2009). Professor de Economia da Faculdade Santo Agostinho atuando na área de Introdução à Economia. Economista da Prefeitura Municipal de Teresina.

³⁴ Decreto nº 59.566/1966: Art 3º “*Arrendamento rural* é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista, mediante, certa *retribuição ou aluguel*, observados os limites percentuais da Lei (grifos nossos).”

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59566.htm.

proprietários com áreas superiores a 500ha, cujos projetos aprovados proporcionem acesso à terra a trabalhadores dos estrados 1 e 2.

Tinha como população-meta quatro estratos distintos, considerando diferentes categorias de trabalhadores e proprietários. Esses estratos eram: trabalhadores sem terra (arrendatários³⁵, parceiros, ocupantes, etc.) e assalariados; pequenos proprietários com áreas inviáveis como unidades de produção autônomas; médios proprietários com áreas de até 500ha, com plenas possibilidades de desenvolvê-las; e proprietários com áreas superiores a 500ha, cujos projetos aprovados proporcionem acesso à terra a trabalhadores dos estrados 1 e 2. Essa segmentação visava atender às necessidades específicas de cada grupo, considerando as diferentes realidades e potenciais de desenvolvimento em meio à região semiárida do Nordeste.

Quadro 4 - Núcleos do Projeto Sertanejo implantados no Piauí em 1977

Núcleo (Município-sede)	Órgão Executor	Municípios abrangidos	População total e número de beneficiários
Piripiri	DNOCS	Com sede em Piripiri, abrangendo total ou parcialmente Campos, Pedro II, Olho d'Água Grande, Batalha e Piracuruca.	Total de 53.258 habitantes, dos quais 33.025 vivem no meio rural, apresentando 15.267 beneficiários potenciais.
Simplício Mendes	DNOCS	Com sede em Simplício Mendes, abrangendo parcialmente São João do Piauí, Paes Landim, Campinas do Piauí, Isaías Coelho e Conceição do Canindé.	Total de 14.543 habitantes, dos quais 11.196 vivem na zona rural, apresentando 2.880 beneficiários potenciais.
São Raimundo Nonato	Governo Estadual	Abrange parcialmente São Raimundo Nonato, Canto do Buriti e São João do Piauí.	Total de 15.881 habitantes, dos quais 10.380 vivem na zona rural, apresentando 2.447 beneficiários potenciais.

Fonte: SUDENE, 1976. p. 70-71.

Em 1977, no início do Projeto Sertanejo, a execução começou com a implantação de vinte núcleos, sendo que três deles estavam localizados no Piauí. Os municípios que sediavam esses núcleos eram Piripiri³⁶, Simplício Mendes³⁷ e São Raimundo Nonato. Na região norte do estado, a execução estava a cargo do DNOCS, enquanto na região sudeste, além do

³⁵ Decreto nº 59.566/1966: Art 3º “Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista, mediante, certa *retribuição ou aluguel*, observados os limites percentuais da Lei (grifos nossos).”

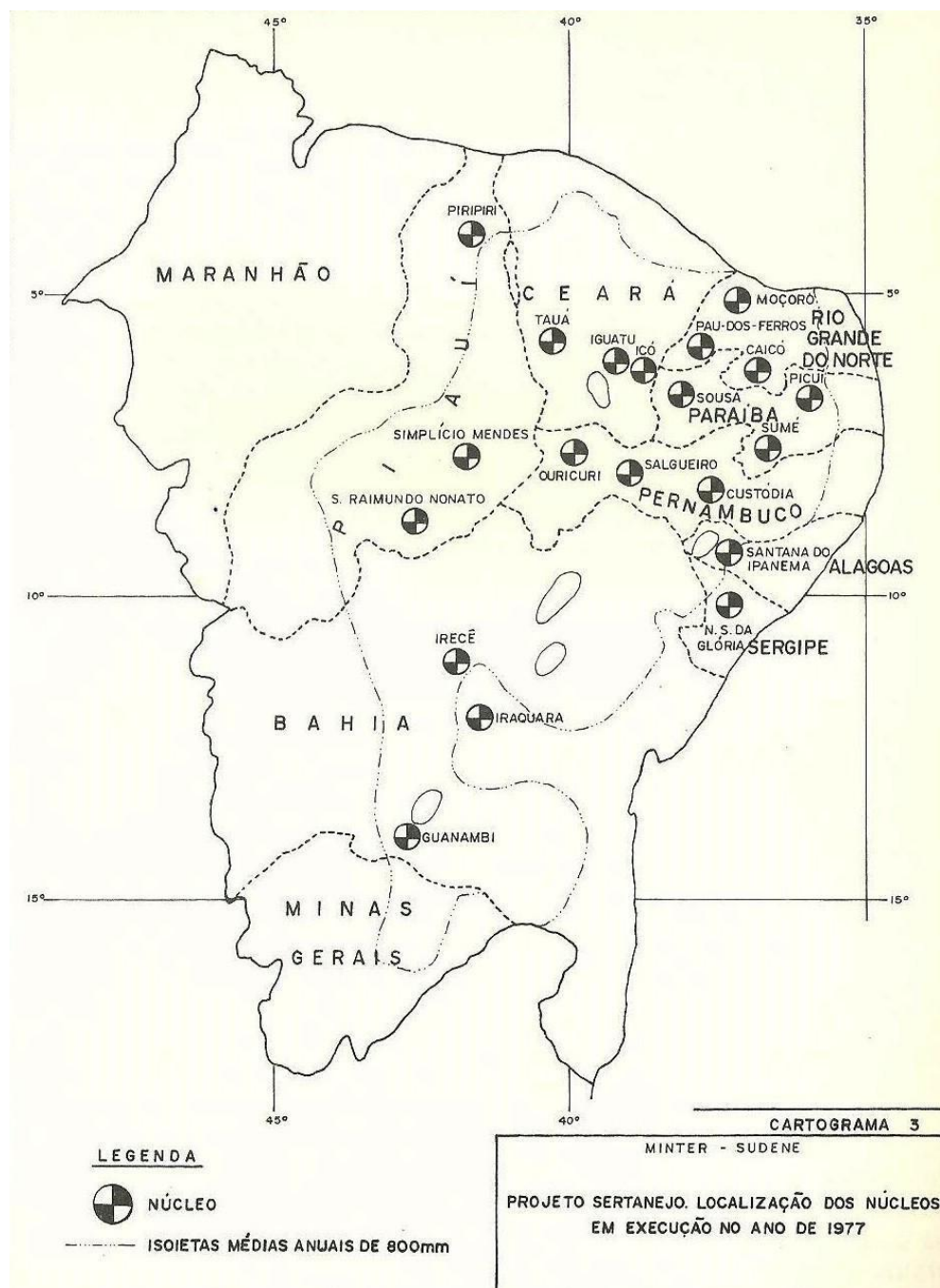
Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59566.htm.

³⁶ Município que sediou o programa na região norte do Piauí.

³⁷ Município que sediou o programa no sul do Piauí.

DNOCS, também o Governo do Estado estava envolvido no processo. Já em 1982, o número de municípios incluídos no programa havia aumentado para dezoito³⁸. Veja a figura a seguir com o mapa representativo da distribuição dos núcleos em 1977.

Figura 6 - Mapa do Projeto Sertanejo: localização dos núcleos (1977)



Fonte: SUDENE, 1976, p. 31.

³⁸ Inclusão de São João do Piauí, Jaicós e Fronteiras, em 1978; Valença do Piauí, em 1979; Picos, Paulistana, Oeiras e São Miguel do Tapuio em 1980; Campo Maior, Castelo do Piauí, Elesbão Veloso e Itaueira, em 1981; e José de Freitas e Caracol, em 1982.

Os núcleos do Projeto Sertanejo, presentes em todo o semiárido nordestino, geralmente estavam associados aos perímetros irrigados do DNOCS (Programa de Irrigação), aos projetos de desenvolvimento rural do Polonordeste ou a áreas selecionadas pelos Governos Estaduais. No entanto, de acordo com Santos *et. al* (1982), essa correspondência resultava mais da influência política nos Programas Especiais do que da ação conjunta entre os órgãos. Houve uma falta de articulação institucional, o que levou a intervenções isoladas, muitas vezes desvinculadas das verdadeiras necessidades da população que deveria ser beneficiada por esses programas.

A análise do Projeto Sertanejo revela que muitos dos problemas fundamentais do Polonordeste também estão presentes, como dificuldades de coordenação, centralização, atomização de execução, posse da terra, debilidade dos órgãos de planejamento estadual, etc., o que impede atingir eficientemente a população-alvo do programa (Santos *et. al*, 1982). É importante observar que, quando as atividades do programa foram iniciadas, o público-alvo foi redefinido, e a SUDENE passou a considerar como principais beneficiários os agricultores do estrato III (propriedades de até 500ha) e, na medida do possível, os do estrato II (definidos apenas como pequenos proprietários).

Percebe-se, assim, que o Projeto Sertanejo estava alinhado ao Polonordeste, direcionando-se para a organização e consolidação da pequena e média propriedade agrícola do Nordeste. Em termos técnicos, principal objetivo era estabilizar o emprego e a renda das populações rurais nas áreas semiáridas, tornando a economia da região mais resistente aos efeitos das secas. Embora tenham enfrentado desafios semelhantes, como dificuldades em atingir eficientemente a população-alvo, é perceptível que esses programas não se desviaram de seus objetivos centrais, uma vez que estavam claramente definidos para a modernização da infraestrutura agrícola e a transformação da agropecuária tradicional em uma economia de mercado.

Politicamente, a região sofre com a falta de políticas públicas eficazes que promovam o desenvolvimento sustentável e a maleabilidade climática. A ausência de investimentos em infraestrutura hídrica e em tecnologias de convivência com o semiárido perpetua a dependência de programas assistencialistas que não resolvem as causas estruturais da pobreza. E economicamente, é necessário repensar o modelo produtivo, buscando alternativas que valorizem a biodiversidade local e promovam a segurança alimentar. A criação de cadeias produtivas regionais e o incentivo à agricultura camponesa são fundamentais para gerar emprego e renda, reduzindo a vulnerabilidade das populações às “adversidades climáticas”. As políticas públicas devem ser direcionadas não apenas para

mitigar os efeitos imediatos da pobreza, mas também para promover a equidade social, o empoderamento das comunidades e a gestão sustentável dos recursos naturais. Assim será possível romper o ciclo de pobreza e estagnação que afeta essas populações e garantir um futuro mais próspero.

2.3 O acesso à terra

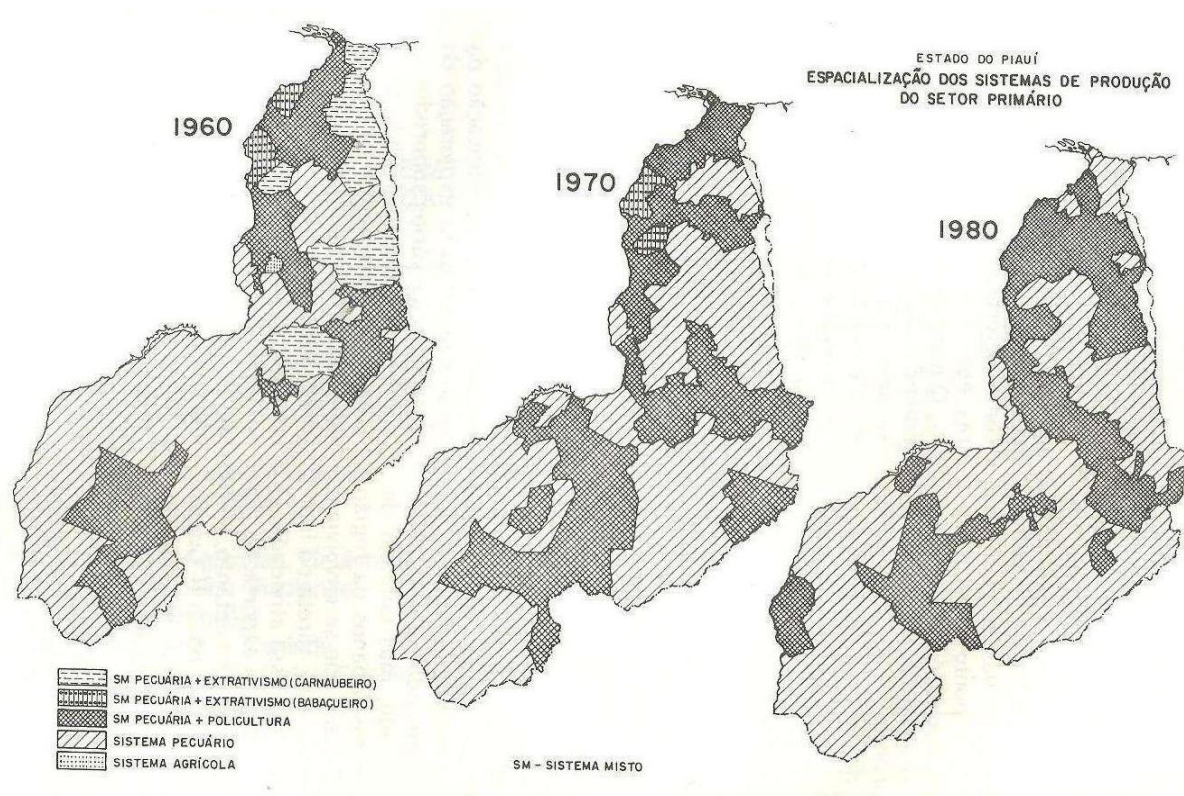
A análise do contexto rural dentro da esteira das frentes de emergência de combate aos efeitos das secas implica questionar a situação da distribuição, ocupação e uso da terra. De acordo com Woortmann (1987), conhecido por suas pesquisas na área de Antropologia Social e Cultural, a concepção da terra nas culturas camponesas está intrinsecamente ligada à família e ao trabalho. Para os camponeses, a terra é vista como um bem que deve ser preservado e transmitido às gerações futuras, sendo considerada um patrimônio familiar. Além disso, a terra é vista como um espaço de trabalho, onde a família camponesa desenvolve suas atividades produtivas e garante sua subsistência. Dessa forma, a terra é valorizada não apenas como um meio de produção, mas também como um elemento constitutivo para a manutenção da identidade e da cultura camponesa.

Partindo desse pressuposto, julga-se relevante uma abordagem que coloque nitidez sobre a relação dos camponeses com a terra, os tensionamentos no campo e, quiçá, as implicações inerentes. A segunda metade do século XX é marcada por uma crise no extrativismo e uma consequente fragmentação dos estabelecimentos agropecuários, conforme aponta Rocha (2015, p. 29). Se os homens e mulheres do campo antes possuíam uma renda fortemente atrelada à extração de produtos como babaçu, carnaúba e maniçoba, agora dão lugar à lavoura e a subserviência aos grandes latifundiários. Isso explica a vulnerabilidade das famílias camponesas nas situações de estiagem, sem elementos que garantissem renda suficiente para sustento familiar e, por vezes, ainda endividadas através do arrendamento e da parceria. A análise da relação dos camponeses com a terra é essencial para se ter noções claras da questão de movimentações sociais, econômicas e culturais das comunidades rurais, bem como para identificar as necessidades e desafios enfrentados por essas populações em contextos de emergência, como as secas.

A debilitação do extrativismo carnaubeiro, de acordo com Gerson Portela Lima (1988), economista e pesquisador da Fundação CEPRO, acontece logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, principalmente pela substituição do produto por sintéticos e derivados de petróleo no mercado mundial. A cera de carnaúba, que era amplamente utilizada em diversas

indústrias, como na produção de ceras, polidores, entre outros produtos, perdeu espaço para alternativas sintéticas que se tornaram mais acessíveis e economicamente viáveis. A amêndoa de coco babaçu, por sua vez, utilizada na produção de sabão e óleo comestível, sempre teve menos relevância econômica em comparação com a cera de carnaúba. Mesmo em seu auge, não exerceu um papel dinamizador como a cera. Devido à concorrência de outros óleos, como o de algodão, milho e, mais recentemente, o de soja, a importância econômica do babaçu declinou continuamente, assim como sua participação nas microrregiões produtoras e na economia estadual.

Figura 7 - Espacialização dos sistemas de produção do setor primário no Piauí (1960-1980)



Fonte: Lima, 1988, p. 75.

É relevante esclarecer com nitidez o que foi definido como estabelecimento nos levantamentos conduzidos pelo IBGE nos censos mencionados. Explicitamente, o Censo Agrícola de 1950 considerou como *estabelecimento*:

toda exploração agropecuária constituída de área contínua, de qualquer extensão, subordinada a uma única administração. Excluíram-se as explorações exclusivamente destinadas ao consumo doméstico. [...] Um estabelecimento pode ser constituído de terras próprias, de terras de terceiros, ou de terras próprias e de terceiros. As áreas sob a mesma administração quando não confinantes, bem como as explorações pertencentes a um só proprietário mas entregues a administrações diversas,

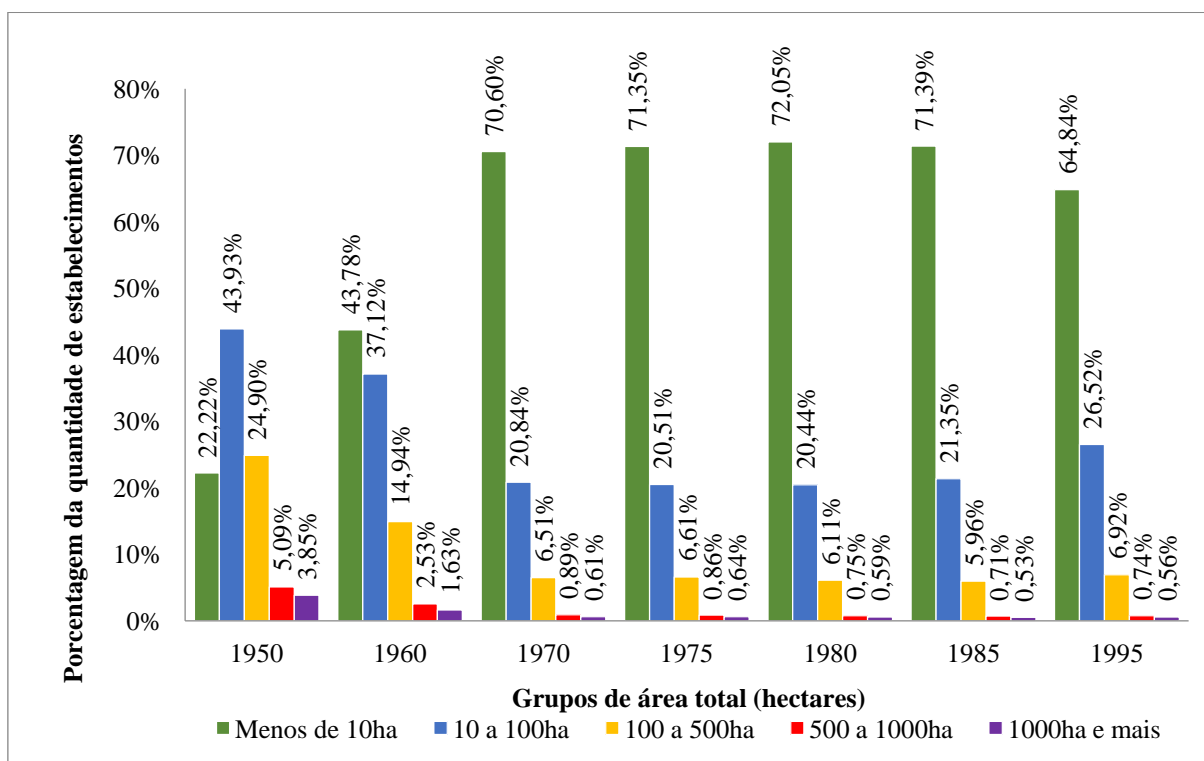
foram consideradas estabelecimentos distintos. Consideram-se também estabelecimentos distintos as áreas exploradas em regime de parceria quando os responsáveis por sua administração eram os próprios parceiros (IBGE, 1950, p. XXIV).

Obviamente, o *estabelecimento agropecuário* se trata de uma unidade produtiva (terreno), independentemente do tamanho, voltada para atividades agrícolas e pecuárias, ou seja, propriedades rurais que realizam tanto a produção de cultivos como criação de animais, com subordinação a um único produtor. Os demais censos também adotam conceituação semelhante, apresentando apenas leves alterações, principalmente a partir de 1975, que aponta a possibilidade da existência de área urbana.

O Censo Agrícola de 1950 e os demais também esclarecem que as áreas confinantes, sob mesma administração, ocupadas segundo diferentes condições legais (próprias, arrendadas, ocupadas gratuitamente) foram consideradas como único estabelecimento. Já as áreas sob a mesma administração, quando não confinantes, bem como as explorações pertencentes a um só proprietário, mas entregues a administrações diversas, foram consideradas como estabelecimentos distintos. Consideraram-se também estabelecimentos distintos as áreas exploradas em regime de parceria, quando os responsáveis por sua administração eram os próprios parceiros.

O gráfico 01 demonstra a evolução percentual dos estabelecimentos agropecuários no Piauí nas décadas de 1950 a 1990. Nota-se uma alteração na distribuição dos estabelecimentos a partir de 1950, com uma predominância expressiva de propriedades com menos de 10 hectares. Paralelamente, ao longo das décadas subsequentes, observa-se uma redução na quantidade de estabelecimentos com mais de 10 hectares. Vale ressaltar, desde já, que o aumento no número de estabelecimentos não necessariamente se traduz em um aumento na área total, conforme evidenciado no gráfico 02.

Gráfico 1 - Porcentagem da quantidade dos Estabelecimentos Agropecuários no Piauí, em hectares, nos censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 por grupos de Área total



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-1996.

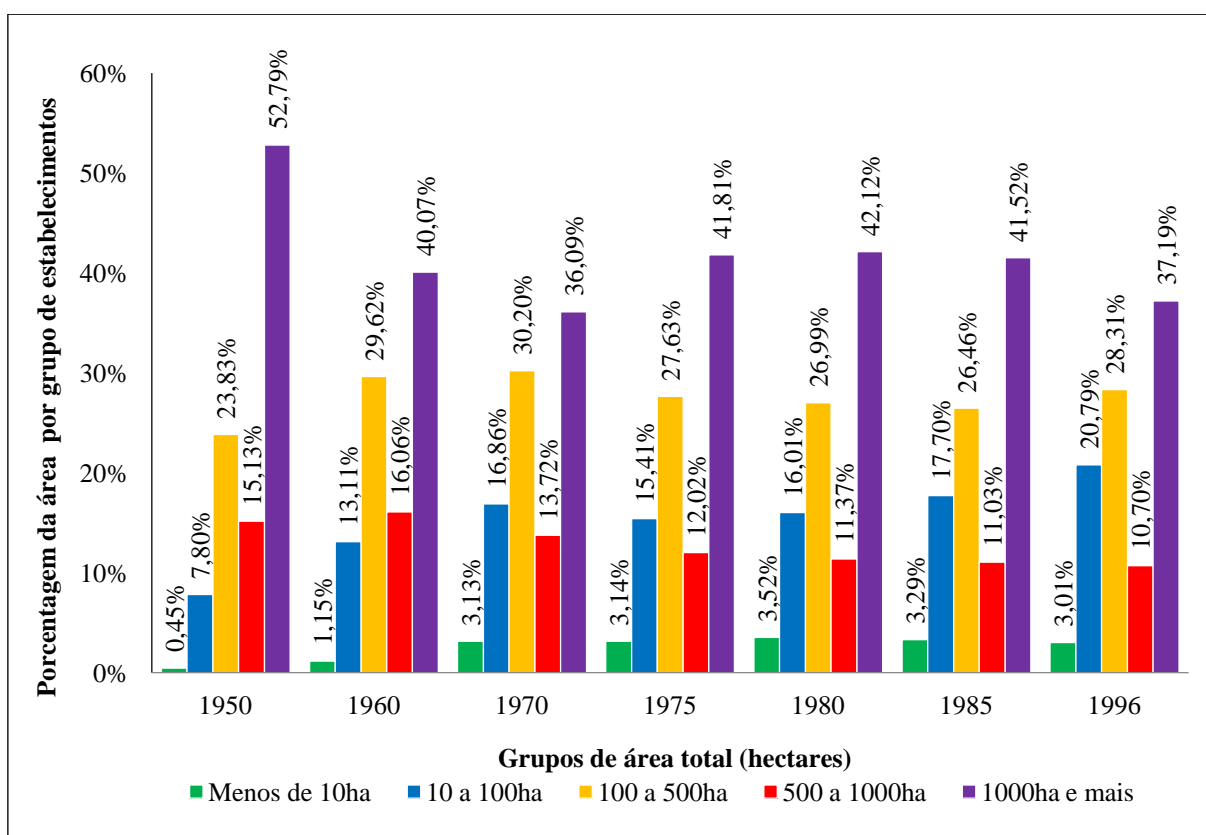
Nota: Nos Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 o Piauí totalizou em quantidades, respectivamente, 34.106, 87.303, 217.886, 216.704, 249.129, 270.443 e 208.111 estabelecimentos agropecuários. Ressalte-se também que a quantidade de estabelecimentos sem declaração da área foram, respectivamente, 1, 4, 1189, 70, 163, 181 e 1113: em todos os casos representando menos de 1%.

Por outro lado, o gráfico 02 destaca que o predomínio da extensão de solo no Piauí continua associado aos grandes estabelecimentos agropecuários. A expressiva presença de estabelecimentos com menos de 10 hectares, conforme apresentado no gráfico 01, não implica necessariamente em uma ampliação da dimensão territorial ou da área de cobertura, indicando que isso não se traduz no acesso à terra para as populações mais carentes. A evolução do setor rural piauiense, conforme mostrado pelo salto de 34.106 estabelecimentos agropecuários em 1950 para 270.443 em 1985, revela o aumento da importância da atividade agrícola na segunda metade do século XX, especialmente com os camponeses atuando como moradores, parceiros ou ocupantes em parcelas mínimas de terra. Os dados indicam que, sobretudo no cenário piauiense, a alternância entre períodos de seca e a formação de unidades produtivas está associada tanto ao latifúndio quanto à pequena produção de subsistência.

Ademais, percebe-se pelo gráfico 02 que entre 1950 e 1996 há uma diferença pequena de 2,56% na cobertura da área dos estabelecimentos com menos de 10 hectares. O

grupo que realmente cresce em área é aquele na faixa entre 10 e 100 hectares, que comparativamente ao gráfico 01, apresenta uma queda da quantidade. Observa-se que o crescimento desses estabelecimentos foi mais do que proporcional ao aumento da área ocupada, resultando em uma significativa redução no tamanho médio por estabelecimento. Esse cenário indica que, ao longo do tempo, houve um processo de pulverização na categoria de estabelecimentos, resultando em uma crescente proliferação dos minifúndios improdutivos.

Gráfico 2 - Porcentagem da área/tamanho dos Estabelecimentos Agropecuários no Piauí, em hectares, nos censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 por grupos de Área total



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-1996.

Nota: Nos Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 o Piauí registrou o total de hectares dos estabelecimentos, respectivamente, 7.876.552ha, 9.106.820ha, 9.606.730ha, 10.523.517ha, 11.162.096ha, 11.828.025ha, 9.659.972ha.

Outro fator relevante é a predominância da área de cobertura dos estabelecimentos com mais de 1000 ha, ultrapassando os 37% do total das terras ocupadas. Por outro lado, em relação ao número de estabelecimentos, essa classe de propriedade teve uma redução significativa em sua participação, que diminuiu de 3,85% em 1950 para 0,56% em 1995-1996. A informação destacada aponta para uma situação de concentração de terras em grandes estabelecimentos agrícolas no Piauí. Esses dados indicam uma estrutura fundiária caracterizada por uma grande desigualdade na distribuição de terras, com uma parte

significativa das terras controladas por um pequeno número de grandes proprietários. Ao mesmo tempo, a redução na participação desses grandes estabelecimentos no número total de estabelecimentos sugere um aumento na fragmentação das terras em propriedades menores ao longo do tempo.

Os dados revelam um padrão de crescimento mais significativo nas categorias de estabelecimentos de menos de 10 hectares, o que indica um aumento na presença de pequenas propriedades, muitas das quais podem ser caracterizadas como minifúndios. Essas propriedades menores geralmente estão associadas aos camponeses mais pobres e podem ser áreas onde a agricultura de subsistência é predominante. A migração para a faixa de camponeses mais pobres, próxima aos minifúndios, sugere um deslocamento na estrutura fundiária em direção a uma maior fragmentação das terras e uma concentração de população agrícola em áreas de menor extensão. Nessas áreas, a exploração agrícola muitas vezes é voltada para a produção de alimentos para subsistência e para o abastecimento local, desempenhando um papel essencial no fornecimento de alimentos para as cidades e no sustento das populações rurais.

A prática de dedicar as grandes propriedades à pecuária extensiva ou ao arrendamento para terceiros reflete o comportamento da estrutura fundiária no Piauí, onde a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários levou à busca de alternativas de uso da terra para garantir renda. Essa situação gerou oportunidades de emprego para aqueles que não possuíam terras próprias, permitindo-lhes trabalhar nessas propriedades como arrendatários ou parceiros.

A grande propriedade passou a dedicar-se quase que exclusivamente à pecuária extensiva ou então limitou-se a parcelar suas terras e entregar a exploração a terceiros para receber a renda da terra. Isso explica o grande crescimento dos produtores sem terra na agricultura piauiense [...], apresentando-se como opção de emprego para a grande parte da população rural. Também foi significativo o crescimento do número de estabelecimentos agrícolas “tocados” por não-proprietários (sobretudo arrendatários e parceiros) (Bandeira, 1981, p. 44).

No trecho citado, a expressão “grande propriedade” se refere aos latifúndios, ou seja, grandes extensões de terra que, tradicionalmente, eram controladas por um único proprietário ou por uma família. Esses latifúndios, ao longo do período mencionado, passaram por uma transformação em suas práticas econômicas. Primeiramente, os latifúndios dedicaram-se quase exclusivamente à pecuária extensiva, uma forma de criação de gado que utilizaram grandes áreas de terra para pastagem. Além disso, outra prática comum foi o parcelamento

dessas grandes propriedades, onde as terras eram divididas e a exploração era entregue a terceiros (arrendatários e parceiros), que pagavam uma renda pela utilização da terra.

Esse processo de parcelamento e arrendamento explica o crescimento significativo de produtores sem terra e o aumento do número de estabelecimentos agrícolas operados por não-proprietários. Portanto, "grande propriedade" no contexto do texto de Bandeira (1981) refere-se aos latifúndios que passaram a adotar novas estratégias econômicas diante das mudanças nos mercados e nas práticas agrícolas.

O aumento de produtores sem terra e a expansão dos estabelecimentos agrícolas operados por não proprietários denotam as transformações na organização do trabalho no campo piauiense, com uma maior diversificação de arranjos de produção e formas de acesso à terra. Essa realidade reflete não apenas a necessidade de sobrevivência da população rural, mas também as mudanças nas estratégias de uso da terra diante das condições econômicas e sociais da região.

O aumento na quantidade de pequenas unidades produtivas entre as décadas de 1950 e 1970, conforme explicado por Rocha (2015), resulta principalmente da subdivisão de pequenas e médias propriedades entre os membros da família, muitas vezes ocorrendo por meio de herança. Nas décadas subsequentes, observa-se uma relativa estabilidade nos números, em grande parte devido à existência de diversos programas governamentais, como o Polonordeste e o Projeto Sertanejo. Essas iniciativas têm como consequência a diminuição do número de produtores atuando como arrendatários e o aumento da participação de parceiros e ocupantes.

A definição de responsabilidade pelo estabelecimento nos levantamentos do IBGE (1950, p. XXVI) abrange diferentes categorias, considerando como responsável a pessoa que efetivamente o gerencia, seja como proprietário, arrendatário, administrador ou ocupante. **Proprietários** incluem usufrutuários, foreiros e enfiteutas. **Arrendatários** são aqueles que exploram o estabelecimento por meio de locação ou parceria. **Administradores** englobam diretores e mandatários de organizações públicas e privadas. **Ocupantes** são os que exploram terras alheias de forma gratuita, com ou sem consentimento do proprietário. Em casos de responsáveis que sejam proprietários de parte do estabelecimento e arrendatários ou ocupantes da parte restante, prevalece a condição de proprietário. Quando o responsável arrenda uma parte e ocupa outra, é classificado como arrendatário ou ocupante, dependendo da área predominante.

A partir de 1970 o IBGE passa a investigar a *condição do produtor*, anteriormente englobada na condição do responsável (que considerava também a categoria de

Administrador). Os produtores passam a ser classificados nas seguintes condições: **Proprietário**, quando as terras do estabelecimento, total ou parcialmente, são de sua propriedade, incluindo situações como usufruto, enfiteuse ou herança; **Arrendatário**, quando as terras do estabelecimento são tomadas em arrendamento, mediante pagamento em dinheiro, produtos ou serviços; **Parceiro**, se as terras do estabelecimento pertencem a terceiros e estão sendo exploradas em regime de parceria, envolvendo um contrato verbal ou escrito que estipula o pagamento ao proprietário de um percentual da produção obtida; e **Ocupante**, nos casos em que a exploração ocorre em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), sem pagamento pelo uso.

Em suma, considerou-se *produtor* a pessoa física ou jurídica responsável pela exploração do estabelecimento, independentemente de este ser composto por terras de sua própria propriedade ou por terras pertencentes a terceiros. Tais explicações conceituais adotadas pelo IBGE são importantes, para que se compreenda a natureza dos gráficos a seguir.

Diante disso, a forma básica de organização de produção agropecuária piauiense é constituída pelo latifúndio e pela unidade camponesa, os quais exercem atividades predominantemente de subsistência e de baixa integração com o mercado.

O latifúndio no Piauí sempre esteve ligado às atividades pecuária e extrativa. A mão-de-obra é basicamente a do morador, que ao mesmo tempo em que trabalha na atividade principal, planta produtos de subsistência em terras cedidas pelo proprietário.

O declínio da produção comercial levou à fragmentação dos latifúndios, formando-se, no interior dos mesmos, a economia camponesa composta de parceiros e arrendatários para a produção de subsistência (Bandeira, 1981, p. 44-45).

Essa configuração reflete a dualidade da estrutura agrária no Piauí, onde o latifúndio concentra a propriedade da terra e as atividades voltadas para o mercado, enquanto a unidade camponesa se destina principalmente à produção de subsistência, com uma organização do trabalho baseada em arranjos como parcerias e arrendamentos. Esse curso revela a coexistência de diferentes formas de organização da produção no Estado, cada uma com suas particularidades e inserções distintas no contexto econômico e social da região.

No que tangencia a questão da relação com a terra, um tema sensível para muitos camponeses que pouco aparece nos relatórios dos economistas da CEPRO, visto que se baseiam em dados técnicos e estatísticos, é fundamental para compreender a identidade, a subsistência e as dinâmicas sociais das comunidades rurais. Para evidenciar esse universo, é essencial incorporar as perspectivas dos próprios camponeses por meio de entrevistas e diálogos, que proporcionam uma compreensão mais profunda e contextualizada das realidades

e desafios enfrentados por essas populações. Esse contraponto é necessário para balancear as análises econômicas e oferecer uma visão mais completa das condições e das experiências dos camponeses. Nesse ponto, ao ser questionado sobre vínculo com o lugar de trabalho e dependência em relação a terceiros, o Senhor Antonio³⁹, com 79 anos de idade (em 2023), lavrador aposentado e residente na cidade de Angical do Piauí-PI, ex-trabalhador das frentes de serviço, responde:

[...] me zanguei com o véio e eu tinha medo de ser explorado e eu sou raça de baiano e não tenho medo de nada. Aí eu pedi a Deus que eu deixasse aquela vida de trabalhar alugado. Das terras a gente dependia, mas não trabalhando de alugado pelos outros, sendo mandado pelos outros. A coisa mais ruim do mundo é trabalhar de alugado pelos outros. Deles que quando enxerga, dá onze horas, despacha. Deles, vai doze horas. Uma (01) hora tem que voltar e só quer largar cinco ou cinco horas e meia. Já trabalhei com gente assim. Já trabalhei com um véio que foi até seis horas da tarde dentro da lama, na várzea (Antonio, 2023).

A experiência desse trabalhador rural expressa sua insatisfação e resistência em relação ao trabalho “assalariado” e à exploração vivenciada, realidade muitas vezes negligenciada nas análises dos economistas. Ele destaca a importância da terra para sua subsistência, ressaltando que, apesar da dependência das terras, ele prefere não ser explorado e ter autonomia em suas atividades. A narrativa revela a luta por dignidade e liberdade no trabalho, evidenciando a aversão a ser submetida à exploração e ao controle dos empregadores.

O relato também aponta para a valorização da independência e da autonomia na relação com a terra, contrastando com a experiência de ser “mandado pelos outros” e submetido a condições desumanas de trabalho, como longas jornadas e falta de consideração com o bem-estar dos trabalhadores. Esse testemunho revela a dura condição de trabalho compulsório enfrentada por muitos trabalhadores, um aspecto que raramente é explorado nas análises técnicas e estatísticas dos economistas. É essencial considerar essas experiências pessoais para compreender melhor as condições de trabalho, a identidade e as dinâmicas sociais dos camponeses. A inclusão de tais narrativas proporciona uma perspectiva mais humana e detalhada, contrastando com as abordagens puramente quantitativas e evidenciando as realidades complexas enfrentadas por esses trabalhadores.

A Senhora Marsulina, de 83 anos de idade, esposa do Senhor Antônio, também trabalhou nas obras de construção de barragens. No que tange às tarefas físicas pesadas, como compactar terra, recolher paus e pedras, arrancar mato, e carregar água de cacimbão para

³⁹ Nome fictício, para não identificar o sujeito participante da pesquisa.

irrigar a terra, ressalta-se o papel das mulheres nas frentes de trabalho. Observa-se a integração das mulheres em atividades tradicionalmente masculinas, sem distinção de gênero nas tarefas.

Ademais, a resistência e a solidariedade entre os trabalhadores, especialmente entre as mulheres, contribuíram para a realização das tarefas e a busca por melhores condições de trabalho. Marsunila (2023) narra a construção da parede do açude, destacando o envolvimento das mulheres em trabalhos extenuantes, como carregar água e compactar terra, atividades fundamentais para a conclusão do projeto, apesar da escassez de recursos e da alimentação frequentemente inadequada, composta por itens simples como feijão com farinha e mungunzá. Além das exigências físicas, Marsunila enfrentou desafios logísticos e organizacionais, trabalhando sob horários rígidos e supervisão rigorosa de apontadores e militares. Apesar das adversidades, seu testemunho evidencia a solidariedade entre os trabalhadores e a luta constante por melhores condições de trabalho.

Outro relato que demonstra a situação de vulnerabilidade desses sujeitos do campo e “subalternidade” perante os proprietários é o do Senhor Pereira⁴⁰, 73 anos de idade, residente na cidade de Angical do Piauí-PI. Ele que também trabalhou nas obras de combate aos efeitos das secas, detalha:

Inclusive eu botei uma roça em 1980 lá no Tabuleiro do Coco, onde a gente morava: cinco tarefas de roça. Ai perdeu todinha, o proprietário queria que eu pagasse a renda sem ter arroz, sabe? Ainda foi até na justiça, foi dar parte de eu. Eu sei que não paguei renda não, dispensou mesmo, mas foi na justiça. Ele queria que eu pagasse, porque um companheiro botou roça junto comigo, aí pegou uma “baixa”⁴¹ e pegou um arrozinho, ai ele pagou renda. E eu botei só na chapada⁴², um plano de chapada, sabe?! Aí perdeu todinho. Ele queria que eu pagasse a renda, mas como?! Não deu de jeito nenhum, só segurou o milho. Aí o milho eu digo, o milho, que a gente não pagava ainda como o milho, era só com o arroz. O milho, eu digo, não dou de jeito nenhum, rapaz, o milho é para eu comer! Aí fui comer o milho, até chegar o fundo perdido, que naquele tempo era chamado de fundo perdido. Aí chegou o fundo perdido no mês de setembro pra outubro (Pereira, 2023).

O exposto apresenta um exemplo concreto das dificuldades enfrentadas por trabalhadores rurais em relação às relações de arrendamento e pagamento de renda da terra. O trabalhador descreve a situação em que, mesmo tendo perdido a plantação de arroz devido a condições adversas, o proprietário insistia em cobrar a renda pela terra utilizada, nuances que

⁴⁰ Nome fictício, para não identificar o sujeito participante da pesquisa.

⁴¹ Faixa de terras com áreas mais baixas, como o próprio nome sugere, e planas entre as chapadas. Mais propícias ao acúmulo de água.

⁴² Áreas de planaltos com topo relativamente plano. Comumente solo arenoso e, conseqüentemente, poroso, dificultando o tipo de cultivo que necessita de retenção de água.

apontam para a organização das relações de trabalho no campo. Essa narrativa evidencia o desamparo dos trabalhadores rurais diante das pressões e exigências dos proprietários de terra, que muitas vezes buscam garantir seus interesses econômicos mesmo em situações de perda e dificuldade dos arrendatários. A falta de flexibilidade e compreensão por parte dos proprietários em relação às adversidades enfrentadas pelos trabalhadores demonstra a desigualdade de poder e a falta de proteção dos direitos dos trabalhadores no campo.

Esses exemplos oferecem um panorama da luta por autonomia, dignidade e resistência contra a exploração e a rigidez das relações de arrendamento e assalariamento, além de revelar o universo do camponês. A experiência do Senhor Antonio reflete a resistência à condição de trabalho subordinado e a busca por autonomia, apesar da dependência da terra. Ele expressa uma profunda insatisfação com a exploração e a falta de controle sobre sua jornada de trabalho, preferindo a autonomia mesmo que isso signifique maiores dificuldades econômicas. Isso ilustra a "alienação" do trabalhador descrita por Karl Marx (2017), onde o trabalhador não possui controle sobre seu trabalho e produto, resultando em uma perda de identidade e dignidade.

Já o ato de resistência do Senhor Pereira focaliza a pressão dos proprietários de terra para cobrar a renda mesmo em condições adversas, como a perda da colheita. Isso ressalta a subordinação dos pequenos produtores e arrendatários ao sistema econômico dominante e as dificuldades em garantir seus meios de subsistência. A situação descrita por Pereira reflete a "desposseção" (ou expropriação) onde trabalhadores perdem acesso aos meios de produção e ficam vulneráveis às exigências dos proprietários. A desigualdade de poder entre os proprietários e os trabalhadores é evidente nas relações de trabalho e nas exigências de pagamento da renda, mesmo quando as condições não permitem uma colheita produtiva.

A concentração de terras devido à expansão do latifúndio agrava essa situação, tornando os trabalhadores mais dependentes de políticas públicas emergenciais e menos capazes de se adaptar às variações climáticas. O impacto das frentes de emergência de combate à seca no Meio-Norte do Brasil durante as décadas de 1970 a 1990 ilustra como essas políticas, embora essenciais, enfrentam limitações significativas devido à falta de uma estrutura mais equitativa no acesso à terra e recursos.

Os relatos orais abordados refletem a luta por melhores condições de vida, fundamentada não apenas na esperança por dias melhores, mas também em histórias sobre um maior acesso à terra e aos recursos naturais. Essas narrativas incluem a busca por terras onde fosse possível garantir a subsistência e enfrentar as secas de maneira mais eficaz, bem como a expectativa de uma relação mais justa com os proprietários de terra. Os depoimentos

delineiam uma visão de que, mesmo diante das adversidades e da falta de grandes economias de ciclo, a permanência no Piauí oferecia uma chance de autonomia e resiliência, contrastando com a vulnerabilidade e exploração frequentemente enfrentadas no “trabalho alugado” ou nas relações de parceria.

O processo de construção das entrevistas, realizado em um campo dialógico, é um exercício de alteridade que visa permitir que os próprios narradores identifiquem e reflitam sobre elementos significativos em suas trajetórias de vida (Costa, 2018), particularmente no que diz respeito ao acesso à terra, à subsistência diante das secas, e às dinâmicas sociais das comunidades rurais no Piauí. As narrativas pessoais são analisadas para revelar as estratégias de adaptação e resistência frente aos infortúnios encarados no processo de lida com a terra. Destaca-se a importância do protagonismo aos sujeitos históricos, frequentemente marginalizados em discussões acadêmicas, permitindo que suas histórias contribuam para a construção de um conhecimento mais inclusivo e representativo da realidade social da época.

Nesse aspecto, a historiadora Rios (2017) salienta que a História Oral se revela como um instrumento poderoso para capturar a essência das experiências humanas que, de outra forma, permaneceriam inacessíveis. Através da voz, desvela-se não apenas a narrativa factual, mas também a riqueza emotiva e a profundidade das vivências individuais. Compreende-se que a linguagem oral, manifestada com a força do corpo, expressa-se pelos sons que vêm e vão e no corpo que fala e escuta. A autora lança a ideia que:

No encontro com o outro da voz, aquele som preso na garganta dos narradores, e na minha também, não desejávamos simplesmente despejar uma gama de informações sobre um período ou um acontecimento. Eles desejam ser os donos da voz, impor seus desejos, denunciar suas dores, vomitar seus infortúnios, convencer o pesquisador a fazer parte da sua luta, do entendimento do dito como lugar que deve ser respeitado e ecoado (Rios, 2017, p. 06).

Entende-se que a história oral não se limita a ser uma mera coleta de dados; ela é, sobretudo, uma forma de interação humana que permite a construção de um tempo para o vivido, articulando o medo do passado, os desafios do presente e o desejo de futuro. Assim, ao se optar pelo trabalho com a história oral, assume-se o desafio de encontrar nas memórias contadas muito mais do que informações sobre determinado tema. Busca-se, através da voz, os gestos e as histórias, compreender como a vida é enfrentada e como as pequenas lutas podem se transformar em grandes vitórias. Isso significa ouvir, entender, e representar de maneira autêntica as vozes daqueles que compartilham suas lutas e resiliências em face das adversidades.

Retomando ao que se transfigura através de números pelo IBGE, no gráfico 03, visualiza-se o crescimento vertiginoso da quantidade de estabelecimentos com *responsáveis*⁴³ arrendatários entre as décadas de 1950 e 1970 e um considerável estaque até 1995, ficando esses últimos 25 anos marcados pelo aumento das participações de parceiros e ocupantes. Observa-se que a quantidade de estabelecimentos onde a condição do responsável é o próprio responsável cai praticamente para a metade. A quantidade de estabelecimentos com responsável Administrador também apresenta um declínio.

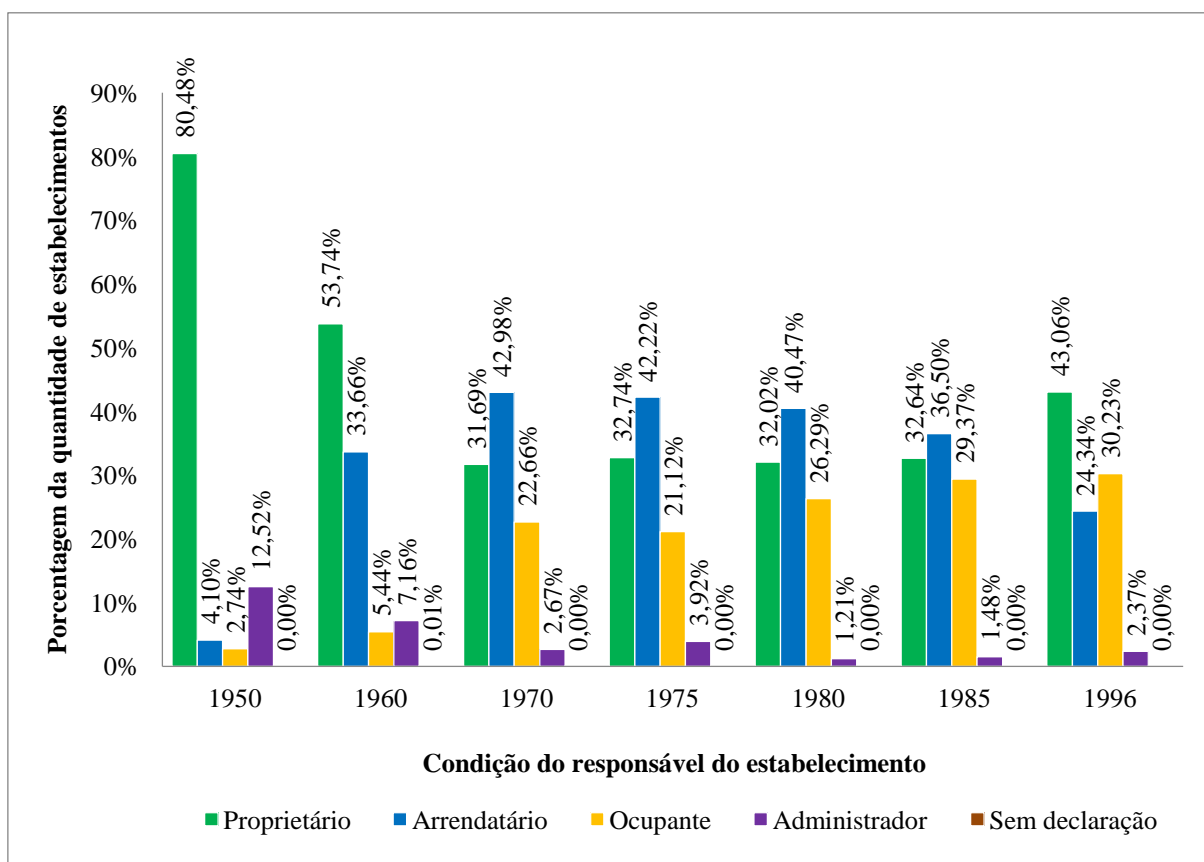
Cabe também considerar Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem documentado de forma sistemática os conflitos no campo através de seus “Cadernos de Conflitos no Campo”⁴⁴. Esses conflitos geralmente surgem devido a disputas sobre o uso e posse da terra, refletindo a tensão entre grandes proprietários e pequenos agricultores ou camponeses. No Piauí, a dualidade na estrutura agrária, caracterizada pela coexistência de latifúndios e pequenas propriedades de subsistência, exacerba essas tensões, levando a um aumento nos conflitos.

Bandeira (1978) aponta que a subdivisão dos grandes latifúndios na forma de arrendamento apresenta desafios significativos para o desenvolvimento agrícola. Isso ocorre porque os arrendatários têm poucos incentivos para aumentar sua produção, uma vez que grande parte do aumento de produtividade iria para o arrendador, que não compartilha dos custos gerais. Além disso, a alta parcela do produto absorvida pelo proprietário das terras pode deixar o agricultor com o mínimo necessário para subsistência, sem margem para investimentos. Essa situação mantém a riqueza concentrada em terras, sem que o excedente gerado seja direcionado para investimentos produtivos. Esses pontos destacam a maneira pela qual a estrutura de arrendamento pode perpetuar um ciclo de baixa produtividade e estagnação econômica, especialmente para os arrendatários que enfrentam desafios significativos para melhorar suas condições de trabalho e investir em melhorias na produção.

⁴³ Já a respeito da *propriedade do imóvel*, o Censo Agrícola de 1950 “investigou-se a propriedade das terras em que se localizavam os estabelecimentos. Discriminam-se os estabelecimentos segundo se situassem em terras de **propriedade individual**, de **condomínio** e **sociedades de pessoas**, de **sociedades anônimas**, **cooperativas** e outras, de **instituições pias e religiosas** e de **entidades públicas**. Referem-se os resultados do Censo Agrícola de 1940 aos estabelecimentos localizados em imóveis de propriedade individual, de condomínio, de pessoa jurídica e do governo. Na categoria de pessoa jurídica destacam-se os imóveis de propriedade de sindicato ou cooperativa e os de instituição religiosa e, na do governo, os pertencentes ao governo federal, aos governos estaduais e aos municipais (IBGE, 1950. p. XXV).”

⁴⁴ Produzido anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) por quase 40 anos, o relatório “Conflitos no Campo Brasil” serve como um recurso de pesquisa essencial para instituições acadêmicas, meios de comunicação e órgãos governamentais e não governamentais. Esta publicação é fruto do esforço coletivo dos agentes pastorais da CPT, que trabalham em equipes regionais e se dedicam às comunidades rurais em todo o Brasil. Além disso, o relatório é enriquecido pelo trabalho metódico de documentalistas do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC), que compilam denúncias, documentos e notícias durante o ano.

Gráfico 3 - Porcentagem da quantidade de Estabelecimentos Agropecuários no Piauí nos censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 segundo a condição do responsável

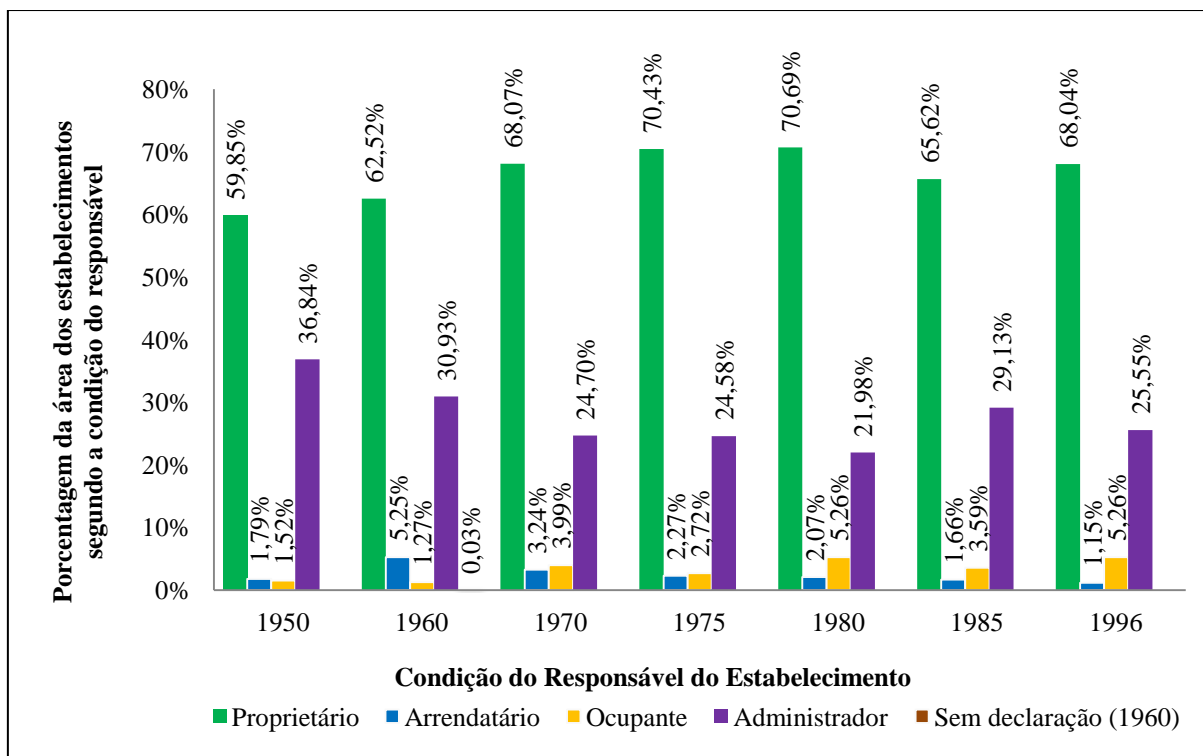


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-1996.

Nota: Nos Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 o Piauí totalizou em quantidades, respectivamente, 34.106, 87.303, 217.886, 216.704, 249.129, 270.443 e 208.111 estabelecimentos agropecuários. Em relação aos estabelecimentos não declarantes, apenas 1960 contou com 11 enquanto os demais zeraram.

No entanto, como se vê no gráfico 04, apesar do declínio da quantidade dos estabelecimentos que possuem responsável na condição de Administrador, compõem significativamente a área de cobertura do território piauiense com tais estabelecimentos. A área dos arrendatários e ocupantes chega ao máximo na casa dos 5%. O percentual da cobertura de estabelecimentos onde o responsável é o próprio proprietário apresenta certa estabilidade ao longo das cinco décadas em tela. Nota-se, em comparação com o gráfico 03, que os aumentos expressivos da quantidade de responsáveis arrendatários e ocupantes não se revelam num consequente aumento da área.

Gráfico 4 - Porcentagem da área/tamanho dos Estabelecimentos Agropecuários no Piauí nos censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 segundo a condição do responsável

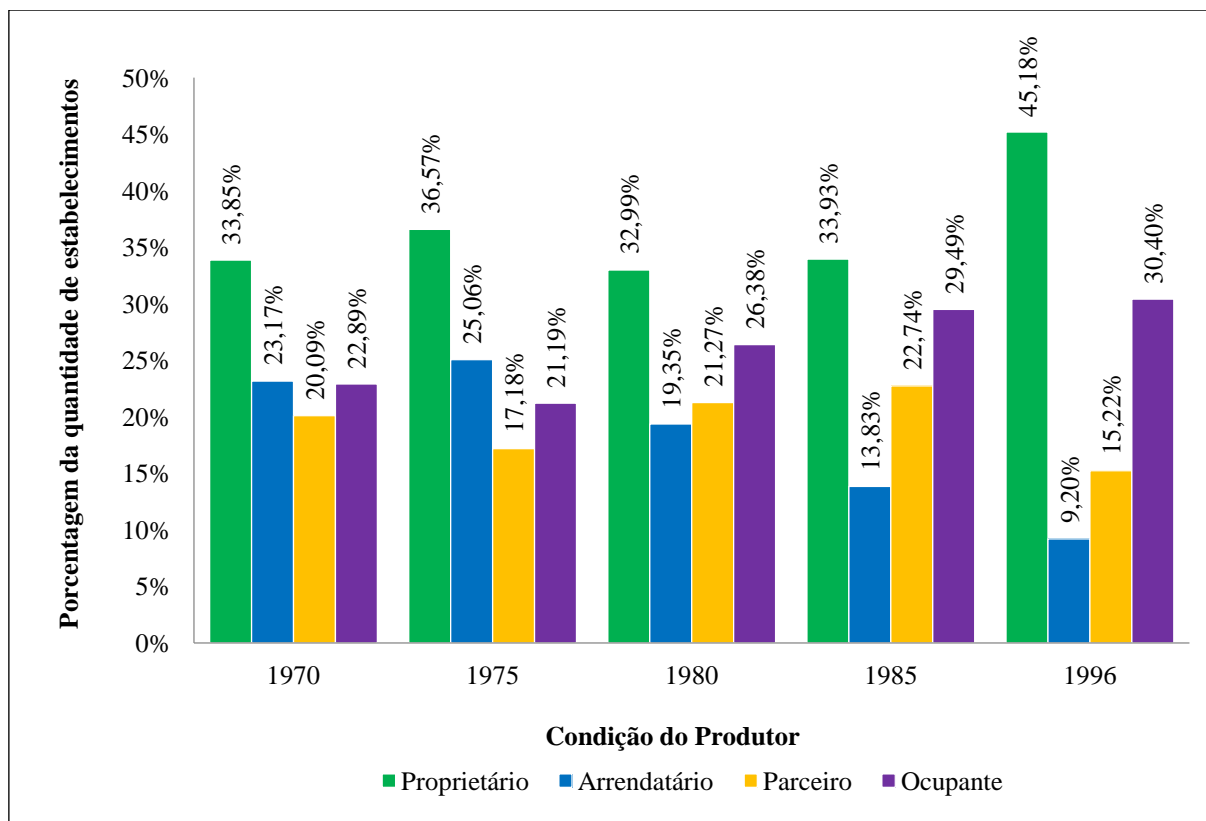


Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996.

Nota: Nos Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 o Piauí registrou o total de hectares dos estabelecimentos, respectivamente, 7.876.552ha, 9.106.820ha, 9.606.730ha, 10.523.517ha, 11.162.096ha, 11.828.025ha e 9.659.972ha. Em relação aos estabelecimentos sem declaração, apenas 1960 registra números, contabilizando 2.903ha.

No gráfico 05, há uma queda na quantidade de estabelecimentos onde o produtor é arrendatário, enquanto os estabelecimentos com produtores proprietários, parceiros ou ocupantes aumentam. Segundo Bandeira (1994), essa mudança pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo programas governamentais e o crescente interesse dos proprietários por terras com produtos de valor comercial. Isso sugere um maior envolvimento desses proprietários em suas unidades produtivas, impulsionado pelo acesso ao crédito, assistência técnica e melhores oportunidades de comercialização dos produtos.

Gráfico 5 - Porcentagem da quantidade de Estabelecimentos Agropecuários no Piauí nos censos 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 segundo a condição do produtor



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996.

Nota: Nos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 o Piauí totalizou em quantidades, respectivamente, 217.886, 216.704, 249.129, 270.443 e 208.111 estabelecimentos agropecuários.

Quando o agricultor é proprietário da terra, a situação não muda significativamente, explica Bandeira (1978). Os compromissos do agricultor, como pagamento da propriedade, juros e impostos, são elevados, muitas vezes absorvendo mais da metade de sua renda líquida. As relações comerciais em que o produtor se envolve geralmente são desfavoráveis, resultando em uma drenagem adicional de sua renda disponível. Além disso, ao ser explorado por diversos intermediários, o agricultor recebe baixos preços por sua produção, enquanto paga preços elevados por mercadorias industrializadas. O excedente econômico gerado pelos pequenos produtores é apropriado por latifundiários, agiotas, comerciantes e, em menor escala, pelo Governo.

Ao escrever sobre a espacialização da produção do setor primário piauiense entre as décadas de 1960 a 1980, Lima (1988, p. 95-96) explica que regime de parceria era comum, onde o parceiro entregava parte da colheita ao proprietário da terra, mas devido aos riscos envolvidos, o regime de arrendamento se tornou mais interessante para os proprietários, garantindo uma renda certa. No entanto, devido à abundância de terras para cultivo no Estado,

os contratos de arrendamento não predominam, e o sistema de parceria ainda é relevante. Em resumo, a disponibilidade de terras para cultivo influencia a escolha entre os diferentes tipos de relação de produção, com o regime de arrendamento sendo mais seguro para os proprietários, enquanto o regime de parceria envolve mais riscos para os trabalhadores.

Ao analisar o período das décadas de 1970 a 1990, observa-se uma redução na proporção de estabelecimentos onde o produtor é arrendatário (de 23,17% para 9,20%) ou parceiro (de 20,09% para 15,22%), enquanto há um aumento na proporção de proprietários (de 33,85% para 45,18%) e ocupantes (de 22,89% para 30,40%). Em relação aos parceiros, os números permanecem relativamente estáveis. É importante notar que a quantidade de estabelecimentos não necessariamente reflete o tamanho dos mesmos. A análise dos gráficos indica que a área ocupada por produtores arrendatários, parceiros e ocupantes permaneceu próximo de 6% ao longo das três décadas mencionadas.

O arrendatário no Piauí trabalha em unidades extremamente diminutas, deixando-lhe sem capacidade de acumulação e de até garantir a subsistência de sua família. No entanto, é a categoria de trabalhadores que mais tem aumentado na agricultura piauiense. [...]

O inverso vem ocorrendo com os parceiros, que, [...] sofreram uma redução [...] no seu número, indicando claramente que esta categoria de relação de trabalho vem perdendo importância à medida que a agricultura piauiense se evolui para uma organização da produção caracterizadamente camponesa.

Uma possível explicação para o fenômeno deve-se à crise do mercado para os produtos do latifúndio, o qual, em virtude da perda da rentabilidade de seu estabelecimento, passou a preferir formas de relações de trabalho em que pudesse transferir todo o risco da atividade agrícola. No caso, o arrendamento com pagamento da renda prefixado e independentemente da boa ou má safra do produtor mostra-se como forma mais vantajosa para o proprietário (Bandeira, 1981, p. 46-47).

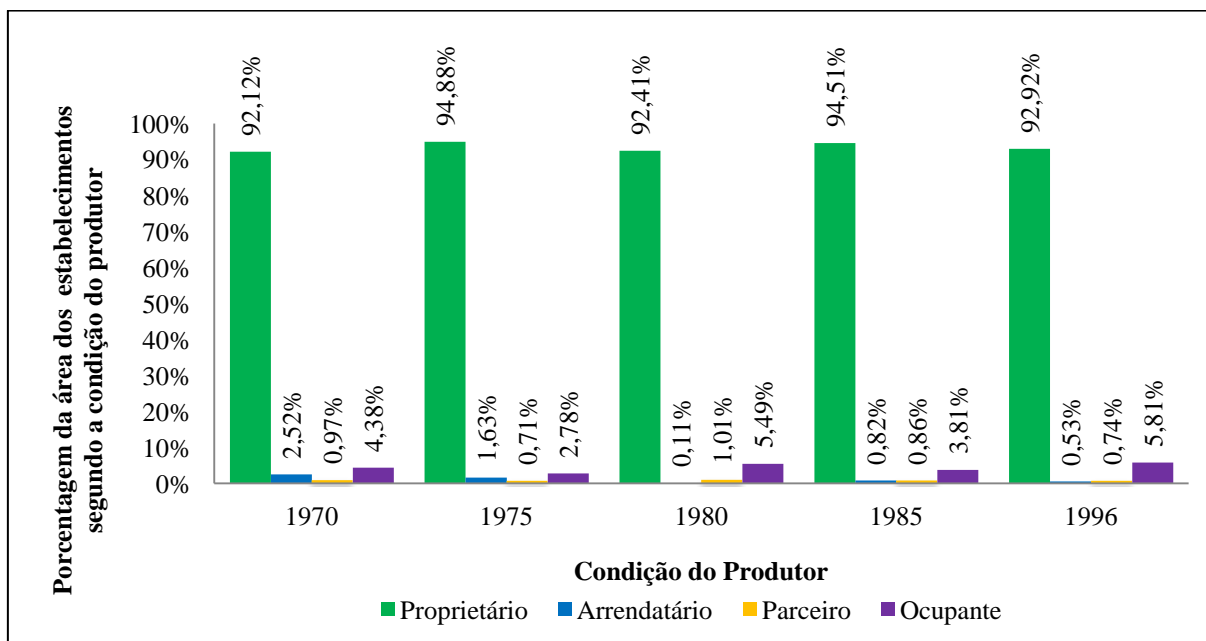
Essa mudança nas relações de trabalho no campo do Piauí reflete não apenas as pressões econômicas enfrentadas pelos latifundiários, mas também a busca por mecanismos que minimizem os riscos e maximizem os lucros para os proprietários. Já os dados do Gráfico 05 sugerem uma tendência de diminuição da presença de arrendatários e parceiros na agricultura, acompanhada por um aumento na proporção de proprietários e ocupantes. No entanto, a estabilidade na área ocupada por diferentes tipos de posse sugere que mudanças na estrutura fundiária podem não ter sido tão significativas quanto às mudanças na composição dos tipos de posse sugerem.

O sistema de parceria é mais comum, no Piauí, na atividade de pecuária e nas propriedades em que o proprietário tem interesse em produzir para o mercado. Nestas, o proprietário entrega pequenos lotes de terra aos agricultores para subsistência, o qual, ao mesmo tempo, presta serviços na plantação do proprietário, recebendo pagamento por empreitada ou sob a forma de diárias. As culturas desenvolvidas pelo proprietário, em geral, são

as mesmas desenvolvidas pelos parceiros, onde comumente aquele tem interesse na compra da produção do parceiro (Bandeira, 1981, p. 45).

Essa forma de parceria reflete a interdependência entre proprietários e agricultores na produção agrícola no Piauí, onde a divisão de tarefas e recursos permite a coexistência de atividades voltadas para o mercado e para a subsistência. Os agricultores parceiros têm a oportunidade de utilizar parte da terra do proprietário para suas necessidades básicas, ao passo que contribuem com seu trabalho na produção comercial do proprietário. Essa relação de parceria pode beneficiar ambas as partes, pois permite a diversificação das atividades agrícolas na propriedade, o compartilhamento de recursos e conhecimentos, e a geração de renda tanto para o proprietário quanto para os agricultores parceiros. Além disso, a integração entre as culturas desenvolvidas pelos proprietários e pelos parceiros fortalece a cadeia produtiva local e contribui para a sustentabilidade econômica e social das comunidades rurais no Piauí.

Gráfico 6 - Porcentagem da área/tamanho dos Estabelecimentos Agropecuários no Piauí nos censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 pela condição do produtor



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996.

Nota: Nos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 o Piauí registrou o total de hectares dos estabelecimentos, respectivamente, 9.606.730ha, 105.235.17ha, 11.162.096ha, 1.828.027ha e 9.659.972ha.

As vantagens promovidas pelo sistema de parceria remetem às ideias de Alexander Chayanov (1966) expressas em sua obra *"The Theory of Peasant Economy"*. Ele destaca as contribuições dos modelos de empreendimentos cooperativos camponeses para o desenvolvimento de uma economia camponesa. Nesse contexto, entende-se como esses

grupos conseguem desafiar a lógica de desenvolvimento imposta pelo capitalismo agrário. Eles promovem o avanço de uma economia monetária interligada a uma economia moral de resistência no mundo rural, ancorada na estrutura familiar. O sistema de parceria facilita a articulação entre a economia monetária e uma abordagem moral e solidária, permitindo que as famílias camponesas utilizem recursos de maneira que respeite tanto a viabilidade econômica quanto os valores tradicionais e sociais de suas comunidades.

Esse sistema de parceria, ao operar dentro dessas bases, permite que os camponeses se organizem de maneira a maximizar sua autonomia e flexibilidade, contrariando as pressões da economia capitalista convencional. Tal arranjo valoriza a colaboração e a solidariedade, possibilitando a criação de redes de apoio que são essenciais para a sustentabilidade econômica e social das comunidades camponesas. Ao contrário de uma abordagem puramente capitalista, que frequentemente prioriza o lucro acima de outros valores, o sistema de parceria nos termos de Chayanov equilibra objetivos econômicos com práticas sociais e culturais, fortalecendo a capacidade das famílias camponesas de sustentar suas tradições enquanto participam de uma economia mais ampla.

Existem várias possibilidades negativas associadas à condição de parceiro. Em primeiro lugar, ele pode ficar economicamente dependente do proprietário da terra, cujas decisões corrompem diretamente seu sustento. A falta de segurança e estabilidade igualmente é uma preocupação constante, já que o contrato de parceria pode ser rescindido a qualquer momento, deixando o parceiro sem meios de subsistência. A remuneração pode ser inadequada, especialmente se o proprietário estabelecer termos desfavoráveis no acordo. Condições de trabalho desfavoráveis, como a falta de equipamentos adequados e infraestrutura básica, também são comuns. E depois, o parceiro pode ter pouco ou nenhum controle sobre o processo produtivo, ficando sujeito às preferências e interesses do proprietário.

A extração do excedente se dá pelo pagamento da renda da terra, que, em geral, é paga em produto e por relações comerciais e usurárias. O proprietário financia o parceiro nas épocas de entressafras, cobrando juros altos, e compra a produção do mesmo na “folha”, sem nenhuma relação com os preços prevalentes no mercado. Em alguns casos, o proprietário ainda ganha na venda de produtos a preços acima dos de mercado (Bandeira, 1981, p. 45)

A extração do excedente no sistema de parceria no Piauí envolve diversas práticas que podem impactar negativamente o parceiro, deixando-o vulnerável, tais como:

1. **Pagamento da renda da terra em produto:** O fato de a renda da terra ser paga em produtos pode limitar a capacidade do parceiro de comercializar sua produção de forma independente, tornando-o dependente do proprietário.
2. **Relações comerciais e usurárias:** As relações comerciais e práticas usurárias impostas pelo proprietário podem resultar em condições desiguais e exploração do parceiro, comprometendo sua autonomia e bem-estar.
3. **Financiamento nas épocas de entressafras com juros altos:** O financiamento oferecido pelo proprietário ao parceiro durante épocas de entressafra, com a cobrança de juros elevados, pode levar o parceiro a um ciclo de endividamento e dependência financeira.
4. **Compra da produção do parceiro a preços desvantajosos:** A aquisição da produção do parceiro pelo proprietário a preços abaixo do mercado pode resultar em prejuízos financeiros para o parceiro, que não recebe um valor justo pelo seu trabalho e produtos.
5. **Lucro do proprietário com preços acima do mercado:** Em situações em que o proprietário vende os produtos a preços superiores aos praticados no mercado, ele obtém lucros adicionais à custa do parceiro, que pode não se beneficiar dessas vantagens econômicas.

Na pecuária, o parceiro é utilizado para a formação de pastos, o proprietário entrega parcelas de terras para o mesmo por um período curto e, no fim do período, o parceiro entrega a terra pronta para o gado. Em alguns casos, ainda, o parceiro é obrigado a pagar a renda da terra através da entrega de parte da produção. Este sistema é utilizado com mais frequência no extremo sul do Estado, região típica de pecuária de corte. Neste tipo de parceria, a principal diferença com relação ao empregado na atividade agrícola é sua alta instabilidade, obrigando o mesmo a tornar-se “itinerante” dentro da mesma região. A tendência, portanto, é a expulsão deste tipo de parceiro quando a região estiver toda coberta de pastos (Bandeira, 1981, p. 45).

O sistema de parceria na pecuária, descrito no contexto do extremo sul do Estado do Piauí, revela um quadro peculiar de utilização do parceiro para a formação de pastos. A prática de ceder terras temporariamente ao parceiro para preparação do terreno para o gado, com posterior devolução da área pronta, explica uma relação de dependência e instabilidade para o parceiro. A exigência de pagamento da renda da terra através da entrega de parte da produção também traz à tona uma forma de extração do excedente que pode impactar negativamente o parceiro, limitando sua autonomia e capacidade de planejamento em longo prazo.

A alta instabilidade associada a esse tipo de parceria na pecuária, que leva o parceiro a se tornar "itinerante" dentro da região, sugere um cenário de precariedade e incerteza em relação à sua permanência e condições de trabalho. Além disso, a probabilidade de expulsão do parceiro quando a região estiver totalmente coberta de pastos aponta para uma lógica de utilização temporária e descarte, sem garantias de continuidade ou benefícios a longo prazo para o parceiro.

O restante da economia camponesa é formado pelos pequenos proprietários e os posseiros e/ou "ocupantes" [...].

A princípio, pode se pensar que estes produtores vivem em melhor situação do que os arrendatários e parceiros, mas isso é muito duvidoso. As condições de acesso à terra são extremamente difíceis para os pequenos produtores, que está acima das possibilidades dos trabalhadores rurais, seja porque a aquisição das mesmas estejam controladas e/ou manipuladas politicamente. Tais dificuldades de acesso à propriedade da terra levam a uma fragmentação da pequena propriedade pelo próprio crescimento populacional, correspondente a um fator adicional que aumenta a pressão sobre a terra (Bandeira, 1981, p. 47).

As condições de acesso à terra são extremamente difíceis para os pequenos produtores, o que está além das possibilidades dos trabalhadores rurais, seja devido ao controle político e/ou manipulação das oportunidades de aquisição de terra. Essas dificuldades de acesso à propriedade da terra levam à fragmentação da pequena propriedade, exacerbada pelo crescimento populacional, o que representa um fator adicional que intensifica a pressão sobre a terra disponível. Esse cenário ressalta os desafios enfrentados pelos pequenos produtores e posseiros na busca por estabilidade e segurança na posse da terra, imprescindível para sua subsistência e desenvolvimento econômico.

A questão da deterioração das condições e das possibilidades de sustentação do pequeno proprietário e dos produtores sem terra parece residir, sem se perder de vista, as desfavoráveis e por demais conhecidas instabilidades climáticas, na "rede" de fatores adversos em que os mesmos se vêem envolvidos, a começar da secular estrutura fundiária, bastante desigual, polarizada hoje mais do que antes no binômio latifúndio-minifúndio, cuja estrutura tem condicionado uma outra forma de produção, expressa pela existência de um pequeno número de latifundiários pecuaristas ou tão-somente rentistas, e, do lado oposto, pela presença de uma numerosa população de pequenos e microproprietários e de trabalhadores sem terra, que, trabalhando em suas pequenas porções de terra ou nas terras alheias, tornam-se responsáveis pelo grosso da produção agrícola estadual (Lima, 1988, p. 98. Grifos do autor).

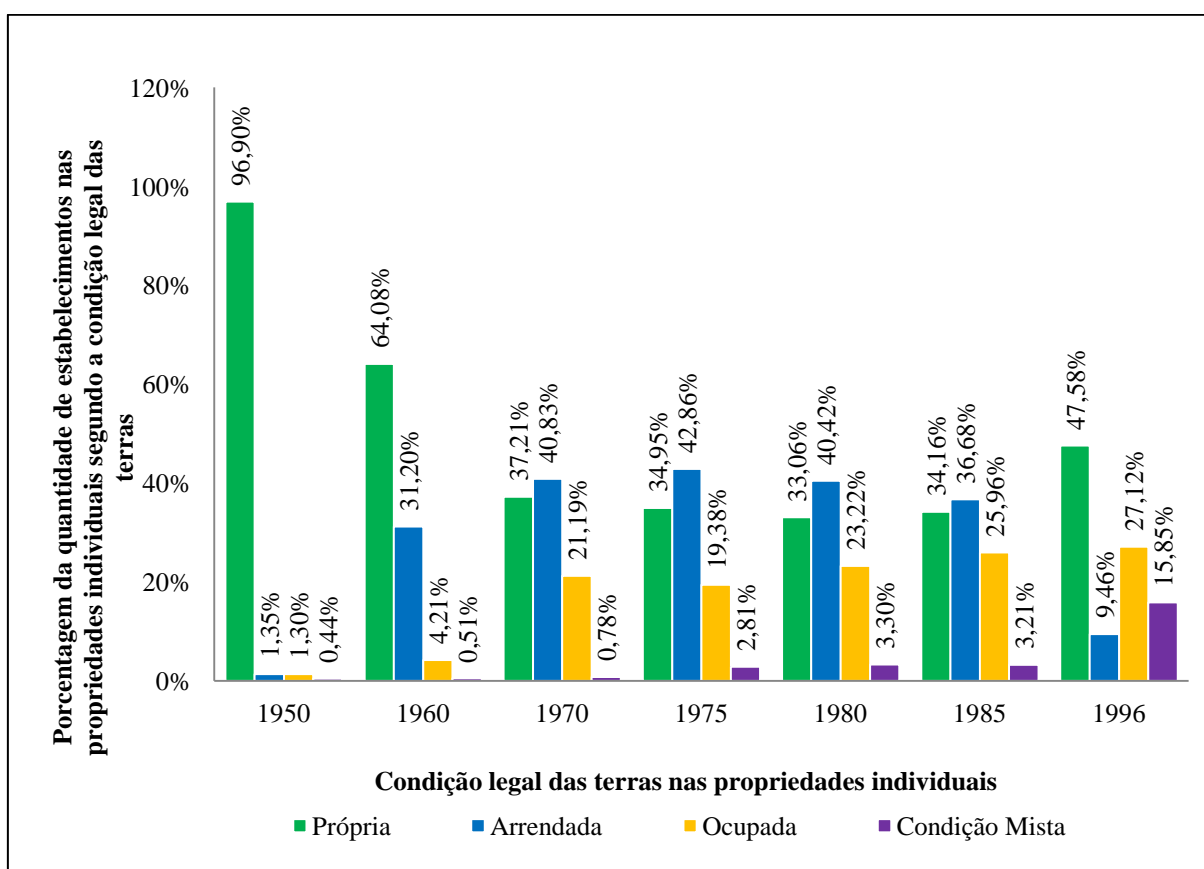
O trecho citado destaca que a deterioração das condições e das possibilidades de sustentação dos pequenos proprietários e dos produtores sem terra no contexto analisado não se limitam apenas às instabilidades climáticas conhecidas. Ele sugere que além dos desafios

climáticos, existem outros fatores adversos interligados que magnetizam esses grupos sociais. Essa "rede" de fatores adversos pode incluir questões estruturais, como a desigualdade na estrutura fundiária, a concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários, a presença de um grande número de pequenos e microproprietários e trabalhadores sem terra, e a dependência desses últimos em relação às terras alheias para produzir. Além disso, essa rede de fatores adversos cria um ambiente completamente desafiador para os pequenos proprietários e produtores sem terra, impactando negativamente suas condições de vida e suas esperanças de sustentabilidade.

Assim, ressalta-se a importância de considerar não apenas as instabilidades climáticas, mas também a interação de diversos fatores desfavoráveis que influenciam a situação desses grupos no contexto rural analisado. A presença de um pequeno número de latifundiários pecuaristas ou rentistas, que detêm grandes extensões de terra, contrasta com a numerosa população de pequenos e microproprietários e trabalhadores sem terra, que possuem áreas limitadas de cultivo ou dependem das terras de terceiros para trabalhar. Essa estrutura fundiária desigual condiciona uma forma de produção em que os latifundiários concentram a propriedade da terra e muitas vezes se dedicam à pecuária, enquanto os pequenos proprietários e trabalhadores sem terra são responsáveis pela produção agrícola em maior escala. Esses últimos grupos, mesmo com recursos limitados e enfrentando desafios como a falta de acesso à terra, acabam sendo fundamentais para a produção agrícola do estado, contribuindo significativamente para a economia local.

O gráfico 07 indica uma queda significativa na proporção de estabelecimentos onde as propriedades são de fato próprias, passando de 96,90% para 47,58% no período de 1950 a 1996. Em termos matemáticos, a quantidade de estabelecimentos em que a terra é arrendada forma uma parábola, atingindo um pico de 42,86% em 1975 e depois diminuindo para cerca de 9% em 1996. Por outro lado, as terras ocupadas ou em condição mista mostram um crescimento praticamente linear ao longo do período analisado. Esses dados ilustram uma mudança dramática na estrutura de posse da terra ao longo do tempo, com uma redução acentuada na proporção de propriedades próprias e um aumento correspondente nas terras arrendadas ou em condição mista. Esse padrão sugere mudanças significativas no cenário de posse e uso da terra, com possíveis implicações para a distribuição de renda, acesso à terra e desenvolvimento agrícola e socioeconômico.

Gráfico 7 - Porcentagem da quantidade de Estabelecimentos Agropecuários no Piauí nos censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 por Condição Legal das Terras nas Propriedades Individuais



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996.

Nota: Os Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 no Piauí contabilizaram em quantidades, respectivamente, 31.127, 80.560, 189.100, 191.447, 224.744, 246.597 e 188.780 propriedades individuais. O total de estabelecimentos se completa com propriedades: em condomínio e sociedade de pessoas; sociedade anônima, cooperativa e outras; instituição pia e religiosa; entidade pública; e aquelas sem declaração de propriedade.

A distinção entre arrendatários e parceiros na relação de trabalho agrícola revela nuances importantes em termos de autonomia e controle sobre a produção. Os arrendatários, ao contrário dos parceiros, desfrutam de uma relativa autonomia em suas atividades, estabelecendo contratos com os proprietários que envolvem o pagamento de uma quota fixa da produção ou um montante em dinheiro, com intervenção limitada do proprietário no processo produtivo. Essa maior liberdade aparente, no entanto, é condicionada pela necessidade de o arrendatário produzir bens comercializáveis para cumprir com as obrigações financeiras do arrendamento.

Os arrendatários formam uma categoria de relação de trabalho que apresenta maior autonomia relativa que o parceiro, pois, de modo geral, o proprietário firma um contrato com o arrendatário paga uma quota fixa de sua produção e/ou uma quantia fixa em dinheiro e pouco interfere na produção.

Entretanto, a autonomia do arrendatário é apenas relativa porque, à medida que o pagamento é exigido a dinheiro, o arrendatário é obrigado a produzir pelo menos um produto que tenha aceitação no mercado para poder saldar o pagamento do aluguel da terra. Em muitos casos, quando o proprietário exige o pagamento em produto, quase sempre determina o produto desejado, deixando, dessa forma, o arrendatário limitado em seu poder de decisão no processo produtivo (Bandeira, 1981, p. 46).

A imposição de pagamento em dinheiro pode restringir a escolha do arrendatário em relação aos produtos a serem cultivados, uma vez que é necessário atender às demandas do mercado para garantir a receita necessária para quitar o aluguel da terra. Quando o pagamento é solicitado em forma de produto, a imposição do tipo de cultivo pelo proprietário limita ainda mais a autonomia do arrendatário, restringindo sua capacidade de decisão e inovação no processo produtivo. Em última análise, a relação entre proprietários e arrendatários destaca o enigma coexistente entre os trabalhadores do campo.

Bandeira (1981, p. 48) também destaca a presença da categoria de relação de trabalho dos assalariados na agricultura do Piauí, que se dividiam em duas formas: assalariado permanente e assalariado temporário. Essa distinção entre os dois tipos de assalariados reflete a diversidade de arranjos de trabalho existentes no setor agrícola do Estado, com diferentes impactos nas condições de emprego, remuneração e estabilidade dos trabalhadores rurais.

Os assalariados permanentes, em geral, residem na propriedade em que trabalham e constituem os chamados moradores. Nas regiões de alto grau do avanço de relações capitalistas de produção, os assalariados permanentes tendem a ser substituídos por outros tipos de assalariados menos onerosos, dado às condições de produção agrícola, ficando em regime de emprego permanente os trabalhadores mais qualificados, isto é, aqueles que teriam maiores condições de conseguir emprego nas zonas urbanas, como por exemplo, os administradores, feitores, tratoristas, mecânicos, contadores, etc. (Bandeira, 1981, p. 48).

Esse padrão reflete a transformação das relações de trabalho nas áreas rurais, onde a especialização e a demanda por determinadas habilidades determinam a permanência ou a substituição dos trabalhadores assalariados permanentes. No contexto analisado no Piauí, o número de assalariados permanentes estava em declínio não devido à introdução de relações capitalistas no campo, mas sim devido à redução das atividades agrícolas mais integradas ao mercado. Isso sugere que a diminuição desse tipo de assalariado estava relacionada à mudança nos fluxos econômicos e produtivos da região, que impactam a demanda por esse tipo de mão de obra.

No entanto, é salientado que o assalariado permanente no Estado nunca foi completamente despojado de seus meios de produção. Além de receber um salário por seu

trabalho na atividade principal, ele também tinha permissão para utilizar parcelas de terra para produzir alimentos para sua subsistência, o que o distingue do assalariado puro. Segundo o autor citado, a figura mais representativa desse tipo de assalariado permanente no Piauí era o vaqueiro⁴⁵, devido à substituição do sistema de "quarta"⁴⁶ pela relação de assalariado. Esse contexto ressalta a complexidade das relações de trabalho no campo piauiense, caracterizadas por uma mistura de formas tradicionais e modernas de organização do trabalho.

A maior utilização deste tipo de assalariado, no Piauí, se dá na atividade pecuária e nos estabelecimentos de mais de 100 hectares. De 1950 a 1975, a redução dos assalariados permanentes no Estado foi de cerca de 30%, ou seja, diminuiu de 7.191 para 5.043 (Bandeira, 1981, p. 49).

Essa mudança está relacionada à redução da importância da economia extrativa para exportação, o que levou a uma diminuição na utilização de assalariados nessa atividade. Com a queda da rentabilidade na exploração extrativista, a relação de assalariado praticamente desapareceu, sendo substituída por outras formas de trabalho. Sabe-se que os assalariados temporários na agricultura brasileira se apresentam em diversas formas, refletindo o grau de penetração das relações capitalistas de produção no campo. Isso vai desde os trabalhadores conhecidos como "boias frias", volantes e safristas, até pequenos proprietários, arrendatários e parceiros que se assalariam para complementar a subsistência familiar, também chamados de "precaristas".

⁴⁵ É o trabalhador responsável pelo manejo, cuidado e proteção do gado bovino. Este profissional desempenha uma atividade essencial, sendo responsável por uma série de responsabilidades que incluem a condução do rebanho, a vigilância contra predadores e roubos, a identificação e tratamento de doenças, além da participação em atribuições como a marcação e a vacinação (atualmente) do gado. Historicamente, o vaqueiro não apenas executava tarefas técnicas, mas também possuía um conhecimento profundo sobre o ambiente rural, incluindo as características da vegetação, os ciclos climáticos e as rotas de pastoreio. Este conhecimento tradicional era crucial para a sobrevivência e sucesso da atividade pecuária em uma região marcada por condições adversas, como a escassez de água e a irregularidade das chuvas.

⁴⁶ O sistema de "quarta" era uma forma específica de arranjo econômico no meio rural nordestino, particularmente entre os vaqueiros e os proprietários de terras e rebanhos. Nesse sistema, os vaqueiros eram responsáveis por cuidar do gado, realizando atividades como pastoreio, manejo e proteção dos animais. Em troca de seu trabalho, os vaqueiros recebiam uma parte dos "lucros" gerados pela venda do gado ou de seus produtos, geralmente equivalente a um quarto do total, daí a denominação "quarta". Esse sistema tinha semelhanças com outros arranjos de parceria e arrendamento rural, onde trabalhadores rurais obtinham uma fração da produção agrícola ou pecuária como remuneração por seu trabalho e pelo uso da terra ou dos recursos. No entanto, o sistema de "quarta" estava mais especificamente ligado à pecuária e à relação entre vaqueiros e proprietários de rebanhos. Enquanto o sistema de parceria frequentemente envolvia o cultivo de terras e a divisão da colheita entre o trabalhador e o proprietário, e o arrendamento consistia no pagamento de uma quantia fixa ou percentual pelo uso da terra, o sistema de "quarta" se diferenciava pela sua ênfase na pecuária e na partilha de lucros derivados dos produtos animais. Isso refletia nas condições socioeconômicas, onde a pecuária tinha um papel central, proporcionando aos vaqueiros uma forma de participação nos "lucros" da atividade pecuária, embora também os mantivesse em uma posição de dependência em relação aos grandes proprietários de terra e rebanhos. Tal arranjo revela a complexidade das relações de trabalho no meio rural, onde a reciprocidade e a exploração coexistiam de maneira que moldavam a estrutura social e econômica da região.

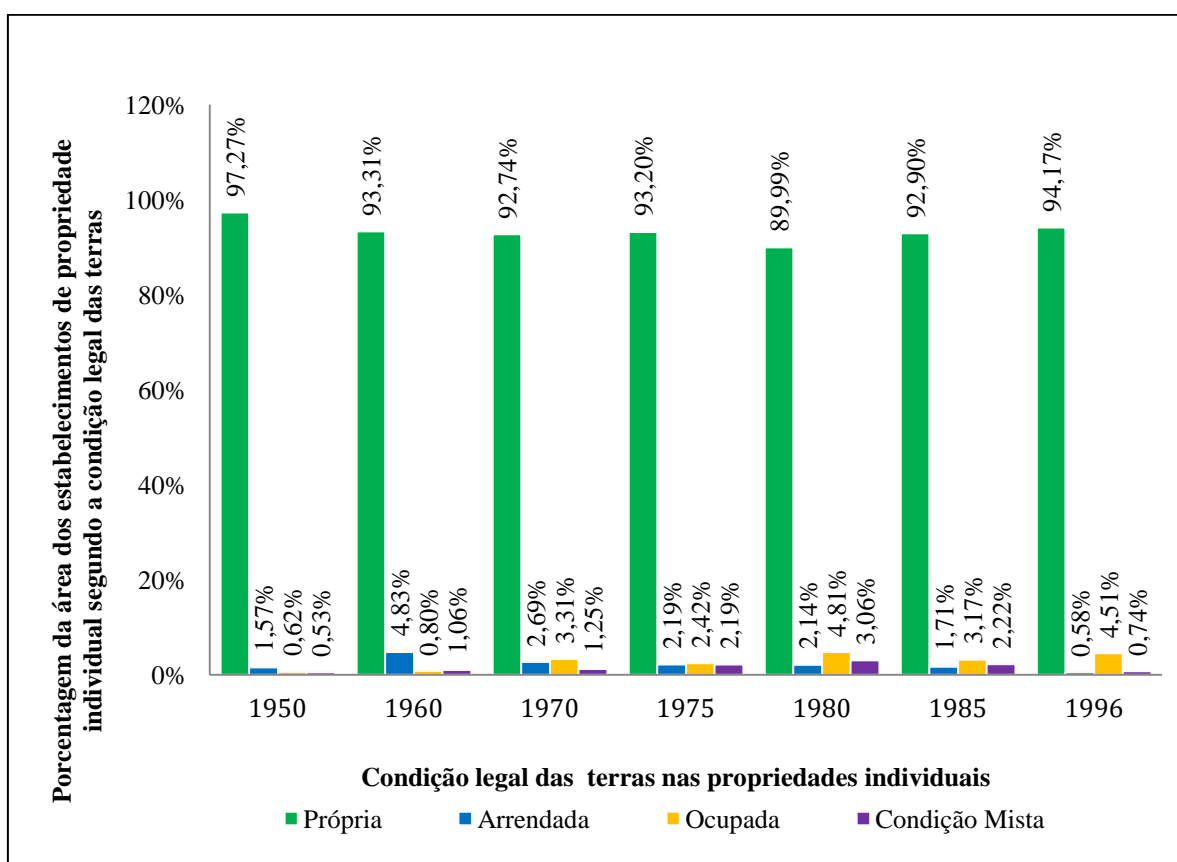
No Piauí, a categoria de trabalho assalariado temporário estava predominantemente formada por pequenos proprietários, parceiros e arrendatários que, ao não conseguirem se manter como camponeses, buscaram trabalhos temporários para complementar a subsistência familiar. Esses trabalhadores não se encaixam facilmente na definição de assalariados puros, pois não foram completamente despojados de seus meios de produção. Os trabalhadores volantes, por sua vez, eram aqueles expropriados dos meios de produção e que dependiam exclusivamente de sua força de trabalho para sobreviver, sendo mais comuns em regiões com maior desenvolvimento capitalista e em culturas voltadas para o mercado externo.

Para Bandeira (1981), a produção camponesa composta por parceiros, arrendatários e pequenos proprietários no Piauí não apresenta diferenças significativas em termos das condições objetivas de produção ou da qualidade de vida dos envolvidos. Esses grupos formam um bloco único que representa a maior parte da população do Estado. Nesse contexto, os pequenos proprietários são subordinados ao sistema econômico dominante, que os utiliza para promover uma maior acumulação de riqueza.

E embora a produção individual dos pequenos proprietários seja limitada, em conjunto ela representa uma parcela significativa da produção agrícola total, que é comercializada a preços baixos. Isso contribui para manter baixo o "custo de reprodução da força de trabalho urbana", ou seja, os salários baixos pagos aos trabalhadores urbanos e os maiores lucros para a classe capitalista. Esse dinamismo econômico faz vir a lume a exploração dos pequenos produtores rurais como parte de um sistema que beneficia os interesses da classe dominante, perpetuando desigualdades e mantendo um ciclo de baixos salários e altos lucros.

A análise do gráfico 08, que revela o percentual da área das propriedades individuais ao longo das décadas, confirma a estagnação na estrutura de posse da terra e a persistência da concentração fundiária no Piauí. A proporção da área das propriedades individuais, que se mantém acima dos 90% ao longo das décadas, indica uma manutenção da concentração fundiária entre os proprietários de terra. Por outro lado, a proporção da área das terras arrendadas, ocupadas ou em condição mista não ultrapassa os 5% ao longo das décadas, apresentando de maneira clara e objetiva uma baixa participação dessas formas de posse na estrutura fundiária em termos de área total. A persistência da concentração fundiária e a baixa participação de outras formas de posse indicam que a população camponesa continua submetida à dependência ao latifúndio para suas atividades agrícolas.

Gráfico 8 - Porcentagem da área/tamanho dos Estabelecimentos Agropecuários no Piauí nos censos de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 por Condição Legal das Terras nas Propriedades Individuais



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996.

Nota: Nos Censos Agropecuários de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 o Piauí registrou o total de hectares dos estabelecimentos, respectivamente, 6.460.931ha, 8.330.618ha, 8.577.427ha, 8.665.082ha, 9.743.689ha, 9.817.107ha e 8.409.396ha, em propriedades individuais. O total de estabelecimentos se completa com propriedades: em condomínio e sociedade de pessoas; sociedade anônima, cooperativa e outras; instituição pia e religiosa; entidade pública; e aquelas sem declaração de propriedade.

Conforme aludido na análise anterior, a estrutura agrária do Piauí estava evoluindo para uma maior concentração da posse da terra, ao mesmo tempo em que ocorre uma fragmentação das propriedades com menos de 10 hectares. A análise ilumina uma evolução preocupante na estrutura agrária do Piauí, caracterizada por uma maior concentração da posse da terra e uma fragmentação das propriedades menores. A partir de 1950, observou-se um processo em que a grande propriedade se remodelou, formando unidades latifundiárias que se sustentavam pela força de trabalho obtida através da entrega de lotes para famílias não proprietárias.

Essa remodelação na propriedade da estrutura agrária do Piauí teve implicações significativas para os camponeses da região, enfrentando desafios decorrentes da fragmentação dos estabelecimentos agropecuários e da mudança econômica. A transição da renda camponesa, antes baseada principalmente no extrativismo, para a lavoura e a

dependência dos grandes latifundiários, levou muitas famílias a se endividarem através do arrendamento e da parceria. Esse processo resultou em um ciclo de vulnerabilidade econômica para os camponeses, que, além de perderem parte de sua autonomia e controle sobre a terra, também ficaram sujeitos a relações de trabalho desfavoráveis e endividamento crônico.

Antonio de Pádua Silva dos Santos (1981), economista técnico da Fundação CEPRO, ao analisar opções para o desenvolvimento do setor primário no país entre as décadas de 1950 e 1980, aponta alguns levantamentos a partir dos dados dos Censos do IBGE:

Em 1960, [...] 54% dos estabelecimentos rurais com menos de 20ha ocupavam uma área de 222.947ha, correspondendo a apenas 2,45% do total das terras do Estado, enquanto somente 4,15% dos estabelecimentos com mais de 500ha ocupavam cerca de 56% dessas terras.

Em 1970, a participação dos estabelecimentos de menos de 20ha aumentou para 77%, porém a área ocupada foi elevada em apenas 3,77%. Com este fato, o tamanho médio por estabelecimento sofreu uma sensível redução entre os anos de 1960 e 1970, passando de 4,73ha para 2,93ha, caracterizando, assim, um processo de fragmentação dos estabelecimentos rurais (Santos, 1981, p. 69-70).

Esses dados revelam um cenário da distribuição de terras e estabelecimentos rurais no Piauí ao longo das décadas analisadas, demonstrando desafios relacionados à concentração de terras e à fragmentação dos estabelecimentos, que poderia impactar diretamente no desenvolvimento do setor primário e na economia local. É possível observar uma dualidade na estrutura fundiária do Piauí entre as décadas de 1960 e 1970. Por um lado, há uma crescente concentração da propriedade das terras, com uma parcela reduzida de estabelecimentos com mais de 500 hectares ocupando a maior parte das terras do Estado. Por outro lado, há um fracionamento dos estabelecimentos com menos de 20 hectares, indicando um processo de fragmentação das propriedades rurais menores.

Essa dualidade na distribuição de terras sugere uma articulação melindrosa na estrutura fundiária do Piauí, com uma concentração de terras nas mãos de poucos proprietários de grandes estabelecimentos, ao mesmo tempo em que ocorre uma subdivisão dos estabelecimentos menores. Essa situação refletiu em implicações significativas para a economia rural, o acesso à terra e a distribuição de renda no Estado.

Em parceria com Wiliam Jorge Bandeira, no ano de 1982, Osvaldo de Carvalho Neves, também economista da Fundação CEPRO, publicava na *Carta CEPRO* um texto sobre a organização da estrutura agrária piauiense, cunhando a seguinte análise da produção:

A estrutura agrária piauiense está marcada pela polarização minifúndio/latifúndio. Esta estrutura condiciona uma utilização da terra bastante desigual, onde aparece um grande número de pequenas unidades

produtivas junto a utilização de formas de relação de trabalho como parceria e arrendamento, numa estrutura de produção excessivamente ‘atomizada’ e dispersa, e que por isso não reúne condições para se beneficiar dos programas governamentais, preconizados para o Estado, sobretudo crédito agrícola, tornando-se, deste modo, presa fácil para o capital comercial, além de manter relações desvantajosas com a grande propriedade.

Dessa forma, a produção agropecuária piauiense provém, em sua maioria, de elevado número de unidades produtivas, que se apropriam de uma área mínima, explorada intensivamente, enquanto que as grandes propriedades mantêm imensa quantidade de terras ociosas à espera de valorização, ou empregam na pecuária extensiva onde os riscos são quase nulos (Bandeira; Neves, 1982, p. 16. Grifos dos autores).

Na medida em que a estrutura agrária do Piauí estava caracterizada pela polarização entre minifúndios e latifúndios, resultando em uma utilização desigual da terra, havia um grande número de pequenas unidades produtivas que utilizam formas de trabalho como parcerias e arrendamentos. Essas unidades tinham uma estrutura de produção dispersa e pouco otimizada, o que as impede de se beneficiar dos programas governamentais, especialmente do crédito agrícola. Isso as torna vulneráveis ao capital comercial e mantém relações desfavoráveis com as grandes propriedades. Enquanto isso, as grandes propriedades possuíam extensas áreas de terras ociosas aguardando valorização ou eram utilizadas para pecuária extensiva, onde os riscos eram mínimos.

Para Bandeira (1978), a estrutura fundiária predominante no Piauí durante a segunda metade do século XX teve intensas consequências e distorções que impactaram negativamente o processo de desenvolvimento econômico do Estado. A concentração da posse da terra estava diretamente ligada à concentração do poder, o que favorecia mecanismos de apropriação da renda agrícola pelos latifundiários em detrimento dos pequenos agricultores. Isso resultou na perpetuação de práticas agrícolas rudimentares e atrasadas entre os camponeses, que enfrentavam crescentes dificuldades financeiras.

Ao mesmo tempo, os latifundiários não tinham grandes incentivos para modernizar suas propriedades devido à disponibilidade abundante de terra e mão de obra, além dos altos custos dos insumos modernos. Assim, o emprego de fatores tradicionais tornou-se mais barato e viável para eles. Esse cenário resultou em um processo de acumulação de capital, onde a riqueza era mantida principalmente em forma de terras, sem contribuir significativamente para aumentar a capacidade produtiva da economia.

O excedente econômico gerado na agricultura muitas vezes foi direcionado para o alto consumo de bens industriais sofisticados, que simbolizavam o *status* da classe latifundiária. Grande parte desse excedente acabou beneficiando indiretamente Estados mais desenvolvidos, aumentando a demanda por bens industriais nesses locais. Como resultado, o

excedente foi desviado para outras regiões, principalmente o Centro-Sul, contribuindo para déficits na balança comercial do Piauí. Isso fez refletir um circuito vicioso que perpetua desigualdades, limitou o desenvolvimento econômico local e reforçou a dependência em relação a regiões mais desenvolvidas.

Para Bandeira (1978), a interligação entre a concentração da terra, a dependência dos pequenos agricultores e a redução da demanda por bens essenciais e manufaturados contribui para a perpetuação da desigualdade e da baixa qualidade de vida tanto no meio rural quanto no urbano. A crescente concentração da terra no Piauí, que resultou em um número cada vez maior de pessoas relegadas aos minifúndios, teve implicações intensas e negativas para o segmento da agricultura oprimida e para o desenvolvimento socioeconômico em geral. A concentração da terra diminuiu o nível de vida dos pequenos agricultores, tornando-os cada vez mais dependentes dos grandes proprietários. Isso resultou em uma redução da autonomia e da capacidade de tomada de decisão desses agricultores em relação às suas próprias terras e meios de subsistência.

Essa realidade teve impactos negativos no mercado interno, reduzindo a demanda por bens essenciais e manufaturados produzidos localmente, o que levou a uma maior marginalização tanto dos trabalhadores rurais quanto dos urbanos, reduzindo suas oportunidades de emprego e renda. Os salários e a renda dos pequenos agricultores tendem a permanecer baixos devido ao grande excedente de mão de obra e à falta de poder de barganha desses trabalhadores. Essa situação também afetou negativamente os salários pagos aos trabalhadores urbanos, uma vez que as condições de vida na zona rural influenciavam os rendimentos desses trabalhadores.

Resumidamente, Bandeira (1978) diz que no contexto da economia agrícola do Piauí, os grandes proprietários detêm poder político baseado na posse da terra, acesso ao crédito e controle dos órgãos decisórios. Eles utilizam esse poder para formar e apropriar o excedente agrícola gerado, enquanto a grande maioria da população rural vive em condições extremamente precárias de subsistência. Os grandes proprietários têm a capacidade de forçar a formação do excedente e beneficiar-se dele. A dinâmica de formação e apropriação do excedente na economia piauiense caracterizava-se pela ausência de estratégias voltadas para o incremento da produtividade laboral e agrícola através da incorporação de insumos e tecnologias avançadas. Refletia-se uma escolha econômica que prescinde do emprego de métodos e ferramentas modernas no processo produtivo.

Em vez disso, o processo é extensivo e rudimentar, perpetuando níveis muito baixos de produtividade. Isso resulta em desperdícios significativos de mão de obra e terra. E os

minifúndios, com áreas pequenas, utilizam intensivamente a mão de obra até que sua produtividade se aproxime de zero. Por outro lado, os latifúndios, com grandes extensões de terra e falta de capital para explorá-las totalmente, representam um desperdício evidente de recursos. Esse circuito característico e não muito desconhecido da formação da economia piauiense contribui para a manutenção de um ciclo de baixa produtividade e condições precárias de vida para a maioria dos trabalhadores rurais no Piauí.

Verifica-se que há uma correlação inversa muito forte entre o tamanho dos estabelecimentos e a utilização das terras em lavouras, ou seja, à medida que aumenta o tamanho do estabelecimento, diminui a importância das lavouras nas atividades produtivas. O inverso ocorre com respeito às áreas com pastagens, isto é, à medida que aumenta o tamanho dos estabelecimentos, aumenta as áreas com pastagens (Bandeira, 1980, p. 14).

A citação acima demonstra uma conduta que sugere uma relação entre o tamanho da propriedade e a distribuição das atividades agrícolas, com implicações importantes para a produtividade e a diversificação das atividades nos estabelecimentos rurais, bem como contribui para a disparidade na intensidade de exploração da terra entre pequenos e grandes estabelecimentos agrícolas. Bandeira (1980) coloca que nos pequenos estabelecimentos, a intensidade de exploração da terra é maior devido à pressão enfrentada pelos pequenos agricultores para aumentar a produção agropecuária. Essa pressão está relacionada à necessidade de gerar renda suficiente para pagar empréstimos, dívidas, renda da terra e ainda garantir a subsistência de suas famílias. Como resultado, os pequenos produtores tendem a utilizar quase toda a terra disponível e a aumentar a jornada de trabalho dedicada à produção.

Por outro lado, nos grandes estabelecimentos, observa-se uma subutilização da terra em relação à área total disponível. Esse fenômeno pode estar associado às relações de produção existentes no campo, que se baseiam no monopólio da terra e nas conexões extra econômicas decorrentes disso. Essas relações limitam a mobilidade do trabalho, o que é agravado pela grande disponibilidade de mão de obra dependente dos grandes proprietários para sua subsistência.

Em 1975, no Piauí, a mão de obra rural estava distribuída em diferentes estratos de área, com 62% do pessoal ocupado na agricultura trabalhando em estabelecimentos de até 10 hectares. Por outro lado, Bandeira (1980) revela que os estabelecimentos com mais de 1000 hectares, que detinham 42% da terra, abrigavam apenas 1,38% da mão de obra rural. É importante ressaltar que quase toda a mão de obra empregada em estabelecimentos com menos de 10 hectares está dedicada às culturas de subsistência. Isso é confirmado pela alta participação desses estabelecimentos nas lavouras (98,8%), indicando que a maioria da mão

de obra nesses locais é composta por membros não remunerados da família do produtor. Essa distribuição desigual da mão de obra entre diferentes tamanhos de estabelecimentos reflete as características da agricultura de subsistência e a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários.

Observe-se que é flagrante a situação de pobreza em que vive a maioria dos trabalhadores, pois 65,8% desta população recebe até Cr\$ 927,00 mensais, a preços de 1979, enquanto 24,9% não recebem qualquer tipo de rendimento. A situação das categorias "empregados" e "trabalhadores autônomos" é mais delicada ainda, já que 91,6% e 87,8%, respectivamente, ganham até Cr\$ 927,00 mensais, demonstrando a situação de subsistência da agricultura piauiense (Santos, 1980, p. 34).

Os dados concretos sobre a situação socioeconômica dos trabalhadores no Piauí destacam a significativa proporção de indivíduos vivendo em condições de pobreza e extrema vulnerabilidade financeira. A menção das porcentagens de trabalhadores que recebem até certa quantia de dinheiro fornece uma visão clara da distribuição de renda na região. Além disso, ao apontar que uma parcela considerável desses trabalhadores não recebe qualquer tipo de rendimento, o parágrafo ressalta a gravidade da situação.

Bandeira (1980) conclui que no desenvolvimento da divisão do trabalho campo-cidade no Estado do Piauí, foi observada uma crescente influência das relações de mercado na agricultura local. Esse processo provocou mudanças significativas nas interações entre a agricultura camponesa, o latifúndio e o capital comercial, representado pelos intermediários comerciais. Apesar dessas transformações, as relações internas de produção não sofreram alterações substanciais. Pelo contrário, houve um aumento das relações não capitalistas de produção, impulsionado pela proliferação dos minifúndios na agricultura piauiense, ao mesmo tempo em que o latifúndio expandiu sua presença na área total do estado.

Nesse cenário, os grandes proprietários passaram a adotar estratégias de subdivisão de suas propriedades por meio de contratos de parceria e arrendamento, permitindo obter produção a custos reduzidos e sem assumir riscos significativos. Como resultado, a penetração das relações de mercado na agricultura do Piauí levou a uma regressão das relações capitalistas nesse setor, fortalecendo a economia camponesa voltada principalmente para a subsistência de seus membros. Percebe-se, assim, um entrelaçamento das relações de produção e a adaptação dos diferentes atores às condições econômicas e sociais locais.

Antonio de Pádua Silva dos Santos (1980), ao publicar o artigo "Perspectiva do desenvolvimento para o Piauí", o processo de desenvolvimento econômico do Piauí não deve ser analisado isoladamente, mas sim dentro do contexto mais amplo da economia nacional.

Como componente desse sistema [econômico], o Piauí é um Estado periférico da economia do país e, como tal, vem historicamente se ressentindo das transferências e vazamento de suas poupanças e rendas, que são direcionadas para o região Centro-Sul - pólo dinâmico da economia brasileira (Santos, 1980, p. 29).

Observa-se um discurso que tangencia para apontar o Estado como lugar de pobreza e que necessita de desenvolvimento. O autor infere que o empobrecimento da economia piauiense é em grande parte atribuído às decisões de políticas econômicas tomadas em nível nacional pelo Governo Federal, que geram distorções nas economias regionais, como é o caso do Nordeste. Além disso, essa situação seria agravada pela condição do Piauí como mercado consumidor de produtos industrializados, principalmente provenientes da região Centro-Sul, especialmente do Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, ressalta que internamente a economia piauiense enfrenta uma série de obstáculos que colocam o Estado em uma posição de inferioridade em relação às demais unidades da federação. Essa condição levava certos estudiosos a considerarem o Piauí como o "Estado mais pobre da região mais pobre do país".

Do início do século XIX a meados do século XX, a economia piauiense foi fundamentada no comércio internacional, representada, principalmente pelas exportações de produtos de origem extrativa vegetal (borracha de maniçoba, cera de carnaúba e babaçu) (Santos, 1980, p. 32).

O extrativismo vegetal foi historicamente uma atividade de grande importância para a economia do Piauí, especialmente na primeira metade do século XX. No entanto, apesar de sua relevância, o extrativismo não se consolidou como uma atividade econômica duradoura capaz de influenciar profundamente as transformações na estrutura socioeconômica do Estado, especialmente no que diz respeito à propriedade da terra. Esta atividade esteve principalmente condicionada ao mercado externo, que determinava sua demanda e seu preço. Além disso, o extrativismo sempre foi complementar à pecuária extensiva e à agricultura de subsistência, funcionando assim como um amortecedor das crises periódicas na economia do Piauí. De um modo geral, as atividades extrativas, seja nos maniçobais ou na exploração da palha da carnaúba, eram permeadas por intensos conflitos entre posseiros e arrendatários para exploração da terra.

De acordo com Bandeira e Neves (1982), na década de 1950, o Brasil passou por um intenso processo de industrialização, o que resultou em uma maior penetração dos produtos do Centro-Sul no Nordeste devido a uma infraestrutura de transportes e comunicações mais desenvolvida. Essa mudança provocou transformações significativas nas relações inter-regionais, levando a uma competição mais acirrada no mercado. Como resultado, muitas empresas nordestinas, semelhantes às do Centro-Sul, não conseguiram competir efetivamente

e começaram a perder espaço gradualmente. Setores como a indústria têxtil e açucareira foram especialmente arrasados, com empresas sendo transferidas para outras regiões ou perdendo sua relevância no mercado. As atividades industriais que se desenvolveram no Nordeste a partir desse período foram aquelas que tinham alguma complementaridade com as indústrias do Centro-Sul, ou que processavam matérias-primas e bens intermediários para serem vendidos às empresas do Sudeste.

O Estado do Piauí, por meio dos veículos oficiais de comunicação, isto é, as *Cartas CEPRO*, propagandeava o território piauiense como oportunidade de investimento, principalmente voltado ao setor primário:

O Piauí, depois do Maranhão, é o Estado com menor proporção de área explorada na região Nordeste.

Existe, no Estado, um potencial de 2.975.811 hectares, que pode ser incorporado no processo produtivo, representando 38,72% do total da área aproveitável.

As condições do solo piauiense, dado à sua diversidade, permitem a exploração de várias culturas que têm sido até hoje produzidas de uma maneira bastante restrita, visando apenas ao autoconsumo (Santos, 1981, p. 71-72).

O discurso crescente nas *Cartas CEPRO* sobre a necessidade de desenvolvimento no Piauí reflete a preocupação com o declínio das exportações de matérias-primas, como o babaçu e a cera de carnaúba. Os estudos e artigos publicados pela Fundação CEPRO destacam a abundância desses produtos extrativistas como uma oportunidade de investimento e processamento industrial. A narrativa enfatiza a importância de aproveitar as potencialidades existentes no Estado, propondo a implantação de agroindústrias como meio de impulsionar o desenvolvimento econômico da região.

Esse enfoque reflete uma tentativa de diversificação da economia piauiense, buscando agregar valor aos recursos naturais disponíveis e promover a geração de empregos e renda por meio da industrialização. A aposta em setores como a agroindústria sugere uma busca por maior autonomia econômica e redução da dependência de commodities de baixo valor agregado.

O setor rural caracteriza-se por extrema concentração de terra nas mãos de poucos, e os principais produtos do setor são os de tipo tradicional que, na sua maior parte, são produzidos por pequenos produtores de subsistência, com uma grande parcela destinada para o autoconsumo.

No extrativismo vegetal, o babaçu e a carnaúba são os produtos que apresentavam maior expectativa de aproveitamento industrial. O primeiro, pela possibilidade de aproveitamento na produção de carvão vegetal, coque e álcool anídrico e o segundo para a produção de cera, papel e celulose (Santos, 1980, p. 38-39).

A elevada concentração de terras é apontada como um dos fatores que contribuem para a situação de subdesenvolvimento do Estado tão ressaltada em documentos oficiais, nos jornais de circulação local e na literatura especializada, colocando-o “em uma posição de inferioridade com relação às demais unidades da federação” (Santos, 1980, p. 29). A desigualdade na distribuição fundiária configurava o setor rural piauiense em uma dependência à agricultura de subsistência que, por sua vez, associada ao baixo nível tecnológico que resultava na baixa produtividade. O autor assinala para a necessidade de políticas que promovam a reforma agrária, a diversificação produtiva e o apoio aos pequenos produtores como essencial para estimular o desenvolvimento rural e reduzir as desigualdades no campo. Além disso, a perspectiva de aproveitamento industrial desses recursos naturais aponta para a possibilidade de agregar valor à produção local, gerar empregos e promover o desenvolvimento econômico da região.

O atual modelo de desenvolvimento brasileiro, que se delineou basicamente a partir da década de 1950, com o Governo de Juscelino Kubitschek, caracteriza-se liderança do setor de produção de bens de consumo duráveis sem, contudo, desenvolver um setor de bens de capital suficiente para alimentar aquele setor (Santos, 1980, p. 35-36).

De acordo com Santos (1980), a economia do Piauí durante o período em questão era caracterizada como reflexa e dependente das decisões tomadas nos Estados mais desenvolvidos do país. Isso significa que o futuro econômico do Piauí estava mais sujeito às decisões desses Estados do que aos esforços internos de seus próprios planejadores e governantes. Portanto, a análise de Santos destaca a necessidade de políticas e estratégias que promovam um desenvolvimento mais equilibrado e integrado entre os diferentes setores da economia, visando fortalecer a base produtiva e tecnológica do país para impulsionar o crescimento econômico de forma mais sustentável e inclusiva.

Por outro lado, o economista e sociólogo da Fundação CEPRO, Olavo Ivanhoé de Brito Bacellar (1981) tecia críticas e comentários acerca do impasse piauiense na pecuária e no subdesenvolvimento estadual:

[...] o processo de expansão do modo de produção capitalista, no País, está vinculado ao sistema do grande capital internacional, que, além de criar relações dependentes específicas entre centro/periferia e de reforçar profundamente a dinâmica interna, ou seja, as desigualdades regionais nos seus mais diversos segmentos, veio também a consagrar e, de certa maneira legitimar a posição privilegiada da classe dominante, na estrutura de produção da economia piauiense.

No Piauí, a tendência cada vez mais acentuada de concentração de capital e, em função desta, de Poder, baseada, portanto, na dinâmica do processo nacional de acumulação capitalista, tem implicações, particularmente, no principal tipo de atividade econômica – a pecuária-, pois este Estado é

considerado potencial neste subsetor primário, no conjunto da economia nacional (Bacellar, 1981, p. 04).

O autor, técnico da Fundação CEPRO com formação em Desenvolvimento Econômico e Sociologia, destaca que o processo de expansão do modo de produção capitalista no país estava vinculado ao sistema do grande capital internacional, criando relações dependentes entre centro/periferia e reforçando as desigualdades regionais. Isso acabou por legitimar a posição privilegiada da classe dominante na estrutura de produção da economia piauiense. No Piauí, aponta para uma tendência crescente de concentração de capital e poder, especialmente na atividade econômica principal do Estado, a pecuária. Ele salienta que o Estado era percebido como um ator com potencial significativo no subsetor primário da economia brasileira, o que acarretava implicações notáveis, as quais emergiam do comportamento tradicional associado ao processo de acumulação capitalista nacional, conduzido por grupos dominantes.

Essas reflexões demonstram as nuances e desafios encarados pelo Piauí, pelo Meio-Norte e pelo Brasil em relação ao desenvolvimento do setor primário e o sistemático dinamismo econômico, destacando a influência de fatores externos e internos na estruturação da economia e das relações de poder.

Enquanto o Nordeste vivia num estado de depressão econômica, sua estrutura produtiva e social continuavam intactas. O Sudeste desenvolveu um capitalismo com bases industriais bem avançadas e o ciclo do café trouxe riquezas para um maior número de empresários, bem como de investimentos para a região. Um dos fatos mais importantes na economia do Centro-Sul e que contribuiu ao seu franco desenvolvimento e diversificação da produção, foi a introdução do salário e da pequena propriedade, o sítio. [...]

Em contrapartida, a classe dominante piauiense acumulada terras e mais terras em plena ociosidade. Algumas culturas se desenvolveram sem, no entanto, obter expressão econômica a nível nacional, nem mesmo regional. Elas tinham um caráter mais de subsistência do que propriamente de mercado (Bacellar, 1981, p. 12-13)

Ao publicar o artigo "A pecuária e o subdesenvolvimento estadual: o impasse piauiense", Bacellar (1981), destaca as características econômicas que distinguem o Nordeste do Centro-Sul do Brasil. Enquanto o Centro-Sul se beneficiava de mudanças estruturais que impulsionavam sua economia, o Piauí enfrentava desafios relacionados à concentração de terras e à falta de desenvolvimento econômico significativo em certos setores. Ele interpreta que a legalização do salário proporcionou à classe dominante empresarial-industrial a oportunidade de acumular mais riqueza, enquanto parte da produção agrícola proveniente dos sítios era absorvida no mercado pela população assalariada. Esse processo contribuiu para

dinamizar a economia regional, promover a circulação de bens e serviços e fortalecer as relações econômicas entre os setores agrícola e urbano.

O surgimento de relações de dependência entre as áreas desenvolvidas, como o Sul e Sudeste, e as áreas subdesenvolvidas, como o Nordeste, é evidente na história econômica do Brasil. Essa dependência do Piauí em relação às regiões que se favoreciam das mudanças estruturais do país se intensificou durante o "ciclo de industrialização" da economia brasileira. Nesse contexto, nem o latifúndio nem a pecuária do Estado foram capazes de se tornar ferramentas para defender os interesses da sociedade piauiense diante desse novo colonialismo interno, que subordinava o desenvolvimento local. Pelo contrário, a industrialização brasileira se beneficiou, em certa medida, das transferências de divisas, matérias-primas e força de trabalho do Nordeste, incluindo o Piauí, para as áreas industriais do país.

O Estado do Piauí apresenta características, no seu setor rural, de marcante presença de economia camponesa; entretanto, não se trata de presença de um modo de produção camponês em sua pureza, no qual os camponeses se movem num espaço sócio-econômico, cujo relacionamento se dá fundamentalmente com o 'senhor de terras' e apenas esporadicamente se relaciona com o mercado (Bandeira; Neves, 1982, p. 53. Grifos dos autores).

A citação destacada remete a formação da economia camponesa no Piauí ao longo dos anos, influenciada pela forma de ordenamento das grandes propriedades latifundiárias e pelas transformações ocorridas na sociedade brasileira. A economia camponesa foi moldada pela falta de condições para o desenvolvimento das forças produtivas que poderiam impulsionar mudanças significativas na divisão social do trabalho. A partir da década de 1950, a economia camponesa se consolidou devido à perda de renda gerada pelas exportações do extrativismo vegetal, que era a base econômica do Estado.

Nesse contexto, as grandes propriedades passaram a se dedicar à produção agropecuária, utilizando mão de obra de moradores por meio de contratos de arrendamento e parceria. Os pequenos produtores não proprietários, por sua vez, levam sua produção ao mercado, muitas vezes vendendo para intermediários que adquirem o excedente. Esses pequenos produtores dependem da venda de sua produção para obter recursos financeiros necessários para pagar o arrendamento e atender a outras necessidades básicas.

Bandeira e Neves (1982) também destacam a situação dos camponeses que atuam como pequenos proprietários ou posseiros no contexto da economia camponesa. Apesar de terem uma condição relativamente mais independente por não precisarem pagar renda pela terra que cultivam, enfrentavam desafios devido à quantidade insuficiente de terra para

sustentar suas famílias. Devido às condições precárias em que viviam e à falta de poder de negociação, esses produtores muitas vezes eram obrigados a vender seus produtos a preços baixos para os primeiros intermediários ou comerciantes que aparecem, o que impactava sua renda e sustentabilidade econômica.

Diante das dificuldades em garantir a subsistência de suas famílias apenas com a produção agrícola, alguns membros da família eram obrigados a buscar trabalho assalariado em médias e grandes propriedades para complementar a renda familiar. No entanto, devido ao limitado desenvolvimento das relações capitalistas no campo, a maior parte do trabalho realizado pelos camponeses ainda estava voltada para o autoconsumo e para a comercialização direta, refletindo a predominância de uma lógica de produção voltada para a subsistência e não para a acumulação de capital.

A relação dos camponeses com a terra é fator preponderante para encadear na compreensão do movimento das culturas camponesas, especialmente em contextos de frentes de emergência de combate aos efeitos das secas. Conforme destacado por Woortmann (1990), a concepção da terra está intrinsecamente ligada à família e ao trabalho nas culturas camponesas. A reflexão sobre o trabalho não ocorre sem considerar a terra e a família, pontuando a interdependência desses elementos na vida dos camponeses. A distribuição, ocupação e uso da terra são aspectos cruciais que influenciam diretamente a subsistência e a identidade das famílias camponesas, especialmente em contextos de adversidades climáticas, como as secas.

Jonas Rocha publicou em 1988 um artigo sobre a pequena produção rural no Estado do Piauí, texto inicialmente preparado em 1985 como parte do diagnóstico que ensejou o Programa de Apoio à Pequena Produção no Estado do Piauí (PAPP). A estrutura da distribuição da terra no Piauí, conforme discutida por Rocha (1988), revela uma realidade marcada por desigualdades e concentração de propriedade. A análise aponta para a existência de um sistema agrário injusto, onde a posse da terra é controlada por uma minoria de grandes latifundiários, enquanto uma grande parcela da população rural, incluindo pequenos produtores e sem-terra, enfrenta dificuldades de acesso à terra.

A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários é destacada como um dos principais problemas, contribuindo para a marginalização e expropriação do trabalho da maioria dos pequenos produtores no estado. Além disso, a permanência desse modelo de propriedade ao longo dos anos, com a continuidade do alto grau de concentração fundiária, tendo como resposta a falta de mudanças estruturais significativas no sistema. A falta de acesso à terra e a concentração de propriedade não apenas limitavam as oportunidades

econômicas dos pequenos produtores, mas também impactam negativamente o desenvolvimento social e econômico da região. A manutenção desse cenário desigual não apenas perpetuou a pobreza e as condições precárias de vida no campo, mas também dificultava o crescimento da produção de alimentos e a geração de renda para a população rural, conforme assinala Rocha (1988) numa extensa análise dos dados dos Censos Agropecuários.

Durante os anos de 1970, no Piauí, houve um intenso processo de minifundização da estrutura agrária, caracterizado pelo surgimento em larga escala de pequenas unidades de produção organizadas por produtores que não possuíam a propriedade efetiva da terra, como arrendatários, parceiros, posseiros ou ocupantes. Apesar do crescimento significativo dos pequenos produtores, a estrutura agrária em si não sofreu grandes transformações, mantendo níveis elevados de concentração da propriedade da terra.

Observou-se, assim, com esse processo de fragmentação fundiária, uma redução da participação relativa dos estabelecimentos maiores de 500 hectares na distribuição das terras apropriadas, indicando uma diminuição do controle desses grandes latifundiários. No entanto, a concentração de terras ainda era predominante, com uma minoria detendo o domínio quase absoluto das terras, enquanto uma grande quantidade de produtores permanecia sem terra ou com pequenas propriedades. O período também foi marcado por um processo de retalhamento da terra, com uma suposta intensificação do arrendamento dentro das grandes e médias propriedades, contribuindo para o aumento da fragmentação da terra. Apesar dessas mudanças, o monopólio da terra continuou sendo exercido pelos estabelecimentos maiores, tornando-se imponente na persistência da concentração fundiária no Piauí durante a década 70.

[...] embora o período de 1950 a 1970 seja marcado fortemente pelo crescimento da economia camponesa e conseqüentemente pelo declínio da economia latifundiária, em termos da ocupação da mão-de-obra rural, isto não significa necessariamente a desestruturação do latifúndio. [...] as relações de subordinação se mantêm entre as duas economias, ou se recriam em novas bases. O fato fundamental, no entanto, é o crescimento da força de trabalho da qual a grande propriedade pode dispor no momento e nas circunstâncias que lhe aprouver, além de tudo, a um preço extremamente baixo (Rocha, 1988, p. 60).

Um ponto crucial a ser destacado é o crescimento da força de trabalho disponível para as grandes propriedades, que podiam contar com essa mão de obra a um custo extremamente baixo, de acordo com as circunstâncias e interesses dos latifundiários. Isso expõe que, apesar das mudanças na estrutura ocupacional e na estrutura econômica, a

concentração de poder e recursos nas mãos dos grandes proprietários de terra ainda era uma realidade, mantendo a desigualdade e a exploração no campo.

Rocha (1988) explica que entre os anos de 1950 e 1970, houve um notável crescimento da mão de obra familiar, que passou a representar quase 97% do total de pessoas ocupadas no setor. Esse aumento significativo se faz visto sobre a importância da participação das famílias na produção agropecuária do estado. A força de trabalho familiar se destaca como um elemento essencial para a sustentabilidade e produtividade das pequenas unidades de produção, incluindo arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos proprietários. Essas formas de organização da produção predominavam no setor agrícola e pecuário, contribuindo significativamente para a geração de valor e a ocupação da mão de obra rural.

A pequena produção agrícola no Piauí desempenhava um papel crucial na economia local, não apenas pela sua relevância quantitativa em termos de emprego e produção, mas também pela sua capacidade de promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. A presença significativa de pequenos produtores e suas práticas agrícolas tradicionais representa uma parte essencial da estrutura agrária do Estado, contribuindo para a diversidade e a recuperação do setor agropecuário.

[...] o processo de multiplicação das pequenas unidades de produção agrícola de subsistência, queira ou não, tem muito a ver com a pressão demográfica. Os incessantes processos migratórios internos no Nordeste, evidenciados com maior vigor nos momentos de seca mais agudos, trouxeram para o Piauí um contingente significativo de trabalhadores das zonas fronteiriças mais afetadas como as do sertão [...]. Com isso, uma pressão maior sobre a terra fez-se sentir. Dado o caráter monopolístico da propriedade da terra que sempre vigorou no Piauí, esses imigrantes se tornaram moradores, parceiros ou ocupantes [...] de terras devolutas ou em propriedades abandonadas, praticando uma precária agricultura itinerante estritamente de autoconsumo (Rocha, 1988, p. 36).

A citação retoma a discussão em torno da fragmentação das unidades de produção agrícolas no Piauí, na segunda metade do século XX, focando na questão migratória. O autor aponta para trabalhadores oriundos do sertão do Ceará e de Pernambuco e fugindo das estiagens passaram a ocupar terras pelo Meio-Norte. Devido à concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos proprietários no Piauí, os imigrantes se viram obrigados a se estabelecer como moradores, parceiros ou ocupantes de terras devolutas ou abandonadas. Nesse contexto, eles passaram a praticar uma agricultura precária e nômade, focada principalmente no autoconsumo.

A redução dos sistemas de produção, a decadência do extrativismo, a concentração de terras, a falta de acesso a recursos naturais como pastos e água, e a modernização da

pecuária são apontadas, por Lima (1988), como elementos que impactaram negativamente a vida dos trabalhadores rurais piauienses aos das décadas de 1960 a 1980. A persistência de uma estrutura fundiária altamente concentradora, a marginalização e proletarianização dos pequenos agricultores, a migração para áreas urbanas em busca de melhores condições de trabalho e sobrevivência, e a dependência de programas governamentais de crédito e financiamento para tentar reverter esse quadro são aspectos relevantes discutidos pelo autor.

Durante as décadas citadas, a agricultura piauiense era predominantemente praticada por pequenos produtores não proprietários e pequenos proprietários. Essa atividade estava voltada principalmente para a subsistência das unidades camponesas produtoras, com pequenos excedentes destinados à comercialização no mercado local. Uma característica marcante, destaca Lima (1988), era a geração de renda adicional para médios e grandes proprietários, em sua maioria pecuaristas, por meio da cessão de glebas para a agricultura. Os produtos agrícolas cultivados incluíam arroz, milho, feijão, mandioca, algodão e cana-de-açúcar, essenciais para o sustento dos trabalhadores rurais e da população em geral. No entanto, essa agricultura era altamente vulnerável às condições climáticas instáveis da região, alternando entre anos de excesso de chuvas e períodos secos ou com chuvas irregulares.

Esse processo, contudo, não deve ser entendido como minifundização, mas como excessiva fragmentação, porquanto o fenômeno se registra apenas no estrato dos estabelecimentos de pequeno tamanho e, ademais, porque o processo de minifundização está ligado ao parcelamento equilibrado e racional do espaço total fundiário e não ao fracionamento prejudicial. Acrescente-se que esses miniestabelecimentos são voltados para a agricultura de subsistência da família do produtor, função esta que nem sempre conseguem realizar, apesar de serem intensamente utilizados, pois as relações de aproveitamento conhecidas pelo Estado revelam uma elevada exploração nos pequenos estabelecimentos, resultante da forte pressão sobre a terra, exercida pelos pequenos produtores sem condições de acesso à terra. A utilização intensa, agravada pelos métodos rudimentares de produção, logo resulta no desgaste da terra e na consequente perda de produtividade, terminando essas pequenas propriedades por servirem de base de reserva de mão-de-obra utilizável nas grandes propriedades (Lima, 1988, p. 90)

As relações sociais de produção no Piauí refletem uma estrutura fundiária desigual e polarizada entre grandes latifundiários e pequenos proprietários. A concentração de terras em poucas mãos resulta em uma distribuição assimétrica do poder e dos recursos produtivos. Os pequenos produtores, muitas vezes sem terra, dependem da cessão de glebas para cultivar suas lavouras de subsistência, enquanto os grandes e médios proprietários mantêm uma quantidade significativa de força de trabalho subordinada em suas propriedades. Historicamente, as relações de produção mais comuns envolvem regimes de parceria, nos quais os parceiros entregam parte de sua colheita aos proprietários da terra. Esse processo de relações de

produção cria uma interdependência entre detentores de terras e trabalhadores rurais, com os pequenos produtores necessitando da concessão de terras para sobreviver e os grandes proprietários dependendo da mão de obra para manter suas atividades produtivas.

[...] coexiste no mesmo espaço, mas em completa dependência e relativamente muito mais numerosa, a classe dos não-proprietários ou dos produtores sem terra, quer sejam assalariados ou não, cujo nível de renda e situação sociológica corresponde, muito de perto, à dos pequenos e microproprietários. Com efeito, muito se discutiu, durante o recente ciclo de seca que atingiu o Estado 1981/1983 sobre quem estaria em situação mais precária: os trabalhadores sem terra, matriculados nas frentes de emergência, ou os pequenos proprietários, também carentes, mas impossibilitados de participarem das 'frentes' pela condição jurídica de proprietários (Lima, 1988, p. 94. Grifos do autor).

A condição socioeconômica dos pequenos proprietários no Piauí seria tão semelhante à dos trabalhadores sem terra que muitas vezes eles acabavam participando de ambas as categorias. Ou seja, atuavam como proprietários em suas pequenas propriedades e como força de trabalho assalariada durante a entressafra em grandes propriedades, por uma questão de sobrevivência. Além disso, Lima (1988) indica que era comum que pequenos e microproprietários buscassem complementar ou garantir uma maior produção trabalhando em regime de parceria ou arrendamento nas terras de grandes e médias propriedades.

As grandes e médias propriedades no Piauí, nas décadas em tela, geralmente se dedicavam à atividade pecuária de corte, operando de forma extensiva e com baixa absorção de mão de obra. No entanto, Lima (1988) aponta que os proprietários dessas terras costumavam ceder parcelas de terra para moradores, parceiros ou arrendatários realizarem atividades agrícolas, visando obter uma renda adicional com baixo ou nenhum risco. Por outro lado, as pequenas e micropropriedades, que eram intensamente exploradas, focavam na agricultura de subsistência e raramente geravam excedentes, além de manterem um pequeno rebanho de médio porte. Todo esse trabalho é realizado com o emprego de mão de obra familiar, destacando-se a importância da família na produção agrícola e na economia rural do Piauí.

Convém examinar, ainda que sucintamente, a outra classe de produtores sem terra, no caso dos ocupantes ou posseiros. Esta se distingue totalmente das duas classes anteriores [arrendatários e parceiros] pelo o fato de trabalhar a terra por conta própria, à revelia do proprietário, sem necessidade, portanto, de estabelecer nenhum contrato, nenhum ajuste com ninguém. Eles simplesmente penetram sobretudo em terras virgens ou de 'expansão' de fronteira agrícola ainda não devidamente regularizadas e de proprietários absenteístas e aí se estabelecem. Tal é o caso das microrregiões de Floriano, Baixões Agrícolas, Alto Parnaíba, Altos Piauí e Canindé e Chapadas do Extremo Sul, todas situadas no sul-sudeste do Piauí, onde essa 'relação' predomina. Com efeito, o desbravamento dessa região é recente, o que, sem

dúvida, favoreceu a maior penetração desta categoria de produtores, a qual tem a seu desfavor o próprio caráter de nomadismo, a mesma subordinação aos canais de comercialização, a inacessibilidade a qualquer forma de crédito ou assistência e, ademais, o risco de ser expulsa da terra a qualquer momento, sem nenhuma indenização, sendo este o motivo de conflitos sociais que se tem registrado no campo (Lima, 1988, p. 97-98. Grifos do autor).

A classe dos produtores sem terra, ocupantes ou posseiros no contexto agrícola se diferencia dos regimes de arrendamento ou parceria por não possuírem a posse legal da terra que cultivam. Eles ocupam ou possuem as terras de forma informal, muitas vezes em áreas consideradas como "terras devolutas" ou em locais de "expansão" da fronteira agrícola, ou seja, em regiões onde a atividade agrícola está se expandindo para novas áreas. Enquanto no arrendamento e na parceria os produtores têm um contrato formal com os proprietários das terras, estabelecendo condições específicas de uso e compartilhamento dos recursos, os produtores sem terra não possuem essa segurança jurídica. Eles podem estar sujeitos a expulsões arbitrárias, falta de acesso a crédito e assistência técnica, e enfrentam uma maior vulnerabilidade em relação à sua permanência nas terras que cultivam.

A ocupação de terras por produtores sem terra muitas vezes ocorre em áreas de fronteira agrícola, onde há uma pressão por expansão das atividades agrícolas para novas regiões. Essa expansão pode ser motivada por diversos fatores, como a busca por novas áreas de cultivo, a especulação imobiliária, ou políticas de desenvolvimento agrícola. Os produtores sem terra nessas áreas enfrentam desafios adicionais, como a falta de infraestrutura básica, conflitos fundiários e a pressão por parte de grandes proprietários de terras. Em síntese, a classe dos produtores sem terra, ocupantes ou posseiros no Piauí, representa um grupo vulnerável que atua na agricultura sem a segurança jurídica da posse da terra, diferenciando-se dos regimes formais de arrendamento ou parceria. Sua presença em áreas de expansão da fronteira agrícola na região dos Cerrados reflete as arraigadas estruturas fundiárias e socioeconômicas presentes no meio rural da região.

O senhor Abraão⁴⁷, 66 anos de idade, homem negro, solteiro, ex-trabalhador nas frentes de serviço de combate aos efeitos das secas, tanto na década de 1980 como na década de 1990, na zona rural do município de Angical do Piauí, ao ser questionado sobre as terras onde vive, relata:

[...] isso aqui era tudo terra do Estado, terra de aforo, onde os pobres moravam. Isso aqui hoje não tem terra do Estado, não existe mais. Eles tomaram de conta, os poderosos, chamados campeões. Ai criaram uma

⁴⁷ Nome fictício, para não identificar o sujeito participante da pesquisa.

norma municipal que quem tivesse uma terra escriturada e a terra do Estado na frente, você tinha o direito de tirar 200m de frente. Ai acabaram as terras do Estado, pegaram até dos pobres, os moradores das terras do Estado. Ai os pobres foram se afastando, foram pra cidade, etc. Nessa época, aqui era cheio desses povos. Só quem ficou aqui foi nós, só o papai que ficou. O aforo pegou o lado nosso, mas nós não saímos. “Não temos pra onde ir, nosso lugar é aqui”. Até que nós ficamos com uma área de chão, com 13 hectares. Mas se não fosse, se não tivesse isso... porque esses poderosos, eles jogam a conversa que amedronta as pessoas. Ai as pessoas é frágil, as pessoas pobres, que não tem nada... tinha deles que ainda diziam: “Pra que quer terra?”. A terra você precisa dela, pra morar enquanto ser vivo. Morreu, foi pra debaixo dela, pronto. Eu era criança, mas eu conheço isso aqui.

O relato do senhor Abraão, nascido em 1958, proporciona um vislumbre da transformação nas tradicionais características de posse de terra na zona rural do município de Angical do Piauí ao longo da segunda metade do século XX. Abraão destaca que, antigamente, a região consistia principalmente em terras do Estado destinadas aos pobres, mas essa realidade foi alterada pela apropriação de terras pelos chamados "campeões", referindo-se aos poderosos locais. Ele menciona a criação de uma norma municipal que permitia aos proprietários de terras escrituradas estenderem suas propriedades tirando uma faixa de 200 metros de frente das terras do Estado. Essa prática levou à tomada de terras, inclusive das terras dos pobres moradores. Abraão relata que muitos foram forçados a se afastar, mas sua família optou por permanecer, mesmo enfrentando a pressão dos poderosos.

A narrativa destaca a vulnerabilidade das pessoas mais pobres diante das mudanças nas políticas fundiárias e das pressões exercidas pelos detentores de terras. Além disso, o relato enfatiza a importância da terra como um recurso essencial para a subsistência e como um local de pertencimento. Abraão destaca que a posse da terra é elementar, não apenas para a vida, mas também como o local de descanso após a morte. O relato lança luz sobre as modulações sociais e econômicas que permeiam as questões fundiárias nas áreas rurais do Nordeste brasileiro.

Eles ficaram enganando, dizendo “ninguém vai mexer com vocês não”. Ovo e cabeça de gente ninguém sabe o que tem dentro pra sair. Com o tempo, foi surgindo para cercar terra. Me lembro no tempo do presidente José Sarney... era ele mais aquele Tancredo Neves que morreu e ele assumiu... ele criou uma norma que quem tivesse terra o Banco podia liberar pra fazer empréstimo, pra pegar dinheiro, pegar o arame... vinha o arame. E os que tiraram as terras do Estados, disseram “vamos aproveitar”, e até hoje devem o Banco. Mas cercou a terra dele. Ai foi a razão que os pobres saíram, foi isso aí. O caso foi esse aí, a norma do presidente Sarney foi isso aí. Quem acabou com a terra do Estado, em segundo, foi ele. Porque teve o aforo de prefeitura, mas estava parado. Quem aforou não tinha condição de cercar (Abraão, 2023).

O relato do senhor Abraão destaca a manipulação e as promessas enganosas que ocorreram durante a transformação das terras do estado. Ele ressalta que, mesmo com a garantia de que ninguém interferiria em suas terras, a realidade foi diferente. Abraão usa uma expressão popular para ilustrar a imprevisibilidade da situação, mencionando que "ovo e cabeça de gente ninguém sabe o que tem dentro pra sair".

Ele faz referência ao período do presidente José Sarney e a uma norma por ele criada que permitia que quem possuísse terra obtivesse empréstimos do Banco para adquirir materiais, como arame para cercar as terras. Os proprietários que haviam tomado as terras do Estado aproveitaram essa oportunidade, mas, segundo Abraão, muitos ainda devem ao Banco. O relato destaca como o cumprimento de normas e políticas governamentais podem impactar diretamente a posse de terra e as condições de vida das pessoas. A menção à dificuldade dos mais pobres em cercar suas terras tem como fator as desigualdades sociais e econômicas que permeiam essas questões fundiárias. A narrativa de Abraão oferece um apontamento perspicaz das obscuras organizações envolvidas na distribuição e posse de terras na região.

Historicamente, o Meio-Norte tem sido marcado por um modelo de desenvolvimento que negligencia as necessidades básicas da população, enquanto privilegia interesses econômicos específicos. A concentração fundiária e a monocultura exportadora contribuíram para a vulnerabilidade social e a falta de diversificação econômica, limitando as oportunidades de trabalho e renda. Geremek (1995) destaca que as teorias econômicas clássicas e marxistas procuraram na história argumentos para explicar os mecanismos de recrudescência da miséria e para fundamentar suas respectivas políticas sociais. No entanto, a relação entre capitalismo e nível de vida das sociedades tem sido objeto de controvérsias prolongadas, com historiadores e economistas debatendo o significado das noções de "pauperismo" e "pauperização" em diferentes contextos históricos. Assim, economicamente, a pobreza é frequentemente considerada inerente ao processo de evolução do capitalismo.

3 OS TRABALHADORES E AS FRENTES

Na seção 3.1 *O medo nas cidades: multidões e ameaças de saques*, explora-se os desafios enfrentados pelos trabalhadores das frentes de serviços de combate aos efeitos da seca. A apreciação dessas experiências revela não apenas as adversidades climáticas enfrentadas, mas também as estratégias adotadas pelos trabalhadores para lidar com o medo e as ameaças de saques que permeiam esse contexto. Por meio de uma abordagem multidisciplinar, que combina pesquisa bibliográfica, análise de fontes documentais e História Oral, busca-se interpretar as nuances das estratégias de enfrentamento da seca e suas repercussões na vida das comunidades afetadas. A criação de frentes de serviço como alternativa para oferecer trabalho aos trabalhadores braçais durante períodos de estiagem revela a preocupação das autoridades em abrandar os impactos sociais e econômicos da seca, mantendo a população no campo e garantindo sua subsistência diante das adversidades climáticas. Nesse contexto, busca-se contribuir para o enriquecimento do debate acadêmico sobre a temática, destacando a importância de considerar não apenas os aspectos climáticos, mas também os sociais, culturais e políticos envolvidos nas estratégias de enfrentamento da seca nas cidades do Meio-Norte.

E na seção 3.2 *Cotidiano nas frentes, práticas de resistência e negociação*, mostra-se como as práticas de resistência e negociação dos camponeses desempenham um papel significativo na preservação de sua autonomia e identidade. A apreciação dessas estratégias cotidianas de resistência revela a complexidade das relações de poder e das dinâmicas sociais, econômicas e culturais envolvidas nesse cenário. Ao desvendar as formas sutis pelas quais os trabalhadores rurais enfrentam as imposições das políticas públicas e as condições precárias de trabalho, é possível conhecer mais profundamente a lógica camponesa de ver o mundo e lidar com as adversidades. A interação entre identidade, representação e memória, aliada à história oral e à análise de fontes históricas, permite uma visão abrangente e contextualizada das experiências dos camponeses nas frentes de serviço. Desse modo, pretende-se explorar as estratégias de resistência e negociação adotadas pelos trabalhadores rurais, destacando a importância de considerar suas vivências e percepções diante das condições impostas, a fim de contribuir para uma reflexão mais ampla sobre as relações de poder e as práticas sociais nas frentes de emergência durante períodos de seca.

3.1 O medo nas cidades: multidões e ameaças de saques

A pesquisa sobre o cotidiano dos trabalhadores nas frentes de serviços de combate aos efeitos da seca no Meio-Norte teve como ponto de partida a observação de notícias em periódicos. Esse levantamento ocorreu com o objetivo de identificar e mapear os tipos e os locais das obras de combate aos efeitos da seca, para então buscar possíveis entrevistados, principalmente os trabalhadores que participaram das frentes de emergência. Essa abordagem é conhecida como história antropológica⁴⁸, que envolve uma imersão nas comunidades rurais estudadas, buscando um diálogo com os sujeitos da pesquisa.

Uma das primeiras notícias identificadas nesta pesquisa versa sobre o fenômeno de centenas de habitantes do Estado do Piauí deslocando-se da região sertaneja devido à escassez hídrica. Este relato especifica, entre várias localidades acometidas, os municípios de Fronteiras, São João do Piauí, Aroazes e Anísio de Abreu. No mês de novembro de 1978, os líderes municipais de Fronteiras e Anísio de Abreu participaram de uma audiência com o governador Djalma Martins Veloso, ocasião em que a gravidade da deficiência de precipitação já se encontrava acentuada, resultando no pedido de intervenção para a garantia do abastecimento populacional. Em resposta, o governador encaminhou tais solicitações à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), entidade que, até a presente data, não havia emitido posicionamento a respeito. Os gestores municipais expressam sua apreensão diante da situação alarmante, considerando a iminência de um expressivo êxodo rural, e advogam pelo acionamento de frentes de serviço como medida para reter a população vinculada ao meio rural (O Dia, 1979, ano 27, nº 6065, p. 04).

Em três anos subsequentes repete-se o mesmo drama nos municípios piauienses, contudo a situação é resolvida parcialmente de maneira a evitar a grande migração e o êxodo rural através da criação de *frentes de serviço*, tendo por objetivo oferecer mão de obra aos trabalhadores braçais (O Dia, 1979, ano 27, nº 6067, p. 09).

O relato sobre o deslocamento de centenas de habitantes do Estado do Piauí devido à escassez hídrica é apenas um exemplo das consequências dramáticas da seca na região nordestina e, não diferente, na região Meio-Norte. A seca é um fenômeno recorrente na história do Nordeste brasileiro, prejudicando milhões de pessoas e gerando consequências sociais, econômicas e políticas significativas. No entanto, apesar de sua importância, a temática da seca ainda é pouco explorada na historiografia local, especialmente no que diz respeito ao território piauiense e maranhense.

⁴⁸ Para Mattos (2012), a principal contribuição da Antropologia para a História acontece no uso de conceitos e métodos, não necessariamente dos objetos.

A seca de 1979-1983 representou um período de extrema dificuldade e sofrimento para a população do Piauí, exigindo a concepção de políticas emergenciais e a criação de frentes de serviço como forma de mitigar os efeitos devastadores da estiagem. A falta de chuvas afetou não apenas a produção agrícola, mas também o abastecimento de água e a sobrevivência das populações rurais, que se viram obrigadas a migrar em busca de condições melhores de vida. Nesse contexto, os líderes municipais de Fronteiras e Anísio de Abreu buscaram a intervenção do governador Djalma Martins Veloso para garantir o abastecimento populacional e evitar um êxodo rural em massa. A oferta de frentes de serviço foi apontada como uma medida para reter a população vinculada ao meio rural, oferecendo trabalho e renda em um momento de extrema escassez.

Trazer esses aspectos é de suma importância para uma análise mais completa e contextualizada das estratégias de enfrentamento da seca e de suas repercussões na vida das populações retratadas. Pois alargar o conhecimento acerca desses aspectos é essencial para um diagnóstico mais completo e contextualizado das estratégias de enfrentamento da seca e de suas repercussões na vida das comunidades comprometidas. A pesquisa bibliográfica, a análise de fontes documentais e a História Oral são metodologias que permitem uma abordagem multidisciplinar e aprofundada dessas questões, contribuindo para o enriquecimento do debate acadêmico sobre a temática.

A criação de frentes de serviço como forma de oferecer trabalho aos trabalhadores braçais durante a seca foi uma estratégia recorrente em períodos de estiagem no Nordeste brasileiro, incluindo os municípios piauienses e maranhenses. A operacionalização dessas frentes de serviço teve como objetivo principal evitar a significativa migração e o êxodo rural, proporcionando uma alternativa de renda para a população abalroada pela escassez hídrica. Essa abordagem reflete a preocupação das autoridades em lidar com os impactos sociais e econômicos da seca, buscando formas de manter as pessoas no campo e garantir sua subsistência, mesmo diante das adversidades “climáticas”. A criação de frentes de serviço não apenas ofereceu uma fonte de renda temporária, mas também contribuiu para a manutenção das atividades produtivas e para a preservação dos vínculos das comunidades rurais com seus territórios.

É importante ressaltar que a criação de frentes de serviço durante a seca não resolve de forma definitiva os desafios estruturais relacionados à escassez hídrica e à vulnerabilidade das populações rurais. No entanto, representou uma medida emergencial que visava atenuar os impactos imediatos da estiagem, oferecendo suporte às comunidades cerceadas e contribuindo para a mitigação dos efeitos mais severos da seca. A análise dessas iniciativas

emergenciais, como a criação de frentes de serviço, é substancial para avistar as estratégias adotadas pelas autoridades e pela sociedade civil para enfrentar os desafios decorrentes da seca, bem como para avaliar sua eficácia e impacto na vida das famílias sobrepujadas.

Da mesma forma que nos anos precedentes, em 1979, os prefeitos reiteram suas solicitações não apenas por frentes de obra, mas também por carros-pipa. No final de 1978, houve a distribuição de carros-pipa para os prefeitos de Jaicós, Simões e Valença, no Piauí. Entretanto, surge uma intensificação na demanda pelas frentes de serviço, uma vez que os agricultores não têm expectativas significativas em termos de produção agrícola. Nesse contexto, as obras são percebidas como um meio de assegurar o sustento das famílias. Paralelamente, há relatos na cobertura noticiosa indicando que os fatigados pela seca ameaçam abandonar as frentes de serviço devido à falta de remuneração (O Dia, 1979, ano 27, nº 7088, p. 04). Essa situação suscita preocupações adicionais, com informações de que os flagelados cogitam realizar saques ao comércio em Fronteiras, Piauí.

A intensificação na demanda pelas frentes de serviço, juntamente com a solicitação de carros-pipa, reflete a gravidade da situação enfrentada pelos municípios piauienses durante a seca de 1979. A distribuição de carros-pipa para algumas localidades demonstra a necessidade de garantir o abastecimento de água para a população, especialmente em áreas prejudicadas pela escassez hídrica. A percepção da criação de obras como um meio de assegurar o sustento das famílias revela a importância das frentes de serviço como fonte de renda e subsistência em um contexto de extrema dificuldade. No entanto, a ameaça de abandono das frentes de serviço devido à falta de remuneração aponta os desafios enfrentados na gestão e manutenção dessas iniciativas em meio à crise provocada pela seca.

Além disso, as informações sobre a possibilidade de saques ao comércio em Fronteiras-PI indicam a emergência de tensões sociais e econômicas decorrentes da situação de extrema vulnerabilidade vivenciada pelas comunidades atormentadas pela seca. Esses relatos demonstram o enredamento e a gravidade dos impactos da estiagem, bem como a necessidade de medidas efetivas para garantir o sustento e a segurança das populações atingidas. Estender a visão sobre esses aspectos é inevitável para uma análise aprofundada dos desafios enfrentados durante a seca de 1979 e para a avaliação das respostas adotadas pelas autoridades e pela sociedade civil para lidar com essas crises econômicas e políticas desencadeados pela seca e para a identificação de lições aprendidas que possam orientar ações futuras em situações de emergência semelhantes.

Para o prefeito de Fronteiras Sr. Pedro Sobreira que se encontra em Teresina solicitando das autoridades a adoção de medidas de combate à seca em seu

município, caso a situação se agrave poderá ocorrer saqueamentos à residências e até mesmo as feiras livres que se realizam todos os sábados em sua cidade, onde não só agricultores, mas também camelôs, comercializam os seus produtos em praça pública. No entanto disse, ‘os segundos estão sendo ameaçados pelos primeiros’ (O Dia, 1979, ano 27, nº 7006, p. 03).

A situação descrita pelo prefeito de Fronteiras, Sr. Pedro Sobreira, demonstra a gravidade da crise provocada pela seca em seu município e a urgência de medidas para lidar com os impactos sociais e econômicos decorrentes da “escassez hídrica”. As preocupações levantadas pelo prefeito apontam para a iminência de distúrbios sociais, incluindo a possibilidade de saques a residências e feiras livres, que representam importantes espaços de comércio e subsistência para a população local.

A menção de que as feiras livres, frequentadas tanto por agricultores quanto por camelôs⁴⁹, estavam em risco de serem alvo de incidentes ressalta a amplitude dos potenciais impactos da crise, suplantando não apenas os meios de subsistência dos agricultores, mas também a atividade econômica dos camelôs e o *modus operandi* comercial da cidade. A ameaça relatada de que os camelôs estão sendo pressionados pelos agricultores intensifica os problemas diversos da conjuntura, cunhando as tensões e conflitos que podem surgir no contexto de escassez e vulnerabilidade generalizadas.

Durante a seca, a mobilização da imprensa pelo Estado funcionava como um potencializador do revés da seca, gerando um forte apelo social. A imprensa local iniciava o último ano da década de 1970 com um clima de tensão, recebendo constantes correspondências de cidades do interior do Estado solicitando ajuda, suporte e todo tipo de apoio financeiro. As notícias relatavam a situação de pessoas desesperadas, que não sabiam mais o que fazer, vendo a lavoura declinar e os animais sofrendo de fome e sede.

Essas informações destacam a necessidade premente de ações efetivas para enfrentar os desafios decorrentes da seca, incluindo a prática de medidas de segurança e assistência às pessoas afligidas. Além disso, ressaltam a importância de abordagens integradas que considerem não apenas as necessidades imediatas de abastecimento de água e alimentos, mas também os modos de vida nos aspectos sociais e econômicas que moldam a vida das populações atingidas. A aplicabilidade de percepção desses aspectos é crucial para orientar a formulação e processamento de respostas adequadas às crises provocadas pela seca, visando

⁴⁹ A palavra "camelô" é utilizada no Brasil para se referir a vendedores ambulantes, ou seja, pessoas que comercializam produtos de forma itinerante, geralmente em espaços públicos, como ruas, praças e feiras. Os camelôs vendem uma variedade de mercadorias, que podem incluir roupas, acessórios, eletrônicos, alimentos, entre outros itens. Muitas vezes, esses vendedores não possuem uma loja fixa e utilizam estruturas móveis, como barracas ou carrinhos, para expor e vender seus produtos. O termo "camelô" é amplamente utilizado no contexto brasileiro para descrever esse tipo de atividade comercial informal e móvel.

mitigar os impactos sobre os indivíduos desatinados e promover a segurança, a estabilidade e o bem-estar em situações de emergência.

O relato de Espedita Araújo⁵⁰, ex-agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), indica que as políticas de assistência durante a seca não eram direcionadas de maneira específica para regiões isoladas, mas abrangiam o Nordeste como um todo. Segundo ela, o Maranhão, por exemplo, era considerado um estado nordestino como os demais, e as políticas de assistência eram distribuídas de forma geral para toda a região:

O Maranhão é um caso muito específico dentro da questão de seca. Porque o Maranhão [...] sempre foi considerado um Estado [...] para o governo, ainda hoje, o Maranhão é Nordeste igual os outros estados, se vinha frente de serviço pra aqui [Piauí], vinha para o Maranhão também [...]. Para o governo, com certeza, tudo que vinha pra cá ia pra lá [...]. O Maranhão entra sempre para as campanhas normais do Nordeste [...] as campanhas fortes, tipo, as emergências, essas coisas; eu nunca ouvi falar que vinha diferente não. [...] Se vinha distribuição de feijão preto, [era] distribuído para todo o Nordeste. Se vinha distribuição de frentes de serviço era pra todo mundo. Mas eles [maranhenses] com as especificidades deles, com mais facilidades de água, com mais chuva, com mais vegetação [...] (Espedita Araújo, 2015).

A observação de que as políticas muitas vezes eram aplicadas de maneira generalizada para toda a região do Nordeste, incluindo o Maranhão, sem considerar as diferenças específicas de realidade entre os estados, sugere a necessidade de uma abordagem mais sensível às particularidades de cada localidade. As variações climáticas, de vegetação e de recursos hídricos entre diferentes áreas do Nordeste, como destacado por Espedita Araújo, demonstram a importância de considerar as especificidades locais ao planejar e realizar políticas de enfrentamento à seca. Ela coloca em dúvida a necessidade de inclusão do Maranhão nas políticas voltadas para a seca no Nordeste.

Espedita Araújo faleceu em 2020, foi uma figura marcante em sua trajetória de trabalho social e engajamento comunitário, com uma vida dedicada a causas relacionadas à seca e ao trabalho escravo no Nordeste brasileiro. Nascida em 1965, possui uma rica experiência que abrange diversas áreas de atuação e um profundo envolvimento com questões sociais históricas e contemporâneas. É lembrada por sua dedicação à luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e pela defesa da terra e da justiça social.

A atuação dela [Espedita] na CPT se deu num primeiro período (1988 a 1991) na articulação da CPT Diocesana de Picos. De 1991 a 1996 na CPT Regional, sendo Coordenadora Regional de 1994 a 1996 e a partir de 1996

⁵⁰ A senhora Espedita Araújo concedeu entrevista no ano de 2015 para a pesquisadora Cristiana Costa da Rocha durante uma atividade de pesquisa do programa Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão (RAICE), desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e coordenado pela Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDH/CB).

passou atuar na articulação da CPT Arquidiocesana de Teresina, período esse em que se aposentou, mas mesmo assim continuou trabalhando até suas forças não aguentaram mais (CPT Piauí, 2020).

Sua trajetória profissional começou com uma breve passagem pelo serviço público, na prefeitura, antes de se dedicar de forma mais intensa às atividades ligadas à pastoral e ao Movimento de Educação de Base (MEB). Trabalhou por sete anos no MEB, no município de Picos, e foi uma presença ativa na Comissão Pastoral da Terra (CPT), onde permaneceu por seis anos em nível regional antes de se transferir para a arquidiocese.

Durante seu trabalho com a CPT, envolveu-se profundamente na questão da seca, uma preocupação que já fazia parte de sua vida desde a infância. O interesse dele por essa temática foi despertado pelas histórias de sua família sobre as secas severas que afetaram o Nordeste, como a seca de 1915 e outras crises posteriores. Essas experiências pessoais e familiares moldaram sua compreensão das dificuldades enfrentadas pelas comunidades nordestinas em períodos de estiagem severa.

Araújo narra com vivacidade os desafios enfrentados pela população durante essas crises, destacando as dificuldades de acesso à água e a escassez de recursos alimentares. Através de suas memórias, ele descreve a luta diária das famílias que dependiam de fontes naturais de água, como os "olhos d'água", e o impacto devastador das secas nas atividades agrícolas e na vida cotidiana. Ele menciona a transição dos métodos tradicionais de transporte de água, como o uso de jumentos e carros, para a utilização de carros-pipa, que se tornou mais comum a partir dos anos 1990.

Além de sua atuação no MEB e na CPT, Araújo participou ativamente de campanhas para ajudar as vítimas das secas, incluindo a organização de campanhas de arrecadação de roupas e alimentos. Ele testemunhou o impacto de campanhas de ajuda internacional, como a vinda de técnicos e doações de igrejas de outros países, bem como a forma como a ajuda governamental e as políticas públicas lidavam com a situação de emergência. Araújo também expressa sua preocupação com a "indústria da seca", um fenômeno onde as elites locais e os políticos se aproveitam da situação de miséria para garantir apoio político. Ele critica a forma como as migalhas de ajuda são utilizadas para perpetuar a dependência e controlar o voto das populações afetadas.

Seu trabalho e experiências fornecem um valioso testemunho da resiliência e da luta das comunidades nordestinas diante das adversidades. A perspectiva de Araújo é enriquecida por sua memória familiar e por sua atuação direta nas frentes de emergência, refletindo um

compromisso duradouro com a justiça social e a melhoria das condições de vida no Nordeste do Brasil.

Sobre a situação do Maranhão em relação às políticas de assistência durante as secas, destaca-se a percepção de que o Estado sempre foi considerado parte do Nordeste em termos de recebimento de assistência do governo. Segundo o relato, as campanhas e medidas de assistência, como a distribuição de alimentos e a geração de frentes de serviço, eram direcionadas de forma que fosse ampliada para toda a região nordestina, incluindo o Maranhão.

No entanto, o relato também ressalta as especificidades do Maranhão, como a presença de mais água, maior incidência de chuvas e vegetação em comparação com outras áreas do Nordeste. Essas características particulares do Maranhão podem indicar a necessidade de abordagens diferenciadas e adaptadas às condições específicas do estado, considerando suas particularidades em relação às demais regiões nordestinas.

A interpretação de Espedita compartilha modos de ver o Maranhão como tantos outros homens e mulheres do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, que buscavam refúgio para sobreviver, fazer fortuna e, sobretudo, fugir das secas que assolavam os seus lugares de origem e construíram em suas narrativas um *eldorado maranhense* (Ferreira, 2015). Por sua vez, o contexto descrito pela entrevistada possui suas bases no projeto de desenvolvimentismo rural, tão bem expresso no projeto Operação Nordeste⁵¹ pelo economista Celso Furtado (1959), que moldou as estratégias de desenvolvimento para a região atendendo a uma retórica de progresso e desenvolvimento em suas políticas internas, vide a Lei Sarney de Terras⁵² de 1969.

Conforme esclarece Gumiero (2016), a Operação Nordeste foi um conjunto de documentos e planos estratégicos elaborados para promover o desenvolvimento econômico e

⁵¹ A "Operação Nordeste" foi um plano de grande envergadura elaborado pelo governo brasileiro, especialmente durante a presidência de Juscelino Kubitschek, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da região nordestina do Brasil. Esse plano envolveu ações abrangentes em diversas áreas, como infraestrutura, abastecimento de água, construção de campos de pouso, investimento em novos equipamentos para órgãos como o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), assistência às populações afetadas pela seca, entre outras medidas. A Operação Nordeste visava não apenas mitigar os efeitos das secas recorrentes na região, mas também promover uma verdadeira transformação na economia e na qualidade de vida dos habitantes do Nordeste, buscando reduzir as desigualdades regionais em relação a áreas mais desenvolvidas do país, como o Centro-Sul. O plano incluía a mobilização de recursos financeiros significativos, a criação de novas políticas e a implementação de projetos estruturantes para impulsionar o desenvolvimento regional.

⁵² Lei Estadual no Maranhão Nº 2.979, de 17 de junho de 1969. Justificava-se a aprovação da medida pela necessidade de modernização do Estado, que se encontrava imerso no mito político do Maranhão Novo. Nesse contexto, procedeu-se ao mapeamento e à comercialização das terras devolutas estaduais, secularmente ocupadas por posseiros e comunidades tradicionais. A iniciativa visava tanto facilitar o progresso dos empreendimentos capitalistas quanto neutralizar a atuação dos movimentos sociais.

social da região nordeste do Brasil. Essa operação foi composta por diversos documentos, incluindo: Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN); o Primeiro e o Segundo Planos Diretores de Desenvolvimento Econômico e Social para o Nordeste, produzidos pela Superintendência do Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE). O Relatório do GTDN, intitulado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, foi alicerce na conceituação e no planejamento de ações para o desenvolvimento da região. Contudo, o autor destaca que a orientação inicial proposta pelo GTDN, de implantar uma base industrial autônoma em relação ao Sudeste foi significativamente alterada durante os governos militares a partir de 1965. Nesse período, houve uma mudança na abordagem, passando-se da ideia de autonomia para a noção de dependência e complementaridade com a indústria da região Sudeste.

A percepção adiantada por Espedita e a análise das ações governamentais sugerem que as políticas de assistência durante as secas eram concebidas de forma homogênea, visando atender às necessidades de toda a região sofrida pela estiagem, além disso, prevalecia uma tendência quanto à demanda por essas políticas assistencialistas que passavam a objetos de disputas da parte de variadas prefeituras municipais. Saliente-se que muitos forjavam a crise pra atrair recurso, naquilo que ficou conhecido como “indústria da seca”.

No entanto, essa investida uniformizadora pode ter limitado a eficiência das medidas adotadas, uma vez que as necessidades e desafios enfrentados pelas comunidades variavam de acordo com as características específicas de cada região. O entendimento desses aspectos é basilar para avaliar a adequação das políticas de assistência adotadas durante a seca e para identificar possíveis lacunas ou desafios no implante dessas medidas. Além disso, destaca-se a importância de abordagens mais específicas e adaptadas às necessidades de cada região, garantindo a efetividade das políticas de assistência e promover a segurança e o bem-estar das famílias importunadas pela seca. A importância dessas abordagens pode contribuir para a formulação de estratégias mais precisas e adaptadas não só para as necessidades específicas do Maranhão, mas também de outras regiões com características distintas dentro do contexto nordestino.

A afirmação da senhora Espedita Araújo é reforçada pelo entendimento de que as ameaças de saques ao comércio não estavam restritas exclusivamente às áreas diretamente acometidas pela seca. Pelo contrário, tais consequências eram percebidas inclusive em cidades de maior porte, para onde a população de retirantes buscava refúgio. Nessas localidades urbanas, a falta de recursos alimentares levava a população a adotar medidas extremas para garantir a própria sobrevivência.

Essa questão dos ataques [saques ao comércio] era mais questão das cidades maiores, porque nas cidades pequenas podia deixar a bodega aberta [...] o pessoal dizia que era descendência de Lampião [...] lembro que o pessoal comentava [...]. A seca poderia até contribuir, pela necessidade, até porque quem fazia mais essa prática eram as pessoas da cidade, principalmente cidades que estavam se inchando, porque no campo as pessoas não tinham condição de plantar mais, a cada dia a concentração ia ficando mais forte [...]. A concentração de terra estava mais forte [...] todo esse quadro [...] obrigava as pessoas, muitas vezes, muitos das periferias nas cidades grandes, no caso que praticavam saques nas cidades maiores [...]. Pegavam armazéns [...], não eram saques de lojas de móveis [...] era fome mesmo [...] os saques mais comuns eram nos armazéns [...] (Espedita Araújo, 2015).

O relato destaca que os saques ao comércio durante a seca eram mais comuns em cidades maiores, onde a população de retirantes buscava refúgio e sofria cada vez mais de fome. Também destaca que a concentração de terra estava mais forte, o que obrigava muitas pessoas, principalmente das periferias nas cidades grandes, a praticar saques em armazéns e estabelecimentos comerciais para garantir a própria sobrevivência.

Essa situação denota os inúmeros desafios enfrentados pelas populações vítimas das secas, que incluíam não apenas a falta de recursos alimentares, mas também a concentração de terra e a precariedade das condições de vida em áreas urbanas. A apreensão desses elementos reveste-se de significativa relevância para a avaliação da pertinência das políticas de auxílio consumadas durante períodos de seca, bem como para a identificação de eventuais brechas ou obstáculos na efetivação dessas medidas.

A pobreza rural no Meio-Norte é marcada pela dependência de recursos naturais limitados e pela vulnerabilidade a choques climáticos. As estratégias de sobrevivência incluem a diversificação de cultivos, a migração temporária em busca de trabalho e a participação em programas de transferência de renda. No entanto, essas medidas muitas vezes são insuficientes para superar as barreiras estruturais que mantêm as comunidades em um ciclo de pobreza, fenômeno que é multidimensional. Dessa forma, o depoimento ressalta a relevância de uma concepção mais vasta e sensível às múltiplas facetas dos obstáculos enfrentados pelas comunidades impactadas pela seca, abarcando a imprescindibilidade de assegurar a proteção e o conforto da população em um cenário de escassez e precariedade, tanto em zonas rurais quanto urbanas.

A citação a seguir destaca a preocupante situação de algumas cidades do sul do Estado do Piauí devido à escassez de chuvas no ano de 1979. O Prefeito de Paulistana, José Humberto Peregrino Cunha, em um pedido dramático de socorro, alerta para a calamitosa condição do município, indicando que a população suportará a angustiante falta d'água por apenas mais dez dias. O prefeito relata ter feito apelos veementes às autoridades na tentativa

de aliviar o sofrimento dos munícipes, que enfrentavam os impactos dramáticos de uma estiagem que até mesmo avassala os pontos d'água onde os animais costumam se abastecer.

[...] algumas cidades do sul do Estado estão apreensivas pela falta de chuvas. Um dramático pedido de socorro chegou ontem a esta capital, assinado pelo Prefeito de Paulistana, José Humberto Peregrino Cunha, alarmando “a calamitosa situação do município que apenas suportará por mais dez dias a angustiante falta d’água no interior”.

O Prefeito afirma que tem feito veementemente apelos às autoridades “no sentido de minorar o sofrimento da gente Paulistana”, que vem sentindo dramaticamente os efeitos de uma estiagem que está secando inclusive os pontos d’água onde os animais costumam matar a sede.

Semana passada, um telegrama de Jaicós fazia o mesmo alarme. O Prefeito José Nicolau afirmava que a seca estava assolando a região, enquanto em Teresina o deputado Humberto Reis da Silveira clamava por providências do governo, no sentido de combate ao flagelo que já se delineia por toda a região.

[...] outros municípios, inclusive Padre Marcos, está sofrendo a falta de chuvas, o que elimina qualquer perspectiva de uma safra. Se a situação permanecer, é certo que os prejuízos serão alarmantes e que muitas famílias terão de deixar a terra e tentar sobreviver noutros lugares, especialmente no sul do país [...].

Em Teresina, a Secretaria de Agricultura e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas já estão tomando as providências no sentido de “entrar em campo no combate ao flagelo”. Recentemente a SUDENE aprovou um plano de *emergência*, que será acionado nas regiões onde a estiagem esteja comprovada. Um relatório deverá ser enviado àquela superintendência e à Comissão de Defesa Civil, para que sejam acionados todos os mecanismos de combate à seca e oferecimento de condições de sobrevivência do povo flagelado (O Dia, 1979, ano 27, nº 6064, p. 04, grifo do autor).

Outros municípios, incluindo Jaicós e Padre Marcos, no relato, também enfrentam a escassez de chuvas, eliminando as esperanças de uma safra. Alerta que a situação, se persistir, resultaria em prejuízos alarmantes, levando muitas famílias a deixar a terra e buscar sobrevivência em outras regiões, especialmente no sul do país.

Diante dessa situação, o noticiário em Teresina informava que a Secretaria de Agricultura e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas já estariam tomando providências para combater o flagelo da seca. Enquanto isso, a SUDENE já teria aprovado um plano de emergência para ser assegurado nas regiões prejudicadas pela estiagem comprovada. Consta que um relatório deveria ser enviado à SUDENE e à Comissão de Defesa Civil para acionar todos os mecanismos de combate à seca e proporcionar condições de sobrevivência à população atingida.

O longo trecho citado anteriormente traz uma visão descamada e esclarecedora do início da seca, destacando não apenas a denúncia dos problemas que vinham com a seca, mas também descortinando as relações políticas entre o Estado e os veículos de comunicação

local. A mobilização da imprensa surge como uma estratégia crucial na busca por ajuda pública, revelando a interação mútua entre a esfera política e os meios de comunicação. É relevante notar que, em contextos totalitários, o controle estatal sobre os meios de comunicação é uma prática comum. A manipulação da informação torna-se mais evidente, e a imprensa muitas vezes se torna uma ferramenta para exercer o poder e moldar a percepção pública. A citação sugere que o apelo por socorro público é não apenas uma resposta às condições climáticas adversas, mas também uma estratégia política para influenciar a opinião pública e obter assistência.

A historiadora Maria Helena Capelato adiciona uma interpretação ao entendimento dessas estratégias, destacando a importância de considerar o controle estatal sobre a informação como parte integrante das estratégias de poder durante regimes totalitários:

A propaganda política em regime dessa natureza atua a fim de aquecer as sensibilidades e tende a provocar paixões. Os sentimentos de longa duração, são manipulados de forma intensa pelas técnicas de propaganda com o objetivo de produzir forte emoção [...]. A intensificação das emoções ocorre por meio dos meios de comunicação, responsáveis pelo aquecimento das sensibilidades (Capelato, 1998, p. 75).

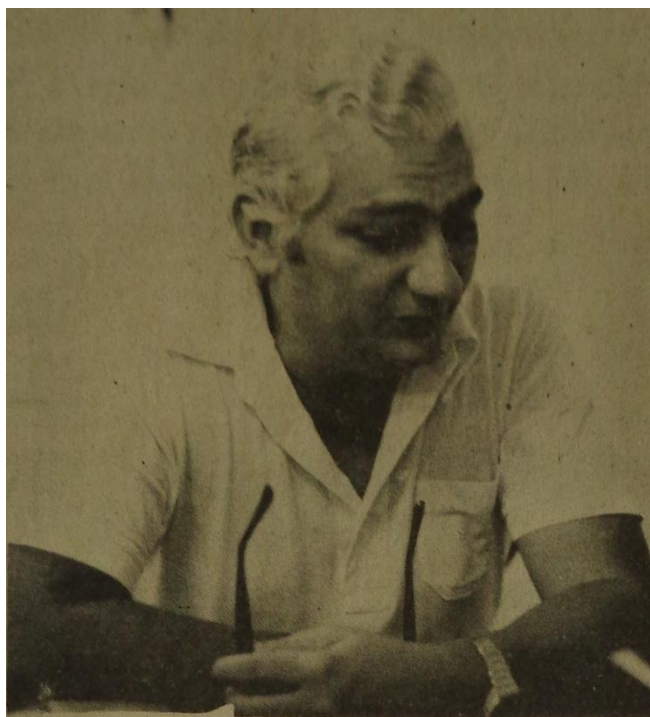
A propaganda política em regimes de natureza totalitária é caracterizada por sua capacidade de estimular as sensibilidades e suscitar paixões. As técnicas propagandísticas são direcionadas para manipular intensamente sentimentos de longa duração, visando gerar emoções intensas. Esse processo de intensificação emocional é facilitado pelos meios de comunicação, que desempenham o papel crucial de aquecer as sensibilidades da população. Essa abordagem destaca a influência significativa da propaganda na modelagem das percepções e emoções do público em contextos totalitários, onde o controle estatal sobre a informação desempenha um papel crucial na condução das narrativas políticas.

A mobilização da imprensa pelo Estado durante períodos de seca atua como um amplificador, ou seja, expande os problemas da seca, gerando um forte apelo social. No último ano da década de 1970, a imprensa local iniciava suas atividades em um clima de intensa tensão. A constante chegada de novas correspondências de diversas cidades solicitando ajuda, suporte e apoio financeiro era uma realidade presente. As notícias reportavam a situação de pessoas em estado de desespero, sem horizontes viáveis, testemunhando o declínio das lavouras e o sofrimento dos animais devido à escassez de alimentos e água. Esse contexto noticiado refletia a urgência e a gravidade da crise enfrentada pelas populações desfalcadas pela seca.

As consequências da seca no solo piauiense foram significativas, com impactos expressivos no êxodo rural. Em 1979, os jornais noticiavam que centenas de pessoas estavam deixando os municípios de Fronteiras, São João do Piauí, Aroazes e Anísio de Abreu, devido à estiagem prolongada que assolava toda a região. Os prefeitos dessas localidades buscavam constantemente providências do governo para resolver o problema, uma vez que as cidades estavam enfrentando um esvaziamento populacional.

O jornal O Dia (1979, ano 27, nº 6065, p. 4) apontava que além da solicitação de carros-pipas para abastecer a população e os animais, os líderes locais pediram a criação de frentes de serviços como uma estratégia para reter a população no meio rural. Alertavam que os municípios estavam à beira de ficarem despovoados caso não ocorresse chuva. Diante das denúncias recebidas, o coronel Francisco Carlos Bonfim, então presidente da Comissão de Defesa Civil do Estado, realizou uma reunião com Renato Portella Andrade, chefe do escritório regional da SUDENE, para estudar a situação. Contudo, a ajuda só seria disponibilizada mediante a comprovação efetiva da existência de seca na região, a ser confirmada por relatórios técnicos enviados para realizar estudos sobre a situação da população.

Figura 8 - José Costa, vereador de Pedro II em 1979



Fonte: O Dia, 1979, nº 6066, p. 4

Do município de Pedro II, Piauí, o vereador emedebista, José Costa, expressava preocupação com a situação no sertão, afirmando que os agricultores enfrentavam "a mais longa estiagem de todos os começos de inverno, já com prejuízos incalculáveis nos primeiros plantios". O vereador destacava que o drama dos pequenos agricultores se agravava devido à escassez de mão de obra para a limpeza das roças, observando que "os jovens que poderiam auxiliar no campo estão migrando para São Paulo em busca de melhores condições de vida" (O Dia, 1979, ano 27, nº 6066, p. 4). Essa narrativa ressalta não apenas os desafios climáticos, mas também as consequências socioeconômicas da seca, incluindo a migração de jovens em busca de oportunidades fora da região agravada.

Conforme destacado por Rocha (2015), a migração de homens pobres nordestinos em busca de oportunidades de trabalho em outras regiões do país, especialmente na Amazônia, não é um fenômeno recente e pode ser observada na literatura acadêmica. Já no século XIX, ocorreram as primeiras ondas migratórias em direção à exploração de seringais na Amazônia. Na década de 1940, houve um estímulo significativo para o destino ao chamado "Eldorado Verde", impulsionado pelo programa do Governo Vargas voltado para a colonização da região amazônica. Na década de 1970, essa migração foi novamente incentivada em resposta à necessidade de "exploração" da área, financiada pelo governo. Essa análise histórica ressalta a persistência desse padrão migratório ao longo do tempo, com diferentes contextos e incentivos governamentais influenciando o fluxo migratório na região da Amazônia.

A escassez de água na região centro-sul do Piauí atingia proporções alarmantes, chegando ao ponto do prefeito de Conceição do Canindé, Gilvan Passos, expressar que "verde em meu município só mesa de sinuca e papagaio" (O Dia, 1979, ano 27, nº 6067, p. 9). Na região, até os pássaros estavam migrando, restando apenas o papagaio como símbolo de resistência à seca. Os municípios do sul piauiense começaram a sentir os sintomas da seca já no início de setembro de 1978, levando os prefeitos do interior a buscar auxílio junto aos órgãos governamentais para enfrentar a crise. Esse cenário mostra a gravidade da situação e a urgência de ações para lidar com os impactos da seca na região.

Essa abordagem reflete a tentativa de equilibrar a necessidade de garantir meios de subsistência para a população local e preservar as atividades agrícolas diante dos desafios recorrentes da seca. A recorrência cíclica da seca no espaço piauiense pode se dizer que é um padrão, no qual as medidas tomadas são predominantemente paliativas, visando amenizar temporariamente os impactos da estiagem e assegurar a subsistência da população arrasada. Conforme observado por Rocha (2015), o processo de expropriação do campesinato no Piauí,

bem como a migração temporária, tem sido associado ao avanço do agronegócio em áreas de fronteira agrícola em diversas regiões do país.

No contexto específico do Piauí, a expansão do agronegócio ocorreu na região dos Cerrados a partir da década de 1970. Essa transformação no cenário agrícola pode contribuir para a explorar os horizontes desafiadores enfrentados pela população local, incluindo a dependência de medidas emergenciais para lidar com a recorrente falta de chuvas e seus impactos. A espiral negativa da seca, aliada às mudanças no modelo agrícola, destaca um cenário controverso das questões socioeconômicas e ambientais enfrentadas não somente no contexto piauiense, mas também maranhense.

O apelo dramático dos prefeitos dirigido ao governador Djalma Veloso e ao chefe do escritório local da SUDENE vinha acompanhado de uma exposição do quadro que, segundo eles, era "desolador" e poderia ser notado por qualquer pessoa em seus respectivos municípios (O Dia, 1979, ano 27, nº 6067, p. 9). Esse relato enfatiza a intensidade do impacto da seca, demonstrando a gravidade da situação vivenciada nas localidades vitimadas. A utilização da palavra "desolador" sugere um cenário de devastação e desespero, sublinhando a urgência das medidas a serem tomadas para lidar com os efeitos adversos da estiagem.

No final de 1978, em resposta aos apelos dos prefeitos, foram entregues carros-pipas para os municípios de Jaicós, Simões, Picos e Valença, como medida providencial para abastecimento de água à população, coordenada pela Comissão de Defesa Civil. Essa ação foi possível graças à intervenção do Governador Djalma Veloso, que, por sua vez, manteve contato com o Superintendente da SUDENE, Sr. Valfrido Salmito, conforme se noticiava no jornal O Dia (1979, ano 27, nº 6067, p. 9). Nestes municípios, a situação chegou a um ponto tão crítico que as pessoas estavam transportando água em ancoretas⁵³ a uma distância de 36 quilômetros, no ponto de divisa entre Pernambuco e Piauí.

Embora essa medida tenha resolvido parcialmente o problema imediato da escassez de água, a ênfase passou à criação de frentes de serviço. Os lavradores, alegando não terem expectativas de produção agrícola naquele ano, clamavam pela agilidade dessas frentes como uma medida essencial para garantir meios de subsistência diante da crise. No entanto, a SUDENE avaliava minuciosamente os pedidos provenientes dos prefeitos e interpretava que:

[...] o alarme feito por alguns prefeitos se relaciona ao desejo de obter investimentos dos órgãos de desenvolvimento do Nordeste em seus

⁵³ No contexto mencionado, o termo "ancoreta" refere-se a um barril de forma achatada projetado para se adaptar ao lombo dos animais de carga. Essa estrutura facilita o transporte de água em regiões afetadas pela seca, permitindo que as pessoas carreguem o líquido essencial para áreas onde a escassez é crítica. A descrição da utilização de ancoretas a uma distância de 36 quilômetros destaca a extensão dos esforços necessários para garantir o acesso à água em meio às condições adversas causadas pela seca.

municípios, como a criação de frentes de serviço, por exemplo, quando teriam oportunidade de obter ganhos políticos, desvirtuando o plano de emergência e empregando, principalmente, os seguidores políticos (O Dia, 1979, ano 27, nº 6070, p. 4).

Essa declaração reflete o viés da SUDENE, que observava os pedidos dos prefeitos com uma lente crítica. A agência indicava que alguns prefeitos poderiam estar buscando benefícios políticos ao solicitar investimentos para seus municípios, como a criação de frentes de serviço, desviando o propósito do plano de emergência e utilizando essas medidas principalmente para fins políticos e empregando seus seguidores. É relevante ressaltar a apreensão da SUDENE em confirmar a veracidade das informações prestadas pelos representantes dos municípios, uma vez que eles poderiam se beneficiar da situação, criando uma imagem distorcida para obter recursos e ganhos políticos na região. Ao mesmo tempo, a SUDENE confirmava que os municípios localizados no polígono das secas, como Paulistana, Simões e Jaicós, enfrentavam uma situação difícil. No entanto, a SUDENE esclarecia que o reconhecimento oficial do estado de seca só ocorreria caso não chovesse até o início do mês de abril.

No final de janeiro de 1979, a Superintendência começava a admitir um quadro de estiagem na região do oeste pernambucano e sudeste do Piauí, mas não caracterizava ainda como um estado de seca. Posteriormente, a delimitação da seca seria expandida para incluir também os municípios de São Julião, Pio IX, Picos, Conceição do Canindé, Simplício Mendes, Oeiras, Canto do Buriti, São Raimundo Nonato e São João do Piauí (O Dia, 1979, ano 27, nº 6074, p. 5). Essa distinção entre estiagem e seca reflete critérios específicos utilizados pela SUDENE para caracterizar a gravidade da situação climática em diferentes regiões. A agência avaliava minuciosamente as condições climáticas e os impactos na população antes de declarar oficialmente um estado de seca, o que implicava em medidas horizontais de assistência e apoio aos municípios sobrecarregados.

Além dos problemas causados pela estiagem, noticiava-se que a cidade de São João do Piauí também enfrentava dificuldades relacionadas aos preços de alimentos e serviços, que, por sua vez, eram novamente atribuídos à ausência de chuvas. No município, os agricultores manifestavam insatisfação pela falta de frentes de serviço, repetindo a situação ocorrida em 1976. Aqueles que perderam suas plantações relutavam em contratar trabalhadores para arriscar novas semeaduras no solo ressequido, pois os proprietários dos roçados consideravam a empreitada arriscada, dada a incerteza em relação às chuvas (O Dia, 1979, ano 27, nº 6087, p. 3). Além disso, queixavam-se da escassez de alimentos, especialmente da carne bovina, cujo preço chegava a 40 cruzeiros por quilograma. Para

conseguir comida, precisavam abandonar a roça e recorrer à caça. Essa narrativa destaca os impactos multifacetados da seca, prejudicando não apenas a produção agrícola, mas também a economia local e o acesso a alimentos básicos.

No encontro de prefeitos realizado na cidade de Picos, o então prefeito de Fronteiras, José Pedro Sobreira, "confirmava" a situação de seca em seu município. Ele declarou: "Este ano nenhuma chuva caiu sobre o município e nenhum agricultor tem coragem de plantar" (O Dia, 1979, ano 27, nº 7003, p.v 1). Sobreira explicou que já havia enviado vários comunicados à SUDENE, conseguindo apenas a concessão de dois carros-pipas. Além da falta de água para pessoas e animais, o chefe do executivo municipal comentou sobre a situação dos agricultores que haviam contraído empréstimos junto a bancos oficiais. Esses agricultores, ao investirem a maior parte dos recursos na construção de cercas, enfrentavam a impossibilidade de plantar devido à falta de chuva, o que, conseqüentemente, os impedia de gerar receitas para pagar suas dívidas.

Figura 9 - Carro-pipa da SUDENE distribuindo água em Fronteiras-PI, fins de fevereiro de 1979



Fonte: O Dia, 1979, nº 7004, p. 11

O prefeito acrescentou que a prefeitura não tinha condições de abrir frentes de trabalho para absorver toda a mão de obra ociosa no município. Ele defendeu a necessidade de criação de locais para trabalho, especialmente quando a possibilidade de chuvas na região fosse descartada (O Dia, 1979, ano 27, nº 7004, p. 11). Percebe-se que essa situação destaca os desafios enfrentados pelos agricultores e autoridades locais diante da severa estiagem, impactando muito além da produção agrícola, mas gerando também consequências na economia local através do endividamento dos agricultores.

O temor de saques durante períodos de seca permeia o imaginário do homem nordestino. Em entrevistas realizadas com ex-trabalhadores das frentes de serviço, foi questionada a ocorrência de saques, invasões em fazendas, residências e comércios locais. Embora a maioria desses entrevistados tenha negado a ocorrência em regiões específicas, a referência aos saques pode ser vistas em jornais de circulação da época. Ao negar, os entrevistados utilizaram como argumento a possibilidade de alistamento, argumentando que seria inviável caso os sujeitos se organizassem em grupos para cometer saques. Esse seguimento revela a intrincada relação entre o medo de saques e a possível manipulação de informações para justificar medidas de controle social durante períodos de escassez.

Além do controle das migrações, sendo o alistamento nas frentes de serviço, na maioria dos casos, a única fonte de renda das famílias pobres do semiárido, compreendendo seu uso como estratégia de negociação para conter as multidões desempregadas e famintas em épocas de seca. Por sua vez, a negação das manifestações de saque pelos entrevistados foi expressa com repulsa, havendo a necessidade de se abster de acusações de atos que a imprensa apresentava como crimes. Esse processo revela uma engrenagem diferenciada no que se refere às relações entre as autoridades, a população e a imprensa em contextos de escassez, onde o controle da narrativa desempenha um papel crucial na gestão social e política.

Os saques e ações de massas são temas de estudo do historiador Frederico de Castro Neves.

A forma de negociar característica da multidão é a pressão direta sobre os representantes do Estado. O efeito desta pressão era, na maioria das vezes, o alistamento e a distribuição de alimentos. Os retirantes, certamente, sabiam que, quanto maior a pressão que exerciam sobre o comércio local e sobre os prefeitos, mais rapidamente as autoridades iriam agir: afinal, ‘tinham que tomar uma decisão’. Assim, o próprio alistamento - ou mesmo a simples notícia ou boato - era uma forma de reunir os retirantes e colocá-los frente a frente com o problema crucial da alimentação daqueles que estão com fome. A resolução de um problema que afeta a todos, exige uma tomada de decisão. Reunidos em seu sofrimento e sua revolta, os flagelados ‘famintos e desesperados’ conseguem reunir forças para obter, seja de que forma for, os

alimentos que precisam para si e para suas famílias. A multidão, portanto, atua como um sujeito político em formação, cujas ações configuram certamente um ato de verdade e não apenas uma reação biológica e ‘espasmódica’ (Neves, 2000, p. 239-240).

Ancorado nas teorias de Thompson (1998), o trecho destaca a forma como a multidão negociava e pressionava diretamente os representantes do Estado durante períodos de escassez. A pressão exercida resultava, na maioria das vezes, no alistamento e na distribuição de alimentos. Os retirantes sabiam que ao pressionar o comércio local e os prefeitos, as autoridades seriam compelidas a agir rapidamente. A resolução do problema crucial da alimentação era o foco dessa pressão, e a multidão atuava como um sujeito político em formação, buscando obter os alimentos necessários para si e suas famílias. Essas ações eram vistas como um ato político e não apenas uma reação biológica e espasmódica, demonstrando a força e a organização da multidão em busca de suprimento de suas necessidades básicas.

É necessário considerar que não apenas os seres humanos sofriam com a falta de água, mas também os animais, que eram parte dos relatos das autoridades do interior através dos apelos. O delegado de polícia do município de Isaías Coelho comunicava a situação crítica na qual se encontrava toda a região devido à estiagem, que castigava “a agricultura, matando os rebanhos bovino, caprino e suíno de sede, e ressecando as pastagens ainda existentes na região” (O Dia, 1979, ano 27, nº 7014, p. 10). Em Fronteiras, não existiria nenhuma roça, e apesar dos dois caminhões-pipas que estavam abastecendo os moradores das localidades mais enfraquecidas, os criadores da região estariam vendendo seus animais pela metade do preço normal (O Dia, 1979, ano 27, nº 7009, p. 1-3). Em Teresina, a SUDENE e a Secretaria de Agricultura analisavam a situação, e um plano de emergência para ajudar os agricultores prejudicados poderia ser colocado em funcionamento, caso se comprovasse realmente a necessidade. Esses relatos demonstram a abrangência dos impactos da seca, não apenas na população, mas também na vida animal e na atividade agrícola, demandando ações emergenciais para mitigar os efeitos da estiagem.

O vereador arenista Kleber Carvalho, por meio da imprensa, expressava preocupação com a conjuntura política e social em fins de fevereiro de 1979, prevendo que aquele seria “o ano mais difícil do período revolucionário”. Ele apontou para a miséria no Nordeste, agravada pela seca e pelas questões políticas em debate nos parlamentos, como a anistia, a discussão da queda do sistema representativo bipartidário, a coincidência de mandatos e a inflação, esta

última alimentada pelos reflexos da crise no Irã⁵⁴. Além disso, mencionou as greves nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. O vereador também previu negociações políticas difíceis do general João Baptista Figueiredo com a oposição em seu governo, caracterizando-as como "turvas, nebulosas e escorregadias" (O Dia, 1979, ano 27, nº 7005, p. 3). Essa análise reflete a percepção de um contexto desafiador, marcado por múltiplos fatores que contribuíram para a instabilidade da época.

Conforme apontado por Villa (2000, p. 221), o governo de Figueiredo inicialmente estava concentrado em lidar com as numerosas greves operárias que estavam ocorrendo na região Sudeste, especialmente no ABC paulista⁵⁵. Além disso, o governo considerava o Nordeste como uma região sob o domínio político da Arena, com políticos leais às deliberações oficiais. No entanto, a seca e as ações dos flagelados, juntamente com os apelos dos políticos locais, obrigaram o governo a voltar sua atenção para a região, iniciando a liberação de verbas. Essa mudança de foco reflete a necessidade de resposta às demandas emergenciais da região Nordeste, ratificando a influência dos eventos climáticos e das pressões políticas na formulação das políticas governamentais.

O relato histórico destaca a preocupação dos prefeitos e autoridades locais diante da situação de seca, não poupando esforços para chamar a atenção das autoridades estaduais e federais para a gravidade do problema. A mobilização da imprensa local e as correspondências enviadas pelos representantes municipais são apresentadas como estratégias para sensibilizar a opinião pública e obter apoio para lidar com os efeitos da estiagem. Essas ações demonstram a importância da comunicação e da pressão política local na busca por soluções para os impactos da seca.

No penúltimo dia de março de 1979, a SUDENE convocou uma nova reunião com os novos governadores, e o Piauí foi solicitado a enviar um representante à reunião do Conselho Deliberativo, uma vez que o Palácio de Karnak não havia divulgado se o então governador

⁵⁴ A crise do petróleo na década de 1970 teve início devido à percepção de que o recurso natural não é renovável, levando a variações significativas nos preços do petróleo e marcando cinco momentos de crise do produto. Em 1979, uma das razões para a crise foi o envolvimento de um dos produtores árabes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) na revolução islâmica no Irã. Esse evento desestabilizou o mercado petrolífero, contribuindo para a crise global do petróleo na época. Esses acontecimentos tiveram impactos significativos na economia mundial e influenciaram a conjuntura política e social da época.

⁵⁵ A partir de 1974, o Milagre Econômico Brasileiro começou a mostrar sinais de esgotamento, acompanhado pelo crescimento da inflação e do aumento do custo de vida. Em 1979, a promulgação da Lei de Anistia deu continuidade ao processo de distensão gradual iniciado durante o governo do General Ernesto Geisel. A crise econômica enfrentada pelo governo Figueiredo (1979-1985) inicialmente gerou descontentamento entre os operários do setor metalúrgico do ABC Paulista, o qual se espalhou para outras categorias de trabalhadores em todo o país, resultando em reivindicações por reajustes salariais e avanços políticos. A greve da campanha salarial de 1979 desempenhou um papel decisivo ao inserir os trabalhadores, especialmente os metalúrgicos do ABC, na luta pela redemocratização do país e na vida política nacional.

Lucídio Portela participaria do encontro. Na pauta, havia apenas um projeto de interesse do Piauí, relacionado à reformulação do programa de assistência às pequenas e médias empresas industriais. Apesar disso, a reunião do conselho era considerada importante, pois marcaria "a inauguração de um novo calendário de entendimento entre os governadores recentemente empossados e a autarquia de desenvolvimento estadual" (O Dia, 1979, ano 27, nº 7029, p. 4).

Durante o encontro da SUDENE, os governadores aproveitaram a presença dos ministros do interior (Mario Andreazza) e da agricultura (Delfim Neto) para apresentar um balanço dos problemas socioeconômicos que necessitavam de maior atenção do governo federal em seus estados. O Ceará e o Rio Grande do Norte deram mais ênfase à questão da seca, destacando as inúmeras cidades sem água e as populações que estavam sendo expulsas das áreas de produção e começando a se preparar para a retirada. Eles alertaram para a importância da manutenção de programas e projetos na região (O Dia, 1979, ano 27, nº 7032, p. 5).

De acordo com Villa (2000, p. 221), Figueiredo designou Mário Andreazza como o principal responsável pela ação do governo na região, pois Andreazza conhecia o Nordeste e já havia enfrentado uma seca quando era ministro dos Transportes em 1970, durante o governo Médice. Pode-se inferir que essa escolha demonstra a preocupação do governo em lidar com a situação de seca na região e a importância de ter alguém com a experiência e conhecimento necessário da região para liderar as ações do governo.

Além disso, a intervenção da SUDENE e a reunião dos governadores com ministros do governo federal indicam uma resposta em nível nacional para enfrentar os impactos da seca. A distribuição de carros-pipas e a criação de frentes de serviço são mencionadas como medidas paliativas para amenizar os efeitos da seca e garantir a sobrevivência da população abalada. O contexto político e econômico da época, com a crise do petróleo, a crise econômica e as mobilizações operárias, também é considerado como parte do cenário em que esses eventos se desenrolam. A busca por recursos federais, a atenção do governo para o Nordeste e as estratégias de enfrentamento da seca refletem as diferentes formas políticas e sociais do período, haja vista que a seca não pode ser vista apenas como um fenômeno climático, mas também como um problema estrutural que convulsiona a vida das pessoas e exige ações coordenadas em nível nacional para enfrentá-lo.

Enquanto isso, o debate na Assembleia Legislativa do Piauí sobre a questão da estiagem reflete a preocupação e a busca por soluções diante dos impactos da seca no Estado. Themístocles Sampaio, líder da oposição, questiona se já existia uma seca caracterizada no estado, apresentando cartas de populares e membros da própria Arena que expressavam

insatisfação com a situação. Noticiado pelo Jornal O Dia (1979, ano 27, nº 7032, p. 3), o pronunciamento do líder emedebista levou a vários apartes, a exemplo do deputado Jesualdo Cavalcanti assumindo a responsabilidade pela suspensão de água em Simões-PI devido à sua qualidade imprópria, destacando-se a gravidade da situação e a necessidade de medidas urgentes.

A mesma página do jornal apontava o discurso de Homero Castelo Branco, que expressava preocupação com o uso de "métodos do tempo de D. Pedro I", referindo-se às frentes de serviço como paliativos que não contribuem para o desenvolvimento do Estado. Essa crítica sugere diferentes cenários sobre as soluções propostas para lidar com os efeitos da seca, destacando a diversidade de opiniões entre os parlamentares. Com os discursos acirrados e a troca de farpas, Humberto Reis da Silveira deixou a presidência da sessão para ir à tribuna relatar suas ações parlamentares em busca de açudes nos municípios debilitados, destacando a importância da atuação legislativa na busca por soluções concretas para enfrentar os desafios causados pela estiagem. Esse contexto político e legislativo ilustra um cenário complicado do enfrentamento da seca no Piauí e as diferentes abordagens e opiniões dos parlamentares em relação às medidas propostas, bem como a necessidade de uma abordagem coordenada e colaborativa para enfrentar os impactos da estiagem.

As notícias de procissões e atos religiosos realizados em Fronteiras-PI e Nossa Senhora dos Remédios-PI revelam a intensidade da busca espiritual diante da grave situação causada pela estiagem. No município de Fronteiras, as multidões se reuniam em procissões dedicadas a São José, padroeiro local, buscando por meio da fé a intercessão divina para superar os efeitos da seca (O Dia, 1979, ano 27, nº 7032, p. 10). A novena rezada na casa onde a imagem do santo ficaria reunia quase mil pessoas, avisados através dos tiros de foguetes e do badalar dos sinos da igreja, cunha a mobilização da comunidade, esses atos religiosos descritos denotam a dimensão social e cultural da seca no Piauí. A busca por soluções para enfrentar a estiagem não se restringe apenas às esferas políticas e econômicas, mas também envolve práticas e rituais religiosos que expressam a esperança e a fé da população diante da adversidade.

Já em Nossa Senhora dos Remédios, durante a semana santa, os cristãos saíram às ruas com "trempes" e "potes", repetindo velhos rituais das secas de 1915 e 1932 (O Dia, 1979, ano 27, nº 7046, p. 4), demonstrando a continuidade de práticas culturais que se mantêm vivas na memória coletiva da população. Esses atos religiosos também revelam a dimensão emocional da seca, que esmaga não apenas a economia e a infraestrutura, mas também a vida cotidiana e a identidade cultural das famílias debilitadas. Esses rituais refletem a busca por

proteção divina e a esperança de que a fé pudesse influenciar positivamente as condições climáticas.

O contexto religioso aqui apresentado destaca a importância da espiritualidade e das práticas tradicionais como formas de enfrentamento e resistência em meio às dificuldades causadas pela seca. Certamente, a mobilização da população em torno de práticas religiosas e culturais desempenha um papel crucial na expressão da capacidade de resistência diante de desafios como a seca. Nessas situações, as comunidades frequentemente recorrem às suas tradições e crenças para encontrar conforto, esperança e força para enfrentar as dificuldades.

A fé e as práticas culturais não apenas oferecem um suporte emocional, mas também promovem a coesão social, reunindo as pessoas em torno de objetivos comuns e proporcionando um sentido de unidade. Além disso, essas expressões culturais muitas vezes carregam uma carga simbólica que fica emergido, representando a conexão das comunidades com suas raízes e identidade. A capacidade de superação manifestada nas práticas religiosas e culturais destaca a importância desses aspectos intangíveis na destreza das famílias em enfrentar e superar problemas.

A seca aguçava e dava visibilidade às misérias da população, que muitas vezes recorria a estratégias como saques, disseminação de boatos e ameaças para pressionar o poder público. Essas ações eram formas encontradas pela comunidade para chamar a atenção e buscar soluções diante dos infortúnios causados pela seca no Nordeste. Essas estratégias também apontam para a falta de confiança da população nas instituições e na capacidade do Estado de resolver os problemas causados pela seca. A exposição pública das misérias e a pressão sobre o poder público são formas de exigir ações concretas e efetivas para enfrentar os impactos da estiagem.

[...] as ações empreendidas pelas multidões de retirantes constituem-se em atos de vontade que precisam ser examinados em sua própria especificidade e naqueles pontos em que se cruzam com as teias mais amplas das relações sociais. [...] Estas ações devem ser compreendidas tanto com relação ao curso dos eventos quanto ao entendimento subjetivo dos agentes envolvidos sobre suas próprias condutas, já que as intenções humanas, entre outros fatores, determinam seu comportamento. Ações e intenções, portanto, possuem um significado que os passos da pesquisa tendem a revelar e, juntos, constituem ‘a unidade da ordem cultural’ que instaura e dá sentido às ‘formas de existência social’ (Neves, 2000, p. 14).

O trecho destaca a importância de examinar as ações empreendidas pelas multidões de retirantes durante a seca em sua especificidade, considerando tanto o curso dos eventos quanto o entendimento subjetivo dos agentes envolvidos sobre suas próprias condutas. As intenções humanas desempenham um papel crucial, influenciando o comportamento dos

indivíduos em situações de adversidade. É útil estar atento ao significado das ações e intenções para entender a ordem cultural e as formas de existência social. Em outras palavras, a pesquisa busca entender não apenas o que foi feito, mas também por que foi feito, considerando o contexto cultural e social mais amplo.

Essa abordagem ressalta a o tamanho problema diante das estruturas sociais e culturais em contextos de seca e migração forçada, enfatizando a importância de considerar não apenas os aspectos materiais e econômicos, mas também as dimensões culturais, emocionais e subjetivas envolvidas. As motivações e intenções por trás das ações das comunidades revoltadas pela seca são essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas e ações humanitárias que atendam às necessidades reais e promovam a dignidade e o bem-estar das pessoas em situações de crise.

O historiador destacado argumenta que as intenções deliberadas e estratégias adotadas pelas multidões de retirantes nem sempre foram devidamente consideradas pelos estudiosos dos movimentos sociais populares rurais. Ele critica a abordagem que chama de "visão espasmódica", que, segundo Thompson (1998, p. 150), foca no estímulo biológico da fome. Autores brasileiros, como Josué de Castro (1984) em "Geografia da Fome," são mencionados como exemplos dessa abordagem centrada na fome. No entanto, o autor ressalta que a fome não prescreve nem determina automaticamente as ações da multidão, sendo, na verdade, um padrão sofisticado de comportamento coletivo que representa uma alternativa às estratégias individualistas e familiares de sobrevivência (Thompson, 1998, p. 208).

Essa noção destaca a importância de entender as ações coletivas em contextos de crise, como a seca, para além de uma simples reação biológica. Ela enfatiza a agência e a intencionalidade das comunidades incomodadas, que buscam estratégias coletivas de sobrevivência e resistência diante das adversidades, em contraposição a abordagens que reduzem tais ações a meras respostas automáticas a estímulos biológicos. Isso realça a importância de considerar os aspectos sociais, culturais e políticos envolvidos em situações de crise como a seca, permitindo uma consciência mais larga das experiências das comunidades impactadas.

A abordagem de Domingos Neto (1987, p. 81) destaca que a seca não é apenas um fenômeno climático isolado, mas está interligada a interesses econômicos mais amplos que ultrapassam os limites da região hostilizada. Ele argumenta que a fome e a seca formam um quadro estrutural, onde a seca desencadeia a fome generalizada, levando as famílias afetadas a buscar alimentos e, em meio à fome, a tomarem atitudes desesperadas. Ao considerar a seca como um fenômeno de alta complexidade pelas suas influências nas múltiplas camadas da

sociedade, a análise aponta não apenas os fatores climáticos, mas também os fatores socioeconômicos e políticos que contribuem para a crise. Implica a adoção de políticas e ações que visem não apenas mitigar os efeitos imediatos da seca, mas também abordar as desigualdades sociais, promover o desenvolvimento econômico sustentável e garantir o acesso equitativo aos recursos hídricos.

Durante largo espaço de tempo o Piauí serviu como zona de refúgio ou de passagem para os flagelados dos Estados vizinhos do Nordeste Oriental. Ou seja, o Piauí foi objetivamente um elemento vital para a preservação temporária da mão-de-obra de áreas econômicas que estavam impossibilitadas de reproduzir sua própria força de trabalho. Além disso, o Piauí foi também fator essencial para a retomada de investimentos destas mesmas áreas: forneceu, durante bem mais de um século, as matrizes necessárias à recuperação dos rebanhos de seus vizinhos (Domingos Neto, 1987, p. 16).

Essa dinâmica evidencia a interdependência entre as regiões afetadas pela seca no Nordeste e a contribuição do Piauí como um elemento vital para a sustentação temporária da força de trabalho e a recuperação econômica das áreas atingidas. A atuação do Piauí como zona de refúgio e fornecedor de recursos para a reconstrução das atividades produtivas nas regiões vizinhas destaca a complexidade das relações socioeconômicas e a solidariedade entre os estados nordestinos diante dos desafios impostos pela seca e suas consequências. Essa análise ressalta a importância de considerar não apenas os impactos diretos da seca em uma determinada região, mas também as interações e os fluxos de recursos e mão de obra entre os estados afetados.

Isso permite uma tomada de consciência mais muito mais interessante e holística das envolvido na seca, levando em conta não apenas a escassez de água, mas também as desigualdades sociais, as estruturas econômicas e as políticas públicas. Considerando-se esses diversos aspectos, é possível identificar soluções mais eficazes para lidar com a crise da seca e suas consequências, abordando não apenas os sintomas adjacentes, mas também as causas subjacentes e as necessidades de longo prazo das famílias camponesas. Dessa forma, uma abordagem integrativa e interdisciplinar se faz necessária para enfrentar os desafios decorrentes da seca, considerando tanto os aspectos climáticos quanto os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos envolvidos.

O governo do Estado do Piauí, por meio de advertências à SUDENE, comunicava os prejuízos significativos na agricultura, apontando perdas de 40% nas safras de arroz, milho e feijão, o que impactaria o abastecimento e poderia intensificar o êxodo rural (O Dia, 1979, ano 27, nº 7039, p. 1). A preocupação com o possível aumento populacional nos centros urbanos devido ao êxodo rural é um reflexo das consequências socioeconômicas da crise,

destacando a importância de compreender não apenas os aspectos climáticos, mas também as implicações sociais e demográficas da seca.

Figura 10 - Em abril a estiagem agravava o quadro de êxodo rural, com perdas na agricultura chegando a 40% da safra.



Fonte: O Dia, 1979, nº 7039, capa.

No entanto, a SUDENE evitava utilizar termos como "calamidade" e "fome" para descrever a situação, com exceção da região de Conceição do Canindé, onde já se caracterizava uma seca de grandes proporções (O Dia, 1979, ano 27, nº 7039, p. 9). Percebe-se uma abordagem cautelosa na comunicação oficial, possivelmente visando evitar alarmismo ou choques negativos na percepção da população. Essa forma de comunicar ilustra múltiplos aspectos da gestão e comunicação em situações de crise, onde as dimensões climáticas, sociais e políticas se entrelaçam.

No Ceará, em abril de 1979, o governo decretou situação de emergência e iniciou um plano de combate aos efeitos da seca, que incluía a criação de frentes de trabalho nas áreas exauridas. O objetivo era fixar a população no campo e evitar problemas decorrentes do êxodo rural para as grandes cidades. O plano envolvia diversas obras, como desmatamentos, construção de pequenos e médios açudes, aguadas e outras melhorias que também contribuiriam para valorizar as propriedades rurais (O Dia, ano 27, nº 7040, p. 6). A criação de frentes de trabalho representava uma alternativa para a população alvoroçada pela seca, oferecendo oportunidades de emprego e renda em meio à crise.

No Piauí, no mesmo período de 1979, a SUDENE afirmava que era prematuro abrir frentes de serviço na zona da seca (O Dia, 1979, ano 27, nº 7043, p. 1-4), e até maio não havia possibilidade de execução de qualquer plano de emergência, pois dependia da decisão do

Ministro do Interior, Mário Andreazza. O governador Lucídio Portela expressava interesse em adotar medidas para evitar a ampliação do problema, mas a abertura de frentes de serviço dependia do governo estadual (O Dia, 1979, ano 27, nº 7044, p. 1-3). O chefe do escritório regional da SUDENE, Renato Portela Andrade, mencionava que tudo dependia do governo do estado, e somente após o decreto de estado de calamidade pública seria executado um plano de assistência aos flagelados piauienses, sem garantir a instalação das frentes de serviço (O Dia, 1979, ano 27, nº 7046, p. 4). Percebem-se alguns elementos que permeiam a gestão da crise da seca, envolvendo não apenas aspectos climáticos, mas também políticos e administrativos. A dependência de decisões em níveis superiores e a necessidade de decretos de calamidade pública para a elaboração de medidas emergenciais destacam a importância de uma abordagem integrada e coordenada entre os diferentes níveis de governo e instituições envolvidas na gestão da crise.

Figura 11 - Lavradores do sul piauiense com destino ao Maranhão, fugindo da seca.



Fonte: O Dia, 1979, nº 7046, capa.

No final de abril de 1979, o governador do Piauí passou a cobrar da SUDENE a abertura de frentes de trabalho para amenizar a situação dos lavradores, considerando-as como

uma medida paliativa e única solução a ser feita em curto prazo (O Dia, 1979, ano 27, nº 7047, p. 3). O secretário de agricultura, Odair Soares, admitia a existência de calamidade em 82 dos 114 municípios do estado, atingindo quase 2 milhões de habitantes, e que a produção das 240 toneladas de arroz previstas não chegaria à metade, exigindo a importação do produto (O Dia, 1979, ano 27, nº 7048, p. 1). Em fins de abril, decretava-se estado de emergência em 35 dos 85 municípios atingidos pela seca, garantindo recursos aos flagelados (O Dia, 1979, ano 27, nº 7050, p. 3). Esses municípios estavam localizados a partir da linha divisória Floriano – Canto do Buriti – São Raimundo Nonato, na área denominada de polígono das secas (O Dia, 1979, ano 27, nº 7049, p. 1). Essas ações refletem a gravidade da situação e a necessidade de medidas emergenciais para atender às necessidades das populações desgastadas pela seca, destacando a importância da atuação governamental para mitigar os impactos da crise.

Figura 12 - Retirante da cidade de Aracati - CE, Maria do Carmo da Conceição e seu filho, Tarcísio, passando fome.



Fonte: O Dia, nº 7050, capa.

Durante esse período, diversas pessoas acabavam acampando numa rodoviária localizada na BR-316, em Teresina. Vindos de Estados como Bahia, Ceará, Maranhão e do próprio interior do Piauí, esses indivíduos deixavam suas terras em busca de melhores condições de vida. Um caso particular envolvia uma senhora chamada Maria do Carmo da Conceição, de 24 anos de idade, retirante da cidade de Aracati, no Ceará. Sem condições de alugar hotel ou pousada, ela e outros cinco filhos acabaram acampando na rodoviária, buscando abrigo sob o teto de alumínio. Maria do Carmo acabou dando à luz no meio da rua, em pleno asfalto, sem recursos e buscando ajuda para continuar a jornada em direção ao Maranhão, onde tinham alguns parentes em Presidente Dutra. Eles estavam dispostos a continuar a pé, assim que a mulher se recuperasse do parto (O Dia, 1979, ano 27, nº 7049, p. 8; nº 7050, p. 9). A situação reflete as dificuldades enfrentadas pelos retirantes durante a seca. Esses relatos ilustram a extrema precariedade das condições vivenciadas pelos deslocados pela seca, ressaltando a urgência de medidas para atender às necessidades básicas dessas populações vulneráveis.

A busca pelo *Eldorado Verde* se materializou na migração histórica das populações nordestinas em direção à região da Amazônia, incluindo o Maranhão como destino desejado. De acordo com Ferreira (2015, p. 114), o Maranhão surge como uma alternativa emergencial para migrações direcionadas e "espontâneas" (aspas da autora). A partir da seca de 1877 a 1879, o Maranhão passou a ter um fluxo relativamente contínuo em momentos de grandes secas nos estados vizinhos, como Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e algumas localidades na Bahia e no Piauí. Esse movimento migratório reflete a busca de condições mais favoráveis diante das adversidades "climáticas" na região nordestina. Esse contexto migratório cogita a importância de alcançar as estratégias de permanência naquele local e adaptação das populações diante de condições climáticas extremas, bem como a necessidade de políticas públicas que considerem esses desafios.

A situação dos migrantes é retratada com a chegada de outra família, composta por 14 pessoas, que se estabeleceu na rodoviária de Teresina. Vindos de Pedreiras, Maranhão, alegavam terem sido expulsos pelo prefeito. Eram baianos de Itabuna com destino a Ouricuri, Pernambuco, mas, sem condições, permaneceram em Teresina. A primeira-dama do Estado na época, Miriam Portella, presidente da Comissão de Assistência Comunitária, visitou o local, providenciou passagens e mantimentos para a viagem, incentivando a colaboração da população teresinense na campanha de ajuda aos migrantes, solicitando contribuições em dinheiro, roupas, alimentos e outros itens (O Dia, 1979, ano 27, nº 7050, p. 9). Teresina surge como um ponto de conexão, não apenas de passagem, mas também como um possível destino

para os migrantes, que implica a importância de políticas públicas que considerem a mobilidade populacional e a necessidade de apoio e assistência aos migrantes em situações de vulnerabilidade.

A migração de piauienses também se tornava evidente, levando as empresas de ônibus a aumentarem suas frotas para atender à população. Empresas como Barroso, Marimbá, Líder e Brasília desembarcavam ônibus lotados de pessoas que deixavam suas cidades por medo da fome e para fugir da seca, sendo que muitos seguiam em direção ao Maranhão (O Dia, 1979, ano 27, nº 7050, p. 9). Nos 35 municípios sob estado de emergência decretado pelo governador, havia mais de 20 mil flagelados. Durante sete meses, essas pessoas receberiam um salário-mínimo regional pelo serviço prestado nas frentes de trabalho instaladas pelo governo. Esses municípios estavam distribuídos em quatro microrregiões: *Campo Maior, Valença do Piauí, Baixões Agrícolas*⁵⁶ e *Alto Canindé*. A execução dos trabalhos de infraestrutura ocorreria em propriedades rurais, com o objetivo de torná-las menos vulneráveis aos efeitos da seca e evitar o êxodo rural, oferecendo serviços à mão de obra ociosa da própria região (O Dia, 1979, ano 27, nº 7051, p. 3), revelando a necessidade de criação de oportunidades de trabalho e renda para a população local.

A seca estava provocando mudanças significativas na estrutura do Estado do Piauí, tanto social quanto economicamente. Essas alterações não se limitavam apenas ao espaço agropastoril, mas também abocanhavam a indústria. O secretário de Indústria e Comércio, empresário José Luis Martins Maia, destacava os esforços do governo para superar o estado de subdesenvolvimento, iniciando um amplo programa para criar oportunidades de emprego nas indústrias de fiação e tecelagem, fabricação de cimento e agroindústria. Ele afirmava:

O Piauí não pode mais esperar. O piauiense quando completa os 18 anos deixa sua terra e parte em procura de melhores condições de vida, mas nós temos a certeza de que podemos criar condições de absorver esta mão-de-obra [sic] que estamos perdendo anualmente, refletindo-se na formação de nossa economia (O Dia, 1979, nº 7051, p. 9).

O trecho acima demonstra significativa perda de mão de obra, que buscava melhores condições de vida em outras regiões, impactava não apenas a economia rural, mas também a industrial. Essa declaração ressaltava o apelo ao desenvolvimento econômico e geração de empregos no Estado para reter a mão de obra local e evitar o êxodo rural, apontando como solução importante de políticas de desenvolvimento regional e de estímulo à economia local.

No início de maio de 1979, teve início o alistamento nos 35 municípios abrangidos pelo decreto de emergência. A expectativa era de que fosse necessário mais de Cr\$ 180

⁵⁶ Microrregião de Pio IX, conforme divisão de 1989.

milhões em recursos financeiros para a instalação das frentes, com o dinheiro sendo liberado em sete parcelas, correspondente aos sete meses de funcionamento dos serviços nas obras. A liberação para o mês de maio foi de Cr\$ 38 milhões, representando a primeira parcela, o suficiente para as despesas de instalação e pagamento dos flagelados. O salário atualizado correspondia a Cr\$ 1.644,00, mas o plano elaborado pelo governo previa o pagamento pelo salário antigo, Cr\$ 1.111,20. Até meados de maio, já havia mais de 30 mil alistados, que receberiam quinzenalmente, com o dinheiro sendo entregue na presença do proprietário das terras, através de um funcionário do governo. O alistamento, a distribuição dos trabalhadores e o cadastro das propriedades eram realizados por técnicos das regionais do EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural)⁵⁷, ligados à Secretaria de Agricultura (O Dia, 1979, ano 27, nº 7054, p. 4; nº 7057, p. 4; nº 7066, p. 3). O número superava as previsões feitas pela Comissão de Defesa Civil, que esperava alistar apenas 20 mil homens em toda a região atingida pela seca. Essas informações destacam a logística e o planejamento necessários para a implementação das frentes de trabalho, bem como a importância do apoio governamental para garantir o pagamento e a distribuição adequada dos recursos aos trabalhadores prejudicados pela seca.

O governador Lucídio Portella e o chefe do escritório regional da SUDENE, Renato Portella Andrade, solicitaram ao Conselho Deliberativo do órgão a inclusão de mais 50 municípios na área de assistência (O DIA, 1979, ano 27, nº 7054, p. 4). Porém, somente no início de setembro, o número foi elevado, com o decreto de estado de emergência em mais 41 municípios, totalizando 76 no rol do espaço beneficiado com as obras e aproximadamente 40 mil alistados no total (O DIA, 1979, ano 27, nº 7107, p. 3; nº 7101, p. 2). Essas informações destacam a importância da expansão da área de assistência para incluir mais municípios e garantir que mais trabalhadores fagados pela seca recebessem ajuda. No entanto, também destaca a demora na tomada de decisões e no processamento de medidas de emergência, o que pode ter agravado a situação dos trabalhadores sufocados pela seca.

O Programa de Emergência de Combate à Seca entrou em ação já no primeiro semestre de 1979, quando 90% da safra se perdiam. As chamadas frentes de emergência foram adotadas como medidas paliativas, pela realização de serviços de infraestrutura, tanto

⁵⁷ Em 1974, o Governo Federal criou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, substituindo a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR. Essa mudança refletia a incorporação maciça de tecnologias para a melhoria da produtividade agrícola do país. Como parte desse processo, foram estabelecidas empresas de assistência técnica e extensão rural em âmbito regional, incluindo a Emater-PI, que foi criada em 1975. A Emater-PI tinha como objetivo fornecer assistência técnica e extensão rural aos agricultores do estado, com o objetivo de melhorar a produtividade agrícola e promover o desenvolvimento rural. A empresa desempenhou um papel importante na implementação das frentes de trabalho durante a seca de 1979-1983.

em espaços públicos quanto em propriedades particulares. Essas obras se tornaram necessárias e urgentes, considerando a situação de agravamento da fome, miséria e desemprego, uma vez que passaram a ser a principal fonte de renda dos flagelados da seca. No entanto, a vida nas frentes de emergência era difícil e sobrecarregada, com longas jornadas de trabalho e condições precárias de alojamento e alimentação. Os trabalhadores enfrentavam o sol escaldante, a poeira e a falta de água, além de terem que lidar com a falta de equipamentos adequados e a falta de segurança no trabalho. Apesar disso, as frentes de emergência proporcionaram uma expectativa de trabalho e organização para a população abatida pela seca, além de garantir a subsistência de muitas famílias.

3.2 Cotidiano nas frentes, práticas de resistência e negociação

Para o estudo sobre os camponeses nas frentes de emergência, é de suma importância a análise da tese de James Scott⁵⁸ sobre as formas de resistência, elaborada a partir da ampliação da compreensão da noção de economia moral das sociedades camponesas, demonstrando o caráter articulado dessas populações na defesa de seus objetivos. Na visão prospectiva do olhar antropológico de James Scott em relação às práticas cotidianas de resistência camponesa:

James Scott, em sua tese sobre as formas de resistência camponesa, amplia agudamente o olhar sobre o discernimento de economia moral das sociedades camponesas, demonstrando o caráter articulado dessas populações na defesa de seus objetivos. Segundo Scott, as práticas cotidianas de resistência camponesa são formas de luta contra a opressão e a exploração, e são baseadas em valores e costumes que são compartilhados pelos camponeses. Essas práticas de resistência podem incluir a recusa em pagar impostos, a sabotagem de equipamentos e maquinários, a resistência à imposição de novas tecnologias e formas de trabalho, entre outras estratégias.

Essas práticas são muitas vezes invisíveis e sutis, mas são fundamentais para a sobrevivência e resistência dos camponeses frente às calamidades que o efeito climático da seca pode trazer em diferentes âmbitos. Scott argumenta que essas práticas de resistência são uma forma de preservar a autonomia e a identidade dos sujeitos camponeses, que muitas vezes são ameaçadas pela imposição de políticas e práticas dominantes de mercado. Ele

⁵⁸ Cientista político e antropólogo estadunidense, cuja especialidade reside na área de política comparada. Ele se destaca como um pesquisador de sociedades agrárias e não estatais, bem como de política subalterna e anarquismo. Seu principal *corpus* de pesquisa incide sobre os camponeses do Sudeste Asiático e as táticas que empregam para resistir a variadas modalidades de dominação.

defende a importância de valorizar e respeitar a cultura e os valores desses grupos, e de reconhecer sua capacidade de resistência e luta contra a opressão e a exploração.

Esse olhar antropológico de James Scott é obrigatório para se ater subjetivamente às estratégias de resistência adotadas pelos camponeses nas frentes de emergência de combate à seca, e para valorizar sua cultura, identidade e modo de vida. A análise dessas práticas cotidianas de resistência é essencial para conhecer as relações sociais, econômicas e culturais envolvidas nesse contexto específico.

[...] a resistência cotidiana se distingue mais evidentemente de outras formas de resistência é em sua implícita negação de objetivos públicos e simbólicos. Enquanto a política institucionalizada é formal, ostensiva, preocupada com a mudança sistemática e *de jure*, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos *de facto* imediatos (Scott, 2011, p. 223).

Na distinção entre a resistência cotidiana e outras formas de resistência, destaca-se a natureza informal e muitas vezes dissimulada da resistência cotidiana, que está mais preocupada com ganhos imediatos do que com objetivos públicos e simbólicos. Essa caracterização ressalta a importância de mergulhar em reflexões que envolvem as estratégias e práticas cotidianas dos camponeses nas frentes de emergência, considerando a natureza específica de sua resistência.

Para Scott, as formas de resistência camponesa podem acontecer de formas cotidianas, fragmentadas e difusas, e envolvem uma série de estratégias que são utilizadas pelos grupos relativamente desprovidos de poder. Essas estratégias incluem relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, entre outras. Ao utilizar a metodologia etnográfica, Scott detalha muito bem essas características, e é possível observar evidências semelhantes na atuação dos trabalhadores nas frentes de emergência de combate à seca. Esses trabalhadores, que muitas vezes eram camponeses, utilizavam estratégias semelhantes para resistir às condições precárias de trabalho e às imposições das políticas públicas.

Essas estratégias incluíam a recusa em trabalhar em determinadas condições, a sabotagem de equipamentos e maquinários, a simulação de doenças para evitar o trabalho, entre outras. Essas práticas cotidianas de resistência eram fundamentais para a sua permanência de vida e tentativas de viver dos trabalhadores, e demonstram a capacidade de articulação e luta desses sujeitos em defesa de seus objetivos e interesses.

Durante as entrevistas realizadas com ex-trabalhadores das frentes de serviços, questionou-se sobre a ocorrência de saques, invasões em fazendas, residências e comércios

locais. Embora a maioria dos entrevistados tenha negado a ocorrência desses eventos em regiões específicas, a referência aos saques pode ser percebida em jornais da época. Os entrevistados utilizaram como argumento a possibilidade de alistamento, que seria inviável caso o sujeito tenha se organizado em grupos para cometer saques, como apontado por Brito (2017, p. 47). É importante considerar que a negativa da prática de ações das multidões em saques compõe um quadro de estratégias de defesa dos trabalhadores, por se tratar de ações que configuram crime, além do zelo pela memória enquanto trabalhadores das frentes de serviço. Nesse sentido, a prospecção teórico-metodológica de James Scott se torna significativa para esta pesquisa.

As formas cotidianas de resistência camponesa não produzem matérias de jornais. [...] Há raramente alguma confrontação dramática, eventualmente digna de ser noticiada. E, sempre que o barco do estado esbarra numa dessas barreiras, a atenção é centrada no acidente e não na vasta agregação de microatos que resultaram na barreira (Scott, 2002, p. 13).

A citação de Scott (2002) ressalta a ideia de que as formas cotidianas de resistência camponesa raramente são noticiadas, uma vez que não costumam gerar confrontações dramáticas dignas de atenção midiática. Quando o Estado encontra obstáculos, a atenção se volta para o acidente em si, e não para a série de pequenos atos que levaram a esse obstáculo. Essa realidade injusta destaca a manutenção das formas sutis e cotidianas de resistência, que muitas vezes passam despercebidas, mas têm um impacto significativo no contexto social e político.

A análise dos periódicos e a história oral por meio de entrevistas temáticas com os sujeitos trabalhadores das frentes de obras são abordagens complementares e essenciais para clarear as ideias sobre o contexto histórico em que o fenômeno da seca fincou na sociedade. Através da história oral, é possível entender o dia a dia e a organização dessas pessoas em torno do trabalho na lavoura e nas frentes de emergência, o que permite entender o viver dessa classe populacional dos costumes em comum e das formas cotidianas de resistência. Essa abordagem enriquece a pesquisa ao capturar as vozes daqueles que viveram e testemunharam os eventos históricos em questão, proporcionando uma abertura de pensamento quanto à realidade experienciada mais completa e contextualizada do período em questão.

A senhora Madalena, 75 anos de idade, e o esposo, senhor Alves, 76 anos de idade, ambos lavradores aposentados⁵⁹, trabalharam nas frentes de serviços ativadas financiadas a Fundo Perdido⁶⁰ pelo Programa de Emergência de Combate aos Efeitos da Seca, no município

⁵⁹ Nomes fictícios utilizados para evitar a identificação dos sujeitos participantes da pesquisa.

⁶⁰ Recurso disponibilizado pelo governo sem perspectiva de reembolso.

de Angical do Piauí-PI. Madalena é uma mulher cuja experiência de vida reflete a resiliência e a adaptabilidade diante das adversidades. Sua narrativa abrange um período específico da seca, quando ela esteve profundamente envolvida em atividades relacionadas ao “Fundo Perdido”, como eles chamam o local de trabalho nas frentes de emergência.

Durante a seca, Madalena desempenhava um papel crucial na sustentação de sua família e no apoio às operações de perfuração de poços e cacimbões. Sua função principal era preparar e vender alimentos para os trabalhadores do projeto. Com uma rotina intensa, ela começava o dia cedo, preparando café, leite, bolos, cuscuz e outros alimentos que eram vendidos aos operários. Sua estratégia de venda envolvia a anotação cuidadosa dos nomes dos compradores para garantir que recebesse o pagamento devido ao final do mês.

A seca impôs enormes desafios à sua vida cotidiana. Além de sua atividade comercial, ela ajudava na remoção de lama e no trabalho físico associado à construção e manutenção dos poços. A precariedade das condições alimentares, como o consumo de feijão preto e a falta de leite, era uma constante preocupação. A dieta limitada e as condições de trabalho duras refletiam a severidade da seca e as dificuldades enfrentadas pelas comunidades envolvidas no “Fundo Perdido”.

Madalena também relata a estrutura de trabalho, onde os operários eram organizados e pagos pelo governo, com uma clara divisão entre os que trabalhavam no projeto e os que não eram incluídos. Ela menciona a dificuldade de receber uma remuneração adequada e as tensões associadas a isso, além das estratégias para lidar com as dificuldades, como negociar a compra de alimentos adicionais para seus filhos. Sua narrativa revela um retrato vívido da vida durante um período de crise, destacando o esforço físico, a resiliência emocional e a capacidade de adaptação a circunstâncias adversas.

O trabalho de Madalena não se limitava à sua função como cozinheira e vendedora; ela era uma figura central na manutenção da coesão familiar e no enfrentamento dos desafios impostos pela seca. Sua história é um testemunho da força e da coragem de muitas pessoas que enfrentaram e superaram períodos de grande dificuldade. Ela descreveu sua rotina de atividades no barracão, o que permite ter uma tomada de consciência em torno da dimensão das mudanças trazidas pelas frentes de serviço para o cotidiano daqueles sujeitos. É de suma importância trazer as vozes desses sujeitos para entender como as frentes de emergência alteraram a vida dos trabalhadores rurais, tanto em termos de trabalho quanto de organização social e familiar. Através da história oral, pode-se registrar essas vivências e entender de que maneira as políticas públicas influenciaram a vida das pessoas tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Segundo ela:

Olha! O negócio era assim: eu trabalhava aqui e o meu esposo trabalhava em outra parte, de outro Fundo Perdido, então eu saía de manhã pra fazer o cafezinho, o leite, às vezes eu fazia até o chá, fazia da *rapinha de açúcar* pra levar, e fazia o que... pudim, bolo-frito e cuscuz. Eu chegava lá na barraca, que tinha uma barraca, eles fizeram uma *barracona* pra *mode* eu ficar dentro, pra fazer o lanche, pra meio-dia despachar o povo, meio-dia não, era 10h. Dar o lanche o povo. Quando eu terminava de dar o lanche, eu juntava os *trem* tudo e ia ajudar a pegar o balde de lama e botar fora, eles cavando o cacimbão e nós ia ajudando esgotar e pegando os baldinhos e botando lá fora (Madalena, 2023).

A fala da senhora Madalena oferece um vislumbre vívido de sua rotina e das atividades desempenhadas durante seu trabalho nas frentes de emergência. Ela descreve suas responsabilidades, que incluíam preparar alimentos, fornecer lanches para os trabalhadores, além de auxiliar nas tarefas de escavação de cacimbão. Essa narrativa ilustra a importância do papel desempenhado por ela, pela família, e por outros trabalhadores nas frentes de serviço, inserindo as múltiplas tarefas desempenhadas para garantir o funcionamento e a eficiência das operações. Esses relatos fornecem um olhar valioso da importância dos relatos das contribuições individuais para as frentes de emergência durante a seca de 1979-1983.

As entrevistas realizadas na história oral permitem capturar informações pujantes de vozes em vida que muitas vezes não são encontradas nos documentos oficiais e/ou hemerográficos. Essas entrevistas podem revelar e reviver oralmente acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, bem como experiências pessoais e impressões particulares que não são registradas em outras fontes, sugere Alberti (2013). A história oral permite resgatar informações inéditas e oferece um panorama único sobre o passado, pois se baseia na recuperação do vivido segundo a concepção de quem vivenciou, que permite capturar nuances e detalhes que podem ser perdidos em outras fontes.

[...] reconstituir o cotidiano não é muito fácil [...]. Mas é possível a um bom entrevistador obter descrições precisas de rotinas. De um lado, porque elas estão consolidadas na memória do entrevistado, que precisava dominá-las para poder viver e trabalhar. De outro, porque elas geralmente são informações *inofensivas* que nunca precisaram ser interpretadas ou reavaliadas ao longo da vida, ao contrário dos valores ou das experiências problemáticas (Alberti, 2004, p. 24).

Alberti (2004) destaca a dificuldade de reconstituir o cotidiano histórico, mas ressalta a possibilidade de obter descrições precisas das rotinas por meio de entrevistas. As rotinas cotidianas estão consolidadas na memória dos entrevistados, pois são essenciais para suas vidas e trabalho. Além disso, essas informações geralmente são inofensivas e não precisam ser interpretadas ou reavaliadas ao longo da vida, ao contrário de valores ou acontecimentos. Portanto, as entrevistas orais podem oferecer *insights* fundamentais sobre o cotidiano,

fornecendo detalhes das práticas, atividades e tudo que compõe as ações de vida das pessoas no contexto histórico estudado.

Com a história oral é possível questionar e analisar como as pessoas experimentaram determinados acontecimentos, possibilitando um trabalho de organização e seleção daquilo que foi importante para o sentimento de unidade e identidade dos trabalhadores das obras contra a seca. De acordo com Alessandro Portelli, os "fatos" do historiador e as "representações" dos antropólogos devem andar juntos nas análises. Isso significa que as narrativas orais, ao lado de outras fontes históricas, contribuem para um estudo mais completo e contextualizado dos eventos. . Ao integrar os "fatos" e "representações", os historiadores podem oferecer uma amplitude de pensamentos levando em consideração tanto os acontecimentos objetivos quanto as percepções e interpretações subjetivas das pessoas envolvidas.

Representações e fatos não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem (Portelli, 1996, p. 111).

Há uma interconexão entre representações e fatos na construção da narrativa histórica, em que as representações se utilizam dos fatos e os interpretam como tal, enquanto os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações. Ambos convergem na subjetividade dos seres humanos e são moldados pela linguagem. Isso enfatiza a importância de considerar não apenas os eventos objetivos, mas também as interpretações e significados atribuídos a eles pelas pessoas envolvidas. Ao reconhecer a interação entre representações e fatos, os historiadores podem desenvolver uma compreensão integral e holística do passado, levando em conta as experiências humanas e das narrativas históricas.

As fontes orais são ricas em informações sobre os custos psicológicos, as ações, as intenções e as crenças das pessoas envolvidas em determinado contexto histórico. Como destaca Alessandro Portelli (2013), as fontes orais permitem entender como as "representações" se tornam "fatos" sociais, ou seja, como as percepções e interpretações subjetivas das pessoas moldam a realidade social. Ao analisar as narrativas orais, o pesquisador deve estar atento às brechas, aos significados e aos sentimentos dos sujeitos históricos, o que permite delinear os costumes e tradições apresentados.

Para Delgado (2010), a memória é um processo contínuo de arquivamento do passado atualizado pelo tempo presente, e a relação entre tempo e memória é indissociável. A memória é composta por registros de espaços, tempos, experiências, imagens e

representações, e as identidades são construídas a partir de representações coletivas que envolvem comparações com outras identidades. No entanto, a tendência é enfatizar a consistência da identidade em vez da diferença. A história oral, nesse ínterim, produz evidências sobre os processos históricos de reconhecimento de identidades e mostra que a coesão promove o autorreconhecimento de grupos sociais. Isso significa que a história oral pode ajudar a entender como as identidades são construídas e mantidas ao longo do tempo, bem como as relações entre diferentes grupos sociais.

A identidade traduz um sentimento e uma convicção de pertencimento e vinculação a uma experiência de vida comum. A dinâmica constitutiva das identidades é a da experiência vivida, que pode vincular-se simultaneamente à alteridade e à igualdade. Ou seja, as identidades são constituídas por um mecanismo contrastante de afirmação das diferenças e de reconhecimento das similitudes (Delgado, 2010, p. 71).

A autora destaca a dinâmica constitutiva das identidades, ressaltando que elas são formadas a partir da interação e da experiência vivida, o que pode envolver tanto a alteridade quanto a igualdade. Isso significa que as identidades são moldadas por um mecanismo contrastante de afirmação das diferenças e de reconhecimento das semelhanças. Isso enfatiza a complexidade e a fluidez das identidades, que podem ser simultaneamente distintas e compartilhadas, refletindo a diversidade e a interconexões humanas.

A inter-relação entre identidade, representação e memória é preciosa para captar os processos históricos e sociais. A história oral desempenha um papel importante nesse sentido, permitindo uma análise plural das experiências humanas heterogêneas. Ao captar a subjetividade dos sujeitos históricos, a história oral revela a condição humana dos indivíduos e permitindo a contextualização dos eventos históricos. Além disso, o diálogo e o confronto com outras fontes históricas possibilitam uma visão além do rudimentar, e sim mais completa dos acontecimentos, permitindo que o pesquisador desenvolva um campo de ideias holística do passado. A interdisciplinaridade também é fundamental nesse processo, permitindo que diferentes áreas do conhecimento contribuam para uma compreensão dos processos históricos e sociais.

As conclusões da antropóloga Ellen Fensterseifer Woortmann (2009) destacam a importância de compreender o mundo camponês a partir da própria ótica desses sujeitos, ou seja, é necessário entender suas práticas, costumes e tradições em seus próprios termos. Essa abordagem é indispensável para abranger a lógica camponesa de ver o mundo e lidar com o trabalho, especialmente no contexto das frentes de emergência, onde os trabalhadores se viam simultaneamente como camponeses e operários. Nesse sentido, é importante que a pesquisa se

movia para se colocar no lugar desses trabalhadores, buscando entender suas experiências e interpretações a partir de sua própria realidade.

No caso dos trabalhadores das frentes de obras, onde muitos eram camponeses, é relevante entender como esses sujeitos lidavam com as condições precárias de trabalho e com as imposições das políticas públicas. Isso implica em se colocar no lugar desses trabalhadores, e em discernir a lógica camponesa de ver o mundo e lidar com o trabalho.

Essa inquietação é oportuna para uma análise das dinâmicas sociais, econômicas e culturais envolvidas na situação da seca e no trabalho nas frentes de emergência. É preciso valorizar a cultura, a identidade e o modo de vida desses sujeitos, e reconhecer sua capacidade de resistência e luta contra a opressão e a exploração. Destacando que somente assim será possível construir políticas públicas mais adequadas e efetivas para esses sujeitos.

Thompson é um autor *mister* quando se fala sobre os elementos sociais, econômicos e culturais envolvidos no contexto plural da seca e no trabalho nas frentes de emergência. Ele chama a atenção para a importância dos costumes em comum, da economia moral e da disciplina de trabalho na vida das classes trabalhadoras, e destaca a necessidade de decodificar as formas de expressão simbólica do comportamento desses sujeitos.

Para Thompson, as regras invisíveis que regem o comportamento das classes trabalhadoras são fundamentais para entender o completo e vasto modo de viver, destacando os elementos sociais, destacando que é preciso valorizar e respeitar essas regras e costumes para construir políticas públicas mais adequadas e efetivas para esses sujeitos. No caso dos trabalhadores das frentes de emergência, é indispensável conhecer as regras invisíveis que regiam seu comportamento e sua relação com o trabalho, e valorizar sua cultura, identidade e modo de vida.

[...] o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflito, um conflito consciente e ativo, como que numa resistência aos novos padrões de consumo (“necessidades”), às inovações técnicas ou à racionalização do trabalho que ameaçam desintegrar os costumes e, algumas vezes, também a organização familiar dos papéis produtivos (Thompson, 1998, p. 21).

O pensamento de Thompson destaca o conflito entre o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes, que muitas vezes se manifesta como uma resistência aos novos padrões de consumo, inovações técnicas ou racionalização do trabalho que ameaçam desintegrar os costumes e a organização familiar dos papéis produtivos. Essa resistência pode ser entendida como uma forma de preservar a identidade e a cultura camponesa diante das mudanças impostas pelo capitalismo. Essa abordagem pode ser útil para

distinguir as estratégias e práticas dos trabalhadores nas frentes de emergência, que muitas vezes se encontravam em uma posição de conflito com as mudanças impostas pelo processo de modernização.

Thompson aponta para um confronto entre a economia de mercado inovadora e a economia moral da "plebe", baseada nos costumes. Esse embate delineia a formação da classe e a consciência de classe na integração e no resgate de fragmentos residuais das antigas estruturas, consolidando os costumes que servem aos interesses do povo. Ele destaca a importância de fazer algumas distinções em relação ao termo cultura. Argumenta ainda que a cultura não é algo homogêneo e estático, mas sim um conjunto de práticas e costumes que estão em constante mudança e evolução.

Além disso, ele destaca a importância de reconhecer a diversidade cultural presente nas relações entre as diferentes culturas e como ela se relaciona com as relações sociais e de trabalho. Para Thompson, a cultura é um elemento precioso na formação da consciência de classe e na luta contra a opressão e a exploração. É por meio da cultura que os trabalhadores constroem sua identidade e sua resistência, e é por meio da cultura que eles lutam por seus direitos e interesses.

[...] Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão dos costumes de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho (Thompson, 1998, p. 22).

O autor aponta que é imperativo questionar a necessidade de desmembrar e analisar meticulosamente os elementos constituintes da cultura. Isso inclui uma crítica aos rituais, aos modos simbólicos, aos atributos culturais que perpetuam a hegemonia, à transmissão intergeracional de costumes e ao desenvolvimento desses costumes dentro de contextos específicos das relações sociais e laborais historicamente estabelecidas. Esse detalhamento é essencial para iluminar a mente sobre a questão intrincada e estrutural da cultura e das práticas sociais, especialmente no contexto das frentes de emergência, onde as tradições e costumes desempenhavam um papel significativo na vida dos trabalhadores.

O relato da Senhora Madalena explana a nítida divisão do trabalho nas frentes de serviço durante o período em que ela esteve alistada. Além disso, sua história mostra como as famílias rurais se organizaram em torno das frentes de serviço para obter o sustento familiar, mesmo em condições adversas, como a seca. A venda de lanches por conta própria é uma estratégia para se viver que demonstra a versatilidade e a criatividade dos trabalhadores rurais diante das dificuldades enfrentadas. Esse tipo de informação é valioso para entender o *modus*

operandi do compasso social e econômico da época, bem como as estratégias adotadas pelas famílias rurais em contextos de crise.

O relato do senhor Nascimento⁶¹, 67 anos de idade, irmão da senhora Madalena, mostra como o alistamento para as frentes de serviço era organizado na região em que ele vivia: “O BEC chegava lá na turma, lá no órgão de trabalho, aí fazia a ficha de cada um *cliente*, naquele momento que fazia a ficha já estava cadastrado, aí no próximo dia já ia trabalhar”. Segundo ele, o Exército Brasileiro, por meio do Batalhão de Engenharia de Caçadores (BEC), era responsável pelo alistamento e fazia a ficha de cada trabalhador rural interessado em participar das frentes de serviço. Essa informação era divulgada na cidade e chegava até a zona rural, onde os trabalhadores residiam. O fato de que quem fosse trabalhador rural deveria se alistar demonstra como as frentes de serviço eram uma importante fonte de renda e emprego para as famílias rurais durante a seca, bem como a falta de oportunidades e até mesmo o caráter compulsório dessa forma de trabalho.

Nascimento é um lavrador de longa data, que viveu intensamente as dificuldades da seca que afetou o Piauí entre 1979 e 1983. Sua experiência reflete as duras condições enfrentadas pelos trabalhadores rurais durante esse período crítico. Em 1982, assim como muitos outros, viu-se forçado a participar de um programa governamental criado para mitigar os efeitos devastadores da seca. Conhecido localmente por sua habilidade e disposição, ele se alistou nas frentes de trabalho promovidas pelo “Fundo Perdido”, um esquema de ajuda que visava proporcionar sustento básico para as pessoas em situação de extrema carência.

O trabalho de Nascimento envolvia tarefas pesadas e exigentes, como a construção de açudes. Utilizando métodos tradicionais, como a mão de pilão para compactar barro e a construção de esteiras para transportar materiais, ele desempenhou um papel crucial na construção de infraestruturas que ajudariam a armazenar água para períodos de seca futura. A rotina diária incluía o trabalho árduo, mas oferecia um alívio mínimo na forma de pagamento e cesta básica, que muitas vezes incluía apenas feijão.

Nascimento descreve o trabalho como extenuante e frequentemente marcado por problemas administrativos. O trabalho era rigidamente supervisionado por um chefe que, apesar de analfabeto, era responsável por impor regras e horários. Essa falta de compreensão por parte dos supervisores causava descontentamento e frustração entre os trabalhadores, que precisavam lutar para serem ouvidos e compreendidos. O alistamento no programa era feito de forma prática e direta: o BEC (órgão responsável pelo grama) fazia o cadastro e, no dia

⁶¹ Nome fictício para evitar a identificação do sujeito participante da pesquisa.

seguinte, os trabalhadores eram convocados para iniciar suas atividades. Nascimento lembra da dificuldade de adaptação às condições de trabalho e a falta de equipamentos adequados, com muitos recursos sendo improvisados pelos próprios trabalhadores.

No município de Beneditinos-PI, o senhor Lima⁶², 64 anos de idade, relata como o alistamento para as frentes de serviço era organizado. Segundo ele, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) era responsável pelo alistamento naquela região:

E aí, quando chegou 1982, meados já de 1982, chegou o alistamento, pelo DNOCS, convocando os trabalhadores rurais que estavam com dificuldades, para se cadastrarem nesse programa do governo, que tinha na época. Chamavam de DNOCS, outros até brincavam, chamavam de *Maguinu*, que o *cabra* entrava magro e saía nu (risos). Então, foi pelo ano de 1982, 1983, até o começo 1984 que foi quando o inverno voltou de novo (Lima, 2023).

Lima vivenciou adversidades da seca que assolaram a região do Piauí durante as décadas de 1980 e 1990, experienciando uma mudança drástica em sua vida devido à severa crise hídrica que afetou profundamente a agricultura local. Antes da seca, Lima vivia da agricultura tradicional, cultivando a terra e colhendo os frutos do seu trabalho, dependendo das chuvas regulares para sustentar sua produção. No entanto, com a falta prolongada de chuva que se instalou a partir dos anos 1980, a agricultura tornou-se insustentável, obrigando Lima e outros trabalhadores rurais a buscar novas formas de subsistência.

A seleção para o programa era baseada na necessidade. Lima, como muitos outros, foi selecionado devido à sua dependência do trabalho rural e à ausência de outras fontes de renda. O DNOCS realizava reuniões para alistar os trabalhadores, priorizando aqueles que não eram proprietários de terras ou comerciantes. Essa experiência reflete a luta e a resiliência dos trabalhadores rurais que, diante da crise, buscaram se adaptar e sobreviver. Seu relato oferece uma visão valiosa sobre os desafios enfrentados por aqueles que foram diretamente impactados pelos eventos climáticos e as políticas governamentais implementadas em resposta às crises.

As informações trazidas pelo senhor Lima são importantes sobre o período de alistamento para as frentes de serviço. Ele destaca que, por volta de 1982, o DNOCS convocou os trabalhadores rurais que estavam enfrentando dificuldades para se cadastrarem no programa do governo. O fato de que o DNOCS era conhecido por diferentes apelidos, como "Maguinu", demonstra a familiaridade e, possivelmente, a proximidade que os trabalhadores tinham com essa instituição durante o período da seca. Além disso, a referência

⁶² Nome fictício para evitar a identificação do sujeito participante da pesquisa.

ao período de 1982, 1983 e início de 1984 indica a duração e a continuidade das ações das frentes de serviço nesse contexto de crise.

O senhor Lima ainda destaca as principais obras realizadas durante o período das frentes de serviço. A reconstrução e melhoria de estradas, a perfuração de poços cacimbões, e a construção de barragens e açudes foram projetos de destaque. Além disso, a possibilidade de realizar obras em propriedades particulares, desde que o resultado beneficiasse a população vizinha, revela a preocupação em atender às necessidades coletivas e em promover o uso compartilhado dos recursos hídricos e de infraestrutura:

E o serviço era consertar estrada, melhoria de estrada, perfurar poço-cacimbão, que as águas eram difíceis, não tinha. O maior projeto, o plano do projeto era fazer açudes, pequenos açudes, escavação de pequenos açudes, para quando viesse chuva garantisse maior segurança para aquelas pessoas que tinham dificuldades de viver naquela situação. Faziam barragens em setores mais próprios de juntar água, e a vida era desse jeito, a época foi uma dificuldade para quem não tinha condições de sobreviver de outra maneira. O jeito era se alistar nesse programa de governo, e feliz era aquele ainda que se alistasse. Porque não tinha mais outro apelo (Lima, 2023).

O fato de que o alistamento nas frentes de serviço era uma das poucas opções disponíveis para as pessoas que não tinham condições de sobreviver de outra maneira demonstra a importância dessas ações governamentais para a população desvalida pela seca, no entanto, fica óbvio a insatisfação com a alistagem, ter que se submeter para garantir a reprodução familiar. Essas informações contribuem para uma para entender as estratégias de enfrentamento da seca e das condições de vida das comunidades rurais durante esse período. “O jeito era se alistar” pode ser interpretado como um lamento, indicando uma resignação diante de uma situação sem alternativas, o reflete a naturalização da pobreza, como se fosse um estado inevitável, e uma condição imposta que limita as escolhas e direciona para uma única opção possível, neste caso, as obras das frentes.

O compartilhamento de informações pelo senhor Lima sobre o pagamento e benefícios recebidos durante o programa de frentes de serviço são importantes para analisar as condições de trabalho e remuneração dos participantes. Ele estima que o pagamento mensal estava na faixa de 15 mil cruzeiros, e destaca que, a partir da metade do programa, os trabalhadores passaram a receber alimentos, sendo que na região em que ele trabalhava, apenas feijão era fornecido, enquanto em outras regiões eram distribuídas cestas completas com café, açúcar, entre outros itens. Isso demonstra que famílias de trabalhadores rurais sem terras e condições de subsistir eram atraídas para trabalhar nas frentes pela perspectiva de assalariamento e submetidos a condições de trabalho compulsório ou escravo nas frentes de emergência.

O trecho também desvela uma gama de disparidades regionais no fornecimento de benefícios aos participantes das frentes de serviço. Além disso, a organização metodicamente detalhada da dinâmica do serviço, incluindo o pagamento em datas preestabelecidas pelo DNOCS, fornece *insights* sobre a estrutura e gestão do programa de frentes de serviço durante a seca:

E a frente de serviço se trabalhava, se juntava depois do alistamento, fazia uma reunião, eram as turmas de 20 homens até 25 homens, outras com 15. Aí se escolhia um cabo de turma, entre aqueles ali, os trabalhadores mesmo escolhiam um que achavam melhor, aquela pessoa era o *apontador*. Apontava, marcava as diárias dos trabalhadores e era quem comandava mais o serviço, era aquele cabo de turma. Era quem apontava as diárias dos trabalhadores, a gente não ia se importar em dizer ‘eu trabalhei tantos dias’ não, o apontador estava lá, todo dia que você estava lá ele marcava lá na cadernetazinha, na agenda ele marcava os dias. E isso foi até meados de 1984 quando terminou (Lima, 2023).

Essa fala sobre a organização do trabalho nas frentes de serviço durante a seca é importante para se decifrar como as atividades eram realizadas e gerenciadas. Ele destaca que, após o alistamento, os trabalhadores eram divididos em turmas de 15 a 25 homens, e escolhiam um cabo de turma para ser o apontador, responsável por comandar o serviço e marcar as diárias dos trabalhadores. Essa organização permitia uma gestão mais eficiente do trabalho e garantia que as diárias fossem registradas corretamente. O fato de que essa metodologia de trabalho foi mantida até meados de 1984 indica que ela foi considerada “eficaz” e “adequada” para as necessidades do programa de frentes de serviço durante a seca. No entanto, a organização do trabalho em turmas pode gerar uma interdependência entre os trabalhadores, o que pode levar a um sentimento de obrigação ou necessidade de continuar na atividade laboral.

Destaca-se a organização e solidariedade entre os trabalhadores nas frentes de serviço durante a seca. Ele menciona a existência de uma clara divisão de atividades e a formação de estratégias para permanecer no trabalho, evidenciando a cooperação entre os trabalhadores. E para participar do processo de seleção, teria que apresentar testemunhas que não era comerciante, proprietário ou dono de grandes criações de animais, de acordo com o senhor Lima. A eleição de um líder entre eles mesmos para comandar o grupo e a necessidade de apresentar testemunhas para participar do processo de seleção indica a existência de um vínculo e uma rede de apoio entre os participantes. Existe, assim, um vínculo entre os sujeitos e fortalecem uns aos outros, numa rede de apoio.

O senhor Pereira⁶³ destaca a importância do início do serviço nas frentes de trabalho durante a seca, acrescentando que esse período era marcado por uma maior concentração de mão de obra e pela necessidade de evitar a migração em massa para os centros urbanos. Essa estratégia visava conter a "avalanche de flagelados" e a grande migração, demonstrando a preocupação em manter os trabalhadores nas áreas dominadas pela seca. Além disso, a fala de Pereira também ressalta o impacto do tempo e da disciplina de trabalho sobre os trabalhadores, indicando que a imposição de uma nova lógica temporal e disciplinar durante as frentes de serviço teve repercussões significativas para aqueles envolvidos.

Porque na roça era o seguinte, digamos que eu vou trabalhar pra mim mesmo, eu posso chegar lá 9h. O horário de eu sair da roça no meio dia, quem vai dizer sou eu. Eu posso sair 12h, 13h. Muitas vezes eu só quero ir uma vez durante o dia, porque à tarde o sol é muito quente, eu só faço um horário. Aí saio da roça 12h, 12h30min, 13h e venho pra casa fazer o almoço. Porque num período desse que está quente não é todo ser humano que aguente trabalhar o dia todo. [...] Chegar cedo, antes do sol esquentar, por que se passar mal quem é que vai socorrer? (Pereira, 2023).

Destacam-se as diferenças entre o trabalho nas frentes de serviço durante a seca e o trabalho na roça. Ele ressalta que, na roça, o trabalhador tem mais liberdade para determinar seus horários e ritmo de trabalho, podendo adaptar suas atividades de acordo com as condições climáticas e suas próprias necessidades. Além disso, ele menciona a importância de evitar o calor excessivo e de cuidar da própria saúde, indicando uma maior autonomia e flexibilidade no trabalho rural em comparação com as frentes de serviço durante a seca.

Quadro 5 - O tempo de trabalho em cada localidade / frente de serviço

ENTREVISTADO(A)	LOCALIDADE DO SERVIÇO / CIDADE	TEMPO DIÁRIO DE SERVIÇO
Lima	Canto do Correio, Ladeira e Tamboril / Beneditinos-PI	De 07h às 11h e 13h às 17h ou em horário corrido de 07h às 14h.
Antônio	Cachoeira / Angical do Piauí-PI	De 07h às 11h e 13h às 17h. ⁶⁴
Nascimento	Baixão do Boi, hoje Novo Horizonte / Angical do Piauí-PI	De 07h às 11h e 13h às 17h.
Pereira	Tabuleiro do Coco, hoje Novo Horizonte / Angical do Piauí-PI	De 07h às 11h e 13h às 17h.
Alves	Baixão do Coco ou Baixão do Pau D'arco / Angical do Piauí-PI	Inicialmente horário corrido através de empreitada até 12h ou 14h. Depois de feito um acordo, limitado até 12h.
Marsunila	Cachoeira / Angical do Piauí-PI	De 07h às 10h. ⁶⁵

⁶³ Nome fictício para evitar a identificação do sujeito participante da pesquisa.

⁶⁴ Depois que o encarregado do serviço aumentou mais 30 minutos, os trabalhadores saíram apenas às 17h30min. Não receberam aumento salarial.

⁶⁵ Saía mais cedo no turno da manhã, para cuidar das tarefas domésticas. Não especificou se trabalhava no turno da tarde.

Madalena	Localidade não especificada / Angical do Piauí-PI	De 07h às 11h.
----------	---	----------------

Fonte: Entrevistados

O relato sobre a organização do tempo e do trabalho nas frentes de serviço durante a seca destaca a variabilidade nos horários, que eram ajustados com os chefes encarregados, geralmente seguindo um padrão de 8 horas diárias divididas em dois turnos, com exceção das mulheres que trabalhavam apenas no turno matutino. Essa variabilidade e coordenação entre os trabalhadores para diminuir a carga de trabalho adicionam a adaptação e negociação das condições laborais em um contexto desafiador. Além disso, a diferenciação para as mulheres também aponta para a consideração das necessidades específicas de gênero no ambiente de trabalho, percebendo-se a importância da colaboração e da busca por condições mais equitativas.

Percebe-se a singularidade da experiência histórica vivenciada pelos operários nas frentes de serviço durante a seca, ressaltando que a condição limite em que se encontravam foi determinante para o estabelecimento de múltiplas relações de trabalho. A mudança do local de trabalho, a alteração na rotina e a adaptação ao novo tempo de trabalho foram aspectos significativos dessa prática. Conforme Thompson (1998, p. 269), no seio das sociedades camponesas, “a medição do tempo está comumente relacionada com os processos familiares no ciclo de trabalho ou das tarefas domésticas”, exemplificando que na rotina das tarefas pastorais, o relógio diário é o do gado, as horas do dia e a passagem do tempo são basicamente a sucessão dessas tarefas e a relação mútua. A percepção e a organização do tempo estão intrinsecamente ligadas às atividades cotidianas e às relações sociais, bem como as influências culturais.

Sem dúvida, esse descaso pelo tempo do relógio só é possível numa comunidade de pequenos agricultores e pescadores, cuja estrutura de mercado e administração é mínima, e na qual as tarefas diárias (que podem variar da pesca ao plantio, construção de casas, remendo das redes, feitura dos telhados, de um berço ou de um caixão) parecem se desenrolar, pela lógica da necessidade, diante dos olhos do pequeno lavrador (Thompson, 1998, p. 271).

A percepção e a organização do tempo são diferentes em comunidades de pequenos agricultores e pescadores, cuja estrutura de mercado e administração é mínima. As tarefas diárias são variadas e se desenrolam de acordo com a lógica da necessidade, diante dos olhos do pequeno lavrador. Esse olhar denota como a percepção e a organização do tempo estão intrinsecamente ligadas às atividades cotidianas e às relações sociais, e como essa percepção pode ser diferente em contextos sociais distintos.

O trabalho do amanhecer até o anoitecer pode ser percebido como algo "natural" em famílias de agricultores, especialmente durante os meses da colheita, quando a natureza impõe a necessidade de colher os grãos antes do início das tempestades. Isso demonstra como a percepção e a organização do tempo nessas sociedades estão orientadas pelas tarefas e pelos ritmos de trabalho "naturais", ou seja, pelas demandas e ciclos da natureza.

O senhor Antônio⁶⁶, 79 anos de idade, também lavrador aposentado angicalense, destaca a relação entre o controle do tempo e a disciplina de trabalho nas frentes de serviço durante a seca. Ele menciona um episódio em que houve um princípio de motim devido ao aumento do tempo de serviço sem um correspondente aumento salarial ou pagamento de hora extra. Esse episódio apresenta a importância do tempo de trabalho e a reação dos trabalhadores diante de mudanças nas condições laborais, demonstrando a sensibilidade dos trabalhadores em relação à duração e remuneração do trabalho.

Essa situação ilustra as tensões e negociações em torno do tempo e da remuneração nas frentes de serviço durante a seca adiciona uma reflexão acerca das relações de trabalho, narrando que ao trabalhar nas frentes de serviço da localidade Cachoeira, inicialmente em dois turnos, das 07h às 11h e 13h às 17h, observou um princípio de motim. A razão seria porque o Cabo⁶⁷, responsável da obra, aumentou o tempo de serviço para as 17h30min, passando assim a trabalhar mais trinta minutos sem aumento salarial ou pagamento de hora extra.

Teve um dia que o Cabo chegou e disse: “Olha, a partir do final da semana nós vamos trabalhar até cinco e meia [17h30min]”. Quando começamos na segunda-feira, no começo da semana que ele falou pra aumentar as horas, um dos que estava mais nós falou: “Eu mesmo que não vou trabalhar até cinco e meia, eu não sou nem filho de uma égua”. Quando foi na segunda-feira mesmo, quatro horas da tarde, chegou só um soldado e disse: “Olha, Chico Pinto (que era o apontador), você é até cinco e meia”. E ele disse “tá bom!”. [...] Aí eu disse para o cara que ia falar com o Cabo: “Rapaz, tu disse que ia falar pro Cabo, o Cabo não veio, veio foi o soldado, o soldado é homem como nós e tu não falou por quê?” [...] Nesse dia teve confusão! Um companheiro meu disse: “se ele baixar o facão, eu derrubo ele com a chibata!” (Antônio, 2023).

O episódio de conflito em relação ao aumento do tempo de trabalho nas frentes de serviço durante a seca demonstra a insatisfação dos trabalhadores diante da imposição de trabalhar até um horário estendido, sem um processo de negociação adequado ou compensação financeira correspondente. A reação dos trabalhadores, incluindo a recusa em aceitar a imposição e a ameaça de confronto, ilustra as tensões e resistências enfrentadas pelos

⁶⁶ Nome fictício para evitar a identificação do sujeito participante da pesquisa.

⁶⁷ Faz-se necessário lembrar que naquele município as frentes de serviço eram organizadas pelo Exército.

trabalhadores diante das condições de trabalho impostas. Esse relato contribui para uma análise vasta das organizações de poder e das estratégias de resistência adotadas pelos trabalhadores nas frentes de serviço durante a seca, demonstrando a importância de considerar o papel da vida, através das experiências dos trabalhadores no contexto histórico analisado.

O relato sobre a rotina dos operários da seca destaca a pesada disciplina imposta aos trabalhadores, que enfrentavam condições adversas como fome, fraqueza e exposição ao sol causticante. Além disso, havia rígidas regras a serem cumpridas, sob pena de desconto salarial ou até mesmo perda do emprego. Essa descrição traz para o nosso saber o quanto o sistema de trabalho nas obras de combate à seca era rigoroso e controlador, com uma lógica temporal diferente daquela do trabalho no roçado. A hierarquia, divisão do trabalho e horários rígidos eram características marcantes desse contexto, em uma sociedade que valorizava a moral, os bons costumes, a ordem e a disciplina, os quais influenciavam as práticas e percepções temporais dos trabalhadores. Essas informações contribuem significativamente para o alçar do nosso entendimento acerca das condições de trabalho e das relações de poder nas frentes de serviço durante a seca, destacando a importância de considerar as vivências insígnies diante do que estavam postos sobre dos trabalhadores envolvidos.

As regras nas frentes de serviço durante a seca eram rigorosas, e como a punição por descumprimento dessas regras poderia ser severa, incluindo desconto no salário ou até mesmo a perda do emprego. Essa disciplina era imposta por meio de uma série de mecanismos, como a divisão de trabalho, a supervisão do trabalho, as multas e os incentivos em dinheiro, como se coloca em Thompson (1998, p. 297). Esses mecanismos contribuíram para a formação de novos hábitos de trabalho e para a imposição de uma nova disciplina de tempo, que se diferenciava das percepções e práticas temporais presentes em outras esferas da vida social.

Entretanto, é possível perceber aquilo que James Scott chama de *estratégias silenciosas de resistência* cotidianas do campesinato. O próprio senhor Antônio admite em sua fala: “Se aumentasse a meia hora, tinha que aumentar o ordenado da pessoa! Quem trabalha em firma, a hora extra é outra, é o dobro. E lá não teve! Se teve, o cabo foi quem comeu! [...] Mas essa meia hora podia levar de qualquer maneira, 30 minutos você leva até conversando, né?”. Para Scott (2002), essas estratégias de resistência são testadas no cotidiano das relações de poder em que estão envolvidos, ligadas por um senso de justiça. Os trabalhadores se considerando demasiadamente explorados no serviço passam a fazer *corpo-mole* no campo de obra, através da *enrolação*.

Essas estratégias silenciosas de resistência adotadas pelos trabalhadores nas frentes de serviço durante a seca eram formas de lidar com as condições adversas e as imposições do

sistema de trabalho. O relato do senhor Antônio confirma a insatisfação dos trabalhadores em relação ao aumento do tempo de trabalho sem uma correspondente compensação financeira adequada. Ele sugere que os trabalhadores adotavam estratégias de enrolação como forma de resistência, atrasando o trabalho de forma sutil e buscando minimizar os efeitos das imposições do sistema de trabalho.

O conceito de economia moral de Thompson destaca que o comportamento econômico nas sociedades camponesas está ligado aos valores morais e às normas culturais, que visam principalmente à subsistência e não necessariamente à obtenção de vantagens econômicas, enfatizando a importância das relações sociais e culturais na formação da economia e na tomada de decisões econômicas.

Klaas Woortmann amplia o conceito de economia moral para a ordem moral do campesinato, que gira em torno da terra, da família e do trabalho. Nessa ordem moral, a terra é o elemento central que une a família e o trabalho. A terra é vista como um bem comum, que deve ser preservado e transmitido de geração em geração. A família é vista como a unidade básica da sociedade, responsável pela produção e reprodução da vida. O trabalho é visto como uma atividade sagrada, que deve ser realizado com dedicação e respeito.

Essa ordem moral do campesinato é uma forma de resistência à lógica capitalista, que valoriza a acumulação de riqueza e a maximização do lucro. Ela destaca a importância das relações sociais e culturais na formação da economia e na tomada de decisões econômicas, e enfatiza a importância da preservação da terra, da família e do trabalho como elementos fundamentais da vida e da sociedade.

Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia (Woortmann, 1990, p. 23).

Esses valores e princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia, estão estreitamente vinculados às categorias de terra, família e trabalho, que formam a ordem moral do campesinato. Nesse sentido, os costumes do campesinato, como a valorização da terra e da família, influenciaram a forma como eles lidaram com a situação de crise, buscando formas de adaptação e resistência que preservassem sua subsistência e sua ordem moral.

Ademais, com o objetivo de entender a racionalidade econômica, social e cultural dos camponeses, bem como o comportamento político, James Scott desenvolveu um conceito de economia moral fundamentado em três noções: segurança primeiro, risco mínimo, de

justiça (numa rede de reciprocidade entre amigos, parentes, patrões e Estado) e de subsistência como uma demanda moral.

James Scott (2002) desenvolveu o conceito de economia moral para entender a racionalidade econômica, social e cultural dos camponeses, bem como seu comportamento político. Esse conceito é baseado em três noções principais: segurança primeiro, risco mínimo e justiça. A noção de segurança primeiro destaca a importância da segurança alimentar e da subsistência para os camponeses. Eles priorizam a produção de alimentos para garantir sua própria sobrevivência e a de suas famílias, antes de pensar em produzir para o mercado ou para obter lucro.

A noção de risco mínimo destaca a aversão dos camponeses ao risco e à incerteza. Eles preferem investir em atividades que ofereçam um retorno seguro e previsível, em vez de correr riscos em atividades incertas ou arriscadas. A noção de justiça destaca a importância da reciprocidade e da equidade nas relações sociais e econômicas dos camponeses. Eles esperam que as relações de troca sejam justas e equitativas, e que haja uma rede de reciprocidade entre amigos, parentes, patrões e Estado.

Além dessas três noções, Scott destaca a subsistência como uma demanda moral dos camponeses. Eles veem a produção de alimentos como uma atividade sagrada e valorizam a independência e a autonomia em relação ao mercado e ao Estado. Dessa forma, o conceito de economia moral de Scott destaca a importância das relações sociais e culturais na formação da economia e na tomada de decisões econômicas dos camponeses. Ele enfatiza a importância da segurança alimentar, da aversão ao risco, da reciprocidade e da equidade nas relações sociais e econômicas, e da subsistência como uma demanda moral.

Há, pois, uma singularidade na experiência histórica vivenciada pelos operários nas frentes de serviço durante a seca. A condição extrema em que se encontravam foi pertinente para estabelecer múltiplas relações de trabalho, influenciadas pelo contexto específico das frentes de emergência. Essas relações de trabalho foram moldadas pelo ambiente de trabalho, pelo cotidiano e pelo aprendizado dos trabalhadores, resultando em uma rica gama de conhecimento a partir de vivências. Esses resultados de vida, ou melhor, de experiências, estavam entrelaçados em diversas esferas da vida social, incluindo as esferas religiosas, culturais, sociais, econômicas e políticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da contextualização histórica, a região é marcada por secas recorrentes, examinada sob uma perspectiva que vai além do fenômeno climático, considerando também os usos políticos e as implicações sociais e econômicas das estiagens. Destaca-se a relação entre as secas, o colonialismo e o capitalismo imperialista, enfatizando como a exploração econômica e a desigualdade social exacerbaram a vulnerabilidade das populações locais. As políticas governamentais de combate à seca são analisadas, revelando a complexidade das intervenções estatais e suas consequências, muitas vezes perpetuando o problema ao invés de resolvê-lo. Conclui-se que as Frentes de Emergência, apesar de serem uma resposta importante, são parte de um ciclo maior de pobreza e exclusão social.

Ao analisar as interseções entre as secas na região Meio-Norte, as políticas de combate aos seus efeitos e as dinâmicas sociais e econômicas resultantes, evidencia-se a complexidade e multidimensionalidade desses fenômenos. Apreender essas questões permite desvelar as intrincadas relações entre poder, colonização e impactos sociais, além de instigar reflexões sobre possibilidades de transformação e resistência diante de desafios prementes. Os estudos sobre identidades na fronteira com o capitalismo abrem um horizonte analítico que busca não apenas descrever, mas também problematizar as relações entre os sujeitos, o trabalho, o tempo e as estruturas de poder, apontando para novas perspectivas de investigação e intervenção nas realidades afetadas pelas secas.

A valorização das nuances das relações de poder, exploração e resistência nesse contexto evidencia a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e contextualizada para compreender plenamente as dinâmicas em jogo. Preservar as identidades e práticas culturais das comunidades em transição é essencial para evitar que seus saberes sejam apagados em prol das demandas do capital e da modernização. O aprofundamento da investigação sobre os camponeses nas frentes de serviço pode ampliar a compreensão sobre as estratégias de adaptação e resistência adotadas por esses sujeitos, contribuindo para uma análise mais crítica e reflexiva das transformações sociais, econômicas e culturais em curso.

A análise das frentes de obras de combate aos efeitos da seca revela não apenas a importância dessas iniciativas como instrumentos de enfrentamento de uma das maiores adversidades enfrentadas pelas populações rurais da região, mas também como palco de resistência, luta e transformação social. Foi possível observar como os trabalhadores retirantes e camponeses nas frentes de serviço buscaram ativamente melhorias, reivindicando seus direitos e lutando por melhores condições de trabalho e de vida. A teia das relações sociais,

políticas e econômicas envolvidas nesse contexto destaca a necessidade de uma abordagem multifacetada e contextualizada para alcançar plenamente as nuances das frentes de obras de combate à seca. A história dessas frentes de serviço não apenas ensina sobre o passado, mas também lança luz sobre desafios e possibilidades para o presente e o futuro, destacando o vigor e a capacidade de agência dos trabalhadores diante de condições adversas e opressivas.

A análise das ações da SUDENE e do DNOCS durante as secas na segunda metade do século XX no Nordeste brasileiro conclui que as medidas emergenciais adotadas, embora tenham proporcionado algum alívio imediato às populações afetadas, foram insuficientes para lidar de forma eficaz com os impactos de longo prazo desses eventos climáticos extremos. A falta de ações estruturais e sustentáveis evidencia a necessidade premente de políticas mais abrangentes e resilientes, capazes de fortalecer a tenacidade das comunidades frente a futuras crises. A interseção entre as políticas emergenciais, as condições socioeconômicas e as estratégias de enfrentamento da seca destaca a complexidade dos desafios enfrentados e a importância de uma abordagem integrada e colaborativa para mitigar os efeitos devastadores das secas no Nordeste brasileiro. Superar esses desafios requer não apenas respostas imediatas, mas também a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável, educação e capacitação, visando à autonomia e ao empoderamento das comunidades afetadas. A solidariedade e a organização comunitária emergentes durante esses períodos de crise ressaltam a importância de considerar não apenas as dimensões econômicas, mas também as históricas, culturais e sociais na formulação de estratégias eficazes para enfrentar os impactos das secas.

As ações governamentais representadas pelo Polonordeste e pelo Projeto Sertanejo no enfrentamento da seca evidenciam tanto avanços quanto desafios persistentes. Esses programas desempenharam papéis significativos na tentativa de promover o desenvolvimento regional e enfrentar os impactos da escassez de água, contribuindo para a integração econômica e social da região. No entanto, a eficácia dessas iniciativas foi limitada por questões como a falta de atenção aos agricultores sem-terra, a não concretização de objetivos secundários e a necessidade de uma abordagem mais abrangente e sustentável para lidar com a seca. Torna-se evidente a importância de repensar as políticas públicas considerando não apenas a resolução imediata dos impactos da seca, mas também a promoção de um desenvolvimento mais equitativo, sustentável e resiliente. É imprescindível investir em infraestrutura hídrica, tecnologias adaptadas e no fortalecimento da agricultura camponesa, visando reduzir a vulnerabilidade das comunidades locais e garantir a segurança alimentar.

A interdependência entre detentores de terras e trabalhadores rurais, a concentração fundiária nas mãos de poucos latifundiários e a necessidade dos pequenos produtores em obter terras para sobreviver revelam a intrincada teia de relações sociais e econômicas que permeiam a questão fundiária. A compreensão desses fatores adversos é preciso para a formulação de políticas e ações que visem promover uma distribuição mais justa e equitativa da terra, garantindo a sustentabilidade e o desenvolvimento dessas comunidades rurais. Refletir sobre a importância do acesso à terra como base para a subsistência e o progresso econômico desses grupos ressalta a necessidade de medidas que promovam a inclusão e a segurança no direito à terra, contribuindo para a construção de um ambiente mais justo e igualitário no meio rural.

O medo nas cidades durante períodos de seca era uma realidade palpável e multifacetada, resultante de uma combinação de fatores socioeconômicos, ambientais e políticos. A escassez de recursos básicos, como água e alimentos, gerava uma sensação de vulnerabilidade e incerteza entre a população, especialmente aquela mais diretamente afetada pela estiagem. A falta de garantias quanto à subsistência e à segurança alimentar contribuía para um clima de apreensão e desespero, intensificado pela perspectiva de saques e conflitos decorrentes da competição por recursos escassos. A gravidade das ameaças de saques e a vulnerabilidade das populações atingidas ressaltaram a urgência de medidas efetivas para garantir a segurança e o bem-estar dessas comunidades em momentos de crise.

Além disso, a concentração de terra e de poder em determinadas áreas urbanas agrava as desigualdades sociais e econômicas, criando um ambiente propício para o surgimento de tensões e conflitos. A migração de trabalhadores rurais para as cidades em busca de oportunidades de trabalho durante a seca também impactam a dinâmica social e econômica desses centros urbanos, gerando preocupações quanto à competição por empregos e recursos limitados. A proteção e o suporte às populações em situações de precariedade emergem como pilares essenciais para promover a robustez e a sustentabilidade dessas comunidades diante dos desafios climáticos e socioeconômicos.

A busca por alimentos em meio à escassez pode levar a atitudes extremas por parte da população debilitada, escancarando a urgência de abordagens que vão além da resposta imediata às crises de seca. Quando uma região é destruída pela seca, os desdobramentos vão muito além da escassez de água, com impactos significativos em diversos aspectos, incluindo questões econômicas e sociais. A seca pode prejudicar setores econômicos como agricultura, pecuária e pesca, atingindo a produção de alimentos e levando a perdas econômicas. A fome generalizada pode forçar as pessoas a se deslocarem em busca de alimentos e condições

melhores, resultando em migrações internas, com impactos sociais e econômicos nas áreas para onde as pessoas se deslocam. A competição por recursos escassos, como água e terras cultiváveis, pode levar a conflitos entre comunidades locais, exacerbando tensões existentes.

A fome e a falta de recursos básicos podem levar a problemas de saúde, aumento da taxa de mortalidade, desnutrição e outros desafios sociais, afetando especialmente as comunidades mais vulneráveis. A seca muitas vezes requer intervenção governamental para fornecer ajuda humanitária, como alimentos e água potável, e operar medidas de longo prazo para lidar com os impactos. A gestão sustentável dos recursos hídricos e a introdução de práticas agrícolas sustentáveis são cruciais para enfrentar os desafios da seca a longo prazo. O medo nas cidades, portanto, era uma resposta legítima às condições adversas e às ameaças percebidas decorrentes da seca. A insegurança alimentar, a instabilidade econômica e a falta de perspectivas futuras alimentavam esse sentimento de apreensão e temor entre a população. Nesse contexto, o medo era uma reação genuína às circunstâncias desafiadoras e muitas vezes desesperadoras vivenciadas pelas comunidades urbanas durante os períodos de estiagem.

Compreender as formas sutis pelas quais os trabalhadores rurais resistem às condições adversas e às imposições das políticas públicas permite vislumbrar a perseverança e a capacidade de luta desses sujeitos frente à opressão e exploração. A valorização das vivências e percepções dos camponeses, aliada à análise histórica e antropológica, contribui para uma reflexão mais profunda sobre as relações de poder e as práticas sociais presentes nesse contexto. Dessa forma, a investigação das práticas de resistência e negociação dos camponeses nas frentes de emergência não apenas enriquece o entendimento sobre as dinâmicas sociais e culturais envolvidas, mas também ressalta a importância de reconhecer e valorizar a voz e a experiência desses trabalhadores rurais na construção de políticas públicas mais justas e eficazes.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais

BACELLAR, Olavo Ivanhoé de Brito. A pecuária e o subdesenvolvimento estadual: o impasse piauiense. **Carta CEPRO**, v. 7, n. 1, p. 09-28, 1981.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. Notas sobre a posse e uso da terra no Piauí. **Carta CEPRO**, v. 7, n. 1, p. 29-56, jan./jun. 1981.

BANDEIRA, Wiliam Jorge; NEVES, Osvaldo de Carvalho. Organização da Produção Agropecuária Piauiense. **Carta CEPRO**, Teresina. v. 8, n. 2, p. 04-57, 1982.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. O Piauí e a divisão regional do trabalho no Brasil. **Carta CEPRO**, v. 9, n. 1, p. 31-50, jul./dez. 1983.

BANDEIRA, Wiliam Jorge; LIMA, Solimar Oliveira. Análise das políticas governamentais para o setor urbano piauiense. **Carta CEPRO**, v. 10, n. 1, p. 05-36, jul./dez., 1984.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. Considerações sobre os Projetos de Desenvolvimento Integrados dirigidos aos Pequenos Produtores. **Carta CEPRO**, v. 14, n. 1, p. 09-21, jul./dez. 1991.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. A nova dinâmica do setor rural piauiense. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 15, n. 1, p. 46-55, 1994.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Cadernos de Conflitos no Campo**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 1985-2023.

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Relatório 1979**, Ministério do Interior, Fortaleza, 1980.

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Relatório 1982**. Ministério do Interior, Fortaleza, 1983.

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Relatório 1983**. Ministério do Interior, Fortaleza, 1984.

DOMINGOS NETO, Manoel; LIMA, Solimar Oliveira. O rastro dos dólares do Banco Mundial no Piauí. **Carta CEPRO**, v. 13, n. 1, p. 15-28, jan./jun., 1988.

FREITAS, Glória Maria Veras de Sandes. Polonordeste: apoio ao meio rural. **Carta CEPRO**, v. 3, n. 2, p. 01-03, maio/ago., 1976.

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Conselho de Desenvolvimento. Presidência da República. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1950**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=767>. Acesso em: 10 jul. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1960**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=744>. Acesso em: 10 jul. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1970**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=745>. Acesso em: 10 jul. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1975**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7243>. Acesso em: 10 jul. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1980**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=746>. Acesso em: 10 jul. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1985**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=747>. Acesso em: 10 jul. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1995-1996**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=748>. Acesso em: 10 jul. 2023.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **História da Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>. Acesso em 17 de abril de 2017.

LIMA, Gerson Portela. Espacialização da produção do setor primário piauiense / 1960-1980. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 13, n. 1, p. 69-110, 1988.

MARANHÃO. **Lei Nº 2.968 de 17 de junho de 1969**. Dispõe sobre as terras de domínio público e dá outras providências. São Luís: ALEMA, 1970.

MARTINS, Agenor de Sousa et. al. O Piauí na Economia Nacional. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 8, n. 2, p. 91-142, jul./dez. 1982.

ROCHA, Jonas. Estrutura Agrária no Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 8, n. 1, p. 104-120, jan./jun. 1982.

ROCHA, Jonas. A pequena produção rural no Estado do Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 13, n. 1, p. 29-68, jan./jun. 1988.

SANTOS, Antônio de Pádua Silva. Perspectiva do desenvolvimento econômico para o Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 6, n. 2, p. 29-44, jan./jun. 1980.

SANTOS, Antônio de Pádua Silva. Opção para o desenvolvimento do setor primário do Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 7, n. 1, p. 04-28, jan./jun. 1981.

SANTOS, Antônio de Pádua Silva dos et. al. Análise da intervenção governamental na agricultura piauiense. **Carta CEPRO**, v. 8, n. 2, p. 58-59, jul./dez. 1982.

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. **As secas no Nordeste**: uma abordagem histórica de causas e efeitos. Ministério do Interior, Recife, 1981.

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. **Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste**: Projeto Sertanejo, Ministério do Interior, Recife, 1976.

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. **Relatório anual de 1979**. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Ministério do Interior, Recife, 1980.

Fontes Orais

ABRAÃO. **Entrevista concedida a Lucas Ramyro Gomes de Brito**. Angical do Piauí-PI, 30 nov. 2023.

ALVES. **Entrevista concedida a Lucas Ramyro Gomes de Brito**. Angical do Piauí-PI, 30 nov. 2023.

ANTONIO & MARSUNILA. **Entrevista concedida a Lucas Ramyro Gomes de Brito**. Angical do Piauí-PI, 30 nov. 2023.

ARAÚJO, Espedita da Silva. **Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha**. Teresina-PI, 30 nov. 2015.

LIMA. **Entrevista concedida a Lucas Ramyro Gomes de Brito**. Beneditinos-PI, 20 nov. 2023.

MADALENA. **Entrevista concedida a Lucas Ramyro Gomes de Brito**. Angical do Piauí-PI, 30 nov. 2023.

NASCIMENTO. **Entrevista concedida a Lucas Ramyro Gomes de Brito**. Angical do Piauí-PI, 30 nov. 2023.

PEREIRA. **Entrevista concedida a Lucas Ramyro Gomes de Brito**. Angical do Piauí-PI, 30 nov. 2023.

Fontes Hemerográficas

Jornal **O Dia** (Jan. 1979 a Nov. 1979).

Bibliografia

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e Antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronado (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANTUNES, Luiza. Os 10 maiores períodos de seca no Brasil. **Super Interessante**. 19 Ago 2014. Atualizado em 21 dez 2016. Acesso em 26 maio 2023. Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/superlistas/os-10-maiores-periodos-de-seca-no-brasil>

BRITO, Lucas Ramyro Gomes de Brito. **Os trabalhadores e as frentes de emergência: o Piauí na seca de 1979-1983**. Monografia (Licenciatura Plena em História) - Centro de Ciências Humanas e Letras. Teresina: UESPI, 2017.

CAMPOS, Nivalda Aparecida. A grande seca de 1979 a 1983: um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns). **Teoria e Pesquisa**, v. 44, n. 45, p. 133-166, jan./jul. 2004. [online]

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Operários das secas: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorro público (Ceará - 1877-1919). **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 6, p. 176-193, jul-dez de 2011a.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Entre a migração e o trabalho: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorro público (Ceará - 1877-1919). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, XXVI, São Paulo (SP): ANPUH, 2011b.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Proletários das secas: (des)arranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919). In: **Anais do Simpósio Nacional de História**, XXVII, Natal (RN): ANPUH, 2013.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2014.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. A violência como método. Conflitos relacionados a pagamentos aos operários das secas no Ceará (1877-1920). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.11, p.317-341, 2016.

CARVALHO, Otamar de. **O Nordeste semi-árido: questões de economia política e de política econômica**. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) - Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Economia Campinas, SP, 1985.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1998.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CHAYANOV, Alexander. **The Teory of peasant economy**. Illinois: Homewood, 1966.

COSTA, Lia Monnielli Feitosa. **Cultura e cartografias de memórias**: trabalho e migração de cearenses para Entre-Rios (PI) – 1940 1970. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2018.

CPT PIAUÍ. Memória da Trajetória de Espedita Araújo na CPT Piauí. **CPT – Regional Piauí**. 25 maio 2020. Disponível em: <https://www.cptpiaui.org.br/2020/05/25/07-dias-sem-espedita-araujo-na-cpt-piaui/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

DANTAS, Eustogio Wanderley Correia. O Nordeste desconstruído ou reconstruído? **Confin**s, n. 501, 7 set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confin.21089>. Acesso em: 24 ago. 2023.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais**: a criação do terceiro mundo. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, 2022.

DE ALCÂNTARA SILVA *et. al.* O Desastre Seca no Nordeste Brasileiro. **Polêm!ca**, v. 12, n.2, pp. 284-193, abril/jun. 2013

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DOMINGOS NETO, Manuel. **Seca seculorum**: flagelo e mito na economia rural piauiense. 2. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

DUARTE, Renato. Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil. *In.*: Ziccardi, Alicia (org.). **Pobreza, desigualdad social e ciudadanía**: los limites de las politicas publicas sociales en America Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Temas**: Matopiba. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>. Acesso em: 27 jul. 2024.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. A seca de 1877 e a formação da multidão. **Anais do XI Encontro Estadual de História do Ceará** da Anpuh-Ce, Fortaleza (CE): ANPUH, 2008.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. De Retirantes a Operários: Trabalho, Resistência e Conflitos nas Obras Contra as Secas (1915-1919). **Perseu**, nº 5, Ano 4, p. 63-89, 2010.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. “Cassacos”: trabalho, cotidiano e conflitos nas frentes de serviços na Bahia e no Ceará (1945-1962). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, XXVI, São Paulo (SP): ANPUH, 2011.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **Construção do eldorado Maranhense**: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios deo Médio Mearim-MA (1930-1970). Tese (Doutorado em História Social), Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2015.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas (Ceará, anos 1950)**. Tese (Doutorado)

- Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador (BA), 2016.

FURTADO, Celso. **A operação nordeste**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

GARCIA JR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. *In*: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa**. Lisboa: Terramar, 1995.

GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009.

GONDIM, Joaquim Guedes Corrêa. **Reflexões sobre as secas**. Recife: DNOCS, 1984.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. **Dimensões do desenvolvimento do complexo industrial Portuário de Suape: política econômica e política social**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2016.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do conceito de camponês. **Revista NERA (UNESP)**, ano 11, n. 12, pp. 57-67, jan.-jun. 2008.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. Trad. Mariana Echalar (Danel Bensaïd); Nélio Schneider. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronado (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MEDEIROS, Antonio José Castelo Branco. 60 anos de Planejamento para o Desenvolvimento no Piauí: resgate histórico de uma experiência. **Carta Cepro**, Teresina, v. 28, n. 2, p. 31-65, jul./dez. 2016.

MELO, Mário Lacerda de. A problemática social rural do Meio-Norte. **Ciência & Trópico**, [S. l.], v. 11, n. 1, 1983. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/321>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Economia moral em James Scott e as perspectivas de seus críticos. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 39, n. 2, pp. 225-240, jul./dez. 2019.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira**: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. Revista Nera, Presidente Prudente, ano 9, n. 8 (jan./jun.2006): 151-172.

MORAES, Dione. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas (modo de vida e crise ecológica de camponeses/as nos cerrados do sudoeste piauiense). In: Emília Pietrafesa de Godoi; Marilda Aparecida de Menezes; Rosa Acevedo Marin (Org.). **História Social do Campesinato Brasileiro**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, v. II, p. 131-162.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História**. Saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NIEPCE - Núcleo Independente de Estudos e Pesquisas do Ceará. **O DNOCS e o novo nordeste: uma perspectiva histórica (1909-1984)**. Vol. 1. Fortaleza: DNOCS, 1985.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PORTELLI, Alessandro. **A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios**. ética, memória e acontecimento na história oral. Lisboa: Edições Unipop, 2013.

RIOS, Kênia Sousa. Palestra de encerramento: Quando novos personagens continuam entrando em cena. **XI Encontro Regional Nordeste de História Oral – Ficção e Poder**: oralidade, imagem e escrita. Fortaleza: ABHO, 2017. Disponível em: https://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=32. Acesso em 17 jun. 2024.

ROCHA, Cristiana Costa da. **A vida da lei, a lei da vida**: conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

ROCHA, Cristiana Costa da. Diálogos Contemporâneos: Movimentos Sociais, Movimentos Populares: possibilidades de pesquisa na contemporaneidade, com os professores, **Simpósio Nacional de História**, 31, 2021, Rio de Janeiro: UERJ, UVA, 23 jul. 2021. 1 vídeo (1h:52min). Disponível em: < <https://youtu.be/FNEAJ1tTeZI> >. Acesso em 02 ago. 2021

ROCHA, Cristiana Costa da. As faces do desenvolvimentismo no extrativismo de Carnaúba no Piauí, 1930 e 1970. In: NUNES, Francivaldo Alves; FERREIRA, Marcia Milena Galdez; ROCHA, Cristiana Costa da. (Orgs.). **O Rural entre posses, domínios e conflitos**. São Paulo: Livraria da Física, 2022.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5, Brasília, p. 217-243, jan./jul. 2011.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2012.

SHANIN, Theodor. **Naturaleza y logica de la economia campesina**. Barcelona: Anagrama, 1976.

SHANIN, Theodor. Lições camponesas. In: PIAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa, vol. 2**: a maldição de adão. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012a.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa, vol. 3**: a força dos trabalhadores. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012b.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa, vol. 1**: a árvore da liberdade. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

VELHO, Otávio Guilherme. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). In: WELCH, Clifford Andrew et. al. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v. 1. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão**: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. 1. ed. 2. imp. São Paulo: Ática, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, n. 2, 30 set. 2003.

WOORTMANN, Ellen F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. v. 2, Estratégias de reprodução social. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, UnB, 1997.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se *negueia*: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.